

Setembro 2018

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação
[Redação](#)
Sobriano César Capitão

[Conselho de Edição](#)
Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

[Editado por](#)
Development Workshop Angola

[Endereço](#)
Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

[Telefone](#) +(244 2) 448371 / 77 / 66

[Email:](#) cedoc.dwang@angonet.org

[Com apoio de](#)
Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

[Disclaimer](#)

1. Content
DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links
The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles
DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	8
1.1 Angola e o combate à pobreza	8
1.2 Custos dos bens de consumo oscilam a nível das províncias	9
1.3 A este ritmo a meta do índice de desenvolvimento humano para 2025 só será atingida em 2033	9
1.4 Inflação mantém trajectória descendente	11
1.5 Aumento de salário pode gerar inflação	11
1.6 Angola na posição 147 do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU	12
1.7 A vida dura da jovem mãe de dez filhos que depende do lixo para comer	13
2. MICROFINANÇAS	15
2.1 “Concedemos uma média mensal de 2mil créditos, o que andarà à volta de 25 mil processos por ano”	15
2.2 Há quase 50 mil empresas em Angola	16
2.3 Banco postal insiste na inclusão financeira	17
2.4 Mais de 100 jovens empreendedores beneficiaram de crédito bancário	17
2.5 Cinco bancos concentram quase a totalidade do crédito vencido	18
2.6 Sistema financeiro inverte tendência de degradação	18
2.7 Comissão económica extingue programa Angola Investe e Instituto de Fomento Empresarial	19
2.8 Agricultores recebem apoio para aumentar a produção	20
2.9 Angola investe extinguido e será criado um novo programa	21
2.10 Indústria e Agricultura ficaram com 80% dos financiamentos	21
2.11 Fim do programa Angola investe prejudica empresários	22
2.12 KixiCrédito beneficiou 400 mil pequenos negócios	23
2.13 O que nós fazemos é resolver um dos problemas de exclusão financeira	23
2.14 Mais de 100 jovens empreendedores beneficiaram de crédito bancário	25
2.15 «Temos ajudado os bancos a relocalizarem os clientes»	25
3. MERCADO INFORMAL	28
3.1 Combate ao garimpo de diamantes provoca aumento de mendigos em Saurimo	28
3.2 Permuta anima negócios em Nambwangongo	29
3.3 Extinção de mercados de rua	31
3.4 Desemprego atira milhares de jovens ao garimpo de diamantes	31
3.5 Combate ao garimpo de diamantes provoca aumento de mendigos em Saurimo	33
3.6 Permuta anima negócios em Nambwangongo	35
3.7 Zungueiras em formação sobre empreendedorismo	36
3.8 Autoridades ponderam a suspensão de moto táxi	36
3.9 Fornecimento normal marca vida nas centralidades	37
3.10 Sob três rodas ou mais	38
3.11 Comércio pretende buscar equilíbrio entre mercado formal e informal	39
3.12 94% da força trabalhadora no País está ligada ao sector informal	39
3.13 Informalidade domina emprego e sustento das famílias	40
3.14 Quando o informal se torna desleal	41
3.15 Executivo lança "operação transparência para combate à imigração e ao garimpo	41
3.16 Imigração irregular preocupa Governo	42
3.17 Vendedoras ambulantes e feirantes dispensados de facturação	43

4.	OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	44
4.1	Defendida mais transparência na divulgação dos relatórios de execução do OGE	44
4.2	Dívida total do país avaliada em 23 mil milhões de dólares	44
4.3	Receitas do IPU caíram em quase 2 mil milhões	45
4.4	Governo usou linha de crédito da China para pagar salários e dívida interna	46
4.5	UNITA questiona para onde vai o excedente das receitas do petróleo	47
4.6	“Negociar com o FMI mostra que Angola está aberta aos negócios”	47
4.7	Angolanos investiram 50 vezes mais lá fora do que estrangeiros em Angola	48
4.8	Porque o Executivo não pode pagar as dívidas internas	49
4.9	Transparência orçamental é uma oportunidade e não uma ameaça	50
4.10	Três quartos da dívida reclamada pelas empresas portuguesas ainda não está contabilizada	51
4.11	Sector da Saúde absorve 15 por cento do OGE	52
4.12	Execução de gastos e orçamento anual	53
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	55
5.1	Liberty Chiaka confirma candidatura à presidência da autarquia do Huambo	55
5.2	Fórum dedica espaço as eleições autárquicas	56
5.3	Vencer no maior número de municípios	56
5.4	Muita confusão sobre as autarquias	57
5.5	Sobas denunciam perseguição	57
5.6	UNITA cria plataforma de aproximação com o cidadão	58
5.7	É preciso ir junto da população para ouvir a sua voz	58
5.8	Jornadas parlamentares do MPLA com olhar virado para as autarquias	60
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	62
6.1	PGR Investiga Burla da “Empresa” Build Angola	62
6.2	Dívida total do país avaliada em 23 mil milhões de dólares	63
6.3	Receitas do IPU caíram em quase 2 mil milhões	63
6.4	A centralidade de Ndalatando está longe do seu fim	64
6.5	Direito à habitação continuam a ser violados	64
6.6	Elevadores do Kilamba apresentam risco para a segurança dos utentes	65
6.7	Sonho da casa própria é ainda uma miragem para muitos jovens	66
6.8	Casa própria é ainda uma miragem para muitos	67
6.9	Entregas de casas gera polémica no Zango	68
6.10	Lei do ordenamento do Território em debate em Benguela	69
6.11	Ordenamento do Território Educação ou disciplina	70
6.12	Áreas verdes de Luanda entre privatizações e o betão	73
6.13	Obras em construção deverão ter 20 por cento de espaços verdes	74
6.14	Repudiada substituição de jardins por betão	75
6.15	Plano director geral de Luanda em execução dentro do previsto	75
6.16	Sector imobiliário empobreceu 90 por cento	76
6.17	Dívida da Sonangol inviabiliza entrega de condomínio em Malanje	78
6.18	Executivo constrói novas centralidades	78
7.	TERRA	80
7.1	Autoridades tradicionais ameaçam levar Administração de Viana a tribunal	80
7.2	EDITAL N. 03/EGTI/2018	81
7.3	Zonas de risco mapeadas	82
7.4	País pode reduzir em 50% de importação de insumos	82
7.5	Cavuquila acusado de assinar documento de esbulho de terreno	83
7.6	Polícia acusada de deter e espancar moradores do «Bênção de Deus»	86

7.7	Quadrilha de mafiosos de terrenos volta a atacar no Kikuxi	87
7.8	“Direitos humanos sem grandes mudanças” Considera SOS –Habitat	88
7.9	Huíla reforça o combate às construções anárquicas	89
7.10	Mais de 126 famílias do Zango serão realojadas	89
7.11	Quadrilha de mafiosos de terrenos volta a atacar no Kikuxi (fim)	89
7.12	Indícios de falsificação	91
7.13	Justiça coloca suspeição	91
7.14	Vários documentos com indício de falsificação na luta por imóvel	92
7.15	Entregas de casas gera polémica no Zango	93
7.16	Fiscais da Barra do Cuanza acusados de passarem multas aleatórias	94
7.17	Ocupação ilegal de terrenos atingiu contornos de máfia	96
7.18	ONG’S defendem debate no confisco de fazendas improdutivas	97

8. SERVIÇOS BÁSICOS

99

8.1	Apenas 22% da população da Lunda-Sul tem acesso a electricidade	99
8.2	Vila do Dande regista vários focos de lixo	100
8.3	Benguela está há 3 meses a cuidar do seu próprio lixo	100
8.4	Qualidade de águas consumida em Gambo preocupa sobas	101
8.5	Falta de água dificulta cultivo em localidades dos Gambos	102
8.6	Subsídio para a energia e água vão emagrecer	103
8.7	“Água para todos atinge 85 por cento”	103
8.8	Zonas rurais no Huambo podem ter mais água potável	104
8.9	68% da população rural será abastecida com água este ano	104
8.10	Consumidores devem 2 mil milhões de Kwanzas	105
8.11	Crescimento demográfico trava distribuição de água na cidade de Benguela	106
8.12	Easb controla 51 mil clientes	106
8.13	Fornecimento normal marca vida nas centralidades	107
8.14	Sob três rodas ou mais	107
8.15	Angola: Banco Mundial aprova USD 150 milhões para melhorar os serviços de água	108
8.16	Dispersão da população dificulta os investimentos	109
8.17	População da Catepa consome água imprópria	109
8.18	Bairros com canalização continuam sem água	109
8.19	Sobe número de casas com água canalizada	110
8.20	A palavra à EPAL- EP	111
8.21	Água potável é prioridade dos investimentos públicos	111
8.22	EPAL produz 50 mil metros cúbicos/dia	112
8.23	Executivo defende mais rigor na utilização	112
8.24	Plano estratégico quer reduzir perdas	113
8.25	Restabelecido abastecimento de água a Mbanza Kongo	114
8.26	Milhares de habitantes com mais água potável	114
8.27	Vai acabar quando a maka da água?	115
8.28	Detectados casos de cólera	116
8.29	População do Dundo com mais água potável	116
8.30	Luanda produz diariamente mais de 60 toneladas de lixo	116
8.31	Vila do Dande regista vários focos de lixo	117
8.32	Benguela está a três meses a cuidar do seu próprio lixo	117
8.33	Benguela está há 3 meses a cuidar do seu próprio lixo	118
8.34	Apenas 22% da população da Lunda-Sul tem acesso a electricidade	119
8.35	Facturação da ENDE aumentou 16% para 20,3 mil milhões Kz no primeiro semestre de 2018	120
8.36	Projectos de água têm fim previsto para 2019	120
8.37	“As comunidades locais estão mais envolvidas”	122
8.38	Métodos para qualidade da água	122

9. GÉNERO E VIOLENCIA

124

9.1	“SOS criança” regista 269 casos de violência contra menores	124
9.2	Fórum de Mulheres Jornalistas	124

10. AMBIENTE 126

10.1	Governo lança sub-programa de requalificação dos jardins e espaços verdes	126
10.2	Governo lança campanha sobre educação ambiental	126
10.3	Populares são recrutados para fiscalização da floresta	128
10.4	Zonas críticas de Luanda carecem de intervenção	128
10.5	Cidade do Kilamba planta hoje acima de 200 árvores	130
10.6	Áreas verdes de Luanda entre privatizações e o betão	131
10.7	Luandenses saem à rua para limpar Zona costeira	131
10.8	Repudiada substituição de jardins por betão	132
10.9	Entrepasto inspecciona exploração da madeira	132
10.10	Inicia obra do primeiro entreposto florestal	133
10.11	Moradores querem acções concretas para evitar inundações de residências	133
10.12	Derrube de árvores no Soyo cria desequilíbrio ambiental	133
10.13	Famílias desalojadas beneficiam de apoios	134

11. MIGRAÇÃO 135

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 135

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 136

13.1	Embaixada angolana na China regista dezenas de empresários	136
13.2	Cimeira China-África poderá renovar esperanças, defende especialista	136
13.3	Chefe de estado agradece ajuda dada a reconstrução	137
13.4	China anuncia perdão da dívida de África	139
13.5	China propõe-se investir 60 bilhões em África	140
13.6	“As infra-estruturas chinesas não têm impacto no crescimento económico de África”	140
13.7	Dívida total do país avaliada em 23 mil milhões de dólares	141
13.8	João Lourenço sugere aumento do investimento chinês	142
13.9	Perspectivas de cooperação entre chineses e africanos	142
13.10	Ministério esclarece natureza de empréstimos financeiros	143
13.11	Relacionamento fraterno com os diferentes países africanos	144
13.12	Uma parceria incontornável que é mutuamente vantajosa	145
13.13	Angola negocia novos termos de financiamento com a china	145
13.14	China estendeu-nos a mão	146
13.15	IDF quer mais rigor	147
13.16	O financiamento chinês deve ser cumprido com o capital fixo	147
13.17	Especialista defende medidas para mais qualidade aos investimentos	148
13.18	China reforça posição de maior credor do país	149
13.19	Governo usou linha de crédito da China para pagar salários e dívida interna	150
13.20	A “Mão Invisível da China” em África	151
13.21	China e países da CPLP fazem negócio de mais de USD 82 milhões	152
13.22	A China em de ajudar a extrair os recursos e participar da sua transformação no País”	153
13.23	Em Pequim, o socialismo “marcha” em Ferrari’s	154
13.24	Quando a China mandar no mundo	155
13.25	Infra-estrutura recebe menos financiamento	156
13.26	China 'aperta' nos financiamentos a Angola e exige maior rigor na elaboração dos projectos	156
13.27	Analistas alertam para riscos da dependência de Angola do financiamento chinês	157
13.28	Angola deve rever acordos de cooperação com a China	159
13.29	Sector imobiliário empobreceu 90 por cento	162

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola e o combate à pobreza

Novo Jornal

7 De Setembro de 2018

Texto: Sérgio Calundungo

Para erradicar a fome e combater a pobreza, Angola não precisa apenas de dinheiro, não precisa apenas da ajuda externa. Angola precisa de uma mudança de postura, uma mudança na maneira como as nossas autoridades políticas, as nossas elites económicas e a sociedade em geral encaram o fenómeno pobreza e a questão da fome. Uma mudança na maneira como as autoridades lidam com os cidadãos, e na maneira como estes controlam e monitoram o desempenho das instituições públicas. Uma mudança na maneira como se faz a gestão do erário público, como é efectuado o gasto público, mudanças na forma, como são tomadas as decisões (1), mudanças na maneira como as pessoas acedem aos fundos públicos, etc. De uma maneira geral, mudança de atitudes, de comportamentos e de práticas, e isto parece-me ser algo extremamente difícil para muitas pessoas com algum poder no nosso país.

O maior desafio que temos de enfrentar na luta contra a pobreza e na erradicação da fome não é a questão da mobilização de recursos financeiros para o efeito. Isto será importante. Mas o desafio primordial passa pela maneira como se identificam as necessidades, se estabelecem as prioridades, se executam as acções e se faz o acompanhamento de todas as actividades.

O que tem vindo a sabotar o desejo de que quase todos nós temos de ver Angola transformada num país melhor para se viver não é a falta de recursos financeiros, e muito menos as alegadas conspirações internacionais, como muita gente tem vindo a propalar. São as atitudes e comportamentos de muitos dos nossos concidadãos.

Por exemplo, a maneira como as instituições do Estado promoveram o surgimento de uma elite dita "empresarial" influenciou e influencia directamente os níveis de "saúde" financeira que hoje o país possui. E mudar isso só depende de nós!

Os novos-ricos surgidos ao abrigo da estratégia de acumulação primitiva de capitais não nos foram impostos pelo Fundo Monetário Internacional, ou por qualquer outra potência ocidental interessada em

minar o desenvolvimento do nosso país. Eles são a consequência de uma opção de "desenvolvimento" feita pelo Executivo angolano.

A maneira como fundos públicos foram ilicitamente parar no exterior do país ou como determinados indivíduos fizeram fortunas à custa da gestão danosa das instituições do Estado não é algo que se possa imputar às forças externas ao serviço do imperialismo, mas sim algo que dependeu exclusivamente, das nossas autoridades governamentais e políticas!

A delapidação do património público praticado sistematicamente por muitos dos nossos concidadãos ao longo de vários anos reflecte-se directa ou indirectamente nos níveis de pobreza que hoje se observam no país, e tudo isto foi feito por angolanos e angolanas. Foram os cidadãos angolanos os principais responsáveis pela actual situação económica e pelo actual estágio de desenvolvimento que temos, e ninguém mais pode ser culpado de tudo isto, senão nós, uns pelos seus actos e acções e outros pela sua omissão ou incapacidade de agir para que se pudesse evitar esta situação.

Às vezes, quando entre nós falamos do fenómeno pobreza ou do desafio que representa a fome, fica-se com a impressão de que se trata de fenómenos sobre os quais nada se pode fazer, pelo simples facto de existirem há muitos anos.

Há mesmo quem pense tratar-se de fenómenos naturais, sem qualquer ligação com as decisões ou omissões que se foram verificando no nosso país ao longo dos anos.

Quando um país tem apenas cinco ou dez anos de independência é de certo modo aceitável que se culpabilize as anteriores autoridades coloniais e fascistas pelos níveis de pobreza e de fome que enfrentamos. Mas quando o país já tem mais de trinta anos de independência, não é correcto imputar a responsabilidade às autoridades coloniais para justificar os altos níveis de pobreza e o elevado número de cidadãos que passam fome. Temos de ter a coragem de admitir que os níveis de pobreza e de fome por que passa um elevado número de cidadãos angolanos, tal como os níveis de riqueza e abundância que um número restrito dos mesmos apresenta, é resultado também das escolhas políticas feitas pelas nossas autoridades.

As causas dos elevados índices de má nutrição infantil, da degradação dos níveis de segurança alimentar e nutricional em algumas regiões do país, do empobrecimento paulatino de algumas pessoas e, em última instância, as fragilidades que se abatem

sobre a nossa economia, não surgiram de um dia para o outro. O nosso país não ficou "petrodependente" de um dia para o outro. O nepotismo, os monopólios, a corrupção e os outros males que se abatem hoje sobre a nossa economia não são resultantes da crise dos preços do barril de petróleo como comumente se apresenta, mas sim da gestão dos recursos que nem sempre foi a melhor, do deficiente estabelecimento de prioridades, e até mesmo na definição pouco clara e realística dos objectivos e metas. Por isso, a actual situação é e deve ser também encarada como o corolário das decisões tomadas num passado recente, e importa aqui referir que uma má decisão, regra geral, traz consigo uma sequência de eventos negativos!

Quando não se cuida bem da nossa economia, quando não se diversifica a economia, quando se admite o surgimento dos monopólios, se tolera a corrupção e o nepotismo, se patrocina o clientelismo político, as consequências estão à vista. E o que vemos é o reflexo da nossa acção e da nossa inacção.

1.2 Custos dos bens de consumo oscilam a nível das províncias

Jornal: Economia e Finanças
21 De Setembro de 2018

Os preços dos principais produtos da cesta básica têm registados variações constantes ao dos meses. Segundo apurou o JÉ, os preços de venda de alguns produtos da cesta básica com realce para a farinha de trigo, óleo vegetal, peixe sardinha, entre outros, registaram nos últimos quinze dias uma subida a nível da cidade de Mbanza Kongo, capital da província do Zaire.

Quinta-feira, numa ronda efectuada, constatou-se que, o encarecimento desses produtos de primeira necessidade deve-se à alteração de preços a partir da capital do país, Luanda, onde são adquiridos boa parte de produtos comercializados nesta parcela do território nacional.

Pedro Nsungu, responsável de uma das câmaras frigoríficas, explicou que uma caixa de peixe sardinha de 20 quilogramas que há quinze dias estava a ser transaccionada a seis mil e 500 kwanzas, custa agora sete mil e 500 kwanzas. Um saco de farinha de trigo de 50 quilogramas passou de nove mil e 200 kwanzas para nove mil e 500 Kwanzas, ao passo que um bidão de 20 litros de óleo vegetal custa agora seis mil e 300 Kwanzas, mais 150 em relação ao período anterior.

Sebastião Nensuka, gerente de um dos estabelecimentos comerciais, informou que nos

últimos meses os preços de venda de alguns produtos básicos a nível do mercado local têm oscilado devido à flutuação do dólar norte-americano. Municípios contactados afirmaram que alguns comerciantes estão a especular os preços dos produtos, principalmente em finais do mês altura que sai o salário da função pública.

Geralmente, o mercado municipal de Mbanza Kongo é abastecido por produtos provenientes da capital do país (Luanda) e alguns da vizinha República Democrática do Congo (RDC), através da fronteira do Luvo.

Huambo

Os preços dos principais produtos da cesta básica alimentar registaram uma redução na província do Huambo, comparando com os últimos dois meses. O saco de 25 quilogramas de arroz, por exemplo, está a ser vendido, desde Janeiro, ao preço de 5.700 kwanzas, contra os anteriores 6.200, enquanto o saco de 50 quilogramas de açúcar passou a custar 8.150 kwanzas, menos mil e 50 kwanzas que em finais de 2017.

Já a caixa de óleo vegetal continua ao preço de 4.400 kwanzas, assim como a lata de leite em pó, que se mantém ao preço de 5.300. Do mesmo modo, o saco de 50 quilogramas de farinha de trigo também continua a ser vendido entre sete mil a 6.800 kwanzas, mas a caixa de massa alimentar baixou de 2.200 para 1.925 kwanzas.

A caixa de peixe carapau, de 20 quilogramas, a de frango e a de ovo são os poucos produtos da cesta básica que registaram ligeiro aumento este ano, comparando com os últimos meses do ano em curso. O peixe passou de 12 mil para 13, o frango de cinco mil para 5.800, e a caixa de ovos subiu de 11 mil para 16.200.

1.3 A este ritmo a meta do índice de desenvolvimento humano para 2025 só será atingida em 2033

Jornal Expansão
21 De Setembro de 2018
Texto: Luís Galvão

A manter-se o ritmo de crescimento dos últimos 5 anos dificilmente Angola atingirá a meta de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) traçada pelo Governo, que prevê a entrada no grupo de países de alto desenvolvimento humano em 2025, o que deverá apenas acontecer em 2033.

As contas do Expansão resultam da actualização estatística do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2018, referente ao ano anterior, que analisa 189 países e territórios, e que, no caso de Angola, actualiza também os índices e indicadores dos relatórios anteriores (ver página 3).

Segundo o documento elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre os anos 2000 e 2017 o IDH de Angola aumentou de 0,387 para 0,581, encontrando-se o País na posição 147 do ranking. Esta subida de 50,1% é significativa mas revela um ritmo insuficiente para entrar em 2025 no grupo dos países de alto desenvolvimento humano, com um índice superior a 0,700 (actualmente a partir da posição 112).

Esta "aspiração" de Angola está expressa no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, elaborado pelo Ministério da Economia e Planeamento, mas a manter-se a média de crescimento do IDH nos últimos 5 anos (2012-2017), de 0,008, só em 2033 será possível chegar à meta de 0,700 prevista para 2025.

Para um analista ouvido pelo Expansão, Angola poderá aproximar-se desta meta, caso concretize pelo menos 80% do PDN (ver página 3) e, sobretudo, se se verificar uma "moralização" do País. "Temos de aplicar bem os fracos recursos que temos na área social, em mais escolas e mais água potável. Para isso, tem de haver uma moralização da sociedade, porque o desenvolvimento dos países também se medem pelo nível de corrupção e não podemos continuar com desvio de recursos para satisfazer os caprichos de alguns", defende João Zumba, professor associado na Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto.

O docente, actualmente em comissão de serviço na Empresa Portuária do Soyo, onde é administrador financeiro e de recursos humanos, defende que, sem este esforço de moralização, o "dinheiro nunca vai ser suficiente." "Se acompanharmos a ideia do Presidente João Lourenço, de combate à corrupção, e com o pouco que temos fizermos o necessário para todos vivermos bem, é bem possível que não cheguemos lá [à meta para 2025], mas se nos faltar um bocadinho, ninguém vai sentir-se mal com isso."

O IDH avalia a qualidade de vida e o desenvolvimento económico da população dos países e territórios analisados, e é calculado numa escala de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (máximo de desenvolvimento), com base em indicadores nas áreas da saúde, educação e rendimento.

O indicador saúde tem em conta a expectativa de vida ao nascer, enquanto a educação mede o acesso ao conhecimento, com a média de anos de estudo (adultos) e os anos esperados de escolaridade (crianças). A vertente económica é medida pelo Rendimento Nacional Bruto per capita em Paridade de Poder de Compra (PPC).

Noruega no topo e Níger no fim da lista. Actualmente, o ranking do IDH é liderado por países como a Noruega, Suíça, Austrália, Irlanda e Alemanha, com valores entre os 0,953 e 0,936 (todos com muito alto desenvolvimento humano, nível acima de 0,800), enquanto Burundi, Chade, Sudão do Sul, República Centro-Africana e Níger têm as pontuações mais baixas, entre 0,417 e 0,354. Apesar desta disparidade, os números de 2017 revelam um progresso no desenvolvimento humano, mas com uma tendência de desigualdade evidente e preocupante.

"O nível médio do IDH tem aumentado significativamente desde 1990 - 22% globalmente e 51 % nos Países Menos Avançados - reflectindo o facto de que, em média, as pessoas vivem mais tempo, com melhor educação e maior rendimento. Contudo ainda existe uma grande diferença no bem-estar das populações pelo mundo", revela o PNUD.

Segundo os dados de 2017 quem vive em países de alto desenvolvimento humano (IDE acima de 0,700) pode esperar viver 19 anos a mais e receber anos adicionais de educação, de quem vive no grupo de países: com baixo desenvolvimento humano (IDH inferior a 0,550). "Em média, um recém-nascido num país com baixo desenvolvimento humano pode esperar viver cerca de 60 anos, enquanto um recém-nascido num país de alto desenvolvimento humano pode esperar viver em média até os 80 anos. Similarmente, crianças em países de baixo desenvolvimento humano podem esperar estar na escola cerca de sete anos a menos do que crianças em países de alto desenvolvimento humano", explica Achim Steiner, administrador do PNUD.

De acordo com o relatório, a África Subsaariana assistiu a um aumento de 35% do IDH desde 1990 e 12 países da região encontram-se agora no grupo de países de médio desenvolvimento humano, enquanto outros quatro (Botsuana, Gabão, Maurícias e Seicheles) estão no grupo de países de alto desenvolvimento humano.

1.4 Inflação mantém trajectória descendente

Jornal Economia e Finanças
21 De Setembro De 2018

A Inflação constitui o principal obstáculo que tem reduzido o poder de compra das famílias e consequentemente o encarecimento dos 13 produtos que compõe a sexta básica nacional.

As políticas contraccionistas do BNA aplicadas com o objectivo de travar o fenómeno inflacionista tem surtido alguns efeitos, o que tem se reflectido na redução dos preços de alguns produtos ainda que de forma tímida.

As previsões da inflação elaboradas para o terceiro trimestre do ano em curso, segundo o mais recente relatório do BNA, situam-se abaixo das previsões do segundo trimestre. Assim, para o terceiro trimestre de 2018 prevê-se que a inflação se situe no intervalo de 3,14% a 5,28%, em termos mensais, e de 16,82% a 19,24% em termos homólogos.

Estes números são consistentes com a quebra significativa da produção petrolífera, que deverá ficar em torno dos 1.5 milhões de barris diários (previsão de 1.7 milhões de barris/dias inscrita no OGE) O relatório do BNA, sustenta ainda que, a redução da inflação pode ser justificada pelo desempenho positivo da política monetária e cambial traduzido em contracção da base monetária e a redução do cambial entre os mercados formal e informal, o que contribuiu na melhoria da expectativa dos agentes económicos.

O documento acrescenta que, do lado da oferta, assistiu-se ao aumento das importações de bens da primeira necessidade para a satisfação das necessidades de consumo das famílias e empresas. Por isso, continua a ser motivo de especial atenção a conjuntura internacional, que embora tenha apresentado uma perspectiva favorável, futuramente poderá criar possíveis efeitos negativos para a conjuntura nacional, pelo facto da subida do preço do petróleo ser um dos vectores impulsionadores da subida dos índices de preços no produtor dos principais parceiros comerciais de Angola.

A contínua depreciação da moeda nacional, o aumento substancial dos preços dos principais parceiros e a eliminação de subsídios em alguns produtos por parte do Estado, são os riscos associados ao alcance dos valores previsionais

Dados apurados pelo JE, sustentam que a inflação em Angola mantém a sua trajectória descendente

desde Agosto último. Assim, a inflação homóloga, medida pelo IPC de Luanda, atingiu 18.97 % em Agosto último, uma diminuição de 7.97 pontos percentuais, face a igual período do ano anterior. Em comparação com o mês Agosto, os preços aumentaram 1.20 por cento (-0.03 pontos percentuais em relação a Julho). Ao mesmo tempo, a inflação nacional fixou-se se em 1.21 % mensal e 18.56 % homólogo em Agosto (uma diminuição de 6.62 pontos percentuais com relação ao mesmo período em 2017). O kwanza, por sua vez, segundo o relatório que o JE teve acesso, continua a perder valor face às principais moedas internacionais, sendo que a depreciação acumulada face ao dólar, desde o início do ano, é de 41.8 %.

Após a dupla desvalorização que sofreu a semana finda, a moeda transacciona-se actualmente em 284.937 Kwanzas por O dólar no mercado formal e 365 kwanzas por dólar no mercado informal, o que torna o intervalo entre os dois mercados cada vez menor (28 % actualmente),

Em face disso, o vice-governador do BNA, Manuel Dias, revelou que a instituição antecipa uma quebra do PIB de 1.1 % em 2018, contrariando as expectativas do Governo e do FMI.

1.5 Aumento de salário pode gerar inflação

Jornal: Economia e Finanças
21 De Setembro De 2018

O poder de compra das famílias Rio está no aumento de salários, mas no Estado revitalizar a economia, criando infra-estruturas para atrair investimento na agricultura, na indústria, com objectivo de reduzir a exportação de alimentos e medicamentos

Estas considerações são do jurista Fortunato Paixão que considera ser necessário tomar-se medidas para baixar os preços, por isso assegura que, um aumento de salário poderá aumentar a inflação, "por isso não apoio a medida de aumento de salários".

Segundo Fortunato Paixão, o salário mínimo nacional deve-se fixar no equivalente a 300 dólares, porque os serviços públicos não funcionam e as pessoas precisam pagar para estudar, comprar medicamentos e para a renda das suas casas.

No que toca a admissões dos novos quadros na função pública, o também especialista em direito de trabalho disse que é evidente que a função pública necessita rejuvenescer, sem prejuízo da velha guarda experiente.

Mas o contexto actual, com excepção da educação, saúde e outros sectores social, apresenta um cenário de redução de mão-de-obra (desvinculação) e congelamentos de salários, logo não se pode augurar novas admissões, nem aumento de salários. (O Estado demonstra não ter dinheiro).

Por isso, considera preocupante o actual mercado de trabalho, na medida em que se verifica uma desaceleração da nossa economia e as empresas enfrentam problemas de produção, porquanto reclamam subida e escassez de matérias-primas. "As empresas tem estado a estudar forma de reduzir pessoal e não têm arriscado contratar novos trabalhadores", disse. Sobre a falta de emprego ou ausência de mão-de-obra qualificada no mercado, Fortunato Paixão disse que a situação tende a melhorar.

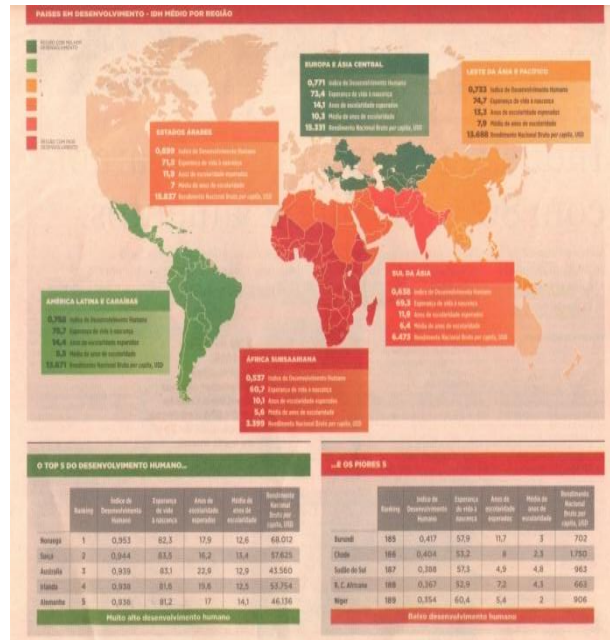
"Já estivemos pior relativamente à mão-de-obra qualificada, mas o problema que enfrentamos é de falta de emprego. Ainda temos o facto de termos uma Lei Geral de Trabalho que tornou mais barato despedir (baixou o valor das indemnizações e compensações) e preconizou ao extremo a relação jurídico-laboral, dum lado. do outro, o Estado revela necessidades em alguns sectores, designada mente educação, saúde e excedentes noutros que levanta problema de cortes", disse.

Para o académico, os métodos de recrutamento e de selecção de pessoal actualmente aplicados ainda deixa muito a desejar. "Pois o sector privado tem sido mais exigente, aliás, procura sempre os melhores técnicos e polyvalentes com vista a redução de custos com o pessoal. Entretanto, a função pública é o mais desafiante, estando muito longe do desejado, porquanto não se vislumbra critérios claros e há uma grande dose de corrupção. e favorecimento", disse Fortunato Paixão

Na sua apreciação, a maioria das instituições públicas quase que se transformaram em empresas familiares têm retirado o rendimento dessas unidades. Assim, sustenta que a técnica dos concursos públicos que estão a ser realizados nos sectores da educação, saúde e outras instituições, talvez venha a minimizar os constrangimentos, mas desde que haja um grande controlo (fiscalização).

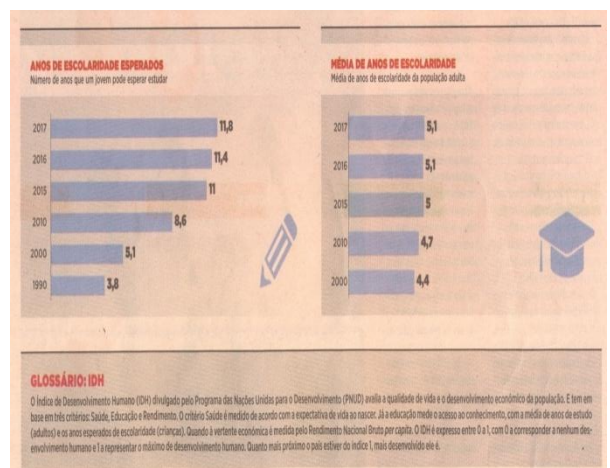
1.6 Angola na posição 147 do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU

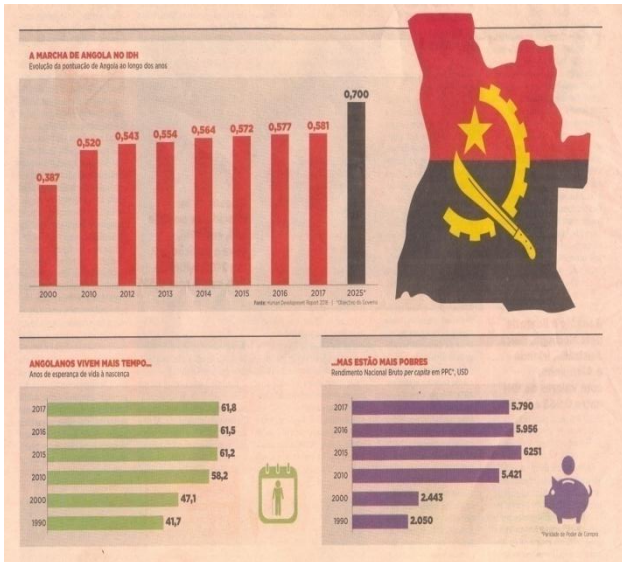
Jornal Expansão
21 De Setembro de 2018



ANGOLA VS. SADC
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) principais indicadores relativos a 2017

Países	Ranking	Índice de Desenvolvimento Humano	Expectança de vida à nascença	Anos de escolaridade esperados	Média de anos de escolaridade	Rendimento Nacional Bruto per capita, USD	Categoria
Saichelês	62	0,797	73,7	14,8	9,5	26.077	Alto Desenvolvimento Humano
Maurícias	65	0,790	74,9	15,1	9,3	20.189	
Botsuana	101	0,717	67,6	12,6	9,3	15.534	Médio Desenvolvimento Humano
África do Sul	113	0,699	63,4	13,3	10,1	11.923	
Namíbia	129	0,647	64,9	12,3	6,8	9.387	
Esuatíni	144	0,588	58,3	11,2	6,5	7.620	
Zâmbia	144	0,588	62,3	12,5	7,0	3.557	Baixo Desenvolvimento Humano
ANGOLA	147	0,581	61,8	11,8	5,1	5.790	
Zâmbia	154	0,538	66,3	8,9	5,8	2.655	
Zimbábue	156	0,535	61,7	10,3	8,1	1.683	
Lesoto	159	0,520	54,6	10,6	6,3	3.255	
Madagáscar	161	0,519	66,3	10,6	6,1	1.338	
Comoros	165	0,503	63,9	11,2	4,8	1.399	
Mali	171	0,477	63,7	10,8	4,5	1.064	
RD Congo	176	0,457	60	9,8	6,8	796	
Mozambique	180	0,437	58,9	9,7	3,5	1.093	





1.7 A vida dura da jovem mãe de dez filhos que depende do lixo para comer

Jornal O PAÍS

24 De Setembro de 2018

Texto: Domingos Bento

Quando a encontramos por volta das dez horas da manhã, Maria Fernanda estava a limpar o filho mais novo, de apenas oito meses de vida, que, horas antes, havia feito as suas necessidades na única fralda, que, no dia anterior tinha sido oferecida por uma vizinha.

"Pus-lhe esta fralda ontem às 19horas. Passou toda a noite com ela e agora já está toda mijada e vou tirá-lhe, mas depois vai passar todo o dia assim, nua, porque não tenho nem um kwanza. As fraldas de pano estão todas sujas. Não há sabão para lavar", atestou a dona de casa no primeiro contacto com o OPAIS.

Enquanto tirava a fralda, Maria, de 36 anos de idade, acalentava o filho que chorava intensamente. É que, para além do incómodo do xixi, o bebé, de Sexo masculino, chorava igualmente de fome e mostrava-se inconsolável.

Sugerida, pela nossa equipa de reportagem, a amamentar a criança, a mulher disse, com um semblante triste, que os seios estavam secos, sem leite, porque na noite anterior não havia jantado. Porém, ainda assim, Maria insiste em amamentar o bebé, mas instantes depois desiste porque os peitos, conforme mostrou, estavam totalmente secos.

"Uma pessoa pode espremer, mas não vai sair nada. Acontece-me isso todas as vezes que durmo sem

jantar. E assim ele (o bebé) fica muito nervoso. Não vai parar de chorar. O bocado de fuba que tínhamos lá dentro fiz papa ontem e dei-lhe para almoçar, explicou.

Enquanto conversávamos com Maria, de baixa estatura, estreita, os outros filhos menores puxavam-lhe pelas vestes para irem à procura de comida nos contentores, lixeiras e nos mercados espalhados pelo bairro Zango-4, zona onde a família reside.

Essa tem sido a rotina diária da família. No bairro, a maior parte das pessoas conhecem as dificuldades que Maria enfrenta. E, quando há possibilidade, algumas ajudam com o que podem. Mas a base alimentar da família vem mesmo do contentor onde a mulher e parte dos filhos recorrem todos os dias para colherem restos de alimentos que depois são levados para casa e servem para o sustento.

"Foram as crianças que começaram com a vida de recorrerem ao lixo. É a fome que é demais. E eu, como mãe, vendo isso, não tinha como impedir que fossem ao lixo. Então passei a entender e a segui-los. É uma vergonha, até na rua as pessoas falam, mas como vou fazer se não tenho nada para sustentar os meus filhos?".

Segundo Maria, que é natural da província do Cuanza-Norte, recorrer ao lixo foi a única forma que encontrou depois de ver as dificuldades a crescer todos os dias, sobretudo com o aumento do número de filhos que são de pais diferentes. O pai dos primeiros dois filhos já é falecido e o homem com quem fez os restantes filhos não lhe presta atenção e vive, actualmente, com uma outra mulher, tendo-a deixado numa maré de dificuldades.

"Com a outra mulher ele também tem seis filhos. É segurança de uma empresa. Sempre que vem nos ver só me bate, nunca aceitou que eu fizesse planeamento. Houve uma vez que tentei pôr chip, mas ele me bateu muito. Disse que mulher que faz planeamento é bandida. É por isso que «nasci» todos esses filhos", desabafou a jovem mãe que, de seguida, convidou a nossa equipa de reportagem a entrar para o interior da residência, que faz parte de um projecto de realojamento dos antigos moradores do Sambizanga.

Logo ao entrar na pequena casa, feita de metal, simples, de dois quartos e um corredor que é improvisado para sala e cozinha, nota-se as dificuldades que a família passa. No canto do corredor, o pequeno fogão a gás faz tempo que não funciona. As panelas, pratos e talhares empoeirados, abandonados e atirados de um lado para o outro

demonstram bem o quanto estes utensílios não são usados há muito tempo.

Envergonhada com a sua difícil condição de vida, Maria convida-nos a sentar em dois bidões de 20 litros de água porque em casa não há cadeiras, mesa, nem televisão. No quarto onde a mulher dorme com os filhos mais novos dispõe apenas de uma cama e um colchão em avançado estado de degradação que exala um cheiro nauseabundo e que enche a casa toda. Já os outros "filhos, mais crescidos, dormem no outro quarto ao lado, numa esteira totalmente desfiada e sem lençol.

No entanto, todos os filhos e a própria progenitora enfrentam ainda a falta de vestuários e de calçados. Por este motivo algumas das crianças passam a maior parte do tempo nuas e descalças, correndo assim o risco de contraírem doenças e outras lesões, sobretudo neste tempo de cacimbo em que exige-se maior cobertura e agasalhamento das crianças devido às epidemias oportunistas como a pneumonia.

Dos dez filhos, ninguém estuda e nenhum é registado. Os mais novos ajudam a mãe na colheita diária de comida nos contentores. Já outros, como o pequeno Bebuxo, de 13 anos de idade, desdobram -se na lavagem de carros e em outras pequenas actividades que, naqueles dias em que da procura não sai nada, ajudam em casa.

"Mas também, por serem ainda pequenos, sempre que vão lavar carros ou fazer alguns biscates são agredidos por outras pessoas mais velhas. Já muitas vezes o Bebuxo apareceu aqui com feridas e inflamações por ter sido agredido pelos moços que lavam carro. Por isso é que ele desistiu", atestou.

Muito triste

Ao ver a mãe a desabafar, Bebuxo, dos filhos o mais sacrificado, não resiste às lágrimas e no canto da casa lamenta a vida dura que a família leva. Segundo o menor, que sonha ser polícia no futuro, a família enfrenta serias dificuldades e não acha justo a indiferença do pai que faz muito tempo que não põe os pés em casa.

"Há dias em que, se na procura não aparecer nada, ficamos dois ou mais dias sem comer nada. Os meus irmãos, às vezes, roubam na casa das vizinhas só para matar a fome. Eu também vou à praça pedir comida, mas as pessoas me enxotam porque pensam que sou gatuno ou miúdo da rua. Mas é mesmo só fome, passamos muito mal aqui em casa", lamentou.

2. MICROFINANÇAS

2.1 “Concedemos uma média mensal de 2mil créditos, o que andarà à volta de 25 mil processos por ano”

Jornal Mercado

05 De Setembro De 2018

A nossa média de financiamento é de cerca de 4 mil milhões Kz por ano e a média mensal ronda os 400 milhões Kz. Contudo, à medida que os anos vão evoluindo, tende a subir e chega ao fim do ano com 4,5 ou 4,8 mil milhões Kz. Se quisermos converter em USD, estou tranquilo em dizer que já passámos os 500 milhões USD no total. Hoje se falarmos em 4 mil milhões de Kz e converter isso em USD, dá pouco mais 13 ou 14 milhões USD, mas em 2014 isso era 40 Ou 45 milhões USD, só para ver como ficou desafiante falar em números globais.

Olhando para o relatório e contas de 2017, qual foi o resultado líquido da Kixi Crédito? Antes de impostos, tivemos um resultado líquido de cerca de 300 milhões Kz, e depois de impostos declaramos um lucro de 240 milhões Kz. É pouco, se comparado com o resultado dos bancos, mas para o nosso nível de intervenção, em plena crise, é um resultado robusto.

No princípio, a Kixi Crédito tinha como grande objectivo o empoderamento da mulher, mantém essa matriz? Não necessariamente. Nunca tivemos um objectivo específico com o empoderamento da mulher. A Kixi Crédito surgiu num contexto de conflito, e um dos grandes focos no início da nossa actividade foram os campos de deslocados, numa altura em que as pessoas recebiam tudo de graça, mas não gostavam dessa condição, daí que começaram a procurar soluções de inserção no mercado por via de algum tipo de comércio para obter rendimentos.

Naquela altura, a pesquisa determinou que um dos principais obstáculos que as pessoas encaravam para se inserirem nas grandes cidades era o acesso ao financiamento, portanto foi nesta perspectiva que o programa foi lançado, como uma alternativa de financiamento às pessoas que se refugiaram nas grandes cidades devido ao conflito armado. De facto, as mulheres eram a maioria nestes centros de deslocados porque os homens estavam em combate.

Até ao momento esse quadro se mantém? Sim. Cerca de 60% dos nossos clientes são mulheres. Temos aproximadamente 25 mil clientes e pouco mais de 14 mil são mulheres. Isto quer dizer então que o sector

do comércio continua a ser aquele que tem maior exposição na vossa carteira de crédito? Claro. É o sector com mais visibilidade, e é um dos que mais cresce, porque os outros sectores, como o produtivo e de prestação de serviços, estão ainda em escala inferior.

Qual é o valor que o sector do comércio consome na vossa carteira, e qual é valor para os outros sectores? Neste momento, estamos com uma média de desembolso de crédito de 400 a 500 milhões de Kz por mês. Deste valor, cerca de 60% a 70% é para o comércio, sendo o restante destinado à prestação de serviços e ao sector produtivo.

Nós contabilizamos mais de 400 mil financiamentos durante o nosso tempo de existência. Obviamente que nem todos os financiamentos terão produzido os mesmos resultados, alguns excelentes e outros nem por isso, mas já financiámos mais de 500 milhões USD.

Olhando para o sector produtivo, quais são as áreas económicas que mais se destacam? É o sector da transformação. Temos clientes que transformam e pedem financiamento apenas para arcar com os custos de transporte para a comercialização. Neste momento, quantos processos deram entrada na Kixi Crédito e aguardam por financiamento?

Temos uma média mensal superior a 2 mil créditos, o que andarà à volta de 25 mil processos por ano. Isto é dinâmico, os nossos clientes são cíclicos e essa é a nossa média. A estimativa mensal é de 250 a 400 milhões Kz, a média diária é de 20 milhões Kz por desembolso. O crédito médio por cliente, isto é, todo o crédito concedido pelo número de clientes na altura em que concedemos, ronda os 150 mil kwanzas. Muitas vezes questionam-nos, como é que mesmo em crise continuamos a conceder financiamentos, isso porque a banca, em geral, parou de dar crédito. A nossa única actividade é conceder crédito, por isso continuamos.

Qual é o valor mínimo e máximo que a Kixi Crédito concede a cada cliente? O valor máximo é tabelado por Lei e corresponde a 1 milhão Kz por pessoa. Não existem mínimos, mas tentamos não ceder financiamento abaixo de 10 mil Kz. 1 milhão Kz foi determinado numa conjuntura em que era equivalente a 10 mil USD. Estamos a falar de 2011, quando saíram os regulamentos actuais, e, obviamente, 1 milhão de Kz actualmente é muito dinheiro, mas estão longe de ser 10 mil USD.

Defende que a legislação carece de actualização? A legislação está actualizada, temos um novo instrumento legal que é a Lei 12/15, a Lei das

Instituições Financeiras que substituiu a Lei 13/05. O que não temos actualizado, são os regulamentos. A legislação é da responsabilidade da Assembleia Nacional, sendo os regulamentos uma responsabilidade do regulador, que é o banco central. No capítulo dos montantes, principalmente para aquele valor que está definido como máximo, deveria ser actualizado.

Qual é o tratamento que a Kixi Crédito dá aos processos de solicitação de crédito cujo valor vai além do estipulado por lei? É difícil. Há pouco tempo, uma cliente veio ter connosco porque precisava de 2 milhões Kz para reabilitar um salão de festas. Informamos que não concedemos crédito acima de 1 milhão Kz e sugerimos que fosse a um banco novo que diz oferecer micro-crédito. Dias depois a cliente ligou a dizer que a quantidade de documentos que o banco exigiu, entre os quais estudo de viabilidade e projecto de construção, fez-lhe desistir. Ou seja, só para tratar os documentos, provavelmente, nem os 2 milhões Kz de que precisava para o investimento seriam suficientes.

Pensa que com estes procedimentos a banca tem, de alguma forma, contribuído para o atraso no desenvolvimento ou implementação de alguns projectos empresariais? Não culpo só a banca. FÓrum lado, os bancos utilizam um sistema de raking para uma realidade descontextualizada. Por outro lado, as instituições credoras em Angola estão muito desprotegidas.

2.2 Há quase 50 mil empresas em Angola

Jorna O PAÍS

05 De Setembro de 2018

Texto: Luís Faria

Há cada vez mais empresas em Angola (entre 2014 e 2017 a tendência foi crescente), mais de metade das unidades em actividade concentra-se em Luanda e quase metade opera no "comércio por grosso e a retalho". Estas as grandes conclusões a retirarem do Anuário de Estatísticas de Empresas 2014-2017 que o Instituto Nacional de Estatística (INE) acaba de publicar.

Em 2017 encontravam-se em actividade, de acordo com o estudo do INE, mais de 49 mil empresas (49.376), concentrando-se 58% na província de Luanda, 8% na Benguela, absorvendo o Cuanza-Sul 5%, a Huíla 4%, o Huambo também 4% e Cabinda 3%. O sector do "comércio por grosso e a retalho" ocupava 49% das empresas activas, o "alojamento e restauração (restaurantes e similares) 9%, as

"actividade de consultoria, científicas, técnicas" 6%, a "indústria transformadora" outros 6% e as "actividades administrativas e serviços de apoio" 4%.

É digno de registo que, num período de desaceleração da economia; que passou mesmo por uma fase recessiva em 2016, o número de empresas, quer a aguardar início de actividade quer a operar não tenha parado de crescer, sendo o ritmo de crescimento mais intenso entre as primeiras, as que ainda se preparam para entrar no mercado.

De destacar que, no plano jurídico, 50% das empresas apresentam-se como empresas em nome individual, ao passo que 47% são sociedades por quotas. Mais iniciativa desde 1996 É a partir de 1996 que os angolanos mostram mais iniciativa na criação de empresas. Foi entre aquele ano e 2005 que arrancaram 43,6% das empresas que se encontravam o ano passado em actividade, tendo, entre 2005 e 2017, começado a operar 44,3% delas.

Apenas 9,4% das empresas que se encontravam activas no último ano se estrearam no mercado entre 1986 e 1995. No período analisado no último anuário do INE (2014-2017) foi em 2016 que se verificou a maior taxa de natalidade de unidades empresariais (5,3%) e foi em 2015 que se assistiu ao nascimento de menos empresas, tendo a taxa de natalidade ficado por 1,4%.

Já a mortalidade tem maior incidência em 2014 e 2017, com 1,5% e foi mais baixa em 2015, com 1,3%. Tanto a taxa de natalidade como a de mortalidade das empresas quociente entre as empresas que nascem ou fecham e as que se encontram activas num determinado ano verificada no período em questão, têm mais a ver com a expectativa dos agentes económicos e outros factores que com a evolução do ciclo económico, havendo que recordar que a mais baixa taxa de evolução da economia aconteceu em 2016. Quando se aborda os indicadores que assinalam o nascimento e a morte de empresas no plano geográfico constata-se que a maior taxa de natalidade no período em análise registou na Província do Huambo, com 8,6%, seguida pelo Bié, com 8,5%, em 2017.

O documento do INE adianta que 21 "em relação às actividades económicas em 2017, as maiores taxas de natalidade de empresas, foram observadas nas actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas, com 10,3%, seguidos das actividades administrativas e dos serviços de apoio, com 9,3%. Observando a forma jurídica, as sociedades por quotas tiveram a taxa de natalidade mais elevada em 2016, com 6,2% e em 2017, com 5,2%".

No último ano, as menores taxas de natalidade foram observadas nas empresas em nome individual e nas sociedades anónimas, com 1,9% e 2,1%, respectivamente. Já a maior taxa de mortalidade de empresas registou-se na província do Cuando Cubando, com 5,9%, seguindo-se a do Bengo (6%).

A análise da mortalidade de empresas por actividade económica no período em referência demonstra que em 2017, a taxa mais elevada ocorreu na agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas, com 4,2% e na electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, com 4,1%. A menor taxa de mortalidade registou-se nas actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas, com 0,0%.

Relativamente ao seu estatuto jurídico, a mortalidade das empresas foi mais elevada nas empresas públicas em 2016 e 2017 com 18,8% e 18,1%, respectivamente. O ano 2017 observou as mais baixas taxas de mortalidade da generalidade das outras formas jurídicas, destacando-se as sociedades por quotas e as sociedades anónimas com 1,0% e 1,7%, respectivamente.

2.3 Banco postal insiste na inclusão financeira

Jornal Económico e Financeiro
07 De Setembro de 2018

A inclusão financeira vai continuar a ser uma das principais tendências do Banco postal para os próximos anos, pois existem muitos ganhos com o aumento do universo demográfico bancário em Angola e a mitigação da exclusão social é um dos ganhos.

Para o banco, a inclusão financeira não é apenas um acto de responsabilidade social, é muito mais do que isso. É a missão estratégica.

Segundo uma nota de imprensa do Banco Postal, emitido em ocasião do seu primeiro aniversário, a bancarização vai continuar a ser um dos principais eixos estratégicos das instituições a operarem em Angola. A expansão geográfica dos canais físicos e digitais, aspecto que reflecte na capilaridade da rede bancária, é um forte indicador deste processo. A nota acrescenta que a outra com certeza que vai ser a crescente utilização das novas formas de pagamento com suporte às tecnologias mobile.

"O BP foi constituído por escritura pública num dia como hoje, em 2016, tendo arrancado as suas operações com um capital social inicial que rondava no valor de 2,5 mil milhões kwanzas. Actualmente,

cumprindo os pressupostos do BNA, elevou o 'seu capital social em pouco mais de 10,5 mil milhões de kwanzas", lê-se no documento.

Os 2 anos que marcaram o arranque das operações do banco segundo a nota, foram inscritos na sua história por desafios titânicos e expectativas concretizadas. Por isso, o banco entra para o mercado financeiro com um modelo de negócio multis-segmento, congrega 3 unidades de negócios, até então inexistente neste sector onde impera em massa o conceito de banca universal. Actualmente, o banco já oferece instrumentos e ferramentas que têm permitido que os angolanos sejam dotados de personalidade financeira como um direito fundamental. O Xikila

Money, a primeira unidade de negócio do BP a que foi lançada, é a materialização efectiva da missão acima referida.

É um dos mais inovadores paradigmas de serviços bancários em Angola. Pois, diferentemente de outros, o Xikila Money congrega o que há de melhor em dois mundos: Operações bancárias através de tecnologias móveis e os tradicionais canais físicos da banca, onde no BP estão estruturados em agências, quiosques, agentes externos e a rede paga aqui.

Os mais 250 mil angolanos que abriram uma conta no Xikila Money, em menos de dezoito meses, confirmam assim a aposta do banco num serviço de proximidade e inovador, como mostram os números, é claramente valorizado pelos seus clientes. A unidade de negócio, comércio e empresa é um complemento do Xikila Money.

2.4 Mais de 100 jovens empreendedores beneficiaram de crédito bancário

Jornal O PAÍS
10 De Setembro de 2018

Cento e 37 jovens, de um total de 577 formados desde 2014 a Junho do ano em curso em empreendedorismo e gestão média de pequenos negócios, no Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) no Lubango, província da Huíla, beneficiaram de créditos bancários no âmbito do fomento do auto-emprego.

O responsável em exercício do CLESE, Dinis Cambulo, citado pela Angop, disse que a iniciativa é do Centro, em parceria com os bancos comerciais, e visa financiar projectos gizados por jovens recém-formados, virados para a criação de empregos.

Segundo o responsável, sem avançar valores, o financiamento obedece a duas vertentes, os de empreendedorismo, que beneficiaram de um crédito mais avultado pelo facto de apresentarem um grau de viabilidade mais clarificado, assim como os de gestão de médios e pequenos negócios, mais reduzido, uma vez que abrange até os vendedores ambulantes e terem como retornar os valores. Fez saber que os bancos, além de absorverem estes empreendedores, reúnem-se com os proprietários dos projectos para constatar a viabilidade e estabelecer os prazos e as formas de reembolso, bem como orientá-los, e só depois comunicam ao Centro o montante disponibilizado.

Por outro lado, fez saber que desde a abertura, o Centro recebeu inscrições de um milhão e 390 candidatos que procuram o primeiro emprego, sendo que só 70 mil estão colocados no mercado. Na sua opinião, justifica-se, pois a oferta é pouca e a procura é muita, mas também não deixou de atribuir a culpa ao sector privado, por este não recrutar dentro dos centros de formação. "Algumas empresas têm medo por causa da fuga ao fisco e situações não muito boas e não passam pelo Centro de emprego, muito menos no CLESE, para fazerem o recrutamento de candidatos" esclareceu.

2.5 Cinco bancos concentram quase a totalidade do crédito vencido

Jornal Economia & Finanças

14 De Setembro de 2018

Texto: Pedro Peterson

Cinco bancos' comerciais a operar em Angola concentravam 95,08% de todo o crédito bancário vencido a mais de 90 dias no final de 2017, segundo o relatório de estabilidade financeira recentemente divulgado pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

As cinco instituições, que o BNA não identifica, incluíam 'um banco público e quatro bancos privados angolanos.

Assim, no global do sistema bancário nacional, os bancos registaram o maior nível de um cumprimento, representando 81,49 por cento do total de crédito vencido do sistema, seguido dos bancos privados nacionais com 17,28 por cento e dos bancos privados estrangeiros com 1,23 por cento.

Em 2017 continuou a observar-se o agravamento do crédito vencido do agregado do sistema bancário, que se situou no final do ano em 1 201585 milhões de

kwanzas, um acréscimo de 30,85 por cento comparativamente ao valor contabilizado no final de 2016 e de 265,25% relativamente a 2013.

Quanto ao sector institucional, as empresas privadas detêm maior nível de incumprimento com 87,85% e aumentaram em 29,53% face a Dezembro de 2016, todavia, os particulares que representavam 9,77%, registaram um aumento superior de 54,62%.

O rácio do crédito vencido sobre o crédito total situou-se em 32,21 % em 2017 e o rácio do crédito vencido malparado fixou-se em 28,78%.

Não obstante o número de instituições bancárias ter aumentado, os níveis de concentração do crédito no sistema bancário continuam elevados.

A quota de mercado, os 5 bancos com maior volume de crédito foi de 74,65%, tendo reduzido o, pontos percentuais, em relação período homólogo.

2.6 Sistema financeiro inverte tendência de degradação

Jornal De Angola

14 De Setembro de 2018

Texto: Victorino Joaquim

O sistema financeiro angolano tende a inverter o índice de instabilidade ao longo do segundo semestre deste ano, declarou ontem o governador do Banco Nacional De Angola (BNA), citando instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional.

José de Lima Massano, que falava durante a divulgação do relatório "Banca em análise 2017", da empresa de consultoria Deloitte, afirmou que a recuperação surge depois de um processo de degradação da estabilidade do sistema financeiro que se verificava desde 2015.

Apesar das previsões de melhoria, disse o responsável, a vulnerabilidade macroeconómica que ainda se observa, incrementa a responsabilidade do BNA na prevenção, gestão e resolução dos desafios que se levantam ao sistema financeiro.

O governador apontou, como parte dessas responsabilidades, a criação do Fundo de Garantia dos Depósitos, um instrumento de protecção dos depositantes que é usada por 120 países no mundo e permite a recuperação de depósitos efectuados pelos clientes em caso de insolvência de determinadas instituições depositárias, sendo este, mais um marco importante na credibilização do sistema financeiro do País.

Malparado duplicou

José de Lima Massano anunciou que o rácio de crédito malparado duplicou nos últimos três anos, de 11 por cento em Dezembro de 2015, para 26 por cento no decurso deste ano.

Essa evolução deve-se ao aumento das dificuldades de reembolso dos empréstimos por parte das famílias e das empresas, esta, mais sentidas nos sectores do comércio, construção e actividades imobiliárias, apontou o governador.

Activos em altas

O estudo revela que o valor total dos activos das instituições financeiras ascendeu a 10.129.800 milhões de kwanzas em 2017, o que corresponde a um crescimento de 3,00 por cento face a 2016.

De acordo com o estudo o total do resultado líquido do sector bancário nacional registou, em 2017, um decréscimo de 6,00 por cento em relação ao ano anterior, caindo par os 158,910 milhões de kwanzas.

José Barata, sócio e líder do sector Financeiro da Deloitte Angola, que apresentou o estudo, referiu que “ no âmbito das actividades bancárias, assistimos em 2017, uma trajectória mista no comportamento dos principais indicadores do sector”.

Observou-se aumento global do total dos activos e dos capitais próprios dos bancos, mas o crédito líquido concedido a clientes, o produto bancário e os resultados líquidos dos bancos registaram um decréscimo, afirmou.

Esta foi a 13ª edição do relatório que, além de abordar o desempenho do sector financeiro, avalia as perspectivas da evolução, bem como desafios do sector, constituído por cerca de 30 bancos.

2.7 Comissão económica extingue programa Angola Investe e Instituto de Fomento Empresarial

Jornal O PAÍS

15 De Setembro de 2018

Texto: Nensa Filipe

A 9ª Reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República' João Lourenço, apreciou e aprovou quatro aspectos fundamentais sobre a economia nacional, dentre os quais se destacam o Plano de Acção de Orçamento do Programa de Apoio à Produção, Diversificação

das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI) e a substituição do Programa Angola Investe por um outro programa de facilitação de acesso ao crédito.

A Comissão aprovou ainda o conjunto de tarefas que deverão ser executadas no decorrer deste ano e durante o ano de 2019.

Na ocasião, o secretário de Estado para a Economia e Planeamento' Sérgio dos Santos, falando à imprensa, esclareceu que o PRODESI faz parte dos 83 programas incluídos no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Explicou que os programas do PRODESI serão executados pelo Executivo, empresários e pela comunidade académica, um esforço triplo que disse ter como objectivo apoiar o fomento da produção nacional, a substituição de importações e a diversificação das exportações.

As tarefas previstas para execução ainda neste ano têm a ver, segundo o secretário de Estado, com a organização da unidade técnica de implementação do PRODESI, estrutura executiva que vai concretizar esta parceria tripla. A mesma vai criar uma equipa de trabalho que irá executar um conjunto de projectos em três domínios, nomeadamente no domínio do apoio à produção (agro indústria, exploração florestal, recursos minerais e turismo e lazer), no domínio da melhoria do ambiente de negócios e das condições transversais para se fazer negócios em Angola.

Fazem ainda parte destes domínios os aspectos ligados à aceleração dos resultados que se esperam para o PRODESI, de que se destacam os projectos relacionados com a captação do investimento directo estrangeiro, os projectos ligados à facilitação do acesso ao crédito para os empresários e os ligados às infra-estruturas, sobretudo as parcerias público-privadas.

"Este programa foi aprovado e descreve um envelope de despesa que vai ser orçamentado no OGE 2019 e que prevê um total de treze mil milhões de kwanzas", informou.

A substituição do Angola Investe

O secretário de Estado falou ainda da substituição do programa de facilitação de crédito denominado Angola Investe por um novo programa que venha atender o contexto que o país vive, de restrição de recursos.

O responsável esclareceu que se pretende com isso, ainda este ano, que seja anunciado um novo programa capacitado para concentrar recursos

disponíveis para financiar a economia e melhorar as insuficiências do programa Angola Investe que disse serem várias e mais acentuadas ainda no contexto de escassos recursos.

Sublinhou que será iniciado um processo de substituição do programa envolvendo auscultação aos empresários em relação às dificuldades de acesso ao crédito e ainda os bancos comerciais em relação às questões inibidoras da concessão de crédito e com a garantia de novos produtos financeiros mais ajustados às realidades actuais.

Informou que o Angola Investe já concedeu 515 financiamentos e os bancos disponibilizaram um total de 120 mil milhões de kwanzas. Avançou que o Estado, para apoiar essa concessão de recursos da própria banca para os projectos que foram aprovados, teve despesas na ordem dos 55 mil milhões de kwanzas, despesas essas que serviram para bonificar os juros, capitalizar fundo de garantia de crédito e fundo activo de capital de risco, tudo com o objectivo de criar um ambiente satisfatório para a concessão de crédito.

"Com o descontinuar do programa Angola Investe, vamos garantir os compromissos assumidos com os bancos e com o sector privado beneficiário do crédito. Vamos fazer o levantamento da dívida vencida que existe, sobretudo de bonificação de juros e garantir o pagamento dessa dívida", avançou.

Reforço do INAPEM

A Comissão Económica decidiu, por último, aprovar a extinção do Instituto de Fomento Empresarial, a transferência de todos os seus recursos humanos e patrimoniais para o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), aprovando o seu novo estatuto orgânico que traz funções ligadas ao contexto e que vão fortalecer o seu desempenho nos próximos dias.

Sérgio dos Santos informou que será aprovado nos próximos dias o Conselho de Administração do INAPEM a fim de se começar um posicionamento mais forte junto do sector privado, fundamentalmente das pequenas, e médias empresas.

2.8 Agricultores recebem apoio para aumentar a produção

Jornal De Angola

16 de Setembro de 2018

Comunidades rurais dos municípios da Ganda e Cubal (Benguela). Caála, Bailundo e Longonjo (Huambo) vão beneficiar do projecto "Grande

Plutónio" para adquirir meios de produção, alargar as áreas de cultivo e melhorar os níveis de produtividade, reduzindo, desta forma, a pobreza.

Financiado pela petrolífera BP Angola, o projecto foi lançado sexta - feira, no município da Ganda, pela Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), com objectivo de apoiar o desenvolvimento económico de cooperativas agro- pecuárias.

Em declarações à Angop, a directora da ADRA - Antena Benguela, Célia Sampaio, afirmou que os pequenos produtores associados podem, junto do projecto Grande Plutónio, obter apoios para contornar a situação difícil que vivem, marcada por insuficiência de insumos agrícolas e dinamizar a criação de postos de trabalho.

Para Célia Sampaio, nas actuais circunstâncias do país, em particular da província, o desenvolvimento cooperativo surge como uma das vias para a dinamização de actores económicos locais.

A directora referiu que a sua organização está comprometida com a construção de uma nova Angola rumo ao progresso, através das acções nos municípios e comunidades, para o reforço da capacidade produtiva e inclusão no circuito de comercialização por intermédio do cooperativismo.

A directora solicitou às administrações locais, serviços de Justiça, de veterinária e do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), que desempenhem papel importante na implementação deste projecto, sendo uma parceria indispensável para a concretização de uma governação mais participativa.

O administrador municipal da Ganda, Francisco Rodrigues Prata; realçou a importância do projecto, pela oportunidade que dá aos camponeses organizados no acesso a bens e serviços para o desenvolvimento da actividade do campo e tornarem -se actores da mudança da economia local.

Francisco Rodrigues Prata destacou o papel da ADRA na implementação do projecto, que "vai contribuir para o progresso e desenvolvimento económico e social da região" e pediu aos agricultores para unirem I esforços, no sentido de criarem mais cooperativas agropecuárias, de maneira a usufruírem dos benefícios do programa.

Francisco 'prata destacou que o Executivo tem apostado na agricultura, potencializando as associações, através de bens e serviços para reduzir a dependência das importações dos produtos agrícolas.

O município da Ganda é rico em potencialidades agrícolas tolas e pecuárias, cujas condições

climáticas favorecem a prática de qualquer tipo de actividade de fomento de agricultura ao longo de todo o ano, sem interrupção.

2.9 Angola investe extinguido e será criado um novo programa

Jornal O PAÍS

18 De Setembro de 2018

O secretário de Estado da Economia, Sérgio Santos, disse no final da reunião que o funcionamento do novo programa, nomeadamente montantes e valor da bonificação das taxas de juro, será conhecido entre Dezembro de 2018 Janeiro de 2019.

Sérgio Santos recordou que o programa Angola Investe concedeu ao longo dos últimos quatro anos, através da banca comercial, 120 mil milhões de kwanzas (420 milhões de dólares) para financiar 515 projectos.

Disse ainda que o Estado apoiou a concessão de créditos num total de 55 mil milhões de kwanzas (193 milhões de dólares), que serviram para bonificar os juros, capitalizar os fundos de garantia e de capital de risco e para a criação de "ambiente satisfatório à concessão de crédito."

O programa Angola Investe foi criado pelo governo para o apoio e financiamento de projectos de investimento às micro, pequenas e médias empresas, sendo operado por bancos comerciais nacionais e coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento, em parceria com o Fundo de Garantia de Crédito.

Em Junho deste ano, à margem do I Congresso da Produção Nacional, realizado pela Confederação Empresarial de Angola, Sérgio Santos considerou "satisfatórios" os resultados do programa Angola Investe, que conta com um acompanhamento trimestral do Governo.

Aos micro empresários, o crédito concedido foi até 200 mil dólares, aos pequenos empresários 1,5 milhões de dólares e aos médios empresários cinco milhões de dólares, sendo prioritários no acesso ao empréstimo projectos nos sectores da agricultura, pecuária e pescas, seguindo-se materiais de construção, indústria transformadora, geologia e minas e serviços de apoio ao sector produtivo.

2.10 Indústria e Agricultura ficaram com 80% dos financiamentos

Jornal Expansão

21 De Setembro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

O Programa Angola Investe (PAI), criado em 2012, financiou 402 projectos no valor de 90 mil milhões Kz, sendo que a indústria transformadora foi o sector que mais recebeu financiamento deste programa estatal cujo fim foi anunciado sexta-feira, 14 de Setembro.

Ao longo de sete anos foram aprovados 515 projectos, avaliados em 120,3 mil milhões Kz, ficando na 'gaveta' 113 projectos cujo financiamento rondava 30,3 mil milhões Kz, de acordo com informação do Ministério da Economia e Planeamento a que o Expansão teve acesso.

Fontes da banca comercial adiantaram ao Expansão que a maior parte dos projectos ficaram 'engavetados' a partir de 2014, altura em que o Estado retirou a linha de crédito bonificado e o Fundo de Garantia de Crédito (FGC), fazendo com que os bancos comerciais suspendessem a cedência de financiamento a estes projectos.

Em sete anos, o Estado disponibilizou, para apoio à concessão de créditos, um total de 55 mil milhões Kz para bonificar os juros, capitalizar os fundos de garantia e de capital de risco.

Quando foi concebido, um dos objectivos do projecto passava pela criação até 2015 de 300 mil postos de trabalho directo, indirecto e induzidos. No entanto, a 30 de Junho de 2016, os projectos aprovados apenas previam a criação de 64.674 empregos, pouco mais de 20% da meta inicial. Também estava previsto até 2015 um financiamento à economia na ordem dos 150 mil milhões Kz. Em 2016, os financiamentos aprovados eram de 87,8 mil milhões.

Apesar de os números não terem atingido as metas iniciais, empresários e economistas reconhecem ter sido um programa que serviu para relançar as iniciativas empresariais. Lamentam que a suspensão das garantias aos financiamentos tenha impedido o desenvolvimento deste programa estatal.

Os bancos públicos, nomeadamente o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), apenas conseguiram financiar o programa nos primeiros dois anos.

PAI acaba e nasce o PAI +

Na semana passada, o Governo anunciou o fim do Programa Angola Investe, mas tem previsto um relançamento deste programa, denominado PAI +, mais vocacionado para a substituição de importações e diversificação das exportações, naquela que é uma das principais medidas previstas no Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI).

O PAI + "assenta na disponibilização de "produtos financeiros reestruturados e customizados à medida de cada um dos produtos prioritários da diversificação". Por exemplo, visa financiamento de diferentes pacotes tecnológicos por tipo de cultura/localização geográfica; acordos de convenção de vendas (dispensando a apresentação de projecto de viabilidade para quem já tenha a sua fazenda operacional e pretenda comprar a crédito um tractor ou camião, entre outros equipamentos); ou financiamentos na modalidade de leasing".

Luanda lidera localização dos projectos financiados. Dos 90 mil milhões Kz disponibilizados, 37 mil milhões foram entregues a projectos da indústria transformadora e extractiva, correspondendo a 41 % do valor total. Já a Agricultura e Pescas receberam 33,3 mil milhões, ou seja, 37% dos 90 mil milhões. Os restantes 19,7 mil milhões Kz foram distribuídos ao sector produtivo e a outros serviços.

Em termos de abrangência territorial dos financiamentos aprovados e financiados, os dados indicam que Luanda, com 46%, é a província com maior concentração de projectos aprovados, seguindo-se Benguela com 13%, Cuanza Sul, Bengo e Huíla com 5% cada.

2.11 Fim do programa Angola investe prejudica empresários

Jornal O País

25 De Setembro de 2018

Texto: Patrícia de Oliveira

Governo decidiu pôr fim ao Programa Angola Investe que, nos últimos quatro anos, concedeu, através da banca comercial, 120 mil milhões de Kwanzas (361,5 milhões de euros) para financiar 515 projectos.

Para o presidente da Confederação Empresarial de Angola (CEIA), Francisco Viana, é um "duro golpe" para o empresariado, porque milhares ficaram sem crédito.

Na opinião do empresário, deveria ser feito um relatório para saber o que correu mal, se tem a ver com o tráfico de influências e com o crédito mal parado e não acabar com o projecto que era um exemplo de programa nacional.

Segundo ele, em diálogo com a equipa económica no sentido de melhorar o programa Angola Investe, com a implementação do "Angola Investe +", nomeadamente reforçar o fundo de garantias para os empresários na ordem dos 70%.

Por outro lado, melhorar a pagamento efectuado aos bancos privados para ter a possibilidade de dar juros bonificados, que são os 7%.

Explica ainda que, o empresariado tinha juros bonificados de 7%, tinha o fundo de garantia e poderia trabalhar para obter créditos e quando se retira, o empresariado fica sem apoio para as garantias reais e com juros da banca, que estão próximos dos 30%.

"Para o empresário angolano, a economia nacional não tem crédito e havia uma promessa de avançar com um outro programa de nominado "Angola Investe +" e o Governo recuou e está a prometer que irá resolver o problema", frisou.

A mesma opinião defende o Presidente da cintura verde de Luanda, Mito da Silva, que refere que o encerramento do programa deixou os empresários sem uma direcção exacta. Durante este período, os agricultores deparam-se com calamidades naturais, estiagem e falta de importação de sementes, soja e outras matérias-primas.

A sua inquietação tem a ver com o crédito efectuado para o programa Angola Investe com o apoio de 5% do Governo, questionando-se como ficam os produtores que ainda não terminaram de pagar, quem irá assumir a outra parte.

Segundo o empresário, o crédito destinado ao programa começou em 2013 e um ano depois não havia importações por falta de divisas, deste modo não cumpriu com o objectivo inicial.

Investimentos às micros, pequenas e médias empresas

o Angola Investe foi criado em 2012 e visava o apoio e financiamento de projectos de investimentos às micros, pequenas e médias empresas, operado por

bancos comerciais e coordenado pelo Ministério da Economia, com a parceria do Fundo de Garantia de Crédito. Incluía também, nas metas, a criação de 300 mil postos de trabalho e 9 mil empresas até 2017.

Em sua opinião, deveria haver uma amnistia para o programa "Angola Investe". Por outro lado, muitas empresas agrícolas faliram com um crédito para paga ao Banco.

Por sua vez, o vice-presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), Jorge Pinto, referiu que (programa era uma falácia, porque não tinha garantias reais).

"Os camponeses não têm imóveis registados nem estruturas de terra e a garantia dos bens adquiridos é uma dívida por pagar, nunca foi estruturada para o investimento do país", ressaltou.

No seu entender, os empresários que utilizaram o crédito do programa Angola Investe são aqueles que já possuíam dinheiro e foram buscar mais. Para ele, os camponeses que encontram-se nesta situação podem fazer uma auditoria para saber aonde foi aplicado o dinheiro e actuar com flexibilidade.

2.12 KixiCrédito beneficiou 400 mil pequenos negócios

Jornal O País

28 De Setembro de 2018

A Kixi Crédito apoia um grupo com menos oportunidades de acesso ao ensino e ao mercado de trabalho formal e a quem cabe a responsabilidade de gerir o espaço doméstico. Com este micro-empréstimo, podem contribuir para o conforto e o bem-estar das suas famílias e para a sua autonomia financeira.

Segundo o documento a que OPAÍS teve acesso, apesar do crescimento de milhares de micro-negócios sustentáveis em Angola e da sua ética de transparência' a KixiCrédito continua a debater-se com dificuldades no seu financiamento.

O grosso dos seus empréstimos provem de financiadores internacionais' os chamados M.r.V. (Veículos de Investimentos em Microfinanças), tais como a REGMIFA/Symbiotics, Trimple Jump, Triodos Bank, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), FEFISOL e ainda o IFC.

Em jeito de balanço, a Kixicrédito projecta um futuro onde a actividade de micro finanças possa ser uma aliada do Governo no combate à pobreza, por via da

inclusão financeira abrangente. Um horizonte que se adivinha cada vez mais próximo: os bancos já apresentam o micro-crédito como um serviço a prestar e o BNA (Banco Central de Angola) apresenta-se mais cooperante com o sector. Para a Kixicrédito, a aliança entre o Executivo e as sociedades de micro-finanças completa -se no momento em que a regulamentação e a configuração legal da actividade se tornem uma realidade. A partir daqui, podem ser criadas condições e incentivos para o financiamento interno, que permitirá alargar os apertados prazos de reembolso que as instituições de micro-crédito têm vivido até ao momento, por factores como a exposição cambial associada aos constrangimentos de licenciamentos e reembolso de compromissos com credores internacionais. Com o aumento desses prazos, reduzem-se as taxas de juro aos micro-empresendedores, torna-se o mercado mais dinâmico e competitivo e transforma-se a vida de um maior número de cidadãos.

A KixiCrédito comemora hoje, Sexta feira, dia 28, o seu seu 13.º aniversário como instituição oficial de micro-crédito.

2.13 O que nós fazemos é resolver um dos problemas de exclusão financeira

05 De Setembro De 2018

Jornal Mercado

Texto: Quingila Hebo

A Kixi Crédito completou recentemente 13 anos de existência. Ao longo deste período, presumimos, nem tudo correu bem. Qual é a taxa de incumprimento da Kixi Crédito? Sim, de facto, há dificultades. A nossa taxa média de incumprimento subiu ligeiramente com a crise, mas mantivemos uma taxa bastante sólida, abaixo de 5%. Neste momento, registamos uma taxa de incumprimento ponderada entre 11% a 12%, que é muito baixa se comparada aos bancos, que, segundo o governador do BNA, a taxa de crédito malparado é de 26%.

Esta taxa de incumprimento é devido à vossa exposição ao sector do comércio? Toda gente sabe que o comércio transfronteiriço reduziu bastante com a crise, devido à pouca disponibilidade de divisas. Acredito que teremos tido uma exposição no comércio transfronteiriço entre 11% a 15%, e é a camada que mais sofreu com a falta de divisas. Mas, somado a isso, com toda a problemática cá dentro, o que aconteceu é que os rendimentos permaneceram quase estáveis e os preços não. Quem ganhava 100 mil Kz em 2014 praticamente ainda ganha o mesmo

valor, nalguns casos passaram a ganhar 105 mil ou 120 mil Kz, mas os preços registaram um incremento muito acentuado. Isto significa que o rendimento disponível das famílias começou a ser canalizado para as necessidades básicas, deixando de fora o serviço da dívida com credores. Algumas famílias deixaram de comprar vestuário ou deixaram de construir, e isso levou a que a nossa carteira de crédito se depreciasse ligeiramente.

Ao longo da existência da Kixi Crédito, quantos processos por incumprimento sentiu necessidade de levar a tribunal? É uma discussão que temos tido internamente. O gerente defende que alguns clientes deveriam ser levados à justiça, mas temos que pensar primeiro quanto custa levar um processo a tribunal. Às vezes, o cliente deve-nos 500 mil Kz, note-se que um tribunal para dirimir um caso de incumprimento tem que fazê-lo na Câmara Cível, e os emolumentos para dar entrada a um processo na Câmara Cível são muito altos. Além de que é preciso contratar um advogado e esperar pelo veredicto durante quatro ou cinco anos. No fim do processo, os custos podem chegar a 1 milhão ou dois 2 milhões Kz, muito acima do que o cliente deve. Portanto, a análise custo/benefício determinou que não levássemos processo algum ao tribunal.

Qual seria o prazo ideal para a execução de uma garantia de crédito? Vamos seguir o exemplo das economias mais maduras, como da América ou da Europa. Nessas economias, o tempo de execução de uma garantia é o tempo sumário. Por exemplo, tenho um amigo que se casou nos Estados Unidos e estava à espera que o dinheiro para as despesas saísse de Angola, isto foi no início da crise, o dinheiro demorou a chegar, tinha o compromisso de pagar, nem sequer era um crédito, mas a empresa cobrou durante três dias e depois transferiu a responsabilidade à uma empresa de cobranças. A partir daí, à dívida, que era de 100 USD, acrescentou-se uma taxa. A empresa de cobranças cobrou a dívida durante uma ou duas semanas e depois transferiu-a ao tribunal, que em tempo sumário decidiu tomar algum activo que o devedor tinha para cobrir a dívida. Com essas medidas, a responsabilidade de contrair um empréstimo é maior e os credores sentem-se, de alguma forma, protegidos. Portanto, a reforma judicial que foi prometida pelo actual Presidente da República, é necessária, principalmente para dinamizar a economia, porque as instituições credoras, nomeadamente os bancos, precisam de uma alavanca legal forte, que dê protecção suficiente para se exporem mais.

Acredita que se houvesse essa protecção legal os bancos comerciais financiarão mais a economia?

Acredito que as instituições financeiras têm dinheiro, e o dinheiro serve para fazer mais dinheiro. Hoje os bancos vivem emprestando dinheiro ao Estado por via dos Títulos de Tesouro, é aí que têm cerca de 70% de exposição bancária, mas o papel fundamental dos bancos é emprestar dinheiro à economia por via do financiamento de vários projectos e, obviamente, quando o nível de protecção aos credores aumentar e o sistema judicial for mais célere na solução de problemas de incumprimento, a sociedade estará bastante moralizada e haverá mais confiança para conceder mais crédito. Como é que olha para o sector financeiro angolano, principalmente para a concessão de crédito? Como já referi, os bancos têm pouca apetência pelo crédito, contudo já devem também ter notado que estamos em crise, mas as instituições financeiras bancárias são as que mais lucros têm declarado. Só este ano, em seis meses, fizeram o dobro dos lucros que fizeram no ano passado, muito por conta das operações cambiais e dos Títulos de Tesouro. Mas temos as casas de câmbio a chorarem por falta do seu principal produto de comercialização, que são as divisas. Isto ajuda a recuperar a economia? Claramente que não, mas os Títulos de Tesouro estão a remunerar muito bem e são o refúgio das instituições bancárias, que fazem o papel de intermediários. Os bancos vão à busca de 1 milhão Kz aos clientes, pagam 10% de juros ao cliente e emprestam o dinheiro a 25% ao Estado e no final o banco remunera o dinheiro a 15%, ou seja, é uma festa! Este tem sido o refúgio dos bancos e que lhes permite lucros fabulosos.

Como é que deveria ser? O que tenho observado, ou pelo menos, o que observei quando da crise financeira de 2008, o primeiro esforço que as autoridades das economias maduras fizeram, foi reduzir a taxa de juros para incrementar o consumo, que por sua vez contribuiu para o aumento da produção e do emprego. Isso gera externalidades positivas na economia, porque com as taxas de juro baixas, as pessoas vão à banca buscar financiamento para consumirem mais e com mais consumo também se produz mais. Este processo todo é que vai alavancar a economia, e foi assim que boa parte das economias do primeiro mundo se recuperou da crise de 2008. Ainda hoje, na Europa ou na América, buscar financiamento é relativamente barato, as taxas de juro reais andam à volta de 1,5% ou 2% ao ano. O que observei cá, é que com a crise as taxas de juro aumentaram. E isso fez com que o crédito praticamente desaparecesse para os particulares e para as empresas, tendo ficado disponível só para o Estado. Como consequência, reduziram também o consumo, a produção e o emprego.

Qual seria a taxa de juro ideal para o actual contexto? Penso que deve haver muitas fórmulas para os bancos determinarem as taxas que praticam. Mas sei, por exemplo, que actualmente as taxas de juro dos bancos comerciais começam em 19%. O BNA quando aumentou a taxa básica de referência para 16,6%, justificou-se que era para baixar a inflação. Não sei como é que se calcularam os 16,5%, mas acredito que foi estipulado por pessoas com melhor entendimento. Mas, se antes da crise a taxa de juro era de 8% a 10%, não se justifica que com a crise estejamos a negociar financiamentos a 20% ou 23%. As taxas de juro subiram mas com o país em crise. No primeiro mundo, quando houve crise, as taxas de juro

2.14 Mais de 100 jovens empreendedores beneficiaram de crédito bancário

Jornal O PAÍS

10 De Setembro de 2018

Cento e 37 jovens, de um total de 577 formados desde 2014 a Junho do ano em curso em empreendedorismo e gestão média de pequenos negócios, no Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) no Lubango, província da Huíla, beneficiaram de créditos bancários no âmbito do fomento do auto-emprego.

O responsável em exercício do CLESE, Dinis Cambulo, citado pela Angop, disse que a iniciativa é do Centro, em parceria com os bancos comerciais, e visa financiar projectos gizados por jovens recém-formados, virados para a criação de empregos.

Segundo o responsável, sem avançar valores, o financiamento obedece a duas vertentes, os de empreendedorismo, que beneficiaram de um crédito mais avultado pelo facto de apresentarem um grau de viabilidade mais clarificado, assim como os de gestão de médios e pequenos negócios, mais reduzido, uma vez que abrange até os vendedores ambulantes e terem como retornar os valores. Fez saber que os bancos, além de absorverem estes empreendedores, reúnem-se com os proprietários dos projectos para constatar a viabilidade e estabelecer os prazos e as formas de reembolso, bem como orientá-los, e só depois comunicam ao Centro o montante disponibilizado.

Por outro lado, fez saber que desde a abertura, o Centro recebeu inscrições de um milhão e 390 candidatos que procuram o primeiro emprego, sendo que só 70 mil estão colocados no mercado. Na sua opinião, justifica-se, pois a oferta é pouca e a procura

é muita, mas também não deixou de atribuir a culpa ao sector privado, por este não recrutar dentro dos centros de formação. "Algumas empresas têm medo por causa da fuga ao fisco e situações não muito boas e não passam pelo Centro de emprego, muito menos no CLESE, para fazerem o recrutamento de candidatos" esclareceu.

2.15 «Temos ajudado os bancos a realizarem os clientes»

Novo Jornal

28 De Setembro de 2018

Texto: Horténsio Sebastião

A Kixicrédito, operadora de microfinanças em Angola, financiou mais de 400 mil pequenos negócios. Ela completa hoje 13 anos e o seu director executivo faz o balanço ao NJ.

Que balanço se lhe oferece fazer, 13 anos depois do seu surgimento no mercado financeiro nacional?

O balanço é positivo, apesar das dificuldades de toda a sorte, agravadas pelos constrangimentos económicos dos últimos anos, o que diminuiu sobremaneira a capacidade aquisitiva das famílias. Estamos satisfeitos com os nossos feitos, pois temo-nos sobreposto a todas as contrariedades que nos têm aparecido com brio.

Em termos de montantes disponibilizados, pode avançar cifras?

Temos desembolsado mensalmente uma média próxima de 400 milhões de kwanzas nos últimos meses. Ou seja: mais de 2 mil financiamentos ou micro créditos mensais. Estimamos em financiamentos um valor acumulado superior a 500 milhões de dólares americanos desde o início das nossas actividades que permitiram conceder mais de 400 mil microfinanciamentos.

Devido à crise financeira e económica, a banca tradicional desacelerou a sua acção creditícia. Aconteceu o mesmo com a Kixicrédito?

Para a banca tradicional ou comercial foram melhorados produtos de refúgio. Por outras palavras, têm concentrado os seus investimentos em instrumentos financeiros públicos como os títulos e bilhetes do tesouro que passaram a remunerar muito bem, pois subiram as taxas de juros de retorno destes instrumentos e perderam o grosso do apetite em actividades creditícias, pois conferem uma exposição de risco maior, enquanto os instrumentos que menciono são praticamente isentos de risco. Eles (os

bancos) têm ainda o monopólio de gestão de operações cambiais. Aliás, temos visto publicados relatórios de contas dos vários bancos e me parece o sector mais "privilegiado" com a crise, pois vão batendo recordes de lucros. Parece incrível, mas é verdade. Quando todos os outros sectores da economia têm estado a "sangrar" com várias empresas inclusive a fecharem as portas por falência. A Kixicredito apenas está licenciada pelo regulador a oferecer um único produto, o de crédito. Por isso não temos como desacelerar, tivemos apenas que direccionar melhor as actividades a financiar e reduzir o por cliente.

Relativamente ao crédito mal parado, como está a vossa instituição neste momento?

Historicamente temos registado taxas de incumprimento mais em linha com as médias internacionais no segmento das microfinanças, mais precisamente no produto microcrédito ou seja abaixo dos 5% até 2014. O mesmo conheceu um agravamento nos últimos anos e ronda neste momento os 12%, devido às dificuldades associadas a conjuntura económica actual.

E como avalia o desempenho da instituição no contexto da banca angolana?

Se quisermos comparar o nosso desempenho à banca, creio que temos um serviço de proximidade ao cliente sem paralelo no nosso mercado de instituições financeiras. Os nossos procedimentos de rating ou avaliação de crédito adequam-se mais à nossa realidade comparados aos padrões ocidentais em uso na banca. Têm acontecido situações em que este ou aquele banco recuperam o seu crédito com a nossa ajuda, pois algumas vezes por não termos acesso ao CIRC (Central de Informações e Risco de Crédito) existem clientes que recebem crédito na banca e recebem crédito na nossa instituição. Os bancos normalmente apercebem-se tarde que houve um movimento de crédito na conta do cliente proveniente da Kixicredito e sempre que nos contactam, alegam não saber onde encontrar ou como contactar o cliente. E nós temos ajudado os bancos a realizarem os clientes e até mesmo a cumprirem com as suas obrigações junto do banco antes de acederem novamente aos nossos serviços.

A Kixicredito é uma referência em matéria de microcrédito no país. Qual é, afinal, o vosso diferencial?

Como acima mencionado, temos procedimentos de maior aproximação ao cliente e como tal, temos condições de oferecer um serviço mais de encontro à

realidade e à necessidade do cliente que é a razão da nossa existência.

Qual é o vosso ponto de vista em relação à medida do Banco Central de deixar de vender divisas à banca comercial, atribuindo esta tarefa aos bancos comerciais?

Creemos ser uma decisão acertada, pois os bancos comerciais conhecem melhor as necessidades dos seus clientes. Sendo a 'diferença cambial entre o mercado formal e o informal a menor dos últimos três anos, estão criadas as condições para diminuir a tendência especulativa que se havia instalado no acesso às divisas, pois só pessoas com necessidades genuínas de acesso a elas vão comprar; por outras palavras deixa de haver os "privilegiados".

Boa parte do vosso financiamento vem de instituições internacionais. A relação passa pelo acesso a moeda-internacional: o dólar. Como têm contornado a falta de divisas, de modo a honrar com os vossos compromissos?

Esta é a principal dificuldade que temos enfrentado nos últimos três anos. Praticamente deixámos de honrar os nossos compromissos creditícios com os credores internacionais. Para além da dificuldade de acesso a moeda estrangeira, tornou-se quase impossível obter um licenciamento para exportação decapitalis junto do Banco Nacional de Angola (BNA). Temos efectuado várias diligências junto ao banco central para nos ajudarem neste assunto e tivemos no ano passado uma venda directa de pouco mais de um milhão de euros que nos permitiu amortizar uma pequena parte dos nossos pendentes. Estamos ansiosos para ver se, com a espiral depreciativa da moeda nacional que aproximou tendendo para a convergência das taxas cambiais, abre-se a possibilidade para o acesso às divisas para despesas de capital que são o reembolso de dívidas e juros aos credores internacionais.

O que podem os empreendedores esperar nos próximos anos da Kixicredito em termos de créditos, passe a redundância?

A nossa disponibilidade para o serviço e o nosso compromisso com os clientes é permanente.

E como encaram o facto do plafond de financiamento do microcrédito em Angola ser apenas de um milhão de kwanzas?

Bastante restritivo. Creemos estar mais do que na hora de rever o valor para cima.

Quanto à expansão da Kixicrédito pelo país, com quantas agências conta e para que número de clientes?

Temos neste momento, entre agências e centros de crédito, um total de 22 postos de atendimento ao cliente para 25 mil clientes activos.

Qual é a vossa cifra de colaboradores actualizada?

Temos 214 colaboradores.

Existirão certamente constrangimentos. Quais os mais sonantes?

À dificuldade de reembolso de financiamentos externos acrescentamos as dificuldades de acesso a financiamentos nacionais que não sejam colateralizados em dinheiro a 100%. Existem várias outras dificuldades, tais como acesso às instituições formativas com o curriculum virado para a nossa actividade. Isto tem feito com que nós, para além de empregadores, temos de ser também uma escola. E dificuldades infra-estruturais, etc.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Combate ao garimpo de diamantes provoca aumento de mendigos em Saurimo

Jornal O País

03 De Setembro de 2018

Texto: Domingos Bento

Nos últimos dias, é cada vez mais notado o número elevado de pessoas que mendigam nas principais ruas da cidade de Saurimo, capital da província da Lunda-Sul. Na sua maioria, são mulheres com crianças ao colo e velhos que, todos os dias escalam o centro da cidade para estenderem as mãos aos transeuntes.

Tal como constatou o OPAÍS, grande parte destas pessoas passaram a maior parte das suas vidas dedicadas ao garimpo de diamantes que nos últimos tempos, tem vindo a ser combatido pelas autoridades locais. Actualmente, a extracção só é autorizada mediante senhas que são distribuídas a grupos de cidadãos agregados em cooperativas e às empresas vocacionadas na exploração das preciosas pedras.

A Polícia, tal como referiu ao OPAÍS o comandante provincial, Aristófanos dos Santos, tem vindo a accionar uma série de medidas de prevenção e combate ao garimpo, culminando assim com a detenção de cidadãos que insistem na sua prática. Recentemente, conforme deu a conhecer o oficial, foram detidos 229 indivíduos, entre nacionais e estrangeiros' que se dedicavam ao garimpo de diamantes na zona de Samusseleca.

No entanto, com o fim da extracção ilegal, muitos cidadãos, que ao longo dos anos sobreviveram apenas desta actividade, viram as suas fontes de rendimentos a desaparecer, aumentando assim as dificuldades no seio das famílias. Porém, para continuarem a sobreviver, muitos abandonarão as zonas de garimpo e ajeitam-se em pequenos biscates. Outros encontraram nas ruas, por via da mendicidade, a única forma para seguirem na vida.

O périplo pelas esmolas começa cedo. Por volta das horas da manhã, as ruas da cidade de Saurimo, onde residem cerca de 564mil habitantes, registam o sobe e desce de pessoas desfavorecidas que deambulam de um lado para o outro a mendigar. Os turistas, funcionários e estrangeiros são os principais alvos

deste grupo de cidadãos que saem, maioritariamente, dos bairros periféricos do Txizainga, Manauto e Sambukila.

O casco urbano, sobretudo as zonas de maior concentração de empresas e instituições públicas, como o largo Largo 1 Q de Maio e Avenida 4 de Fevereiro, são os pontos preferenciais e onde se regista o grosso de indivíduos que procuram uma ajuda de pessoas de boa-fé.

Luísa Cacundi, 32 anos de idade, é uma das pessoas que todos os dias, com o bebé ao colo, escala as ruas de Saurimo para pedir esmolas. Em conversa com o OPAÍS, a jovem, mãe de seis filhos, disse que foi para a rua porque o marido, antigo garimpeiro de diamantes, encontra-se desempregado. De forma a continuar a sobreviver, a mulher afirmou que é na calçada, mendigando de um lado para o outro, que consegue sustentar os filhos.

Luísa referiu que anteriormente trabalhava como doméstica de um casal de estrangeiros que o ano passado abandonou a província devido à crise. Sem emprego e sem nada para fazer, a mulher explicou que de lá para cá tem sobrevivido graças à ajuda de pessoas de boa-fé, que solidarizam -se com a sua difícil condição de vida.

"Uma pessoa até tem vontade de trabalhar, mas aqui não há emprego, não há nada. Também já tentei fazer negócio, mas foi abaixo. Dois dos meus filhos não estão a estudar. O meu marido encontra-se em casa desde que começaram a proibir de cavar diamante. Sobrevivemos apenas de esmolas", desabafou.

Também José Cambundu, 59 anos de idade, disse ter ido parar à rua porque deixou de frequentar as zonas de garimpo há dois anos. Conforme explicou, viveu mais de vinte anos do garimpo de diamantes. Mas em 2016, devido à intensificação da fiscalização do Governo, teve de abandonar a actividade. E, para continuar a manter o sustento em casa, teve de recorrer às ruas.

"O dinheiro dos antigos combatentes até hoje o Governo não paga. Nas zonas de diamantes andam a nos enxotar porque dizem que somos ilegais. Roubar não podemos, porque já somos mais velhos e fica feio. A única forma de sobreviver é vir pedir alguma coisa às pessoas que sentem o nosso sofrimento", desafogou o ancião, tendo acrescentado que a vida na província é bastante difícil.

Cidade desfigurada

Para os cidadãos, o aumento de mendigos nas ruas de Saurimo está a desfigurar a imagem da cidade, conhecida também como terras do brilho do

diamante. Para Stela de Sousa, a cidade, que tem grande parte dos seus edifícios e locais de interesse públicos a carecerem de reabilitação e melhorias, tem vindo cada vez mais a ganhar uma imagem triste e de absoluta pobreza, pelo que, no seu entender, é preciso que haja uma atitude das autoridades locais no sentido de reintegrar na sociedade os mais vulneráveis.

"As pessoas não estão na ruas porque querem. É que a nossa província não tem emprego O Governo precisa de apoiar os mais necessitados para evitar que vão à rua, até porque correm muitos perigos", atestou.

Fraco investimento privado

O investimento privado, que poderia ser uma alternativa ao garimpo de diamantes, por via da concepção de postos de trabalho, é fraco na província. Por este motivo, grande parte dos cidadãos, sobretudo os jovens, debatem-se com o problema do desemprego.

Os poucos empreendedores que insistem em investir na província queixam-se da falta de políticas públicas para contrapor o actual cenário difícil que aquela parcela do Leste enfrenta. Diante da situação, muitos estão a preferir fechar as portas e emigrar para outras regiões do país em busca de novas oportunidades de negócio, deixando assim aquela parcela do território nacional cada vez mais fragilizada.

No entanto, com o défice de investimentos, a vida na província é bastante cara e a grande maioria da população não tem poder de suportar os altos preços dos serviços e produtos básicos. Os comerciantes justificam os preços com os custos de transportação dos produtos que chegam à província maioritariamente por via aérea, com os preços dos bilhetes de passagem acima dos 80mil kwanzas. "Tudo vem de Luanda, até as coisas mais básicas. E nós, os empresários, temos sérias dificuldades por causa dos elevados custos de transportação. Já que não temos apoio do Estado, quem paga por tudo isso são os consumidores, que acabam por comprar as coisas mais caras", a frisou um comerciante local.

A via terrestre, que devia facilitar na rápida transportação de produtos para a província, tem grande parte dos troços danificados, conforme deu a conhecer ao OPAÍS o director da região Leste do Instituto de Estradas de Angola (INEA), Rafael Mutemeka, que fez saber que a província tem 1800 quilómetros por construir e outras 800 por reabilitar.

Dentre as vias mais preocupantes, o responsável apontou as Estradas Nacionais 240 (Dala-Casais-

Muconda), 171 (Cacolo- Cucubí-Xassengue) 170 (Dala-Luma Cassai), 172 (Morieis- Chilunge-Cassai Sul) e 230 (Saurirno-Malange}.

Por seu lado, o governador provincial, Ernesto Fernando Kiteculo disse que só com acções empreendedoras será possível combater a pobreza, o subdesenvolvimento e as assimetrias na província. Segundo o governante, que falava durante o lançamento do programa de micro crédito às comunidades, na província há capacidades que podem ajudar neste processo, devendo, para o efeito, o Governo central, o provincial e as instituições privadas, conceder mais oportunidades aos jovens locais.

"Temos renda e temos capacidades para nos auto-sustentarmos. Gostaríamos que houvesse o comprometimento dos jovens para que a províncias da Lunda- Sul saia das actuais dificuldades que vive, fundamentalmente a falta de emprego para a juventude", atestou.

3.2 Permuta anima negócios em Nambwangongo

05 De Setembro de 2018

Texto: Alberto Bambi, Nico Pedro e Pascoal Manuel

Uma boa parte das mulheres comerciantes do bairro Onzo, comuna do Gombe, município de Muaxaluando, em Nambwangongo, província do Bengo, revelou, Sábado último, a OPAÍS, que a troca directa (ou seja, a permuta) de produtos é a forma mais viável encontrada para adquirir bens alimentares, e não só, para suprir as suas necessidades diárias.

Trata-se do óleo, sabão, peixe, sal e sabão, incluindo roupa e calçado, segundo referiram as próprias habitantes, que não se pouparam em detalhes. "Nós trocamos uma bacia pequena de bombó molhado para fazer kikwanga por uma barra de sabão, essa mesma quantidade troca - se por dois quilogramas de açúcar ou dois litros de óleo", esclareceram Eva Domingos João e companheiras sob anonimato, tendo adiantado que tal opção era mais prática do que adquirir os referidos produtos a 900,500 e 450 Kwanzas, respectivamente.

Segundo elas, desde o princípio deste ano, o preço do arroz baixou consideravelmente para 300 Kwanzas o quilograma, graças às melhorias feitas no troço entre Canacassala, a comuna limítrofe com Caxito, por via de Kíkabo, e Onzo.

Mesmo assim, as senhoras optam pela sua permuta com mandioca' banana ou batata, pelo facto de ser mais vantajoso.

As mulheres relataram que, apesar da nova forma de comércio ter atraído muitos interessados, que para tal fim chegam de Luanda, o sabão e o óleo continuam a ser os produtos mais procurados e, curiosamente, os que menos aparecem no Onzo.

"Há momentos em que as próprias vendedoras dizem mesmo que não trouxeram sabão e óleo, porque nos mercados de Luanda, também está caro", realçou Eva Domingos, de 43 anos de idade. E adiantou, por causa disso é que as poucas forasteiras que ousam chegar com os referidos produtos ao bairro Onzo decidiram trocá-los preferencialmente com a matéria - prima da kikwanga (mandioca fresca amassada).

Essa aposta motivou o aumento da produção de kikwanga na região que, segundo as entrevistadas, já era considerada uma das fontes mais credíveis desse alimento farinhento, típico da zona norte de Angola, com destaque para as províncias do Bengo, Uíge, Zaire e Cabinda.

Kikwanga fomenta a concorrência

Eva Domingos João é uma das especialistas locais na confecção de kikwanga, tendo sob seu controlo um grupo de mais de cinco senhoras, que consigo trabalham apenas quando as encomendas ultrapassam a sua capacidade normal de produção.

Na ocasião desta reportagem, a artífice preparava uma encomenda de 50 quilogramas de kikwanga, uma porção que é capaz de produzir sozinha, por essa razão' a sua mini fábrica encontrava-se vazia nesse dia.

"Estou sozinha, porque só vou fazer estas seis bacias, hoje, e amanhã tenho de entregar às senhoras que vêm de Luanda, porque já me pediram para preparar essa quantidade", explicou Eva, adiantando que, como produtora e fornecedora, não deve deixar os seus clientes pendurados, para compensar os gastos na estrada e facilitar a sua despesa.

Proveniente da República Democrática do Congo, há 33 anos, onde disse ter aprendido o ofício, Eva Domingos explicou que, para fazer a kikwanga é necessário, em primeiro lugar, deixar a mandioca fresca e descascada três dias mergulhada na água, o mesmo período em que o tubérculo fica ensacado.

"Daí tira-se, amassa-se com outra água e coloca-se no saco novamente para a fervura geral. Só depois, com a massa de mandioca já apurada, se distribui em pequenas quantidades em embalagens de plásticos",

pormenorizou Eva, reforçando que essas unidades são embrulhadas em folhas apropriadas, semelhantes às de bananeiras e amarradas a jeito, que finalmente são mergulhadas na panela para cozerem mais a vapor do que na fervura.

Segundo apurou OPAÍS das vendeiras do mercado local, uma unidade de Kikwanga de mais de 700 gramas custa 100 Kwanzas.

"Isso, em Luanda, se compra a 300 kwanzas ou mais, é por isso que as senhoras de lá vêm comprar muito aqui", apontou Maria, que, acrescentou preferir vender o produto quente, a partir das 17 horas, para atrair os passageiros rumo ao município sede de Muaxilundo, que, segundo a própria, usam-no como "funje fardado".

Roubos aumentam

O agente da Polícia destacado no único posto policial do bairro, Augusto Ngola, referiu que ultimamente o Onzo regista mais roubos em comparação a outros tempos, devido ao incremento da actividade comercial.

"Porque estamos a ver que os jovens agora estão a roubar mais produtos agrícolas e galinhas, apesar dos poucos furtos de motorizadas", relatou o polícia, adiantando que a corporação local, com menos de seis efectivos, tem conseguido capturar os infractores e encaminhá-los aos órgãos competentes.

Segundo Augusto Ngola, a polícia, com a colaboração do sobado e dos membros da coordenação do Onzo, tem realizado campanhas de sensibilização à juventude, a se pautarem por um boa conduta e preservarem os valores da localidade. Também revelou que o posto de Polícia local precisava de evoluir para uma esquadra, permitindo-lhe receber mais efectivos, porque a comuna do Ngombe possui mais de 15 bairros.

Materiais escolares e fardos no câmbio No princípio do ano, foi bastante visível a chegada de negociadoras forasteiras com diverso material escolar, como cadernos, lápis, esferográficas, borracha e outros, além de batas e manuais do ensino primário, segundo os moradores, que alegaram que as comerciantes só estavam dispostas a trocar por banana e mandioca.

Roupa usada e calçado, bem como cobertores constituem outros bens muito procurados pelos habitantes de Onzo. Entretanto, as negociantes de fardos aparecem nesse bairro da comuna de Gombe, com casacos, cobertas e lençóis, preferencialmente na época do Cacimbo, na perspectiva de atraírem para si a vantagem nas trocas de produtos.

3.3 Extinção de mercados de rua

Jornal Económico e Financeiro
07 De Setembro de 2018

Sociedade deve "lutar" para que os mercados a céu aberto sejam extintos ou tenham funções diferentes, defendeu esta semana, o assessor principal para os Assuntos Jurídicos e Autárquicos do Governo da província de Luanda (GPL), Carlos Cavuquila. Para o jurista; os produtos como os farmacêuticos, bens alimentares e os materiais de construção não devem ser. Comercializados na via pública.

Em declarações à imprensa, no encontro sobre atenuação dos efeitos do comércio informal e proibição de exposição de produtos fora dos limites do estabelecimento, Carlos Cavuquila, precisou que 'a venda feita em condições deploráveis constitui transgressão administrativa, punível com multa, segundo a Lei nº 12/11.

Segundo ele, para se evitar contaminações nos produtos vendidos na rua, o legislador proíbe que se exerça na rua o comércio de produtos perecíveis e outros.

De acordo com o director do Gabinete Provincial do Comércio, Indústria e Recursos Minerais, José Moreno, o comércio informal causa desordem pública, dificuldade na fluidez do trânsito, aumento dos focos de lixo, risco para a saúde pública, concorrência desleal e ambiente propício para a fuga ao fisco. Apontou como via de resolução, o registo de todos os focos

sedentarizados da actividade comercial informal, identificar e indicar os locais apropriados para o reposicionamento da actividade, conseqüente legalização dos intervenientes, ampla divulgação dos benefícios da prática do comércio organizado, higiénico e tributável, entre outras deliberações.

Já o técnico de inspecção da Inspeção Geral do Comércio, Jordão Escrivão Gomes, exortou o Executivo a regular a actividade comercial informal, por via de uma legislação própria. Salientou que as infracções das actividades comerciais são delineadas na Lei nº 1/07 de 14 de Maio, que comporta as infracções ligeiras, graves e muito graves, precisando que foi configurado de forma a levar que os agentes económicos tenham consciência da necessidade de agirem dentro dos marcos da Lei. Em relação à venda ilegal,

referiu que as administrações têm mecanismos próprios para enquadrarem as pessoas do comércio informal na actividade formal, tendo defendido que deve haver medidas concertadas com outros

organismos. A província de Luanda actualmente conta com o funcionamento de 106 mercados, sendo 71 municipais e 35 privados.

O encontro, que abordou os temas "Mercado informal em Luanda: Causas, conseqüências evias de resolução", "O papel dos distribuidores para a redução do mercado informal na cidade Luanda", "Infracções à actividade comercial (Lei nº 12/07 de 14 de Maio)" e "Transgressões administrativas", foi orientado pelo vice-governador, Júlio Bessa.

3.4 Desemprego atira milhares de jovens ao garimpo de diamantes

Jornal de Angola
7 De Setembro de 2018

Texto: André da Costa e Kamuanga Júlia

Em pé com os amigos Diogo e Pedro, o jovem Faustino Txingue, 30 anos, faz uma pausa na árdua labuta, feita nas zonas de garimpo de diamantes, na Lunda-Sul, para colocar a conversa em dia, num ambiente quente. O relógio marca 11 horas e o sol de Saurimo há já umas horas que dá o ar da sua graça.

A conversa decorre defronte a uma das casas de compra de diamantes. Não é um pequeno colóquio sobre festas ou coisas de jovens. A abordagem do trio de amigos foca aspectos relacionados com as vicissitudes por que passam no exercício da actividade. Faustino, por exemplo, revela, na primeira pessoa, os riscos de vida que corre na prática do garimpo, além de conseqüências criminais a que está exposto.

Natural de Saurimo. Faustino tem consciência que pode ir para a cadeia, se for apanhado pela Polícia. Mas, o jovem alto, magro e de pele escura é pai de dois filhos e tem de lutar por esses meninos, ainda mais, depois de perder a esposa, em Janeiro deste ano.

Dado o sofrimento, por falta de emprego, Faustino encontrou no garimpo de diamantes a melhor forma para sustentar os dois filhos. Já lá vão três anos, desde que mergulhou nesse buraco, que dá pedras brilhantes, em que ele pensa não poder sair, enquanto lhe faltar emprego, Parece ser a mesma posição dos seus amigos Pedro e Diogo.

Os três fazem parte de um grupo de 20 jovens, contratados por um empresário, a quem tratam apenas por "boss", para fazerem o garimpo de diamantes no meio das matas de uma das comunas do município de Cacolo. Para além de arrumar a

força de trabalho, o "boss" tem a preocupação de levar comida, três vezes ao dia, para saciar a fome dos 20 jovens. Nesse andar, os moços acabam dias e noites na luta incessante de encontrar a pedra preciosa, ainda que isso lhes custe a própria vida.

Mas, Faustino, Pedro e Diogo e seus 17 companheiros representam apenas um pequeno grupo de jovens mergulhado no trabalho do garimpo de diamantes. A prática envolve centenas de pessoas, que exercem a actividade em áreas de Calonda, Mulunda, Yamukegenge e, até, no Lucapa, um dos municípios da vizinha Lunda - Norte.

A maior parte dos jovens que explora diamantes é desempregada. Desse grupo, há pessoas com formação superior, mas, por falta de emprego, dedicam-se à exploração ilegal dessa pedra preciosa, como nos fez entender Faustino Txingue.

Para encontrar diamante, os jovens fazem escavações que atingem os cinco ou dez metros de profundidade. No subsolo, eles usam enxadas, pás, picaretas. Na parte de cima, fora do buraco, outros elementos transportam a areia em baldes e sacos, mergulhada em água, com vista a encontrar a pedra.

O tempo corre. Chega a noite. Depois do trabalho árduo, os jovens pernoitam nas matas, recorrendo a panos e cobertores levados de casa para se cobrirem. Em caso de chuva, há uma tenda ou cabana, construída a propósito.

"Elementos da Polícia, Forças Armadas e de empresas de protecção correm connosco, mas voltámos sempre que podemos. É aqui o nosso ganha-pão", desabafa Mário João, 43 anos.

De estatura forte e baixa, Mário afirma que o desemprego o levou a juntar-se a outros jovens no garimpo. A sua missão é cavar e escolher os diamantes extraídos da terra e entregar ao "boss", para os guardar.

Mário tem estado doente, por isso, não entra muitas vezes no buraco. "Já tinha abandonado o trabalho e fui a Saurimo me tratar, mas, uma semana depois, tive de voltar. Não dá para ficar parado", avança.

Durante o tempo que ficámos na conversa, um aspecto ficou patente. Os jovens de diferentes áreas que se dedicam ao tráfico de diamantes reconhecem que correm vários riscos, mas contam que a busca de melhores condições de vida fala mais alto, decorrente desta actividade. "É um trabalho cansativo e perigoso, mas não temos outra saída", afirma Benvindo Timóteo, na actividade há dois anos.

"Boss" e a divisão do dinheiro Normalmente, os jovens são levados às zonas de exploração de diamantes por pessoas com algum poderio financeiro, quer angolanos, quer estrangeiros. São os conhecidos "bosses". Estes, além da comida, compram também a matéria - prima para o garimpo, como pá, enxada, redes e baldes, entre outros equipamentos.

O tempo de permanência nas matas também depende do acordo que os jovens fazem com o "boss". Há quem fique ali durante uma semana e volta à comunidade residencial, mas existe os que acabam um ano nas selvas.

Com tarefas divididas, quando encontram diamantes, os jovens sabem a quem devem entregar o produto: ao chefe. É este que determina o valor da venda e divide posteriormente o dinheiro a todos os trabalhadores.

"O 'boss' fica com 50 por cento do valor do diamante. Se, por exemplo, uma pedra custar dez mil dólares, ele leva cinco mil e a metade restante é dividida equitativamente entre todos os integrantes do grupo", explicam.

Além das centenas de jovens angolanos, o trabalho envolve muitos cidadãos estrangeiros, com os congolezes democráticos a liderarem a lista desses últimos. Desde a escavação até a lavagem, o trabalho é rigorosamente controlado pelo "boss".

"Uma vez, um congolês democrático, durante a lavagem, escondeu uma pedra de diamantes no lixo. Foi descoberto. Apanhou uma grande surra e mandaram-no embora", conta, para avançar que recentemente "um outro congolês conseguiu uma valiosa pedra de diamante, atirou-se num dos rios e desapareceu."

O último facto não resultou em morte, acredita Benvindo Timóteo, também congolês-democrático. "Nós temos treinamento em natação e conseguimos sustentar a respiração por muito tempo. Como nadamos bem, podemos sair à vontade do outro lado do rio, que dá acesso Congo Democrático. Além da morte, outro dos maiores riscos dos garimpeiros é o medo de serem detidos pela Polícia Nacional, como aconteceu na semana passada, em que o Serviço de Investigação Criminal (SIC) deteve três jovens, sendo dois por posse ilegal de diamantes e um por furto desta pedra.

Os três cidadãos aguardam por julgamento, estando encarcerados no Estabelecimento Penitenciário do Luzia.

. Casas de venda de diamantes

Inúmeras casas de compra de diamantes estão espalhadas pela cidade de Saurimo, com a finalidade de adquirir o produto das mãos dos jovens garimpeiros. Por exemplo, só na rua em que se localiza a sede do Jornal de Angola há dois desses estabelecimentos.

Nessas casas, são maioritariamente estrangeiros que compram os diamantes. Esses estabelecimentos têm várias designações, mas com um dado curioso: todas levam a Palavra "boss". Há a casa "Boss Drome", "Boss KM", "Boss Carga", "Boss Paga Bem" e "Jomar Boss", entre outras.

Os compradores de diamantes são nacionais e estrangeiros. Mas, existem poucas casas de venda de angolanos, segundo constatação feita pelas visitas que efectuámos.

Keita Marcolino é maliano e dedica-se à compra de diamantes, para os revender. Explica que o negócio já não é rentável, tendo em conta que actualmente se pode ficar mais de duas semanas sem clientes, conta, enquanto pousa as mãos sobre uma balança de pesagem de diamantes. O empresário, que vive em Angola há 25 anos, casou-se com uma angolana, cuja relação já resultou em um filho, explica que o valor do diamante depende do peso e da qualidade, podendo variar entre os cinco e os 12 mil dólares.

Keita explica ainda que quanto maior for a pedra de diamante menor é o preço a pagar. Por isso, João Valente, comprador, avança que prefere o "rom", tipo de diamante mais caro, que, com bom peso, pode custar entre 300 mil e um milhão de dólares.

3.5 Combate ao garimpo de diamantes provoca aumento de mendigos em Saurimo

Jornal O PAÍS

03 De Setembro de 2018

Texto: Domingos Bento

Nos últimos dias, é cada vez mais notado o número elevado de pessoas que mendigam nas principais ruas da cidade de Saurimo, capital da província da Lunda-Sul. Na sua maioria, são mulheres com crianças ao colo e velhos que, todos os dias escalam o centro da cidade para estenderem as mãos aos transeuntes.

Tal como constatou o OPAÍS, grande parte destas pessoas passaram a maior parte das suas vidas dedicadas ao garimpo de diamantes que nos últimos tempos, tem vindo a ser combatido pelas autoridades

locais. Actualmente, a extracção só é autorizada mediante senhas que são distribuídas a grupos de cidadãos agregados em cooperativas e às empresas vocacionadas na exploração das preciosas pedras.

A Polícia, tal como referiu ao OPAÍS o comandante provincial, Aristófanos dos Santos, tem vindo a accionar uma série de medidas de prevenção e combate ao garimpo, culminando assim com a detenção de cidadãos que insistem na sua prática. Recentemente, conforme deu a conhecer o oficial, foram detidos 229 indivíduos, entre nacionais e estrangeiros' que se dedicavam ao garimpo de diamantes na zona de Samusseleca.

No entanto, com o fim da extracção ilegal, muitos cidadãos, que ao longo dos anos sobreviveram apenas desta actividade, viram as suas fontes de rendimentos a desaparecer, aumentando assim as dificuldades no seio das famílias. Porém, para continuarem a sobreviver, muitos abandonarão as zonas de garimpo e ajeitam-se em pequenos biscates. Outros encontraram nas ruas, por via da mendicidade, a única forma para seguirem na vida.

O périplo pelas esmolas começa cedo. Por volta das horas da manhã, as ruas da cidade de Saurimo, onde residem cerca de 564mil habitantes, registam o sobe e desce de pessoas desfavorecidas que deambulam de um lado para o outro a mendigar. Os turistas, funcionários e estrangeiros são os principais alvos deste grupo de cidadãos que saem, maioritariamente, dos bairros periféricos do Txizainga, Manauto e Sambukila.

O casco urbano, sobretudo as zonas de maior concentração de empresas e instituições públicas, como o largo Largo 1 Q de Maio e Avenida 4 de Fevereiro, são os pontos preferenciais e onde se regista o grosso de indivíduos que procuram uma ajuda de pessoas de boa-fé.

Luísa Cacundi, 32 anos de idade, é uma das pessoas que todos os dias, com o bebé ao colo, escala as ruas de Saurimo para pedir esmolas. Em conversa com o OPAÍS, a jovem, mãe de seis filhos, disse que foi para a rua porque o marido, antigo garimpeiro de diamantes, encontra-se desempregado. De forma a continuar a sobreviver, a mulher afirmou que é na calçada, mendigando de um lado para o outro, que consegue sustentar os filhos.

Luísa referiu que anteriormente trabalhava como doméstica de um casal de estrangeiros que o ano passado abandonou a província devido à crise. Sem emprego e sem nada para fazer, a mulher explicou que de lá para cá tem sobrevivido graças à ajuda de

peças de boa-fé, que solidarizam -se com a sua difícil condição de vida.

"Uma pessoa até tem vontade de trabalhar, mas aqui não há emprego, não há nada. Também já tentei fazer negócio, mas foi abaixo. Dois dos meus filhos não estão a estudar. O meu marido encontra-se em casa desde que começaram a proibir de cavar diamante. Sobrevivemos apenas de esmolas", desabafou.

Também José Cambundu, 59 anos de idade, disse ter ido parar à rua porque deixou de frequentar as zonas de garimpo há dois anos. Conforme explicou, viveu mais de vinte anos do garimpo de diamantes. Mas em 2016, devido à intensificação da fiscalização do Governo, teve de abandonar a actividade. E, para continuar a manter o sustento em casa, teve de recorrer às ruas.

"O dinheiro dos antigos combatentes até hoje o Governo não paga. Nas zonas de diamantes andam a nos enxotar porque dizem que somos ilegais. Roubar não podemos, porque já somos mais velhos e fica feio. A única forma de sobreviver é vir pedir alguma coisa às pessoas que sentem o nosso sofrimento", desafogou o ancião, tendo acrescentado que a vida na província é bastante difícil.

Cidade desfigurada

Para os cidadãos, o aumento demográfico nas ruas de Saurimo está a desfigurar a imagem da cidade, conhecida também como terras do brilho do diamante. Para Stela de Sousa, a cidade, que tem grande parte dos seus edifícios e locais de interesse públicos a carecerem de reabilitação e melhorias, tem vindo cada vez mais a ganhar uma imagem triste e de absoluta pobreza, pelo que, no seu entender, é preciso que haja uma atitude das autoridades locais no sentido de reintegrar na sociedade os mais vulneráveis.

"As pessoas não estão na ruas porque querem. É que a nossa província não tem emprego. O Governo precisa de apoiar os mais necessitados para evitar que vão à rua, até porque correm muitos perigos", atestou.

Fraco investimento privado

O investimento privado, que poderia ser uma alternativa ao garimpo de diamantes, por via da concepção de postos de trabalho, é fraco na província. Por este motivo, grande parte dos cidadãos, sobretudo os jovens, debatem-se com o problema do desemprego.

Os poucos empreendedores que insistem em investir na província queixam-se da falta de políticas públicas

para contrapor o actual cenário difícil que aquela parcela do Leste enfrenta. Diante da situação, muitos estão a preferir fechar as portas e emigrar para outras regiões do país em busca de novas oportunidades de negócio, deixando assim aquela parcela do território nacional cada vez mais fragilizada.

No entanto, com o défice de investimentos, a vida na província é bastante cara e a grande maioria da população não tem poder de suportar os altos preços dos serviços e produtos básicos. Os comerciantes justificam os preços com os custos de transportação dos produtos que chegam à província maioritariamente por via aérea, com os preços dos bilhetes de passagem acima dos 80mil kwanzas. "Tudo vem de Luanda, até as coisas mais básicas. E nós, os empresários, temos sérias dificuldades por causa dos elevados custos de transportação. Já que não temos apoio do Estado, quem paga por tudo isso são os consumidores, que acabam por comprar as coisas mais caras", frisou um comerciante local.

A via terrestre, que devia facilitar na rápida transportação de produtos para a província, tem grande parte dos troços danificados, conforme deu a conhecer ao OPAÍS o director da região Leste do Instituto de Estradas de Angola (INEA), Rafael Mutemeka, que fez saber que a província tem 1800 quilómetros por construir e outras 800 por reabilitar.

Dentre as vias mais preocupantes, o responsável apontou as Estradas Nacionais 240 (Dala-Casais-Muconda), 171 (Cacolo- Cucubí-Xassengue) 170 (Dala-Luma Cassai), 172 (Morieis- Chilunge-Cassai Sul) e 230 (Saurimo-Malange).

Por seu lado, o governador provincial, Ernesto Fernando Kiteculo disse que só com acções empreendedoras será possível combater a pobreza, o subdesenvolvimento e as assimetrias na província. Segundo o governante, que falava durante o lançamento do programa de micro crédito às comunidades, na província há capacidades que podem ajudar neste processo, devendo, para o efeito, o Governo central, o provincial e as instituições privadas, conceder mais oportunidades aos jovens locais.

"Temos renda e temos capacidades para nos auto-sustentarmos. Gostaríamos que houvesse o comprometimento dos jovens para que a província da Lunda- Sul saia das actuais dificuldades que vive, fundamentalmente a falta de emprego para a juventude", atestou.

3.6 Permuta anima negócios em Nambwangongo

05 De Setembro de 2018

Alberto Bambi, Nico Pedro e Pascoal Manuel

Uma boa parte das mulheres comerciantes do bairro Onzo, comuna do Gombe, município de Muaxaluando, em Nambwangongo, província do Bengo, revelou, Sábado último, a OPAÍS, que a troca directa (ou seja, a permuta) de produtos é a forma mais viável encontrada para adquirir bens alimentares, e não só, para suprir as suas necessidades diárias.

Trata-se do óleo, sabão, peixe, sal e sabão, incluindo roupa e calçado, segundo referiram as próprias habitantes, que não se pouparam em detalhes. "Nós trocamos uma bacia pequena de bombó molhado para fazer kikwanga por uma barra de sabão, essa mesma quantidade de troca - se por dois quilogramas de açúcar ou dois litros de óleo", esclareceram Eva Domingos João e companheiras sob anonimato, tendo adiantado que tal opção era mais prática do que adquirir os referidos produtos a 900,500 e 450 Kwanzas, respectivamente.

Segundo elas, desde o princípio deste ano, o preço do arroz baixou consideravelmente para 300 Kwanzas o quilograma, graças às melhorias feitas no troço entre Canacassala, a comuna limítrofe com Caxito, por via de Kíkabo, e Onzo.

Mesmo assim, as senhoras optam pela sua permuta com mandioca' banana ou batata, pelo facto de ser mais vantajoso.

As mulheres relataram que, apesar da nova forma de comércio ter atraído muitos interessados, que para tal fim chegam de Luanda, o sabão e o óleo continuam a ser os produtos mais procurados e, curiosamente, os que menos aparecem no Onzo.

"Há momentos em que as próprias vendedoras dizem mesmo que não trouxeram sabão e óleo, porque nos mercados de Luanda, também está caro", realçou Eva Domingos, de 43 anos de idade. E adiantou, por causa disso é que as poucas forasteiras que ousam chegar com os referidos produtos ao bairro Onzo decidiram trocá-los preferencialmente com a matéria - prima da kikwanga (mandioca fresca amassada).

Essa aposta motivou o aumento da produção de kikwanga na região que, segundo as entrevistadas, já era considerada uma das fontes mais credíveis desse alimento farinhento, típico da zona norte de Angola,

com destaque para as províncias do Bengo, Uíge, Zaire e Cabinda.

Kikwanga fomenta a concorrência

Eva Domingos João é uma das especialistas locais na confecção de kikwanga, tendo sob seu controlo um grupo de mais de cinco senhoras, que consigo trabalham apenas quando as encomendas ultrapassam a sua capacidade normal de produção.

Na ocasião desta reportagem, a artífice preparava uma encomenda de 50 quilogramas de kikwanga, uma porção que é capaz de produzir sozinha, por essa razão' a sua mini fábrica encontrava-se vazia nesse dia.

"Estou sozinha, porque só vou fazer estas seis bacias, hoje, e amanhã tenho de entregar às senhoras que vêm de Luanda, porque já me pediram para preparar essa quantidade", explicou Eva, adiantando que, como produtora e fornecedora, não deve deixar os seus clientes pendurados, para compensar os gastos na estrada e facilitar a sua despesa.

Proveniente da República Democrática do Congo, há 33 anos, onde disse ter aprendido o ofício, Eva Domingos explicou que, para fazer a kikwanga é necessário, em primeiro lugar, deixar a mandioca fresca e descascada três dias mergulhada na água, o mesmo período em que o tubérculo fica ensacado.

"Daí tira-se, amassa-se com outra água e coloca-se no saco novamente para a fervura geral. Só depois, com a massa de mandioca já apurada, se distribui em pequenas quantidades em embalagens de plásticos", pormenorizou Eva, reforçando que essas unidades são embrulhadas em folhas apropriadas, semelhantes às de bananeiras e amarradas a jeito, que finalmente são mergulhadas na panela para cozerem mais a vapor do que na fervura.

Segundo apurou OPAÍS das vendedeiras do mercado local, uma unidade de Kikwanga de mais de 700 gramas custa 100 Kwanzas.

"Isso, em Luanda, se compra a 300 kwanzas ou mais, é por isso que as senhoras de lá vêm comprar muito aqui", apontou Maria, que, acrescentou preferir vender o produto quente, a partir das 17 horas, para atrair os passageiros rumo ao município sede de Muaxiluando, que, segundo a própria, usam-no como "funje fardado".

Roubos aumentam

O agente da Polícia destacado no único posto policial do bairro, Augusto Ngola, referiu que ultimamente o Onzo regista mais roubos em comparação a outros

tempos, devido ao incremento da actividade comercial.

"Porque estamos a ver que os jovens agora estão a roubar mais produtos agrícolas e galinhas, apesar dos poucos furtos de motorizadas", relatou o polícia, adiantando que a corporação local, com menos de seis efectivos, tem conseguido capturar os infractores e encaminhá-los aos órgãos competentes.

Segundo Augusto Ngola, a polícia, com a colaboração do sobado e dos membros da coordenação do Onzo, tem realizado campanhas de sensibilização à juventude, a se pautarem por um boa conduta e preservarem os valores da localidade. Também revelou que o posto de Polícia local precisava de evoluir para uma esquadra, permitindo-lhe receber mais efectivos, porque a comuna do Ngombe possui mais de 15 bairros.

Materiais escolares e fardos no câmbio No princípio do ano, foi bastante visível a chegada de negociadoras forasteiras com diverso material escolar, como cadernos, lápis, esferográficas, borracha e outros, além de batas e manuais do ensino primário, segundo os moradores, que alegaram que as comerciantes só estavam dispostas a trocar por banana e mandioca.

Roupa usada e calçado, bem como cobertores constituem outros bens muito procurados pelos habitantes de Onzo. Entretanto, as negociantes de fardos aparecem nesse bairro da comuna de Gombe, com casacos, cobertas e lençóis, preferencialmente na época do Cacimbo, na perspectiva de atraírem para si a vantagem nas trocas de produtos.

3.7 Zungueiras em formação sobre empreendedorismo

Jornal de Angola
8 De Setembro de 2018
Texto: Joaquim Júnior

Um total de 21 mulheres, que se dedicam a venda ambulante vulgo zungueiras, na cidade do Uíge, foram formadas sobre gestão de pequenos negócios, actividades mercantis e a acumulação de lucros, numa acção promovida pelo Ministério da Acção Social Família e Promoção da Mulher, em parceria com um grupo de empresas privadas.

Durante a formação, as mulheres apreenderam ainda matérias sobre higiene e segurança no trabalho.

A representante do grupo das referidas empresas, Paula Lima, disse que o projecto denominado Sby20, visa capacitar as zungueiras para gerirem o próprio

negócio e terem ganhos. "A ideia é criar condições para que as zungueiras deixem de andar na rua, debaixo do sol e tenham o seu próprio negócio. Entregamos kits a cada uma delas para a venda de refrigerantes, compostos por caixa térmica móvel, uniforme e sombrinha' para se cobrirem do sol durante as vendas", disse.

"Sabemos que tudo que tenha a ver com bebida e comida", acrescentou Paula Lima, "envolve cuidado, daí dedicarmos um tempo para instruir as senhoras como comercializar os produtos e manter o espaço limpo, para evitar constrangimentos em termos de saúde". Paula Lima garantiu que as ex-zungueiras serão acompanhadas por uma equipa de técnicos. "Queremos ter empreendedoras de sucesso, com histórias bonitas para serem contadas futuramente", disse a responsável

3.8 Autoridades ponderam a suspensão de moto táxi

Jornal de Angola
13 De Setembro de 2018
Texto: Luísa Victoriano

O Comando Provincial da Polícia Nacional, em Malanje, vai suspender, nos próximos dias, a circulação dos moto-taxistas no casco urbano da cidade de Malanje, devido ao elevado número de acidentes de viação causados pelos mesmos.

A informação foi revelada pelo comandante provincial da Polícia Nacional, comissário António Bernardo, durante um encontro mantido como os membros da associação de moto-taxistas.

O comissário António Bernardo disse que a medida se deve igualmente ao elevado número de acidentes registados nas estradas de Malanje, o que tem causado ferimentos graves, mortes de muitos cidadãos e danos materiais avultados.

Disse ainda que se pretende, com a decisão, pôr cobro à desobediência no cumprimento das normas do código de estrada, à falta de uso de capacete e à condução ilegal e desordenada, que causam muitos constrangimentos ao trânsito local.

"O número de acidentes continua a crescer em Malanje e as desgraças estão a assolar a sociedade devido à persistência do cometimento do erro por parte dos taxistas", sustentou.

O responsável lembrou que o artigo 90º diz que os motociclos e ciclomotores são proibidos de

transportar passageiros com idade inferior a sete anos, salvo os veículos destinados ao transporte de carga.

Estão também proibidos ao transporte de passageiros os velocípedes até 50 centímetros cúbicos. Acrescentou ainda que no artigo 91, o transporte de carga em motociclos, ciclo motores ou velocípedes só pode fazer -se em atrelado ou caixa de carga.

Apelou aos responsáveis das associações de taxistas para colaborarem com os órgãos de segurança e a organizarem-se para reporem a ordem e para a consciencialização dos cidadãos e dos seus associados por forma a cumprir com as regras do código de estrada e melhorar o exercício da actividade de táxi.

Solicitou a criação de mecanismos para ajudar os seus associados para que possam adquirir caixas rígidas ou de às motos para que o cidadão possa transportar as suas mercadorias e evitar os acidentes e incidentes que têm vindo a registar - se em vários pontos da cidade de Malanje.

Admitiu que a Polícia Nacional tem registado um abuso deliberado de vários concidadãos, que constitui uma afronta às autoridades.

O comissário garantiu que a Polícia Nacional vai utilizar a sua autoridade, punindo todos os cidadãos que não cumprirem com as normas do código de estrada, muitos dos quais sem estarem licenciados e não cumprem com as obrigações fiscais.

O administrador municipal de Malanje, João de Assunção, disse que o encontro vai ajudar a reorganizar o ordenamento do trânsito no município de Malanje.

Disse que o quadro actual da sinistralidade preocupa as autoridades máximas da província de Malanje e a população em geral, tende recordado que a administração municipal continua a emitir licenças para a legalização dos jovens que pretendem utilizar motorizada: para a sua mobilidade.

O vice-presidente da Associação dos Taxistas, Manuel Francisco, reconheceu o: erros cometidos pelos seus associados na província de Malanje e informou que a sua agremiação tem um programa de sensibilização e formação dos mototaxistas, que visa mudar a consciência e melhorar o exercício de actividade.

3.9 Fornecimento normal marca vida nas centralidades

Jornal Economia e Finanças

14 De Setembro de 2018

Nas centralidades erguidas em Luanda, fruto da construção e apetrechamento de centrais de tratamento de água (ETA) próprias, os moradores raramente são afectados pelo constrangimento que é a falta do líquido precioso. Radiantes os consumidores ouvidos pela reportagem do JE, na centralidade do Kilamba, elogiam o trabalho realizado pela EPAL em parceria com a administração da centralidade, embora reclamem dos custos implícitos do consumo. Com fornecimento ininterrupto, a água atinge os andares cimeiros mesmo nos edifícios mais altos. Os poucos cortes até agora registados na centralidade mereceram sempre aviso prévio, o que para os moradores representa o comprometimento e profissionalismo de parte da equipa de gestão do empreendimento.

Vida Pacífica

A mesma sorte não faz morada na centralidade (Vida Pacífica) vulgarmente conhecida por "Zango o" Aqui, o fornecimento acontece em períodos estipulados, sendo que de manhã a sorte acontece entre as 05 e 11 horas enquanto de noite vai das 18 às 22horas. Os moradores apelam no sentido de maior esforço e investimentos para colocar cobro à situação e melhorar a qualidade de vida de quantos alimentaram durante anos o sonho da casa própria num ambiente de conforto.

Centralidade do Sequele

Os moradores da Centralidade do "Sequela" ouvidos pelo JE disseram igualmente não terem grandes motivos para reclamações, apelando apenas para um esforço maior no sentido de garantir o fornecimento de forma ininterrupta. O abastecimento é garantido apenas no período diurno sendo que em algumas ocasiões a água precisa de ser acarretada a partir dos andares térreo por conta da falta de pressão no bombeamento. Repudiam algum desperdício provocado pelos profissionais de jardinagem que prestam serviço na centralidade, visto inúmeras vezes em acto depura negligência deixarem torneiras abertas provocando dessa forma desperdício e inundações no pátio.

3.10 Sob três rodas ou mais

Jornal Economia e Finanças

14 De Setembro de 2018

Texto: Carlos Cardoso

O abastecimento de água: nos diferentes bairros da capital angolana continua a constituir motivo de insatisfação dos moradores. Habitantes da província de Luanda manifestam total descontentamento em relação à qualidade dos serviços prestados pela empresa pública de águas da capital do país. A reportagem do TE foi à rua para constatar "in-loco" as razões de tal descontentamento.

Aos detalhes São seis horas da manhã. A rua de Macau, no bairro da Terra Nova, regista um movimento tranquilo, próprio das primeiras horas do dia, não fosse o frenético vai e vêm das motos de três rodas "Vulgo Kupapa" que trafegam de várias proveniências e para variados destinos logo ao nascer do sol. Dois ocupantes por triciclo, acrobaticamente esmeram-se por merecer a preferência das pessoas à porta de casa.

"Afinal é preciso garantir o sustento do dia e ganhar espaço sobre a desproporcional concorrência dos operadores em camiões cisterna". Vemos donas de casa desde as primeiras horas do dia à espera pelos hábeis "vendedores da vida". Bem gostariam que o precioso líquido desse um ar de graça às sedentas torneiras das suas casas. A realidade, porém, remete a um quadro diferente.

Cerca de trinta bidões por cada motorizada vão matando a sede dos moradores da comuna. Os preços uniformes exigem o desembolsar de 500 kwanzas por cada 4 bidões de 20 litros. O recurso à calculadora faz moda entre os moradores da urbe luandina. "É preciso ginástica rija", dizem em referência às matemáticas para gerir os poucos recursos de formas a atender a família (muitas vezes numerosa).

Dona Ruth Iúlia tem um desembolso médio mensal de 15 mil kwanzas para abastecer o tanque de três mil e quinhentos litros duas vezes no período, Tal como outros moradores, confessou, entretanto, à nossa reportagem registar-se uma certa melhoria nos últimos dois meses, fruto de intensas reclamações dos moradores. "Actualmente, já sentimos algum esforço de aliviar o nosso sofrimento. A água já sai com regularidade em algumas ruas e de forma intermitente noutras. Mas já é bom termos alguma água nas torneiras", rematou.

Verificou a nossa reportagem que por conta do retomado fornecimento, a EPAL, a empresa

distribuidora avançou para um processo de notificação de cortes por falta de pagamento. Os moradores da urbe estão notificados para a celebração de novos contratos que "um valor estipulado em 20 mil kwanzas e um pagamento mensal por estimativa na ordem dos 5.25° kwanzas contra os 4°31 cuja cobrança é feita anteriormente.

Morro Bento

No bairro do "Morro Bento", o quadro chega a ser pior. A imponência, beleza e qualidade das moradias erguidas em alguns pontos da localidade, chocam literalmente com a gritante falta do precioso líquido. Ao que apuramos, a canalização está feita já "lá vai algum tempo, sem que, contudo, a água marcasse presença.

As nossas tentativas para ouvir fontes ligadas à empresa distribuidora foram goradas, pelo que ficamos com os depoimentos dos pseudo consumidores. António Julião mostra-se revoltado com a falta de preocupação ou competência de quem está indicado para atender a população. "Não consigo compreender como é que as nossas empresas públicas são geridas. Matam o povo e não rentabilizam os investimentos que o Governo faz", desabafou, saturado pelos constrangimentos experimentados. O silêncio sepulcral das administrações e da empresa responsável e a inoperância dos serviços de fiscalização são outros motivos geradores de descontentamento da população que se quer sentir consumidora e incentivo ao surgimento de oportunistas que elegem a venda expectativa do precioso líquido como forma de enriquecimento.

Tunga Ngó

A nossa ronda foi dar ao chamado "Bairro dos Matumbos", na zona do Tunga Ngó. Aqui, o quadro é bem diferente. Ruas encharcadas por conta da água que jorra das torneiras avariadas e do garimpo que se tornou visitante frequente.

A alegria estampada no rosto de dois petizes que na rua tomavam banho regados por urna mangueira, lembrou-nos a aflição e clamor de outros cidadãos que sendo igualmente angolanos não são brindados com a mesma sorte. Ao que apuramos, a água é consumida em muitos casos contra nenhum pagamento uma vez ser inoperante os meios e serviços de fiscalização. A ilegalidade faz morada ante o olhar impávido e sereno de quem devia ter intervenção activa. O quadro, ao que apuramos não é único na rejuvenescida mas seca capital angolana e os apelos para pôr fim aos desperdícios para que outros

possam igualmente beneficiar, se repetem e difundem por Luanda.

3.11 Comércio pretende buscar equilíbrio entre mercado formal e informal

Jornal O País

25 De Setembro de 2018

Texto: Brenda Sambo

Com vista a melhorar, organizar, e também modernizar a actividade comercial no país, o Ministério do Comércio juntou ontem em Luanda, empresários e operadores do sector no sentido de encontrar soluções que ajudem a melhorar os diferentes mercados. Segundo o ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem Júnior, as reformas decorrem do facto de o Executivo ter optado por uma governação participativa, com partilha de ideias e decisões, como forma de garantir que a execução de programas do departamento ministerial possa abranger as expectativas da sociedade.

O governante teceu essa declaração quando discursava na abertura do encontro de apresentação dos Regulamentos sobre a Organização e Funcionamento dos Centros Logísticos de Distribuição (CLODs) e Mercados Abastecedores (MABs), plasmados nos Decretos Presidenciais n.º 174 e 177/18, publicados em Diário da República de 26 e 31 de Julho.

De acordo com o titular da pasta, aprovação do regulamento resulta da necessidade de estabelecer um novo quadro normativo para regular as relações comerciais exerci das de forma concentrada e num único espaço físico, que vão desde as acções comerciais grossistas e retalhistas.

Assim como outras que estão correlacionadas e estabelecer o aprofundamento da especialidade de regulamentação da Lei das Actividades Económicas, e de regulamento e exercício e funcionamento da actividade do comércio.

CLOD de Luanda a 20% de Execução.

Por sua vez, o director-geral do Centro de Logística e Distribuição de Luanda, Jacinto Kuhamba, disse na sua apresentação que, neste momento, o CLOD de Luanda encontra-se em fase de 20% de sua reestruturação.

O centro localizado no Km 28, na estrada de Catete, contempla quatro naves com áreas de Congelados com um total de 14 armazéns. O responsável referiu

que, o sistema de venda no CLOD de Luanda será abrangente quer para o comerciante grossista quer para o retalhista.

O Centro de Logística e de Distribuição (CLOD) é um local dotado de infra-estruturas de apoio aos produtores, distribuidores e outros agentes económicos que exercem actividades que lhes são correlacionadas e constituído por mercados abastecedores, entrepostos, empresas de distribuição e de prestação de serviços comerciais permitidos por Lei. Enquanto os mercados abastecedores são equipamentos colectivos como uma única unidade destinada, a organização e comercialização de produtos alimentares e não alimentares' de largo consumo diário, visando o abastecimento de grandes aglomerados populacionais.

3.12 94% da força trabalhadora no País está ligada ao sector informal

Jornal O País

28 De Setembro de 2018

Texto: Patrícia de Oliveira

A economia informal refere toda a actividade económica legal mas não licenciada e realizada por agentes económicos ilegais e muitas vezes legais, que escapam ao sistema fiscal, laboral e outros legalmente estabelecidos no sistema formal de produção e troca.

Dados apresentados mostraram que 94% da força de trabalho está no sector informal, em que 40,5% encontra-se na actividade retalhista, 53% em serviços e 6,3% trabalha com artesanato.

De acordo com o economista e um dos autores do relatório Alexandre Ernesto, com a apresentação do relatório espera-se maior reflexão sobre o tema, tal como determinar o perfil do trabalhador informal e avaliar as causas que levam o incremento do sector informal, os seus efeitos económicos e sociais.

"Grande parte dos funcionários públicos olham para o mercado informal como solução", explica. Segundo o economista, a maior parte das pessoas decide trabalhar na economia informal por sobrevivência. A necessidade de obter um rendimento, por menor que seja, para satisfazer necessidades básicas diárias.

Economia informal em Angola empregava em média 58% da força de trabalho

Uma pesquisa realizada na década de 1990 apontava que a economia informal em Angola empregava em média 58% da força de trabalho, enquanto o sector formal empregava apenas 12%.

Para Alexandre Ernesto, fala-se do mercado informal há muitos anos, mas é preciso perceber que toda e qualquer política não terá sucesso sem realismo sobre o sector informal no país.

Questionado sobre futuras pesquisas, espera que haja condições para continuar a fazer o índice da economia informal, referindo que já existe em vários países do mundo, e que o índice de informalidade é um levantamento importante, que ajuda perceber as políticas económicas, até que ponto os agentes económicos estão perante a uma economia informal.

Sobre o grau de escolaridade, constatou-se que grande parte dos trabalhadores informais entrevistados (62%) tem o ensino primário concluído. "As causas da economia informal prendem-se com a fraca capacidade de geração de emprego, inexistência de subsídio de desemprego, processo de formalização extremamente oneroso, emolumentos de licenciamento elevados, barreiras à entrada de novas micro, pequenas e médias empresas, falta de informação sobre o mercado, pobreza", explica.

Segundo o pesquisador, a consequência da economia informal para o país é a evasão fiscal, quando o Governo pretende aumentar a base tributária e existe um universo de pessoas que estão na actividade informal com capacidade de rendimento' sendo que isso enfraquece as contas públicas.

"Em termos de ganhos possíveis, é o aumento da base tributária, que é dos fatores para a implementação do IVA, mas a base tributária pode ser aumentada olhando para as actividades informais que estão em condições de entrar para a formalização", referiu.

Uma grande maioria dos entrevistados (60%) tem estado a exercer actividade informal há pelo menos cinco anos.

Com o intuito de reverter o actual cenário da economia informal em Angola, o Governo e os seus parceiros privados têm lançado programas e instrumentos de intervenção política e financeira com o intuito de criar um ambiente propício à reconversão da economia informal incentivando os micro e pequenos negócios.

3.13 Informalidade domina emprego e sustento das famílias

Novo Jornal

28 De Setembro de 2018

Estima-se que um em cada quatro angolanos esteja envolvido no negócio informal, sendo que a Angola tem uma das maiores taxas de empreendedorismo em estágio inicial, a julgar pela impossibilidade de encontrar empregos formais. Esta é uma das revelações contidas num livro sobre a economia informal no país lançado nesta quinta-feira em Luanda.

O título, da autoria dos economistas Alexandre Ernesto e Gorete Capilo, refere ainda que em cada 10 angolanos, quatro estão directamente ligados a um negócio a nível do mercado informal.

O mesmo estudo ressalta também o mercado informal como o maior mercado distribuidor em Angola, do qual as grandes superfícies comerciais dependem em termos de clientela. Outros dados apontam que em Angola este mercado representa cerca de 65% do produto Interno Bruto (PIB), ou 40 mil milhões de dólares.

De salientar que o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicado em Maio último revela que 94% da força de trabalho do país está directamente ligada ao sector informal, do equivalente a aproximadamente 9 milhões de habitantes, mais de 8 milhões dos quais directamente ligados ao sector informal da economia.

Durante a apresentação do livro, Alexandre Ernesto afirmou que a obra resulta de um levantamento feito entre 2002 até agora, com um aumento vertiginoso da informalidade, que atribui o facto às políticas governamentais implementadas desde então.

"Grande parte do esforço de reconstrução nacional esteve concentrado nas grandes cidades, em detrimento das zonas rurais", sublinhou o autor, acrescentando que "a maioria dos vendedores ambulantes não é oriunda de Luanda".

"Quantas empresas foram criadas nos últimos 15 anos e de que dimensão", questionou-se.

Em seu entender, existem armazéns legalmente licenciados que são os principais fornecedores do mercado informal, coabitando assim num conflito de interesses sem que se saiba ao certo quem é quem.

"Daí que se tenha tornado muito mais difícil compreender o problema da informalidade no país, com a formalidade e a informalidade intimamente ligadas", rematou.

3.14 Quando o informal se torna desleal

Jornal O PAÍS

28 De Setembro de 2018

Texto: Josiane Kapuco

Nas cartas dos leitores tenho lido muitas coisas interessantes, reflexões importantes e também pequenas ajudas que os governantes deste país deveriam ler com atenção para perceber que o povo está atento e sabe muito bem o que está bem e o que está mal.

Mas o assunto que me traz aqui a escrever é para que seja publicado, no mesmo espaço, um texto sobre o fenómeno das zungueiras.

Antigamente eram as quitadeiras e os poetas falavam delas.

Mas agora já não é nada disso e o que me leva a escrever é uma coisa para a qual não encontro explicação, isto é, como é que vivemos tão bem entre a economia formal e a informal?

Basta abrir uma loja, dois dias depois já temos uma pracinha ao lado, mesmo à porta. Não entendo como isso é possível e muito menos como isso é permitido. Muitas vezes têm os produtos que a loja vende, a preço mais baixo, porque não pagam impostos nem têm trabalhadores. É concorrência desleal, é um desafio à lógica da organização, além do péssimo aspecto nas fachadas das lojas.

Honestamente, não vejo isso noutros países e não entendo como em Angola é permitido e ninguém faça nada, até em Talatona, o tal bairro de classe alta.

Gostaria que os nossos governantes pensassem nisso também. Sucessos para o jornal.

3.15 Executivo lança "operação transparência para combate à imigração e ao garimpo"

Jornal: O país

29 De Setembro de 2018

Texto: Miguel José

O ministro da Defesa Nacional, Salviano Sequeira, afirmou, na cidade de Malanje, que nos últimos tempos a imigração ilegal no país atingiu proporções alarmantes, com a invasão silenciosa de cidadãos estrangeiros ao território nacional.

Segundo Salviano Sequeira, a entrada descontrolada de estrangeiros no país constitui, actualmente, uma das principais preocupações do Estado angolano, pois impõe desafios enormes, no que diz respeito à estabilização, segurança e tranquilidade das famílias angolanas e de outros cidadãos que escolhem Angola para trabalhar e viver.

Logo, para contrapor à situação, recomenda às forças de defesa e segurança, a empenharem-se e dedicarem-se no cumprimento das suas responsabilidades, para que a pretensão de combate à imigração e exploração ilícita de diamantes no país seja alcançada.

Não se tratando de um acto meramente contra os estrangeiros, o ministro da Defesa Nacional lembrou que o Estado angolano nunca fechou as suas portas à imigração.

Entretanto, disse estar em causa o cumprimento dos pressupostos da lei e exortou, por isso, os cidadãos' independentemente das convicções políticas, filosóficas, religiosas e culturais, a colaborarem na cruzada contra a imigração ilegal e o garimpo, denunciando os actos de violação.

Sustentou que existem regras e procedimentos acessíveis para todo o cidadão estrangeiro, entrar, permanecer e sair, de forma legal, do território angolano, em conformidade com os preceitos das leis do país e às suas convenções internacionais assinadas.

Salviano Sequeira disse que, no grande fluxo de entrada de estrangeiros sem o cumprimento dos requisitos impostos pela lei, o combate à imigração ilegal constitui uma árdua tarefa e impõe uma actuação mais concertada, a julgar pela dimensão que atingiu e as nefastas consequências que acarreta. Por isso, acrescentou, o Executivo está empenhado na criação de bases sólidas para o desenvolvimento do país, com vista a melhorar os índices de crescimento à luz do processo de diversificação da economia.

Preocupação do Estado

Para o governador de Malanje, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", a crescente imigração ilegal, associada à exploração tráfico ilícitos de diamantes TI país nas províncias de Malanje Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Bié, Cuanza-Sul, Cuando Cubango, Zaire e Uíge, constituem um factor de preocupação do Estado angolano.

Por esse motivo, o Executivo orientou os órgãos de defesa segurança a realizar a "Operação Transparente", com a finalidade de impor a autoridade e ordem territorial.

Falando na mesma perspectiva, o governador da província do Cuanza-Sul, Eusébio d Brito Teixeira, acrescentou que a "Operação Transparência surge oportunamente, dado que a imigração ilegal e o garimpo TI país, além de há muito preocuparem o poder político, perigar a soberania nacional.

"Operação é bem-vinda"

O presidente do Conselho de Administração (PCA) da SODIAM, Ganga Júnior, referiu que "a operação é bem-vinda", por impor todo um conjunto de regras, princípios e normas, no sector dos diamantes.

Disse existir um fluxo grande de garimpo no país, não só exercido ilicitamente por cidadãos nacionais, mas também por estrangeiros de várias origens e em condições ilegais.

Por conta disso, Ganga Júnior explicou que a sua empresa teve de se reestruturar no sentido de contemplar a exploração artesanal e semi-industrial, de forma organizada, através de cooperativas referenciadas e devidamente localizadas.

A "Operação Transparência" envolve efectivos das FAA, da Polícia de Guarda Fronteiras, do Serviço de Investigação Criminal, do Serviço de Migração e Estrangeiros e outros organismos ligados ao Ministério do Interior. Tem como finalidade conter a transposição ilegal fronteiriça de estrangeiros e a exploração ilícita de diamantes de que o país tem sido alvo nos últimos tempos.

3.16 Imigração irregular preocupa Governo

Jornal de Angola

29 De Setembro de 2018

O governador da província da Lunda-Sul, Daniel Neto, apresentou ontem, em Saurimo, aos representantes dos partidos políticos MPLA,

UNITA, PRS, FNLA e da coligação CASA- CE dados sobre o impacto da exploração ilegal de diamantes e de outros recursos por parte de cidadãos estrangeiros.

No encontro, Daniel Neto indicou que a exploração ilegal de diamantes e outros recursos na província da Lunda - Sul é feita maioritariamente ente por cidadãos estrangeiros da República Democrática do Congo (RDC) e do oeste-africano.

O governante anunciou que, nos próximos dias, devem começar acções de combate cerrado ao fenómeno da imigração ilegal que envolverá vários órgãos de Defesa, Segurança e de ordem interna.

Para que o combate à imigração ilegal tenha êxitos, Daniel Félix Neto apelou à colaboração dos partidos políticos e das autoridades tradicionais na denúncia dos cidadãos envolvidos nestas práticas e a indicação dos locais de exploração ilegal dos recursos naturais.

O responsável reiterou que a exploração ilegal de diamantes é má para a estabilidade da economia nacional, tendo aconselhado os cidadãos angolanos a organizarem-se em cooperativas para que tal actividade seja exercida de forma legal.

O governador apelou igualmente aos cidadãos para denunciarem os estrangeiros que vivem naquela parcela do território nacional de forma ilegal e aqueles que facilitam a entrada irregular de estrangeiros, bem como arrendamento de estabelecimentos e residências.

Daniel Neto considera igualmente indispensável o envolvimento da população no combate ao vandalismo dos bens públicos, fenómeno que, em seu entender, tem estado a aumentar na província.

Os representantes dos partidos políticos comprometeram - se a apoiar a acção do Governo no combate a estes fenómenos e outros males como a criminalidade, mediante denúncias, e a sensibilizar a população sobre as consequências de tais práticas. ,

O encontro visou também auscultar os principais problemas que afligem a população local, principalmente ligados aos sectores da Educação, Saúde, Emprego e Energia e Águas.

3.17 Vendedoras ambulantes e feirantes dispensados de facturação

Jornal O PAÍS

18 De Setembro de 2018

Texto: Luís Faria

Todas as transmissões de bens, prestações serviços, adiantamento ou pagamentos antecipados implicam, nos termos da nova legislação, a emissão de factura, sendo equiparados bens o fornecimento de energia eléctrica, o gás, o calor o frio a água e similares. Entre as excepções dispensam a emissão de factura destaca-se a "transmissão de bens efectuados por vendedores ambulantes e feirantes devidamente autorizados ou licenciados por entidade competente", de acordo com o novo regime jurídico das facturas a que OPAÍS teve acesso Segundo o novo modelo legal os agentes económicos com um volume de negócios (ou seja, proveitos) acima ao equivalente em kwanzas a 250 mil dólares devem emitir as facturas "através de programas informáticos certificados nos termos da lei", precisa o decreto presidencial que estabelece o novo regime.

O volume de negócios é apura do com base na declaração fiscal respeitante ao exercício anterior ou no que consta da declaração de início de actividade.

Há prazo para a emissão de facturas: até ao quinto dia útil que segue à operação que lhe deu origem, designadamente a transmissão de um bem ou prestação de um serviço.

"Nas situações em que a transmissão de bens e a prestação de serviços se prolonga no tempo, pode o contribuinte emitir uma única factura global, com periodicidade máxima mensal, que englobe todas as transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas durante este período, devendo estar suportadas por documentos que a individualizam, nomeadamente notas de remessa ou de fornecimento que devem ser devidamente identificados na factura global", especifica o diploma.

No último caso, a factura deverá ser emitida até ao quinto dia útil posterior ao final do período de facturação adoptado. Isto significa que temos todos de recebe a factura da energia, água, televisão por cabo ou internet até ao quinto dia útil que se segue à mensalidade convencionada com o fornecedor.

Hotelaria e restauração: auto-facturação

As entidades da hotelaria, restauração e similares que tenham contabilidade organizada, caso adquiram produtos aos sectores da agricultura, silvicultura,

aquicultura, apicultura, avicultura, pescas e pecuária podem substituir-se aos respectivos fornecedores quanto à emissão de facturas/ recibos. Fixa-se uma outra condição legal: que estas facturas/recibos não correspondam a mais de 10% do total de custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas da entidade que as emite.

Multas pesadas

Sempre que o contribuinte ceda à transmissão de bens ou prestação de serviços sem suporte em facturas sujeita-se a multa correspondente a 7%, do valor da factura não emitida, ou, no caso de incumprimento reiterado, isto é, não tendo em factura ou documento equivalente, em mais de quatro transmissões de bens ou serviços sujeita -se, se for apanhado pela Administração tributária, a pagar uma multa equivalente a 15% do valor da factura não emitida.

No que respeita à presunção do valor da factura que deveria pagar o diploma fixa vários critérios de apuramento.

Também se as facturas emitidas não contiveram os elementos a que a lei obriga haverá lugar a multas, que podem corresponder a 5% do valor da factura, quando os elementos omitidos, ou erradamente indicados, forem o preço, número de identificação fiscal, endereço e o nome da entidade emitente ou equivaler a um por cento do valor da factura quando os elementos omitidos, ou erradamente indicados, respeitarem a quaisquer outros elementos obrigatórios, por causa da factura emitida.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Defendida mais transparência na divulgação dos relatórios de execução do OGE

Jornal O PAÍS

04 De Setembro de 2018

Texto: Rita Berta

O coordenador do Observatório Político e Social de Angola (OPSA), Sérgio Calundungo, alertou ontem, em Luanda, que, por lei, os documentos relevantes sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) devem ser disponibilizados no site do Ministério das Finanças, para que o público tenha acesso e conhecimento sobre como foram gastas as verbas.

De acordo com o artigo 13º da lei que aprova o OGE para o exercício económico de 2018, trimestralmente, o Ministério das Finanças deve tornar público o resultado da execução do OGE 2018, e as informações relativas a cada trimestre do exercício económico de 2018 devem ser publicitadas no prazo máximo de Sérgio Calundungo, coordenador do OPSA 60 dias após o encerramento do trimestre.

Este Jornal efectuou uma pesquisa ao site do Ministério das Finanças e não encontrou relatórios de execução do OGE 2018 disponíveis. Em entrevista a OPAÍS, Sérgio Calundungo, a título de exemplo, referiu que neste momento ninguém que faça parte da equipa restrita do Ministério das Finanças responsável pela elaboração dos relatórios de execução do OGE está em condições de fazer uma avaliação do grau de execução do OGE 2018, "porque o Governo não disponibiliza, de forma atempada, os relatórios periódicos de execução no site do Ministério das Finanças".

O coordenador do OPSA explicou que, por lei, os documentos relevantes sobre o OGE devem ser disponibilizados para que o público lhes tenha acesso. Deste modo, asseverou, os relatórios periódicos de execução do OGE devem ser disponibilizados de forma antecipada no site do Ministério das Finanças. "Como isto não acontece, nós não sabemos se o dinheiro alocado está a ser gasto conforme aprovado", declarou.

Referiu que o normal seria que três meses após a elaboração o Governo disponibilizasse os relatórios

de execução. Numa comparação entre o orçamento deste ano e os anteriores, Calundungo referiu que, apesar de ter havido aumento de verba para determinados sectores, as mudanças não são significativas, pois, justificou, os orçamentos para a Saúde e Educação continuam a ser baixos para as dificuldades que os referidos sectores enfrentam. "Houve uma promessa no sentido de que a metodologia de elaboração do Orçamento seria alterada e que o processo seria feito de forma mais participativa", reclamou. Afirmou ter sido prometido um maior envolvimento das pessoas que estão em vários departamentos governamentais, por forma a permitir-lhes uma maior contribuição com ideias e que, igualmente, se procuraria um maior engajamento da sociedade civil.

Todavia, apesar de o processo de elaboração do OGE para 2019 já ter iniciado, segundo Sérgio Calundungo, não se sentem as alterações previstas na metodologia, nem que se esteja a disponibilizar aos cidadãos informações pertinentes. Por isso, concluiu que o país está, ainda, muito longe do desejável, tanto na divulgação de informações sobre a elaboração e a execução do Orçamento, como na inclusão dos cidadãos nas discussões que, posteriormente, são transformadas em matéria de análise para a elaboração do referido instrumento.

"As instituições responsáveis pelo controlo da execução do OGE, tais como o Tribunal de Contas e a Assembleia Nacional, deveriam fazer mais do que fazem actualmente", considerou. O PAÍS soube de fonte parlamentar que os deputados à Assembleia Nacional estão a analisar o relatório do OGE 2018 referente ao primeiro trimestre de execução.

4.2 Dívida total do país avaliada em 23 mil milhões de dólares

Jornal de Angola

5 De Setembro de 2018

Texto: Santos Vilola

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, revelou ontem, em Pequim, que é o stock da dívida (valor acumulado ao longo dos anos) de Angola à China está avaliado em 23 mil milhões de dólares. Archer Mangureira, que integrou a delegação do Presidente da República, João Lourenço, que visitou Pequim, afirmou que, como mecanismos para o país ter acesso aos 60 mil milhões de dólares disponibilizados pelo Presidente chinês aos países membros do FOCAC, o Executivo vai usar as boas relações de cooperação política, comercial e financeira.

"É no âmbito desta cooperação que vamos tratar com as autoridades chinesas a melhor forma de conseguir facilidades financeiras", disse à imprensa. O ministro indicou que o Presidente da República vai realizar uma visita de Estado à China e neste âmbito serão celebrados acordos financeiros. Em relação ao financiamento de 60 mil milhões dados aos países africanos pela China em 2015, o ministro das Finanças disse que da parte angolana um conjunto de projectos foram implementados no quadro de diferentes facilidades financeiras estabelecidas. "Este pacote não foi só para financiar e suportar projectos de investimentos públicos como serviu para financiar projectos do sector financeiro", afirmou. Em relação à nova ajuda dada pelos chineses aos países africanos, Archer Mangureira disse que é no âmbito das relações Estado a Estado que serão definidos os mecanismos para a utilização deste pacote financeiro. O ministro das Finanças admitiu que o novo acordo geral de cooperação que Angola negocia com a China também compreende projectos que podem ser financiados pela ajuda milionária dos chineses. Archer Mangureira esclareceu, no entanto, que "os novos projectos a serem implementados com o recurso ao financiamento chinês serão definidos no âmbito de um novo paradigma económico".

4.3 Receitas do IPU caíram em quase 2 mil milhões

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2018

Texto: Victorino Joaquim

As arrecadações do Imposto Predial Urbano (IPU) caíram, depois da cobrança das prestações de Janeiro e Julho, para cerca de 20,3 mil milhões de kwanzas, menos de perto de dois mil milhões que em 2017, soube ontem o Jornal de Angola da Administração Geral Tributária (AGT).

Até ontem, disse uma fonte da AGT, as arrecadações tinham atingido 20.279.372.115 kwanzas, contra os 22.199.310.222 colectados até igual período do ano passado, resultando numa variação negativa de 1.919.938.107 kwanzas, precisou a fonte.

Os valores arrecadados correspondem ao pagamento das duas prestações instituídas para o ano fiscal, por 38.086 contribuintes, um número inferior aos 38.356 que pagaram no período homologado, com Luanda apresentar 49 por cento do total nacional dos imóveis inscritos pela AGT.

A fonte denunciou que 2.584 contribuintes acumularam dívidas fiscais, pelo que a AGT

instaurou 869 processos de execução fiscal (cobrança coerciva), em sede do Imposto Predial Urbano.

A fonte apelou aos contribuintes para evitarem esta situação, uma vez que, além do pagamento devido, são acrescentadas multas.

O Código do Imposto Predial Urbano (CIPU), lembrou a fonte, define o IPU como uma contribuição anual que o cidadão nacional ou estrangeiro, desde que não esteja isento, deve pagar ao Estado pela posse, usufruto ou benefício de imóveis que se destinem a quaisquer fins que não sejam a agricultura, silvicultura ou pecuária.

O IPU constitui uma das principais fontes de financiamento das administrações municipais e distrito urbanos, de acordo com o Decreto Presidencial nº 40/18, de 9 de Fevereiro, que estabelece o Regime de Financiamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, explicou a fonte, referindo que a alínea d) do nº 1 do artigo 9º do presente decreto estabelece que 70 por cento da receita de IPU são consignados às administrações municipais.

Os restantes 30 por cento constituem recurso do Fundo de Equilíbrio Nacional que também revertem a favor dos municípios por via das transferências financeiras do Estado.

A fonte lembrou que o pagamento voluntário de IPU poderá ocorrer em duas ou quatro prestações, sendo que, para esta última opção, o contribuinte deverá informar à Repartição Fiscal competente a sua intenção no mês de Julho do ano anterior ao do pagamento.

Relativamente ao arrendamento por período inferior a um ano, o pagamento do IPU também é obrigatório, sendo o procedimento para os prédios arrendados aplicável a todos os casos de arrendamento, independentemente do período de vigência do contrato.

As dívidas tributárias constituídas em sede de IPU podem ser pagas até 18 prestações, sem que nenhuma parcela seja inferior a dez mil kwanzas, mediante requerimento do contribuinte e autorização do chefe da repartição fiscal competente.

De acordo com a fonte, a AGT vai continuar a trabalhar para o aumento da arrecadação de receitas, combatendo a informalidade, com vista a incentivar todos os agentes económicos a pagarem os impostos.

4.4 Governo usou linha de crédito da China para pagar salários e dívida interna

Jornal Expansão

7 De Setembro de 2018

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

O Governo utilizou 760 milhões USD da linha de crédito do Banco de Desenvolvimento da China (BDC) para pagar salários de Março e serviço da dívida interna, o que levou os chineses a ameaçarem suspender a linha de crédito caso a situação se repetisse, de acordo com um Memorando do Ministério das Finanças (MinFin) a que o Expansão teve acesso.

Datado de 28 de Abril e assinado pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, o documento intitulado "Pagamento da Folha Salarial de Abril e Serviço da Dívida Interna de Maio" justifica o recurso à linha de crédito do BDC com o impacto "severo" nas finanças públicas das alterações "dramáticas e abruptas" nas receitas petrolíferas na sequência do choque petrolífero. Como referido mais abaixo neste texto, no ponto 13, na página 10 do Memorando, o inquilino da Mutamba chega mesmo a classificar a actual posição do Estado como de "insolvência". Desde a segunda metade de 2014 as receitas petrolíferas passaram a servir apenas como o "garante do serviço da dívida externa" enquanto as receitas não petrolíferas tem desempenhado um "papel cimeiro no que respeita as obrigações internas do País", explica o MinFin.

E desde o início de 2018 que as receitas não petrolíferas não têm chegado para pagar as despesas correntes e a dívida titulada, o que obrigou o Governo a "socorrer-se das reservas do País em moeda externa" para colmatar as insuficiências, admite o Memorando.

Foi o que aconteceu "em Março do ano corrente [quando] foram utilizados 760.100.000 USD [da conta 94045 - China Development Bank] para fazer face ao serviço da dívida interna e para fazer face a folha salarial de Março ainda que parcial", precisa o documento.

"O China Development Bank tem mostrado a sua preocupação face à utilização que Angola tem dado aos fundos nessa conta", reconhece Archer Mangureira adiantando que "a advertência vai na eminência da suspensão da linha de crédito caso acções semelhantes voltem a acontecer". A ameaça chinesa surtiu efeito. O Governo descartou a utilização da conta do BDC para o pagamento dos

salários de Abril, bem como do serviço da dívida interna de Maio, mas ao fazê-lo ficou sem dinheiro para as necessidades imediatas.

A dois dias do fim do mês de Abril, Archer Mangureira dispunha apenas de 26,7 mil milhões Kz ou 118,9 milhões USD na Conta Única do Tesouro (CUT) para necessidades imediatas de 185,6 mil milhões Kz ou 826,1 milhões USD. Deste montante 138,4 mil milhões Kz ou 616 milhões USD eram para pagar salários e os restantes 47,2 mil milhões Kz ou 210,1 milhões USD diziam de Maio a 11 de Maio. Para o serviço da dívida interna da semana de 30 de Abril a 3 de Maio existia uma reserva de 39,4 mil milhões Kz.

Para ultrapassar o aperto de tesouraria em que se encontrava o MinFin propôs o recurso a dois fundos: o Fundo Petrolífero (FP) Reserva de Segurança (RS) que no final de Abril de 2018 apresentavam um saldo global de 1,95 biliões Kz.

Com um saldo de 970,7 milhões USD, a conta do FP é alimentada pelas receitas resultantes do diferencial do preço petróleo, preço médio de venda das ramas angolanas no mercado internacional menos preço de referência do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Com um saldo de 980,5 milhões USD, a RS "é uma conta criada e movimentada mediante orientação superior". O MinFin apresentou duas alternativas para cobrir o buraco de tesouraria a primeira passava pela utilização de 57% do FP e de 27% da RS para a cobertura de 100% das necessidades imediatas. A segunda previa a utilização de 30% do FP e 13% da RS o que assegurava a totalidade do serviço da dívida mas apenas 32% dos salários, permanecendo a pressão sobre o remanescente da folha de remunerações.

O Expansão desconhece qual das propostas vingou. Mas qualquer que tenha sido, a verdade é que "as alternativas conjunturais disponíveis ao nosso alcance são cada vez mais escassas", alertou Archer Mangureira ao mesmo tempo que sugeriu "a adopção de um pacote de medidas (...) para reverter o actual quadro".

Quadro que o memorando das Finanças chegou a classificar de insolvente. "As propostas colocadas [de recurso à Reserva de Segurança e ao Fundo Petrolífero] pouco alteram a actual posição de insolvência do Estado", reconhece o MinFin no memorando datado de 28 de Abril de 2018. Entretanto, a "posição de insolvência" terá melhorado face à recuperação do preço do petróleo. De acordo com o relatório de inflação do II trimestre do BNA, as receitas fiscais totalizaram 1,2 biliões Kz,

um aumento de 17,54% e 67,08% em termos trimestrais e homólogos, respectivamente. As receitas petrolíferas aumentaram pela mesma ordem 9,4% e 90,8%, para 752 mil milhões Kz o equivalente a 61,4% das receitas fiscais.

As receitas não petrolíferas ascenderam a 472,8 mil milhões Kz, registando aumentos trimestrais e homólogos de 33,4 e 39,5%, respectivamente.

4.5 UNITA questiona para onde vai o excedente das receitas do petróleo

Jornal Expansão

7 De Setembro de 2018

Texto: Lusa

A UNITA questionou esta semana, em Luanda, o destino do excedente do petróleo em Angola, cujos números apontam para uma acumulação de um mínimo total de 1,7 mil milhões USD, nos últimos seis meses.

A dúvida foi posta pelo líder do grupo parlamentar da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Adalberto da Costa Júnior, numa conferência de imprensa, destinada a "radiografar" a situação económica e social do País.

Adalberto da Costa Júnior referiu que o preço médio do barril de petróleo no mercado internacional, segundo dados da OPEP, cifrou-se nos 67 USD, enquanto o preço de referência no Orçamento Geral do Estado (OGE) angolano é de 50 USD, o que dá um diferencial positivo de 17USD por barril.

"Os angolanos precisam de saber, pois este valor deveria ir para a reserva estratégica do Estado", exortou Adalberto da Costa Júnior, denunciando que a suposta "falta de transparência" é a causa do desaparecimento de mais de 600 mil milhões USD das "múltiplas reservas estratégicas e que os angolanos ficam sem saber o destino".

"Por isso, depois de termos vivido tantos anos sem prestações adequadas das contas, urge ter respostas claras e evitar acções discricionárias do titular do poder executivo", disse Adalberto da Costa Júnior,

Segundo o dirigente da UNITA, o valor do diferencial é superior ao do empréstimo que Angola requereu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com Luanda a pedir um financiamento de 4.5 mil

milhões de dólares, pagos em três tranches anuais de 1.5 mil milhões USD.

Relativamente às negociações com o FMI, que deverão começar em Outubro em Luanda, Adalberto da Costa Júnior encorajou Luanda a negociar um acordo "sem prejudicar nem o emprego nem o salário dos funcionários e trabalhadores" angolanos.

Para a UNITA, os indicadores do desempenho orçamental apontam para o agravamento da dívida no próximo OGE, tendo em conta os acordos com o FMI e a intenção de se obter mais empréstimos à China, Alemanha e outros países.

Adalberto da Costa Júnior destacou ainda a necessidade de "transparência sobre a dívida pública", sob pena de o cenário poder ser "um verdadeiro desastre para o País, pois existe o risco real da manutenção de vícios".

4.6 “Negociar com o FMI mostra que Angola está aberta aos negócios”

Jornal Expansão

21 De Setembro de 2018

O que acha das diferentes realidades do continente africano em questões como impostos?

É um desafio muito grande, porque o sector informal em vários países africanos é muito grande, havendo até situações que equivalem a 50% [da economia]. Os dados demográficos favorecem África, porque tem uma população jovem. Só que [muita dessa população] está desempregada, então, os governos não podem cobrar impostos a estas pessoas. Penso que a criação de emprego é muito importante para ajudar a ampliar a base tributária que permitiria aos governos cobrarem mais impostos, o que lhes daria os recursos necessários para dar mais serviços ao público, o que é muito importante. África tem um problema de emprego, que é preciso resolver. Quando se cria emprego, criam-se [também] receitas que permitirão aos governos criar mais serviços.

Como desenvolver instituições públicas que são fracas? Eu acho que a capacidade é muito importante, assim como a educação contínua. Vivemos num mundo em constante evolução, as coisas estão a mudar muito rápido e as instituições públicas precisam acompanhar esse ritmo de mudança. Esse é o desafio. O nosso papel é realmente levá-los a pensar nesta direcção, mas também trazer uma

perspectiva internacional sobre como as coisas estão a evoluir e o que deve ser aplicado a partir da esfera internacional em Angola, na Suazilândia, no Quênia ou na Tanzânia. Não estamos a dizer que deveriam estar a fazer uma cópia e colar o que está a ser feito na Inglaterra ou nos Estados Unidos, por exemplo, mas apenas para pegarem em certos conceitos e aplicá-los aqui.

Então, olhando para Angola, mais uma vez, no seu entender, o que é que deve ser feito para que o País saia da crise económica em que se encontra?

[Risos] Já estamos a fugir aos temas. Penso que o facto de o Governo estar a negociar um programa de assistência financeira com o FMI, além do aspecto monetário, demonstra que a perspectiva da reforma institucional é muito importante e dá novamente sinais positivos aos investidores internacionais de que Angola está aberta aos negócios e que o País está a 'atacar' alguns dos seus problemas. Angola é rica em recursos, tem muitos recursos, tem é que saber como administrá-los melhor. Quero dizer, esse é o principal desafio, mas definitivamente não é um desafio impossível. É possível.

Mas tem também uma economia muito informal, o que dificulta o alargamento das bases de receitas fiscais...

Sim, como eu disse anteriormente, é um desafio muito grande para todas as economias africanas. O sector informal é muito grande e é impossível para o Governo cobrar impostos sobre esse sector, assim como é um desafio enfrentá-lo.

Estamos numa fase em que se espera a implementação do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) já em 2019. Como eu disse, porque o sector informal é muito grande, torna difícil para um país cobrar impostos sobre o rendimento. Então, aplica-se um imposto indirecto como o IVA, que é uma maneira mais fácil, porque todos nós precisamos de consumir, todos nós precisamos comprar água, alimentos, frutas e legumes e até serviços em geral. Por isso, é uma maneira mais fácil de cobrar impostos.

Voltando ao seu programa. Tem conhecido pessoas em Angola. Qual a impressão com que ficou?

Eu conheci, honestamente, pessoas muito competentes no Governo que estão muito motivadas, que estão a procurar ter um impacto positivo e procuram mudar as coisas, acho que a oportunidade é agora. Vejo alguns sinais muito positivos para Angola e a comunidade internacional está a observar. Vê-se um monte de artigos a serem escritos sobre Angola.

Acho que o Presidente está a fazer um trabalho muito bom, ao passar mensagens positivas e, como eu disse, estamos aqui para ajudar e dar assistência técnica. Esta é dada por especialistas voluntários, nós não recrutamos consultores, as pessoas que recrutamos estão a oferecer o seu tempo e a prestar assistência para ajudar.

4.7 Angolanos investiram 50 vezes mais lá fora do que estrangeiros em Angola

Jornal Expansão

21 De Setembro de 2018

Texto: Maurício Vieira Dias

Os angolanos investiram 50 vezes mais no estrangeiro do que os estrangeiros em Angola no ano passado, excluindo o sector petrolífero e dos diamantes, segundo cálculos do Expansão a partir do relatório da Balança de Pagamentos e Posição do Investimento Internacional de Angola em 2017.

No ano passado, o investimento directo de Angola (IDA) no estrangeiro ascendia a 1.352 milhões USD, ao passo que o investimento directo estrangeiro (IDE) no País, fora o sector petrolífero e dos diamantes, não ultrapassou os 27,2 milhões USD, assinala o documento do banco central.

"A situação em causa é atípica", classificou o engenheiro e consultor empresarial Galvão Branco ao Expansão. Explicando, posteriormente, que a disparidade acentuada entre o IDA e o IDEA deve-se, essencialmente, ao facto de os investimentos estrangeiros directos em Angola no sector não petrolífero continuar a ser muito baixo. Quanto ao investimento directo de angolanos lá fora, Galvão afirma que está concentrado em uma dúzia de operadores. "Esta não tem sido uma atitude que dependa de uma política dos empresários no geral mas, sim, de um pequeno grupo de operadores", adianta.

O consultor defende que a alternativa para o crescimento económico por via do investimento directo estrangeiro no País passa pela criação de "protecção jurídica que permita ao investidor estrangeiro expatriar os lucros legalmente sem objecções", pois não basta que se crie enquadramento jurídico para quem vem investir e depois "esquecer-se das condições" que permitam expatriar dividendos.

Em termos brutos, já a contar com o sector petrolífero e dos diamantes, o investimento directo

registou entradas na ordem de 6.208,1 milhões USD e saídas de investimentos de 14.957,4 milhões. Desta forma, as saídas foram duas vezes superiores às entradas, assinala o documento. "O saldo do investimento directo estrangeiro no ano de 2017 representou 7,9% do PIE contra 0,4% do ano de 2016", revela o relatório do BNA.

BNA revê investimento directo de 2016

Além do investimento directo de Angola no estrangeiros sido de 1.352 milhões USD, até final do ano passado o volume acumulado dos investimentos de angolanos (residentes cambiais em Angola) no estrangeiro correspondia a 30,3 mil milhões USD, dos quais, 22,8 mil milhões USD eram investimento directo, ao passo que 7,4 mil milhões eram investimentos de carteira, ou seja, em títulos, destaca o relatório.

O mesmo documento indica, entretanto, que no ano de 2016 os angolanos investiram lá fora 273 milhões USD, sendo que, o stock de investimentos de angolanos no estrangeiro foi de 28,9 mil milhões USD, dos quais 21,5 mil milhões USD relativos a investimentos directos e 7,4 mil milhões USD em investimentos de carteira.

Os dados destacados no parágrafo anterior são, porém, bastante inferiores aos apresentados no relatório da Balança de Pagamentos e Posição do Investimento Internacional de Angola de 2016. Tratou-se de uma revisão em baixa dos dados, uma vez que o documento do ano anterior aponta que em 2016 os angolanos investiram fora do País 2.747,8 milhões USD em empresas e títulos estrangeiros, ou seja cerca de dez vezes mais que os 273 milhões agora avançados no relatório de 2017 referente ao ano anterior. Já em stock de investimento acumulado, este foi de 31.344,6 milhões USD. Destes, 23.968,6 milhões em investimento directo e os restantes 7.375,9 milhões USD foram investimentos de carteira.

O Expansão solicitou esclarecimentos ao Banco Nacional de Angola (BNA) sobre as razões da revisão em baixa dos dados de 2016, bem como em que sectores e países foram aplicados os valores investidos lá fora, tendo o banco central remetido esclarecimentos para mais tarde, o que não aconteceu até ao fecho de edição.

4.8 Porque o Executivo não pode pagar as dívidas internas

Novo Jornal

21 De Setembro de 2018

Porque simplesmente desconhece quanto deve. Será? Vejamos:

O Executivo procedeu em 2017 ao arrolamento da dívida interna acumulada dos anos de 2014 a 2017. Depois, em 2018, adicionou também as do ano 2013. Com base em que documentos? Em princípio, com base nas facturas emitidas pelos credores datadas desses anos e referentes a bens e serviços prestados ao Estado.

Segundo declarações de responsável do MinFin, cerca de 25% dessas facturas não são aceitáveis. E que tratamento tiveram ou terão as restantes 75%? Irão ser pagas pelo seu valor nominal? Todos os dirigentes é responsáveis do Ministério das Finanças tiveram formação suficiente para saberem que as dívidas que têm configuram empréstimos (financiamentos) feitos ao Estado. E que os financiamentos estão vinculados a taxas de juros que permitem a actualização do valor do dinheiro. Pode discutir-se a taxa ou taxas a aplicar. Por exemplo, a AGT aplica às dívidas que as diversas entidades têm para consigo a taxa de 12,1% ao ano; aos financiamentos feitos pelos bancos comerciais é aplicada uma taxa anual de cerca de 20%; mesmo os títulos do tesouro estão sujeitos, quando não vinculados a uma moeda externa, a taxas de 12,5%.

O que se pretende é que o Estado saiba que tem de pagar as suas dívidas, não pelo valor nominal de há 3,4 ou 5 anos, mas sim pelo valor actual desse dinheiro

o que se pretende é que o Estado (em princípio, w:na pessoa de bem, como se diz) saiba que tem de pagar as suas dívidas, não pelo valor nominal de há 3, 4 ou 5 anos, mas sim pelo valor actual desse dinheiro. E que negocie com os credores a taxa a aplicar a partir dum cocktail das diferentes taxas aplicáveis.

Assim, uma dívida (financiamento) de há 5 anos, actualizada à taxa de, por exemplo, 15%, verá o seu valor nominal inicial multiplicado por 1,15 elevado a 5, ou seja 2,011 vezes. É o valor assim actualizado que o Estado tem de considerar como dívida. O que não tem nada a ver com os juros de mora que, estes, são uma penalização por atrasos. Para continuar a ser uma pessoa de bem.

Outra questão que o Estado tem de ponderar prende-se com o facto de centenas de empreendimentos estarem parados há também meses e anos, por incumprimento de pagamentos aos empreiteiros. Os contratos referentes a essas obras datam também de há vários anos, tendo os respectivos orçamentos sido elaborados de acordo com as variáveis macroeconómicas da altura.

O completamento desses empreendimentos não pode ser executado tendo por base o orçamento inicial. Como actualizar esses orçamentos? Podem dar-se algumas dicas: a mais badalada tem sido a pretensão da sua actualização em função das taxas de câmbio do dólar ou do euro; outra tem sido a taxa de inflação do IPC acumulada no respectivo período; e outra ainda nos foi suscitada por um estudo dos últimos 12 meses e que foi realizado em Junho passado. Este estudo reportou-se à análise dos preços de 47 fornecedores de 14 bens do mercado interno que integram a fórmula de constituição de preços de obras de edificações civis. O resultado desse estudo mostra um agravamento dos preços de mercado da ordem dos 63% nos últimos 12 meses. Pode actualizar-se este estudo para os últimos 24, 36, 48 meses. Estes indicadores poderiam ser a base de actualização dos orçamentos das obras a ser retomadas e concluídas.

4.9 Transparência orçamental é uma oportunidade e não uma ameaça

Jornal Expansão

21 De Setembro de 2018

Texto: Joaquim José Reis

Faz parte do Corpo de Voluntários de Serviços Financeiros (FSVC, na sigla em inglês) que estive em Luanda recentemente, no âmbito de um programa de assistência técnica para Apoio à Gestão das Finanças Públicas e Transparência Fiscal em Angola, iniciativa financiada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Em que incide este programa?

O Corpo de Voluntários de Serviços Financeiros é uma organização não-governamental (ONG) e a nossa missão passa por promover a estabilidade financeira e ajudar a fortalecer sectores financeiros em economias emergentes e em desenvolvimento. Estamos em operação desde 1990 e operamos em todo o mundo. Somos especializados em gestão financeira pública, em combate ao branqueamento de capitais, em bancos centrais e bancos comerciais e no

acesso a financiamentos a pequenas e médias empresas.

Como avalia a capacidade do sector público angolano neste domínio das finanças?

Do ponto de vista do servidor público, em termos de recursos humanos, têm a capacidade, está lá. Fazem o seu trabalho. O nosso trabalho é ajudar a complementar ou melhorar o seu conjunto de qualificações e estamos a trazer uma perspectiva internacional, aquilo a que chamamos de melhores práticas internacionais. Como é que podem fazer melhor o trabalho de uma maneira eficiente e de maneira a que atendam aos padrões internacionais, porque existem normas que todos os países seguem. Se for contabilidade, falamos de normas IPSAS [sigla em inglês para Normas Internacionais da Contabilidade para o Sector Público] para Contabilidade Pública, ou IFRS [sigla em inglês de Normas Internacionais de Relato Financeiro]. Tudo isso são normas que precisam seguir e essa é a perspectiva que nós tentamos trazer para Angola sobre como é feito no estrangeiro. Não precisam utilizar tudo o que lhes dizemos, mas se utilizarem duas ou três ou quatro boas ideias que podem ser implementadas aqui, será excelente. Em África, e sobretudo em Angola, as instituições públicas falham muitas vezes os prazos de entrega de relatórios e reportes financeiros. Essa é uma realidade que o grupo de voluntários tenta ajudar a melhorar?

Sim. Temos trabalhado com o Tribunal de Contas desde o início do ano, como eu disse, para ajudá-los a fortalecer a sua capacidade de auditoria e, sim, o foco estava em como publicar melhores relatórios. O último relatório anual do Tribunal de Contas tinha sido publicado em 2014, mas eu acho que há algumas semanas publicou o de 2015 e o de 2016, o que é um sinal muito positivo. Então, estamos a ver desenvolvimentos muito bons em Angola. Mais uma vez, o nosso trabalho incide realmente em trabalhar com os servidores públicos e mostrar-lhes como fazer melhor os seus trabalhos.

Mas os atrasos na publicação de relatórios financeiros são extremamente negativos...

Sim, se olharmos para os investidores. E também se observarmos o Índice de Transparência Orçamental para onde toda a gente olha, até os investidores. Olham para as questões legislativas, para as instituições superiores de auditoria e olham para o envolvimento da sociedade civil em tudo o que o governo está a trabalhar. Este índice faz uma revisão ao País a cada dois anos e todos olham para o seu resultado. Acredite-se ou não, o facto de um governo não publicar documentos online ou dentro dos

prazos, leva as pessoas a questionar o porquê. Eu acho que um governo não o faz por várias razões, pode ser por falta de competências técnicas, ou pode ser por falta de vontade política, e vemos isso em muitos países africanos. Mas esses países estão a começar a entender a importância de publicar dentro do prazo e a importância do Índice de Transparência Orçamental e dos diferentes índices, como o Índice Mo Ibrahim. É muito importante que um país se posicione, e bem, nos rankings. Eu não sou um grande crente nos rankings, mas as pessoas prestam atenção a eles.

Principalmente os investidores estrangeiros...

Sim. Se você é um investidor e não pode realmente gastar tempo a fazer pesquisas para entender melhor Angola, a primeira reacção que terá será dizer: 'tudo bem, deixem-me olhar para o Índice de Transparência Orçamental, deixem-me olhar para o índice do Banco Mundial [Doing Business], para alguns indicadores, para gráficos simples', o que lhe dará uma ideia ou, pelo menos, uma visão geral muito ampla da situação do país.

Nesse tipo de índices e relatórios, o ambiente de negócios de vários países africanos está geralmente no final dos rankings. Quando é que veremos melhores resultados em África?

Como devo dizer, não quero criticar excessivamente os países africanos. Sim, demora algum tempo para que esses conceitos cheguem aos países em desenvolvimento, porque eles são feitos em países desenvolvidos, onde os dados já estão disponíveis, onde há total transparência e há uma grande supervisão pública ou, pelo menos, há envolvimento dos cidadãos no processo político e na vida económica em geral. Acontece menos em África, mas isso está definitivamente a mudar

E quanto à transparência fiscal no continente?

Está definitivamente atrás de outros países, mas está a mudar. Se olharmos para a demografia em África, este é um continente muito jovem, há muito que fazer e não é tarde demais. Estou muito optimista de que todos esses conceitos começarão a ganhar terreno em África e acho que ajudarão a acelerar o desenvolvimento económico do continente.

Mas como é que se pode mudar o quadro negativo da transparência fiscal em África?

Acho que o acesso a dados é muito importante. Dados abertos e disponíveis, não apenas impressos, mas também online, para que todos tenham acesso a eles. Isso é muito importante e abrirá os governos a novas ideias. Esta abertura não deve ser vista como

uma ameaça, mas como uma oportunidade para envolver os cidadãos, porque, no final do dia, é o dinheiro que o governo está a administrar e precisa fazer um trabalho melhor. Eu acho que dados abertos, acesso à informação e transparência fiscal sim, mas eu diria que a gestão financeira em geral é muito importante. Todos nós queremos mais. Os governos gerem o dinheiro dos cidadãos, por isso todos queremos mais infra-estrutura e melhor serviço público em geral.

O Orçamento Geral do Estado para 2019 estará já a ser preparado. Terá, de alguma forma, alguma contribuição da vossa parte?

Sim, vamos ajudar. Estaremos aqui, antes do início do novo processo orçamental, creio que em meados de Outubro, para preparar. Gostamos de formar, tanto os parlamentares, quanto o pessoal permanente do Parlamento, porque eles não são afectados por eleições. Estes funcionários estão no Parlamento ao longo da sua vida, então, é bom melhorar a sua capacidade também.

Quais são as técnicas que estes funcionários permanentes da Assembleia Nacional vão aprender?

Vamos treiná-los novamente em indicadores orçamentais, mas também em técnicas de consultoria orçamental sobre como, por exemplo, o Ministério das Finanças prepara o orçamento.

Realmente melhoramos a capacidade do Parlamento para trabalhar melhor com o Ministério das Finanças e como aconselhá-lo sobre como o orçamento deve ser alocado.

No próximo orçamento, teremos as suas técnicas...

(Risos) Espero que sim, esse é o objectivo. Como já disse, não precisam de ouvir tudo o que dizemos ou ensinamos, mas se puderem aceitar algumas ideias e aplicá-las no seu trabalho diário, para mim, isso é uma vitória.

4.10 Três quartos da dívida reclamada pelas empresas portuguesas ainda não está contabilizada

Jornal Expansão

21 De Setembro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

O Governo anunciou, para Novembro, o fim da certificação da dívida às empresas portuguesas, quando faltam contabilizar três quartos da mesma, ou

seja, cerca de 100 mil milhões Kz, o equivalente a 77% do total de 130 mil milhões Kz, ainda não foram contabilizados.

A informação foi avançada pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, no Fórum Económico Angola-Portugal, realizado nesta terça-feira em Luanda. O ministro explicou que a liquidação do crédito enquadra-se no programa de estabilização macroeconómica, fiscal, cambial e melhoria do ambiente de negócios iniciado em Janeiro deste ano, que, entre outras questões, contempla a regularização dos atrasados, em que apenas 23% dessa dívida, consta dos registos do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado, ou seja, foi contratada dentro das regras de execução do Orçamento Geral do Estado.

Nos últimos oito meses, conforme fez saber o governante perante uma plateia que incluía o primeiro-ministro de Portugal, António Costa, a dívida contabilizada das entidades públicas angolanas ronda os 30 mil milhões Kz de um total de 130 mil milhões Kz.

Archer Mangureira disse que o montante inserido no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado, ronda os 30 mil milhões Kz, e já está a ser pago, há um ano e meio, desde que o Governo aprovou uma estratégia de regularização dos atrasados internos e externos.

Um processo, de acordo com presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, importante para aliviar a asfixia financeira por que passam muitas empresas nacionais e estrangeiras.

Por outro lado, o ministro apontou a desvalorização do kwanza em cerca de 150%, desde 2013, como sendo o ponto crítico do processo de pagamento da dívida, tendo realçado mesmo que "se decidirmos fazer a actualização de todas as dívidas, nos termos em que estão ser reclamadas, há o risco de pôr em causa a sustentabilidade da dívida". O ministro afirmou que o País vai continuar a trabalhar para que não haja prejuízos na regularização dos acordos e resolver caso a caso.

Embora as entidades portuguesas estimem uma dívida angolana a empresas portuguesas, sobretudo no sector da construção civil e obras públicas, entre os 466 milhões e 583 milhões USD, o pagamento dessa dívida, prosseguiu o ministro, "exige um processo prévio de certificação, que passa por um conjunto de passos".

O Fórum Económico Angola-Portugal foi promovido pela AIPEX e pelo AICEP no âmbito da

visita de dois dias a Angola do primeiro-ministro português.

4.1.1 Sector da Saúde absorve 15 por cento do OGE

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2018

Texto: Vitorino Joaquim

As despesas do sector da Saúde absorvem 15 por cento do Orçamento Geral do Estado (OGE) até 2022, anunciou ao *Jornal de Angola* a coordenadora do Gabinete de Municipalização dos Serviços de Saúde.

Helga Freitas, que falava a este jornal à margem de uma conferência consagrada à "Cobertura universal da saúde para o desenvolvimento sustentável", realizada sexta-feira e ontem, em Luanda, afirmou que a elevação da percentagem é emanada pela adesão do Governo à Declaração de Abuja, consagrada ao bem-estar da população de África.

A dotação actual, de 200 mil milhões de kwanzas, deve ser acrescida em três vezes, para 600 mil milhões de kwanzas por ano, para cobrir as necessidades do sector, estimou Helga Freitas.

Informações obtidas na conferência indicam que a maior parte das despesas do sector institucional da Saúde são empregadas na aquisição de bens e serviços, com um peso de 55 por cento do valor atribuído no OGE, incluindo-se a compra de medicamentos, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, bem como encargos com as parcerias público-privada.

As despesas com pessoal representam 38,4 por cento do total, para o que se previa um acréscimo em 2018, com o descongelamento das admissões no sector.

A conferência sobre "Cobertura universal da saúde para o desenvolvimento sustentável", promovida pelo Ministério da Saúde e a Academia BAI, teve como objectivo o incentivo do diálogo e troca de informações entre profissionais e especialistas sobre temas relacionados com a provisão e acesso ao sistema de saúde.

Os participantes debateram temas como "O reforço do Sistema Nacional de Saúde para o alcance da cobertura universal", "Promoção da saúde materna, neo-natal, infantil e do adolescente" e "Grandes endemias e seu impacto na saúde da população angolana".

a dissertação sobre o tema "Os desafios do Sistema Nacional de Saúde", a coordenadora do Gabinete de Municipalização dos Serviços de Saúde declarou que tudo está a ser feito para se elevar a logística relacionada com os medicamentos, vacinas e material gastável.

Outra prioridade é elevar a disponibilidade de quadros, estando a decorrer um concurso público nacional para recrutamento, seguido pela formação dos profissionais que forem contratados, disse a coordenadora.

Um terceiro desafio está relacionado com a cobertura de infra-estruturas, porque existem áreas do país que ainda não as têm e o Ministério da Saúde possui uma estratégia intermédia que consiste em enviar equipas móveis para essas localidades.

No OGE de 2018, onde as despesas do sector social foram as maiores em várias décadas - 42 por cento do total -, as verbas destinadas à Saúde são de 7,00 por cento do total.

A elevação do peso do sector da saúde nas despesas do Orçamento visa alinhar as práticas do Estado angolano às declarações de Abuja de 2000 e 2001, que estabelecem o compromisso dos Governos africanos adoptarem despesas orçamentais dessa magnitude.

4.12 Execução de gastos e orçamento anual

Novo Jornal

28 De Setembro de 2018

Há muitas razões, algumas legítimas e outras não, pelas quais os gastos públicos efectivos podem ser diferentes do orçamento aprovado pelo Poder Legislativo. De entre as inúmeras razões; preocupam-me as seguintes: Sistemas deficientes de gestão financeira, corrupção, desvios de fundos, insuficiente disponibilidade de recursos financeiros.

Sabemos que uma grande parte das instituições em Angola possui sistemas deficientes de gestão financeira, o que enfraquece a qualidade dos gastos orçamentários e a capacidade destas para gerir convenientemente o fluxo de recursos. Em muitos municípios, províncias e Ministérios, os Gabinetes de Estudo e Planeamento não conseguem efectivamente planificar o fluxo de recursos durante o exercício fiscal.

Como resultado, as instituições sofrem com a escassez de recursos durante os primeiros trimestres do ano fiscal e acabam por receber uma parte

significativa de seu orçamento durante o último trimestre. Em tais situações, as pessoas responsáveis pela gestão sentem-se pressionadas a gastar os fundos antes do final do ano, o que tem vindo a causar desperdícios e até gastos extravagantes.

Se ao menos tivéssemos o hábito de monitorar a execução dos orçamentos de forma adequado, facilmente perceberíamos a necessidade de uma melhor planificação dos fluxos financeiros, para que os gastos previstos nos orçamentos aprovados, pudessem corresponder aos objectivos e as políticas públicas ao longo do ano. Deste modo não teríamos uma serie de projectos interrompidos a meio sem que ficassem concluídos como acontece com muitas infra-estruturas inacabadas em vários municípios.

Outro mal a ter-se em conta prende-se com a corrupção, que quanto a mim é já um dos piores males que afecta a nossa terra. É reconhecido no nosso país que o exercício da gestão e administração de muitas instituições públicas foi sempre marcado por casos de corrupção. Isto aplica-se, em particular, ao caso das instituições públicas com sistemas de gestão e controle financeiros fracos. No imaginário colectivo de grande parte dos cidadãos nacionais, sabe-se e sentem-se que alguns responsáveis das instituições utilizam "truques" para abusar dos fundos públicos, como "contabilidade criativa", irregularidades nas contratações e em processos de aquisições de bens e serviços. Pena é que, muitas vezes, a corrupção que afecta a execução orçamentária só pode ser detectada por meio apertados mecanismos de monitoria e seguimento das despesas durante e após a fase de execução, mecanismos estes que nem sempre tem vindo a funcionar de maneira eficaz entre nós.

E reconhecido no nosso país o exercício da gestão e administração de muitas instituições foi sempre marcado por casos de corrupção

Como se não fossem suficientes os aspectos acima enumerados, sabemos ainda que algumas pessoas com fortes responsabilidades ao nível da governação às vezes desviam os fundos inapropriadamente para outros programas. Por exemplo, uma verba destinada especificamente ao atendimento do VIH/SIDA poderia ser desviada para arcar com custos reactivos a "administração geral do hospital". Um desvio desse tipo não representa necessariamente uma prática corrupta. Às vezes, os gestores das instituições usam procedimentos legítimos que fazem parte do processo orçamentário para reorientar os gastos ao longo do ano. Por exemplo, é costume usar "cláusulas de transferência" de itens e orçamentos suplementares para movimentar fundos entre diferentes instâncias do governo, o problema neste

caso se põe quando tais desvios não se justificam em termos de prioridades ou ocorrem em detrimento de outras necessidades cuja satisfação passam a ser adiadas devido ao fraco poder de influência por parte de quem as padece.

Finalmente, vimos os casos ligados à insuficiência de recursos financeiros.

Frequentemente constata-se que os orçamentos nunca são suficientes para financiar uma data de iniciativas prementes e urgentes de modo adequado.

Por exemplo, os cidadãos beneficiários dos serviços de educação e saúde têm por lei o direito de acesso aos mesmos a qualquer momento e em qualquer parte do território nacional. Mas não existe nada que pode vir a "forçar" o Poder Executivo a aumentar o montante de recursos com este sector durante o exercício económico, uma vez que o orçamento já foi aprovado pelo Poder Legislativo, mesmo que venham a surgir fortes e inesperadas circunstâncias que sugerem alteração na distribuição dos recursos alocados, as chances que os cidadãos possuem para pressionar o executivo e obrigá-lo a cumprir as suas obrigações são limitadas devido à insuficiência de recursos revistos no orçamento.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Liberty Chiaka confirma candidatura à presidência da autarquia do Huambo

Jornal O PAÍS

6 De Setembro de 2018

Texto: Irenen Mujoco

Liberty Chiyaka, actual secretário provincial da UNITA no Huambo, confirma pretender concorrer para presidente da autarca do Huambo nas eleições autárquicas previstas para 2020.

Em declarações a OPAÍS, o político confirmava assim as informações postas a circular em alguns círculos restritos do seu partido que davam conta da sua futura candidatura a este cargo.

Informou que já manifestou esse interesse à direcção do partido, liderado por Isaiás Samakuva, de quem recebeu garantias de receber o necessário apoio, apesar de que o assunto será analisado em fórum próprio pelo Comité Permanente da Comissão Política (CPCP).

Disse que a sua iniciativa está a ser apoiada não só pelo seu partido, mas também por militantes da CASA-CE e do MPLA, que lhe têm incentivado a concorrer.

Segundo ele, os munícipes do Huambo estão a incentivá-lo sem olhar para a cor partidária, mas como um cidadão que pode vir a ser um bom servidor público para este território.

"São esses incentivos que recebo todos os dias, de pessoas de diferentes partidos aqui na província e mesmo noutras regiões", afirmou.

Para ele, mais do que cores partidárias' o mais importante é que se encontre qualquer cidadão que assuma o desafio e corresponda às expectativas dos munícipes.

Em conversa com O PAÍS, Liberty Chiyaka assume o desafio de concorrer, apesar de reconhecer ser uma tarefa difícil, numa província em que admite virem aparecer outras candidaturas, mas sem temer nada.

Disseque, apesar de ser um processo novo na história da Angola democrática, acredita que com a realização

de eleições autárquicas serão resolvidas as prementes questões que afligem as populações.

Depois de destacar a importância das autarquias, o entrevistado reforçou ser urgente que se implemente este processo, cujas promessas para a sua realização remontam à antiga governação do Presidente José Eduardo dos Santos.

Motivação

Questionado sobre o motivo que o leva a pensar em concorrer, Liberty Chiyaka, de 43 anos, natural do Uíge, respondeu ser também uma forma de contribuir para a gestão e desenvolvimento do país.

Afirmou que a implementação das autarquias no país foi sempre um projecto do seu partido, realçando que a realização das mesmas será a concretização de um projecto há muito esperado.

"A UNITA sempre disse que a melhor forma de governar o país é devolver a autoridade ao povo, e este povo é quem deve escolher quem merece governar", disse.

À pergunta sobre o que pensa fazer, uma vez eleito para o cargo a que se propõe, disse ser muito cedo para falar de projectos, mas garante, com o apoio dos munícipes, dar um outro rumo ao Huambo .

Resumiu que o Huambo, apesar de uma província rica em vários recursos naturais, é uma das que possui um elevado nível de pobreza, sobretudo no seio das populações rurais.

Por isso, avança ser necessário que as eleições autárquicas sejam implementadas para tirar a província da letargia em que se encontra e lhe devolver a sua mística.

Modelo funcional

O também deputado da UNITA à Assembleia Nacional pelo círculo provincial do Huambo reiterou que o gradualismo funcional em simultâneo) é o adequado para o país.

Disse que o gradualismo geográfico defendido pelo MPLA, partido no poder, não corresponderá às expectativas dos cidadãos que pretendem ver as suas vidas melhoradas, caso for implementado.

5.2 Fórum dedica espaço as eleições autárquicas

Jornal de Angola

9 De Setembro de 2018

O Fórum dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA), que decorre entre os dias 21 e 24 de Novembro deste ano, na cidade de Benguela, vai dedicar um enfoque às eleições autárquicas, garantiu o secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel.

Além de ser a primeira vez que o Fórum e a Feira dos Municípios e Cidades de Angola se realizam em simultâneo fora de Luanda, o fórum deverá dedicar um certo enfoque ao assunto mais sonante da actualidade no país, as eleições autárquicas", afirmou Márcio Daniel, salientando ser pretensão do evento a criação de um espaço para apresentação e exposição do trabalho desenvolvido pelos órgãos da Administração Local.

Na sua alocução destinada à apresentação institucional dessas actividades, Márcio Daniel disse que a feira é uma manifestação das múltiplas potencialidades existentes nos municípios devendo nesta edição prestar atenção ao reforço da desconcentração administrativa em curso no país, além de ser também uma oportunidade do empresariado pensar cada vez mais nas soluções que se impõem.

Referiu que o Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, de iniciativa presidencial, vai ser um espaço de "consulta e concertação" no Titular do Poder Executivo.

O Chefe do Executivo conta com dois espaços de auscultação, nomeadamente o "Conselho de Governação Local" e o "Fórum dos Municípios e Cidades de Angola", com os quais interage visando colher ideias e contribuições que levam a adopção de políticas para solucionar as dificuldades identificadas, explicou Márcia Daniel.

O secretário de Estado admitiu haver constrangimentos de circulação no troço Lobito/Canjala, pelo que, segundo prometeu, o órgão de tutela deverá encetar contactos, com as, companhias aéreas no sentido de negociar preços especiais para as viagens dos participantes destes dois certames.

O FMCA, que se realiza pela primeira vez fora de Luanda, com o lema "A vida faz-se nos municípios", visa reforçar o seu carácter nacional, o diálogo e a interacção entre Os 164 municípios do país, além de

promover o conhecimento das potencialidades nacionais.

No final do evento, aberto para qualquer entidade colectiva, singular, privada ou pública, será realizada uma gala de premiação dos participantes, com 15 categorias.

O representante da Spica Angola, co-organizadora evento com o Ministério da Administração do Território. Bruno Albernaz, adiantou que o recinto onde vai decorrer a Feira tem condições de albergar até 700 expositores.

As empresas vão pagar entre 315 a 540 mil kwanzas para a obtenção do espaço de exposição. As instituições públicas entre administrações locais e departamentos ministeriais vão pagar o valor de 200 mil kwanzas.

5.3 Vencer no maior número de municípios

Jornal de Angola

9 De Setembro de 2018

Texto: João Dias

Ao falar das autarquias, o presidente do MPLA, disse que implantando de forma gradual ou não, em qualquer uma das opções, em todas as 18 províncias serão realizadas eleições em pelo menos alguns dos seus municípios, "não fazendo sentido algum falar-se no perigo das do aumento ou perpetuação das assimetrias regionais contra as quais somos os primeiros a combater".

Lembrou que o Executivo submeteu a sociedade uma proposta de base a partida da qual os partidos políticos com assento parlamentar, as igrejas, associações profissionais, Universidades, e ONG se vão pronunciar a favor ou contra, sendo livres de defender os seus pontos de vista sobre como gostariam de ver implantadas as autarquias no País.

O Executivo, disse, está aberto a posições diferentes, caso contrário não teria tido a iniciativa de fazer esta ampla auscultação à sociedade,

Para João Lourenço é altura de começarmos a trabalhar no assunto das autarquias, preparando o partido e aquele que vão perfilhar como candidato do partido ou independentes apoiados para assumir a presidência das câmaras municipais ou preencher os órgãos do poder autárquico.

João Lourenço refere que o partido deve ambicionar e trabalhar para vencer no maior número de possível de câmaras “ estando conscientes que candidatos de outras formações políticas ganharão também em algumas câmaras o que é algo perfeitamente normal e, até, salutar para a democracia que construímos.

O Presidente do partido, disse que o MPLA se deve preocupar menos com a organização da sua própria vida interna e dirigir a acção principal para fora de si próprio, trabalhando mais com cidadãos em geral, com os homens da arte e cultura, com líderes das confissões religiosas, líderes comunitários, jovens e mulheres.

Defendeu ser necessário trabalhar mais com as instituições as universidades e pediu maior aproximação ao que considera de verdadeiros representantes da sociedade civil, dos fazedores de opinião independentemente das posições que defendem.

“ Tenhamos sempre presentes que não há verdade absoluta e que é da adversidade que nasce a luz e o progresso”, assinalou João Lourenço.

5.4 Muita confusão sobre as autarquias

Jornal O PAÍS

10 De Setembro de 2018

Texto: João Sorte

Caros amigos,

estou preocupado porque até hoje não nos dizem como serão as autarquias, em que municípios elas irão acontecer, mas, ao mesmo tempo, já temos pessoas a candidatar-se. Também estou preocupado porque ainda não percebemos bem as discussões que andam por aí. diz-se que tem de ser gradual porque há municípios que não têm nada. Se até hoje o Governo não lhes deu nada, não é melhor estes municípios tentarem fazer por si mesmos? Por outro lado, mesmo nos países mais desenvolvidos, há municípios mais ricos do que os outros, não são todos iguais, por isso mesmo, a ideia de que primeiro temos de fazer lá coisas eu não aceito. Sempre teremos municípios mais ricos e mais importantes do que outros, mas isso não quer dizer que os municípios pobres não possam proporcionar outras vantagens, como a qualidade de vida, a calma, etc ..

Eu acho que o importante é cada município ter o básico do que a Constituição já manda, como a boa educação e bons cuidados de saúde que devem ser

iguais para todos os cidadãos independentemente do município em que cada um viva.

Portanto, acho que os políticos todos não andam a nos dizer toda a verdade, nem os que dizem que é preciso trabalhar lá primeiro, nem os que dizem que basta as autarquias para tudo melhorar, como se fosse por magia. Ainda vamos também falar da qualidade dos tais autarcas, acho que é esta qualidade que poderá transformar os municípios pobres em ricos e os ricos em pobres. O que temos agora é só muita confusão., no meu ponto de vista.

5.5 Sobas denunciam perseguição

Jornal Liberdade

21 De Setembro de 2018

Texto: Domingos Kinguari

Aquela autoridade tradicional que assistiu o acto de entronização do regedor dos Kaongo, Daniel Bumba Kambamba, no município de Kambulo, na província da Lunda-Norte, refere que «a missão de reassentar ou da entronização do regedor na sua etnia lhe dá este direito de ficar no lugar dos seus avós, naturalmente o poder dos Kaongo estava usurpado. Esta entronização é para responder a sua linhagem. O poder dos Kaongo estava

A ser usurpado pela família Camataba, que não queria que estes ocupassem o seu lugar na história dos primeiros povos do nordeste de Angola. E com isto havia perseguições e quem falasse a língua Kongo era morto; por isso eram "obrigados a falar a língua dos Camataba. Por este facto os Kaongo tiveram que refugiar-se para outros pontos, como é o caso do Manuel Bumba Tchirima, que foi parar na República Democrática do Congo, foi acolhido por uma família da sua linhagem, para voltar no momento certo», disse.

Como disse, devido às perseguições, os Kaongo em 2014 tentaram realizar uma cerimónia de entronização e os Camataba, com ajuda de alguns governantes, impediram o mesmo acto, mas passados quatro anos foi realizado com muito sucesso o «O poder dos Kaongo foi resgatado no dia 12 de Junho de 2016 com o seu empossamento. Graças as associações do poder tradicional que o governo da Lunda-Norte teve que abrir mãos ao acto de entronização.

O Conselho de Concertação das Autoridades Tradicionais da Lunda-Norte em vez de resolver, vinham apenas buscar dinheiro para efectuar o acto e acabavam por não fazer nada e a família Camataba continuava nas principais esferas do governo e

impedia que a actividade avançasse. Mas o FAT conseguiu resgatar este poder que estava esquecido».

Sakabamba esclarece que «na Lunda-Norte existem sobas dos comités, ou seja, aqueles controlados pelo

MPLA, há sob as da UNACA, os " antigos dinamizadores agrícolas, existem sobas da Endiama e há sobas que eram pastores de gado bovino. Os colonos portugueses traziam os Balubas para os trabalhos de diamantes na Endiama e mais tarde tornaram-se sobas para poderem controlar os nativos. Existem sobas legítimos de linhagem. Controlamos quinhentos e cinquenta e três sobas tanto de linhagem como nomeados e existem trezentos e cinquenta sob as que nada do Estado», disse.

Referiu ainda que as nomeações dos sobas que não são da linhagem, deveu-se ao momento de guerra que o país viveu, em particular a província da Lunda-Norte. «Quando do reassentamento do PAM, estes refugiados aproveitaram-se desta fragilidade do Governo para serem sobas, com a cobertura política do MPLA. Nas áreas controladas pela Endiama não existem sobas de linhagem, são todos nomeados por esta empresa Os sobas fantasmas estão a combater com violência os de linhagem.

5.6 UNITA cria plataforma de aproximação com o cidadão

Jornal Visão

21 De Setembro de 2018

Texto: Olímpio Carlos

Ainda que ideia cubra outras realizações, no futuro, o partido do Galo Negro criou esse mecanismo no âmbito do processo de auscultação da sociedade sobre o Pacote Legislativo Autárquico que, como é evidente, está a suscitar acessos debates tanto na classe política, como na sociedade em geral, com as entidades tradicionais e religiosas a cruzarem ideias sobre o autárquico a ser implementado.

"Sentada da Cidadania", segundo Isaías Samakuva, uma iniciativa que vai estender-se a todo o país, visando "aglutinar várias sensibilidades da sociedade civil à volta do momento político actual e para fazer face aos desafios que se avizinham para a melhoria das condições de vida dos cidadãos".

A ocasião, refere, será aproveitada também para apresentar o seu ante-projeto sobre as autarquias e os fundamentos que se impõem, sobretudo o modelo de eleições baseado ao gradualismo funcional (em todo o território).

Samakuva que falava para altos dirigentes do partido, líderes da sociedade civil organizada e académicos, disse que a intenção do seu partido é mobilizar os angolanos para exercerem os seus direitos políticos e cumprirem os seus deveres.

O Executivo levou a cabo durante o mês de Agosto o processo de auscultação sobre as autarquias e o poder local em todo país, mas o modelo usado parece não agradar a UNITA.

"Nós achamos que não houve auscultação pública sobre autarquias, por isso é que resolvemos explicar o que a Constituição da República diz sobre as autarquias" disse Samakuva que afirmou existirem condições, quer materiais como humanas, para a realização das autarquias nos 164 municípios do país. Como já o fez nas ocasiões anteriores, o político voltou a atacar o modelo geográfico defendido pelo Governo, o qual considerou como sendo uma forma de facilitar o saque do erário público por parte dos seus administradores.

Antes da "Sentada da Cidadania" chegar às províncias do interior, já este sábado este projecto é apresentado aos distintos municípios de Luanda

A UNITA está convencida que ainda vai a tempo de sensibilizar a sociedade civil a defender a realização das eleições autárquicas, em todos os municípios do país, obedecendo o gradualismo funcional.

5.7 É preciso ir junto da população para ouvir a sua voz

Jornal 24 Horas

28 De Setembro de 2017

Alain Cain, director da mais antiga ONG a operar no país, a Development Workshop (DW), especializada em governação local, defende que a ideia de haver eleições autárquicas não partidárias deveria ser mais bem aprofundada por se tratar de um modelo adoptado em quase todo o mundo. É a favor do gradualismo geográfico, na condição de que atinja rapidamente os outros municípios.

Pergunta (PER) - A DW tem estado a realizar, nos últimos meses, inúmeros debates sua implementação do processo autárquico em Angola. Como avalia o modelo gradualismo defendido pelo Governo?

Alain Cain (AC) - A DW está a promover uma série de debates onde são apresentadas diferentes opiniões. O alinhamento para o gradualismo, e isto é uma opinião pessoal, tem um certo sentido, mas tem de ser num plano alargado a todos os municípios a curto prazo. De qualquer modo, a capacidade de

implementar este sistema, na mesma altura e em todos os municípios, é um pouco limitada. Por outro lado, um argumento que tem sido pouco aprofundado tem que ver com a ideia de haver eleições autárquicas não partidárias.

Vários países, mesmo em África, têm eleições municipais onde os partidos não são envolvidos. Angola tem os líderes legítimos nas comunidades e nos municípios. São eleitos com base na experiência e carácter. Angola tem, por exemplo, uma boa experiência de há vinte e tal anos na implementação de pólos municipais e orçamentos participativos em muitos programas realizados em parceria com o Fundo de Apoio Social e alguns com a DW Esta condição pode ser mais explorada. Ou seja, um sistema de eleições pode ser baseado mais na ideia do engajamento da sociedade civil, através de fóruns comunitários. Os líderes, mesmo que não estejam ligados aos partidos, podem ser eleitos para os conselhos municipais.

Porque a não ser assim não ajuda muito. Isso pode trazer conflitos nacionais para a vida local, quando temos problemas locais suficientes para resolver. Sou do Canadá e lá os partidos não participam nas eleições municipais. E há vários outros países, como o Gana e outros em África, onde nas eleições locais, os partidos são excluídos.

PER - Há algum exemplo concreto que Angola deveria seguir?

AC - Muitos políticos olharam para Moçambique como um modelo para Angola. As primeiras eleições autárquicas em Moçambique foram em 1997. E o argumento, na altura, foi baseado na escolha de alguns municípios em detrimento de outros. Porém, depois de mais de 20 anos, Moçambique não alargou o programa das autarquias a todos os municípios.

PER - Então não é uma experiência a ter em conta?

AC - É importante olhar também para as experiências de outros países. Moçambique é um caso, mas parece que não é ainda o modelo ideal sobretudo no que se refere ao gradualismo que nunca funcionou.

Mas as ideias estão sobre a mesa. Agora, falta olhar para as recomendações e procurar elaborar um novo projecto com base naquelas experiências da fase da consulta. O mais importante foi o facto de o Governo ter ido junto da população para ouvir a sua voz. É uma forma de democracia participativa. A última vez que isso aconteceu foi em 2002, quando a Lei de Terra teve o mesmo debate. Houve uma grande consulta pública.

PER - É um sinal de vontade política?

AC - Claro! Foi o Governo que levou esse processo à consulta pública. Não há uma obrigação para fazer isso. É um bom sinal para se desenvolver um sistema de democracia mais aberto e mais participativo.

PER - Como olha para Angola face à recente transição na liderança política e como pensa que os investidores internacionais olham para o país?

AC - O que oiço dos parceiros internacionais é que há mais optimismo. E que começa a haver mais transparência nos investimentos. O grande problema, que ainda persiste, é a grande dívida que foi acumulada ao longo dos últimos anos. Essa dívida é muito pesada e vai certamente interferir na recuperação da economia.

A ideia de se fazer investimentos baseados em empréstimos resultou numa dívida para a geração futura. Isso foi um modelo não sustentável. Hoje em dia, o país está obrigado a olhar para sistemas que estão mais sustentáveis. Angola está forçada agora a ter de tratar esse tipo de problemas.

PER - O Governo parece empenhado em gizar políticas que permitam gerar receitas por via dos impostos. Como avalia esse processo?

AC - A população deve ter capacidade de pagar impostos. Mas atenção! Se os empresários no mercado informal vão pagar taxas, têm de beneficiar desses serviços. Isso faz parte dos direitos sociais. Outra questão tem que ver com a capacidade económica para pagar impostos. Cada economia tem de ter capacidade para produzir rendimentos para permitir que as comunidades possam igualmente ter capacidade para pagar impostos. Há certos ganhos que o Governo pode facilmente obter nas comunidades. Por exemplo, através das terras. Quando uma terra está regularizada, com título emitido, o valor dessa terra aumenta várias vezes. É justo o Governo beneficiar destes ganhos porque titularizou e regularizou aquelas terras.

PER - Como está a DW? Está em Angola há mais de 30 anos ...

AC - A DW foi convidada pelo próprio Governo angolano.

Estamos aqui desde 1981. Fomos contactados para realizar aquela que foi a primeira conferência sobre habitação e assentamento humano que aconteceu uns meses depois da independência, em Maio ou Junho de 1976. Fomos contactados para dar suporte ao Governo nessa matéria.

PER - E em que projectos é que estavam concretamente envolvidos nessas áreas?

AC - No projecto de autoconstrução. Na altura, o programa estava focado na zona do Sambizanga e na Mabor. Fomos envolvidos no Sambizanga com a missão de melhorar as condições das populações. Esse projecto foi realmente a primeira experiência relacionada com o melhoramento dos

PER - Na altura, trabalharam apenas em Luanda?

AC - Inicialmente, fomos também envolvidos em programas idênticos no sul. Foi na altura dos conflitos com os sul-africanos, no Cunene e na Huíla. Devido a estes conflitos, o nosso programa foi retirado daquela zona para estar focado na migração dos povos para as cidades. Durante esses anos, as populações estavam a fugir das zonas rurais para as cidades. O nosso programa foi muito engajado no suporte às comunidades que se deslocavam de vários pontos daquela região. Eram os deslocados internos. Mas havia também muitos refugiados da Namíbia e África do Sul.

PER - Terá sido muito difícil prestar assistência a estas pessoas necessitadas. Como é que operavam para conseguir prestar esse apoio?

AC - É verdade! O país estava em crise e houve muita pouca assistência da comunidade internacional. Na altura, éramos a única ONG no país e foi assim durante muitos anos. As ajudas humanitárias só chegaram a partir dos anos 1990. Depois das primeiras eleições, em 1992, houve um fluxo de ajudas humanitárias que envolveu muitas organizações internacionais e também as Nações Unidas. Na altura, ajudámos muitas ONG internacionais a solucionar os programas de ajuda. Muitas delas entraram em parceria connosco, mas depois andaram sozinhas. A maior parte delas já saiu de Angola.

PER - Como avalia a situação na zona sul no acesso à água e ao saneamento?

AC - São as áreas principais em que trabalhamos. Temos parceria com Ministério de Energia e Águas principalmente a direcção nacional. Estamos engajados em muitos programas e temos estado a reforçar a capacidade do Ministério, muitas vezes em parceria com a Unicef e União Europeia entre outras organizações internacionais. É uma grande preocupação a sustentabilidade daqueles sistemas que já foram instalados.

O Governo investiu muito ao longo dos últimos 10 anos através do Programa Água para Todos, mas o projecto ainda não é todo sustentável. É bem possível que, com o programa da descentralização das autarquias, quando as responsabilidades passarem

para os municípios, a gestão daqueles sistemas passem a ser mais sustentáveis.

PER - Há algum programa que esteja a ser desenvolvido pela DW de modo a tornar mais sustentável os projectos de acesso à água de forma sustentável?

AC - A DW desenvolveu um programa que é baseado num modelo de gestão comunitária. Ou seja, as próprias comunidades são engajadas na gestão do sistema de poços de água. Há uma taxa cobrada por cada balde de água e por certo volume de água em que essas comunidades pagam para a manutenção do sistema. Mas estes poços são geridos por grupos que se tornam gestores do sistema. E nas cidades, onde a água está canalizada, uma parte dessa taxa serve para pagar à empresa, por exemplo a EPAL. Temos provas, ao longo dos últimos 15 anos, que mostram que esse modelo funciona. Seria um modelo ideal para que os municípios, já no modelo das autarquias, deveriam adoptar para garantir a sustentabilidade do sistema de água.

"(Com a devida vénia a angonotícias)"

5.8 Jornadas parlamentares do MPLA com olhar virado para as autarquias

Jornal O País

28 De Setembro de 2018

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, disse ontem, em Luanda, estarem criadas todas as condições para a realização das suas segundas jornadas parlamentares, cujo debate centrar-se-á nas questões relacionadas com a implementação das primeiras autarquias locais em Angola, marcadas para 2020. A actividade agendada para 30 de Setembro a 4 de Outubro, em Cabinda, decorrerá sob o lema: "MPLA por uma governação mais próxima dos cidadãos rumo às autarquias".

Em conferência de imprensa, o deputado disse que durante os trabalhos os parlamentares do partido no poder vão abordar questões como "a caracterização das autarquias locais - vantagens, benefícios e a sua institucionalização".

Nesta governação de proximidade, referiu, o MPLA pretende conhecer mais de perto as principais dificuldades da população, sobretudo as questões ligadas ao sector social

Teremos três dias de intensa actividade, onde os deputados vão entrar em contacto com os conceitos primordiais da própria autarquia, a problemática do seu engajamento ate os desafios que se avizinham, frisou.

Durante a estada em Cabinda, os parlamentares afeito ao partido no poder deslocam-se-ão aos quatro municípios que compõem a província, com vista a constatar o desenvolvimento das infra-estruturas e programa de desenvolvimento locais, bem como a real situação em que vivem as populações de Cabinda.

Segundo Américo Cuononoca, a realização das jornadas parlamentares em várias províncias do país vêm reforçar a unidade e coesão nacional para melhor defesa e atribuição de orçamento para o desenvolvimento das localidades, bem como o conhecimento da realidade sócio económica do país.

"Deste modo, os deputados serão potenciados e municidados com argumentos suficientes quando tratarmos dos debates e da defesa da linha traçada pelo MPLA relativamente às autarquias locais", sublinhou ainda.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 PGR Investiga Burla da “Empresa” Build Angola

Folha 8

01 De Setembro de 2018

Mais de mil angolanos denunciaram no dia 16 de Maio uma alegada "burla" da empresa brasileira "Build Angola", em investimentos superiores a 240 milhões de dólares (203 milhões de euros), para a construção de residências, em que passados dez anos "nenhuma foi entregue",

A situação foi relatada nesse dia por um dos coordenadores da comissão de lesados, Hélio Silvestre, que atribuiu culpas à antiga Agência de Investimento Privado (ANIP) de Angola, pelo facto de "certificar uma empresa que não é idónea", lamentando isso o "silêncio das autoridades". "Somos no total 1.160 pessoas lesadas, Estamos a lar em mais de 240 milhões de dólares, que as pessoas investiram neste projecto. A situação é preocupar Nós já reportamos, na altura, o assunto à antiga recepção da Procuradoria, antigo Presidente da República e nada", disse.

Os projectos imobiliários sob tutela da "Build Angola", para a construção condomínios residências nas províncias de Luanda, Bengo, tiveram uma massiva divulgação em 20 o que despertou a adesão de cidadãos para a concretização do sonho da casa própria. Sonhos que, segundo Hélio Silvestre, foram transformados, dez anos depois, em autênticos pesadelos, afirmando tratar-se de um "caso de burla e com a conivência da extinta ANIP", afirmando mesmo que "estão à sua sorte", pois a "justiça para esse caso está de férias".

"É por isso que voltamos a escrever para o novo Presidente da República, para a Procuradoria-Geral da República, para a Provedoria de Justiça e para a Assembleia Nacional, sobretudo a quinta comissão, para que nos acudam e ajudem a resolver o caso", apontou. "Nossa Vila, Bem Morar, Nosso Lar, Quintas do Rio Bengo e Copacabana" são alguns dos nomes dos condomínios promovidos na época, por figuras públicas angolanas e brasileiras, mas que passados dez anos, explicou Hélio Silvestre, alguns dos espaços publicitados estão "vedados e outros sem qualquer construção".

O grupo de lesados estava esperançado que o caso conhecesse agora algum avanço, com a existência de um novo Procurador-Geral da República, depois de terem já ouvido "alguns pronunciamentos em acompanharem o caso", pese embora ainda não tivessem, à data, sido ouvidos. Os lesados do projecto habitacional "Build Angola", que resultou em burla, apresentaram quarta-feira um processo civil em tribunal contra os promotores daquele empreendimento na tentativa de reaver os 230 milhões de dólares (96,5 milhões de euros) investidos.

Segundo o coordenador da "Comissão dos Lesados pela Build Angola", Hélio Silvestre, o processo deu entrada na Procuradoria-Geral da República (PGR), em que 237 compradores, metade deles com o pagamento feito na totalidade, apresentaram outros tantos contratos de aquisição de residências e lojas, para que o órgão de justiça acuse os promotores de burla e que o tribunal os responsabilize civilmente.

A pretensão dos lesados é receber as casas ou recuperar o dinheiro investido para obtenção de moradias. Hélio Silvestre indicou que a PGR, após a recepção dos documentos, informou que já constituiu uma comissão para trabalhar num caso que renasceu após 10 anos adormecido e sem qualquer esperança. Entre os acusados por burla, estão várias empresas e cidadãos brasileiros e angolanos, ressaltou Hélio Silvestre, que, porém, se escusou a nomear.

"Há muitos angolanos envolvidos nisso e nós mencionamos os nomes das pessoas e as empresas nos documentos entregues à PGR A Procuradoria vai pronunciar-se em devido tempo sobre isso", disse o lesado. Embora o processo só agora tenha sido oficialmente formalizado junto da PGR, oito anos depois de várias tentativas sem respostas, o Hélio Silvestre disse ser desejo dos lesados que recebam as casas por eles compradas.

"Esta é as soluções que esperamos que a PGR encontre", acentuou, acrescentando que, se esta possibilidade for posta de lado, estão abertos a negociações. A entrega oficial do processo acontece um mês depois de a PGR ter tornado público um comunicado, em que anunciou que decidiu instaurar acções judiciais em defesa dos cidadãos que fizeram o pagamento total ou parcial de moradias nos projectos "Bem Morar", "Quintas do Rio Bengo", "Copacabana Palace", "Nossa Vila", "The One" e "Vila Gongga", sob responsabilidade da imobiliária brasileira "Build". A intervenção da PGR deve-se ao facto de as moradias não terem sido edificadas ou, tendo ocorrido, não foram legalizadas a favor dos promitentes compradores.

Os imóveis, segundo o comunicado da PGR foram publicitados e vendidos ainda em maquete, no âmbito de vários projectos imobiliários, cujos promotores são cidadãos brasileiros, que se encontram em fuga. Trata-se de António Paulo de Azevedo Sodré, Paulo Henriques Freitas Marinho, João Alberto Conrado Júnior, Ricardo Boer Bemete, Rodrigo António Jazi e Manuel Sarina Júnior, que, em Angola, criaram a "Build Angola", que, na verdade, nunca existiu, segundo a PGR.

O documento explica que, em 2012, os cidadãos lesados apresentaram uma queixa-crime à PGR que, por esta razão, instaurou 29 processos por ter notado indícios da prática de crime de associação de malfetores, burla por fraude e branqueamento de capitais. No entanto, acrescentou a PGR, as infracções denunciadas foram amnistiadas pela Lei nº 11/2016 de 12 de Agosto, levando ao arquivamento dos autos, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil por perdas e danos.

A PGR, nos termos da Constituição angolana, decidiu, porém, instaurar acções civis em defesa dos interesses colectivos e difusos em causa, lê-se no documento. O projecto da construtora brasileira foi profusamente publicitado em Angola, tendo o brasileiro Pelé, o "Rei do Futebol", dado rosto à campanha publicitária.

6.2 Dívida total do país avaliada em 23 mil milhões de dólares

Jornal de Angola
5 De Setembro de 2018
Texto: Santos Vilola

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, revelou ontem, em Pequim, que é o stock da dívida (valor acumulado ao longo dos anos) de Angola à China está avaliado em 23 mil milhões de dólares. Archer Mangureira, que integrou a delegação do Presidente da República, João Lourenço, que visitou Pequim, afirmou que, como mecanismos para o país ter acesso aos 60 mil milhões de dólares disponibilizados pelo Presidente chinês aos países membros do FOCAC, o Executivo vai usar as boas relações de cooperação política, comercial e financeira.

"É no âmbito desta cooperação que vamos tratar com as autoridades chinesas a melhor forma de conseguir facilidades financeiras", disse à imprensa. O ministro indicou que o Presidente da República vai realizar uma visita de Estado à China e neste âmbito serão celebrados acordos financeiros. Em relação ao financiamento de 60 mil milhões dados aos países africanos pela China em 2015, o ministro das

Finanças disse que da parte angolana um conjunto de projectos foram implementados no quadro de diferentes facilidades financeiras estabelecidas. "Este pacote não foi só para financiar e suportar projectos de investimentos públicos como serviu para financiar projectos do sector financeiro", afirmou. Em relação à nova ajuda dada pelos chineses aos países africanos, Archer Mangureira disse que é no âmbito das relações Estado a Estado que serão definidos os mecanismos para a utilização deste pacote financeiro. O ministro das Finanças admitiu que o novo acordo geral de cooperação que Angola negocia com a China também compreende projectos que podem ser financiados pela ajuda milionária dos chineses. Archer Mangureira esclareceu, no entanto, que "os novos projectos a serem implementados com o recurso ao financiamento chinês serão definidos no âmbito de um novo paradigma económico".

6.3 Receitas do IPU caíram em quase 2 mil milhões

Jornal de Angola
6 De Setembro de 2018
Texto: Victorino Joaquim

As arrecadações do Imposto Predial Urbano (IPU) caíram, depois da cobrança das prestações de Janeiro e Julho, para cerca de 20,3 mil milhões de kwanzas, menos de perto de dois mil milhões que em 2017, soube ontem o Jornal de Angola da Administração Geral Tributária (AGT).

Até ontem, disse uma fonte da AGT, as arrecadações tinham atingido 20.279.372.115 kwanzas, contra os 22.199.310.222 colectados até igual período do ano passado, resultando numa variação negativa de 1.919.938.107 kwanzas, precisou a fonte.

Os valores arrecadados correspondem ao pagamento das duas prestações instituídas para o ano fiscal, por 38.086 contribuintes, um número inferior aos 38.356 que pagaram no período homologado, com Luanda apresentar 49 por cento do total nacional dos imóveis inscritos pela AGT.

A fonte denunciou que 2.584 contribuintes acumularam dívidas fiscais, pelo que a AGT instaurou 869 processos de execução fiscal (cobrança coerciva), em sede do Imposto Predial Urbano.

A fonte apelou aos contribuintes para evitarem esta situação, uma vez que, além do pagamento devido, são acrescentadas multas.

O Código do Imposto Predial Urbano (CIPU), lembrou a fonte, define o IPU como uma

contribuição anual que o cidadão nacional ou estrangeiro, desde que não esteja isento, deve pagar ao Estado pela posse, usufruto ou benefício de imóveis que se destinem a quaisquer fins que não sejam a agricultura, silvicultura ou pecuária.

O IPU constitui uma das principais fontes de financiamento das administrações municipais e distrito urbanos, de acordo com o Decreto Presidencial n.º 40/18, de 9 de Fevereiro, que estabelece o Regime de Financiamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, explicou a fonte, referindo que a alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º do presente decreto estabelece que 70 por cento da receita de IPU são consignados às administrações municipais.

Os restantes 30 por cento constituem recurso do Fundo de Equilíbrio Nacional que também revertem a favor dos municípios por via das transferências financeiras do Estado.

A fonte lembrou que o pagamento voluntário de IPU poderá ocorrer em duas ou quatro prestações, sendo que, para esta última opção, o contribuinte deverá informar à Repartição Fiscal competente a sua intenção no mês de Julho do ano anterior ao do pagamento.

Relativamente ao arrendamento por período inferior a um ano, o pagamento do IPU também é obrigatório, sendo o procedimento para os prédios arrendados aplicável a todos os casos de arrendamento, independentemente do período de vigência do contrato.

As dívidas tributárias constituídas em sede de IPU podem ser pagas até 18 prestações, sem que nenhuma parcela seja inferior a dez mil kwanzas, mediante requerimento do contribuinte e autorização do chefe da repartição fiscal competente.

De acordo com a fonte, a AGT vai continuar a trabalhar para o aumento da arrecadação de receitas, combatendo a informalidade, com vista a incentivar todos os agentes económicos a pagarem os impostos.

6.4 A centralidade de Ndalatando está longe do seu fim

Jornal Economia e Finança
07 De Setembro 2018

A construção da centralidade de Ndalatando, capital da província do Cuanza Norte, cuja primeira fase compreende a implantação de 14 edifícios com um total de 212 apartamentos, conta com um nível de execução de oito por cento. A obra iniciada em

Fevereiro de 2018, na localidade do "Quiombo", que teve o lançamento da primeira pedra em Julho de 2017, será executada num prazo de 16 meses, em que deverão ser construídos 14 edifícios de quatro pisos cada, com 212 apartamentos da tipologia T3, com um investimento de mais de seis mil milhões de kwanzas.

Obras avançam

Segundo o coordenador da empreitada, Hélder Manuel, a obra decorre a passo acelerado, tendo sido já implantadas as fundações e bases de todos os edifícios a serem construídos nesta primeira fase, apesar dos constrangimentos financeiros decorrentes do actual contexto difícil da economia do país.

Em declarações à imprensa, durante uma visita ao local, realizada na passada sexta-feira, pelo presidente do Conselho de Administração da Imogestín, Rui Cruz, acompanhado do governador provincial do Cuanza Norte, José Maria Ferraz dos Santos, onde se inteiraram dos trabalhos e dos constrangimentos verificados na sua execução.

Apontou a falta de qualquer pagamento inicial à empreiteira como principal constrangimento verificado na execução da obra, a par das dificuldades de fornecimento de energia eléctrica e o acesso à água para o curso normal dos trabalhos.

Esclareceu que, a par das residências, os edifícios a serem construídos abarcam 10 lojas, um Posto de Saúde e estacionamento para viaturas, enquanto a construção de escolas, esquadras policiais, espaços de lazer, central de distribuição de água e outros serviços complementares estão projectados para a segunda fase da empreitada.

6.5 Direito à habitação continuam a ser violados

Jornal A República
8 De Setembro de 2018
Texto: Evaristo Ombindja

No âmbito das demolições levadas a cabo pela administração cessante de Viana, em Abril deste ano, foram demolidas mais de 30 casas, tendo, a propósito, o Jornal A REPÚBLICA, entrevistado o cidadão João Botelho que afilava, no entanto, que a referida administração defendia que os donos das casas haviam construído numa de pertencente à cidadã Alice Paula dos Santos Neves, tendo essa remetido uma documentação à administração e ao GADAHKI. "Estamos aqui, desde 2014, esta senhora nunca apareceu para dizer que o espaço é dela, até Novembro do ano passado. O mais

agravante é que nem o GADAHKI, que responde por essa área, conhece a senhora, nem nós como moradores deste bairro conhecemos a senhora. Já reunimos muitas vezes com o administrador-adjunto, pedimos a presença da senhora, apenas nos dizem que ela não é obrigada a aparecer!:

Contactado na manhã de segunda-feira, 3 do corrente mês, o cidadão João Botelho disse ao Jornal A REPÚBLICA o seguinte: "A situação continua em "stand by" / em espera. Ou seja, a situação ainda não está resolvida, porque existem cidadãos que preferiram arrendar casas, de modo a não viverem ao relento" ...

Entretanto, em Setembro deste ano, a imprensa nacional reportou um facto bastante triste, em que supostos elementos afectos à administração de Viana demoliram no Zango mais de 200 casas, exemplificando que os mesmos cidadãos construíram ilegalmente, mas os cidadãos lesados exibiram documentos que defendem serem verdadeiros.

Em face desta situação a ministra do Urbanismo e Habitação, Sua Excelência Branca do Espírito Santo, deve-se enunciar, uma vez que se trata de uma contingência que gira em torno da violação dos Direitos Humanos, adversando, dessa guisa, o artigo 85 da Constituição angolana que expressa o seguinte: (Direito à habitação e à qualidade de vida). Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida.

O Jornal A REPÚBLICA questiona o seguinte: como iremos ter qualidade de vida, quando existem cidadãos que se sentem excluídos por não possuírem uma casa própria? A propósito deste tema, ouvimos igualmente o parecer de um cidadão angolano que optou por falar em anonimato dizendo: "Muitos antigos combatentes não têm casa própria, ou seja, muitos deles vivem em casas arrendadas, porque uma casa na Centralidade do Kilamba está acima dos 50 mil dólares, mas há lá casas desabitadas! O Governo angolano tem que repensar a sua política habitacional, visto que a exclusão a que muitos cidadãos estão expostos por não terem uma casa própria, também constitui uma violação ao direito à habitação. Os angolanos esperam que a política de construção de um milhão de casas, assoalhadas pelo Governo do MPLA, há mais de 5 anos, seja efectivada, porque há muitos jovens que vivem em casa dos seus pais! Concluiu.

6.6 Elevadores do Kilamba apresentam risco para a segurança dos utentes

Jornal de Angola

10 de Setembro, 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

Os elevadores da Centralidade do Kilamba, província de Luanda, não dispõem de eficiente, padronizado internacionalmente, alertou o engenheiro Rui Salvador, depois de uma inspecção realizada pela empresa que representa a vários elevadores da nova urbanização.

Durante o trabalho de inspecção aos elevadores, técnicos da empresa ThyssenKrupp Elevadores (TKE) verificaram que cerca de metade dos ISO elevadores não apresentava condições para funcionar com plena segurança.

"O usuário dos elevadores nunca dá conta desta insegurança, até que um dia aconteça uma fatalidade", disse Rui Salvador, que, a título de exemplo, revelou que "existem muitos elevadores no Kilamba com elementos ou peças 'chantadas', o que prejudica o funcionamento pleno do equipamento, porque pode dar resultados incertos". Entre os eventuais resultados incertos está a possibilidade de o elevador deslocar - se com a porta aberta.

Rui Salvador disse que a maior parte dos acidentes em elevadores no Mundo acontece por falta de manutenção - tenção. Por isso, aconselha os proprietários a contratar em empresas idóneas e com quadros técnicos capazes de detectar falhas. O director técnico da ThyssenKrupp Elevadores apontou que um dos principais problemas das irregularidades das empresas que fazem montagem e manutenção dos elevadores no mercado angolano tem a ver com a falta de legislação e regulamentação.

"Falta uma entidade reguladora nessa área para estabelecer as condições mínimas para a existência de empresas instaladoras, de manutenção e inspecção de elevadores", alertou.

Sem esse regulamento, cada empresa faz o que quiser e quem sai prejudicado é o consumidor final, pagando por um serviço incorrecto e que, em última instância, coloca a sua vida em risco, sublinhou Rui Salvador.

O engenheiro declarou que a única forma de garantir o máximo desempenho e fiabilidade do elevador passa pela manutenção preventiva, o que implica a inspecção uma vez por mês, para que sejam feitos ajustes do aparelho, afinações e lubrificações regulares.

Rui Salvador falava ao jornal de Angola durante a Feira Nacional de Gestão Técnica de Manutenção Predial, organizada pela Associação Nacional das Empresas de Manutenção Predial (ANEMP), que decorre na Centralidade do Kilamba desde quinta-feira. O objectivo é a promoção de uma melhor gestão da manutenção dos edifícios. Mais de cem mil visitantes são esperados na feira nacional

onde estão presentes cem empresas de diversos ramos da manutenção predial, nomeadamente, de electricidade, elevadores, canalização, certificação de fissuras, saneamento básico, jardins, pintura e carpintaria.

Componentes do elevador Segundo o engenheiro, o tempo de vida útil de um elevador é de 20 anos, mas, para isso, é preciso que sejam feitas manutenções periódicas, de preferência mensalmente, para garantir a funcionalidade e o ciclo de vida.

Quando a manutenção é irregular, o ciclo de vida pode durar menos tempo.

Os componentes do elevador uma filial na província de Benguela e já fez trabalhos de montagem de elevadores em quase todas as províncias.

Actualmente, presta manutenção a mil elevadores empresa ThyssenKrupp Elevadores alertou o engenheiro Rui Salvador elevador são a máquina de tracção, quadro de comando, cabos, portas de piso, botões de chamada e indicadores de posição, contrapeso, betoneira de revisão, operador de porta, porta de cabina cortina de luz e guias:

o preço praticado pela TKE para a montagem de um elevador depende muito do material ou da tecnologia solicitada pelo cliente. "Temos várias gamas de elevadores para prédios residenciais e de escritórios uns têm uma velocidade inferior aos outros, bem como o tipo de desígnio O preço da montagem pode rondar entre os 20 mil e os cem mil dólares", informou Rui Salvador.

Pelo serviço de manutenção' a empresa cobra mensalmente entre 400 e 500 dólares norte-americanos ao câmbio do Banco Nacional de Angola.

A ThyssenKrupp Elevadores (TKE) é uma empresa internacional que está representada em Angola desde 2006, sendo actualmente o

único fabricante de equipamentos dessa natureza no país. As empresas concorrentes são apenas distribuidoras de produtos. A TKE tem 80 trabalhadores, dos quais 76 são angolanos, e as principais áreas de actuação da empresa são o fornecimento e a montagem de elevadores.

A ThyssenKrupp é uma das maiores empresas de elevadores do Mundo. Está presente em 60 países e tem cerca de 100 mil trabalhadores, atingindo vendas no valor de 5,2 mil milhões de euros. A gama de produtos da empresa inclui elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas, tapetes rolantes, cadeiras e plataformas elevatórias, pontes de embarque e um serviço de assistência técnica de qualidade. A empresa tem

Convénios com centros de formação. Com o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, a empresa de elevadores tem colaborado por via da formação de bombeiros, que recebem instruções de resgate de pessoas em elevadores. A empresa fornece também ferramentas úteis para a abertura de portas de elevadores, a fim de evitar que os equipamentos sejam danificados em caso de intervenção de bombeiros no socorro a pessoas presas.

Rui Salvador alertou os gestores dos edificios para estarem mais atentos na escolha das empresas de montagem e manutenção de elevadores, optando pelas mais idóneas.

6.7 Sonho da casa própria é ainda uma miragem para muitos jovens

Jornal de Angola

19 De Setembro de 2018

Texto: Edvaldo Cristóvão

O sonho da casa própria está cada vez mais distante para muitos jovens em Angola tudo porque uns estão desempregados e outros não têm salário capaz de concorrer aos projectos imobiliários do Estado.

Outra preocupação está na reduzida disponibilidade de casas que o programa habitacional do Estado pôs, até hoje, à disposição da população, estando o número de moradias à venda muito aquém da grande procura por pessoas que sonham, há anos, pela casa própria, mas em áreas que asseguram qualidade de vida.

A Imogestin, a imobiliária que substituiu, desde 2015, a Sonip na gestão dos projectos imobiliários do Estado, anunciou, recentemente, em comunicado, a

venda em Outubro de mais moradias na província de Luanda.

Desta vez, os beneficiários vão ser apenas trabalhadores da Função Pública e de empresas, públicas e privadas, porque a venda livre ao público já foi feita, com a comercialização de 1.300 casas no ano passado.

Ao contrário da Sonip, que, havia determinado o recurso à ida à fila para a obtenção de moradias, a Imogestim criou três modalidades de acesso às casas existentes em centralidades construídas em algumas províncias nomeadamente, a “venda dirigida ao público”, “venda à função pública” e “venda às empresas” públicas e privadas.

Pessoas de várias idades abordadas pelo Jornal De Angola convergiram no seguinte ponto: embora tenha havido muita desorganização, ainda é melhor o recurso a fila porque nenhuma das três modalidades dão inteiramente garantias de transparência.

Na fase de vendas em Outubro, 70 por cento das casas vão ser comercializadas à Função Pública e 30 por cento a trabalhadores de empresas interessadas. Além disso, 40 por cento das vendas em cada modalidade têm de ser para pessoas com menos de 40 anos. No Zango Oito Mil estão disponíveis 2.627 moradias, no Zango Zero 336 e 338 no KM44.

O assessor jurídico e porta-voz da Imogestim, Mário Guerra, disse, ao Jornal de Angola que, em Outubro, das 2, 627 moradias disponíveis no Zango oito mil apenas 1.839 vão ser comercializadas e, no Zango Zero, das 336 disponíveis 224 são destinadas a Função Pública e 112 a trabalhadores de empresas. No KM44, das 338 habitações disponíveis, 237 vão ser para funcionários públicos e 101 para trabalhadores de empresas. O maior número de casas no Zango 800 que vão ser vendidas em Outubro, o que corresponde a 70 por cento do total disponível, é para funcionários públicos.

Lamento de Jovens

Mãe de duas meninas, Lurdes Tchanique, funcionária de uma concessionária de venda de automóveis no município de Viana, é o reflexo da deslocação da maioria de muitos jovens, marcada pela falta de esperança.

As condições impostas para a aquisição de moradias deixa Lurdes Tchanique sem alguma esperança. O seu salário não é compatível ao custo de vida, além de que a empresa para a qual trabalha “não está nem aí” com as condições de habitabilidade dos seus funcionários, ao contrário de outras que aparecem como fiadoras dos seus trabalhadores.

A viver numa casa arrendada, por 25 mil kwanzas/mês, a jovem faz, com o seu magro salário, uma ginástica financeira para sustentar às filhas, às quais deseja dar um melhor conforto, sonho que pretende concretizar numa das novas urbanizações construídas na província de Luanda.

Lurdes Tchanique afirma que a política habitacional do Executivo deveria ser mais inclusiva, com o objectivo de facilitar a vida das pessoas, muitas das quais, além de serem novos no mercado de trabalho, não têm bons salários para solicitar crédito à habitação aos bancos comerciais.

Também inquilino, Marcelo Quintas tem uma vida paradoxal. Trabalha para uma imobiliária, sendo, por este motivo, alvo, às vezes, de chocota, em tom de brincadeira, por amigos e familiares, que acham absurdo ele não ter casa própria quando trabalha para uma imobiliária em Luanda.

Marcelo Quintas só não obteve uma moradia, em 2013, por não ter acreditado no processo da SONIP, numa altura em que trabalhava numa empresa petrolífera, que o dispensou no âmbito de uma redução de pessoal devido a crise económica e financeira instalada no país a quase quatro anos. “Quando abriram as inscrições em 2013, não levei muito a sério”, disse Marcelo Quintas que, além de estar arrependido, reconhece que as possibilidades já não são as mesmas.

O jovem disse esperar que o Executivo crie outras políticas para salvaguardar a situação dos jovens que trabalham para pequenas empresas, a maioria das quais evita comprometer-se com a Imogestim. Além disso concede créditos à habitação bonificados.

Propriedade resolúvel

O porta-voz da empresa Imogestim, Mário Guerra, disse que o termo correcto para definir a forma com que a maioria dos habitantes já aderiu aos projectos habitacionais do Estado é “propriedade resolúvel” e não “renda resolúvel” e ele explica o porquê. O conceito real é “propriedade resolúvel”, porque o arrendamento não é venda.

6.8 Casa própria é ainda uma miragem para muitos

Jornal Liberdade

21 De Setembro de 2018

Outra preocupação está na reduzida disponibilidade de casas que o programa habitacional do Estado põs, até hoje, à disposição da população, estando o número de moradias à venda muito aquém da grande

procura por pessoas que sonham, há anos, pela casa própria, mas em áreas que asseguram qualidade de vida.

A Imogestin, a imobiliária que substituiu, desde 2015, a Sonip na gestão dos projectos imobiliários do Estado, anunciou, recentemente, em comunicado, a venda em Outubro de mais moradias na província de Luanda. Desta vez, os beneficiários vão ser apenas trabalhadores da Função Pública e de empresas, públicas e privadas, porque a venda livre ao público já foi feita, com a comercialização de 1.300 casas no ano passado.

Ao contrário da Sonip, que havia determinado o recurso à ida à fila para a obtenção de moradias, a Imogestin criou três modalidades de acesso às casas existentes em centralidades construídas em algumas províncias, nomeadamente, a "Venda Dirigida ao Público": "Venda à Função Pública" e "Venda às Empresas", públicas e privadas.

6.9 Entregas de casas gera polémica no Zango

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

Setenta e duas famílias que viviam em situação de risco, na chamada Ilha Seca, no distrito urbano do Zango 3, em Viana, começaram a ser realojadas desde a madrugada de terça - feira, 25, para o projecto Kangamba, no Zango 4, num processo de distribuição que está a ser contestado pelos antigos ocupantes, por falta de transparência.

A coordenadora da comissão de moradores da Ilha Seca, Catarina João Francisco, apontou algumas irregularidades, alegando que a lista apresentada à administração, na altura em que foi feito o cadastramento no ano passado, continha 126 famílias, mas apenas 72 foram contempladas no processo.

"O processo de realojamento não está a cumprir com o acordo feito anteriormente. Esperávamos ser mais respeitados e tratados com dignidade, porque, apesar de termos vivido em casas de chapa, não merecemos ser tratados desta forma. Temos aqui pessoas idosas e algumas com deficiência física", disse agastada, Catarina Francisco.

Uma casa está a ser partilhada por duas famílias, o que está a gerar polémica, uma situação que segundo a coordenadora da comissão de moradores "não corresponde com o acordo feito", na medida em que existem pessoas com mais de seis filhos e "não é

possível estarem acomodados nestes compartimentos de um quarto e sala."

A reportagem do Jornal de Angola constatou no local, que as casas do projecto Kangamba foram concebidas para T3, mas a Administração do Distrito Urbano do Zango fez a entrega das residências às famílias sem as mínimas condições. Há falta de energia eléctrica, de água e de casas de banho. As portas, janelas e paredes não estão rebocadas, as ruas não foram asfaltadas, denotando-se também a falta de saneamento básico.

Catarina Francisco disse que a falta de transparência no processo de distribuição das casas tem-lhe tirado o sono e a paz de espírito, por estar a ser acusada de facilitar pessoas que não estavam na lista de cadastramento.

Disse que a Administração do Distrito Urbano do Zango distribuiu casas para 80 famílias, quando na verdade só 72 fazem parte da lista em que constam 126 no total.

"Tenho recebido ameaças de agressão por parte das famílias que não receberam casa. Infelizmente, surgiram pessoas infiltradas que não estão na lista e receberam, por isso peço à administração para conferir a lista das 126 famílias, para dar solução a este caso", salientou.

Devido a esta situação, ainda há famílias a dormirem ao relento na Ilha Seca, porque já foram destruídos todos os casebres de chapa erguidos no local, uma situação que está a causar revolta àqueles que não foram beneficiados e que estão à espera de uma solução, há mais de seis anos.

Muitos dos ocupantes da Ilha Seca viviam em tendas, em 2012, nos arredores do cemitério de Viana e na antiga Escola Comandante Jika, na Maianga, num total de 450 famílias, mas, destes, apenas 230 foram beneficiados com casas no Zango 4. A senhora Quintas José, 41 anos, tem oito filhos. Apesar de ter recebido uma casa, diz não saber "como vai conseguir sobreviver num quarto e sala."

Durante quase sete anos, ela viveu na Ilha Seca e está desempregada, os filhos tiveram que abandonar a escola.

"Sou mãe e pai ao mesmo tempo, já não aguento viver nesta condição, até para conseguir alguma coisa para comer tem sido difícil, dependendo de alguns biscotos para sobreviver", lamentou.

Francisca João Diogo, 58 anos, uma das beneficiárias, lamenta as condições precárias da casa que recebeu, argumentando que apenas trocou as chapas pelas

paredes de blocos. "Não acredito que neste tempo ainda dão casas sem as mínimas condições possíveis, temos de fazer necessidades no saco e baldes para depois ir depositar no lixo."

Oportunistas

O administrador-adjunto para a área Técnica Infra-estruturas e Serviços Comunitários do município de Viana, Fernando Binge, confirmou que foram entregues casas a 80 famílias que estavam na Ilha Seca.

Fernando Binge confirmou que a administração fez o cadastramento de 126 famílias, em 2017, mas o número foi aumentando por pessoas que construíram de forma ilícita as casas de chapa na Ilha Seca, no meio de estradas e passeios.

"Esta prática tem sido uma constante no município de Viana, existem vários grupos identificados que fazem ocupação ilegal de espaços, esperando que a administração ofereça casas, mas estes já se encontram as contas com a justiça.

Esta situação tem de acabar, porque este número de pessoas só aumentou depois de termos feito o cadastramento", explicou o administrador-adjunto.

O dirigente salientou que a administração descobriu ainda que muitas famílias com nome na lista nem sequer viviam na Ilha Seca, eram simples aproveitadores que ocuparam espaços para serem beneficiados.

O processo de realojamento começou na madrugada de terça-feira, às 2h00, tendo a Polícia Nacional feito um cerco à zona e, como muitos estavam ausentes, foram contabilizadas as 80 que estavam presentes. Fernando Binge garantiu que todas as famílias retiradas da Escola Comandante Gika receberam casas, tendo reconhecido a posterior ter havido falhas no processo relativo ao realojamento dos moradores da Ilha, Seca.

O dirigente justificou que foram entregues casas evolutivas, atendendo a urgência em alojar as famílias devido às chuvas que se aproximam, "pelo número elevado, achamos por bem fazer divisão de uma casa para duas famílias.

"As condições sanitárias e outros acabamentos vão ser criados, consoante as possibilidades. Mas para quem morava num compartimento de dois metros quadrados' pensamos que ali têm melhores condições de habitabilidade. "

O mais importante era tirar as pessoas da zona de risco, sujeitas a serem atropeladas e arrastadas pelas

inundações em tempo de chuva, argumentando que" a vida humana é o bem maior, por isso deve ser preservada".

6.10 Lei do ordenamento do Território em debate em Benguela

Jornal O PAÍS

13 De Setembro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

E nesta senda que este departamento ministerial promoveu, na cidade de Benguela, um seminário sobre o assunto e juntou os administradores municipais, arquitectos e outros especialistas para reflectir à volta dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei do Ordenamento.

Rafael da Costa António, chefe de departamento de Estudos e Planeamento Territorial e Urbanístico da Direcção Nacional do Ordenamento e do Urbanismo, a quem coube a prelecção do tema, chamou atenção aos administradores para a necessidade de a acção do município se assentar no Plano Director Municipal (PDM), por se configurar um documento reitor de gestão local.

"É necessário que as estruturas municipais conheçam os planos, para que não se comprometa a materialização das acções constantes no documento", disse.

O responsável referiu que a principal preocupação do Ministério prende-se com a massificação e elaboração dos instrumentos de gestão de território, com maior incidência nos planos directores municipais.

O PDM, segundo disse, define qual deve ser a estrutura de ordenamento do território e contribuir para melhor localização das actividades a nível do município.

Ocupação ilegal

Se de um lado está o cidadão que teima em desrespeitar as normas, invadindo até espaços previamente definidos como sendo reservas fundiárias do Estado, por outro, é a própria administração que não atende pontualmente à solicitação do cidadão, quando este requer um espaço para a construção de sua residência.

O chefe do Ordenamento do Território apontou a burocratização na administração pública como estando na base desse comportamento adoptado por

cidadãos, criando desenho urbanístico não previsto nos instrumentos legais.

O quadro sénior do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação informou que dos 164 municípios que conformam o país apenas 4 têm os seus PDM aprovados e publicados em Diário da República. Trata-se do Plano urbanístico do Sequel, Plano Director da Zona Residencial de Camarría, Plano Director Geral de Luanda e o Plano Urbanístico da Área Turística do Futungo de Belas.

Município do Cubal aguarda por aprovação

De entre os municípios que aguardam por aprovação e consequente publicação em Diário da República está um município estratégico no corredor do Lobito/Luau, o Cubal.

Segundo a sua administradora, Adelta Georgina Matias, o documento já foi elaborado, cabendo, agora, às estruturas superiores aprovarem e publicarem-no.

Não obstante os constrangimentos com a falta de aprovação do PDM, Adelta Matias garante que a sua administração está a imprimir estratégias de urbanização do território.

Refira-se que aquando da apresentação das propostas de lei para as autarquias locais, em Benguela, a ministra do Ordenamento do Território, Ana Paula de Carvalho, descrevia o quadro do ordenamento em Angola como sendo bastante preocupante.

Disse, na altura, que o sector que dirige estava a preparar as melhores práticas de gestão, à luz do que estabelece a lei.

6.11 Ordenamento do Território Educação ou disciplina

Jornal Expansão

14 De Setembro de 2018

Texto: Mário Beirolas

Basta chegar aos arredores, para perceber como a cidade de Luanda está a crescer de forma desarticulada e os seus problemas são cada vez maiores e mais complexos.

Números apontam para que a cidade de Luanda tenha crescido de um milhão de habitantes em 1991, para entre sete a oito milhões (números incertos?) hoje. Vários são os motivos que levaram a esta explosão demográfica, que, com ela, trouxe um

completo desordenamento urbanístico e de infra-estruturas e o desequilíbrio ambiental e social.

Somos hoje vítimas de uma ocupação desregrada do território de Luanda, com impacto directo na diminuição da qualidade devida.

Vivemos numa época marcada por profundas alterações tecnológicas, económicas e sociais, que, embora aparentemente contribuam para o desenvolvimento e para a criação de riqueza, arrastam consigo uma parte da população, para situações de exclusão social e de pobreza. Esta dualidade é característica das grandes cidades, com mutações tecnológicas e económicas, impostas pela competitividade, fortemente criadoras de problemas sociais, como o desemprego, emprego precário e desadaptação profissional.

A pressão demográfica e o desregramento urbano geram situações complexas no âmbito do saneamento, da saúde e do ambiente.

Estas formas urbanas reflectem situações de precarização social, pela disseminação de zonas urbanisticamente degradadas e sube-quipadas, onde residem, maioritariamente, populações socialmente desfavorecidas e mais vulneráveis ao fenómeno de exclusão social. Falamos de grupos de risco (idosos isolados, famílias com carências económicas, indivíduos desempregados ou com empregos precários, crianças e jovens com dificuldades de inserção social, minorias étnicas, emigrantes, sem abrigo, toxicodependentes, deficientes, indivíduos afectados por doenças graves).

A esta precarização socioeconómica, associam-se a marginalização e a insegurança urbana, com efeitos negativos, quer na qualidade devida urbana em geral, quer nas próprias actividades económicas.

É nesta mesma época que vive Luanda, sendo hoje evidente o seu acentuado congestionamento urbano, a falta de saneamento e água, os hábitos de vida desregulados, a venda de rua desregrada, a pobreza.

Esta situação resultou, em muitos casos, da esperança das populações, de que a proximidade ao grande centro lhes possibilitaria emprego, estabilidade social e qualidade de vida. Em consequência desta indisciplina urbana, todos somos hoje vítimas, nas mais diversas formas, desta falta de regra e organização, na ocupação da terra.

E inevitável que, principalmente por questões de saúde e qualidade ambiental, esta pressão urbana leve à perda da adequada valorização de Luanda como cidade de produção e consumo equilibrado, concentrando nela os principais recursos nacionais

em investigação, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como serviços empresariais, infra-estruturas de transportes, cultura e desporto.

O desenvolvimento das novas centralidades foi, e será, uma nova forma de solucionar a pressão urbana existente em Luanda, sendo, no entanto, necessário levaras populações a aceitar esta transferência.

As frequentes mudanças na estrutura de gestão da Província de Luanda não tem trazido a necessária estabilidade da gestão e a coerência na aplicação de projectos devidamente ajustados às suas necessidades (cada cabeça sua sentença), no entanto evidente a necessidade de descentralizar o poder de decisão, aumentando a autonomia dos administradores municipais, indiciando como tal a importância da criação de uma Zona Metropolitana de Luanda, que permita a descentralização do desenvolvimento e a criação de "núcleos de crescimento ordenado", apoia num maior acompanhamento monitorização e controlo da implantação das populações e necessariamente da construção.

Esta forma de crescimento ordenado permite, assim, gerir de forma mais equilibrada o desenvolvimento social e económico

De igual modo, é importante o papel das províncias vizinhas de Luanda, como captadoras de habitantes potenciais, sendo para tal necessário gerar, nas mesmas, empregos e crescimento económico e social sustentável. Os planos directores municipais podem e devem contribuir para a normalização e ordenamento do território, definindo regras claras de ocupação do solo e de construção.

As políticas do território, para além do económico e do urbano, alicerçam-se num desenvolvimento harmonioso equilibrado e sustentado, onde as diversas dimensões, sociais, ambientais e culturais se integram, garantindo a qualidade de vida para os cidadãos.

Desta forma, uma estratégia territorial procura conciliar desenvolvimento com dinâmica e ordenamento disciplinado, controlando, de forma natural, todos os processos de pressão demográfica.

No caso concreto de Luanda, é evidente a necessidade de desenvolver um processo de "descentralização urbana", criando "novas zonas de desenvolvimento controlado", associadas a cada município e que considerem:

1) A continuidade da afirmação de Luanda como zona de excelência, para residir, trabalhar e visitar, apostando na sua requalificação social, territorial, urbana e ambiental; 2) Desenvolvimento das

administrações municipais de Luanda, como centros de descompressão e reordenamento, considerando a sugerida Zona Metropolitana de Luanda

3) Desenvolver redes de transportes integrados, que facilitem o acesso rápido ao grande centro;

4) Valorizar as províncias limítrofes, como forma de atracção populacional para as mesmas;

5) Potenciar as interrelações provinciais;

6) Promover a coesão social, através da motivação e educação para a descentralização, com o aumento da empregabilidade local, da cidadania e da igualdade de oportunidades;

7) Desenvolver e privilegiar a legalização preferencial, de actividades económicas descentralizadas;

8) Potenciar as condições ambientais, aumentando a qualidade de vida em todas as "zonas de descompressão".

9) Desenvolver campanhas de marketing suburbano, que motivem as populações na procura de melhor qualidade de vida.

A reformulação da estratégia territorial e do ordenamento do território de Luanda, poderá assim ter presente, uma nova expressão do conceito de Região Metropolitana, considerando a interdependência de 4 dimensões territoriais:

- Área Metropolitana Central- núcleo central de Luanda
- Periferia Metropolitana - que integra uma estrutura urbana polinucleada, descontínua, com uma estreita relação entre espaços urbanos e espaços suburbanos com potencial de crescimento,
- Região de descompressão Metropolitana - que abrange zonas envolventes de Luanda fortemente descongestionadas, mas com acessos facilitados;
- Regiões de crescimento - que abrangem as províncias limítrofes.

A melhoria das condições de acessibilidade proporcionadas, apoiadas na expansão e modernização das infra-estruturas de transportes, consolida esta descompressão.

É, por isso, essencial dar continuidade ao desenvolvimento dos eixos de transporte em curso, nacionais e inter-regionais, por forma a garantir o estabelecimento de corredores de interligação territorial, criando a noção de que do longe se faz perto. Assistimos, hoje, à coabitação

entre uma Luanda moderna e organizada e uma Luanda anti-social e desumanizada, onde habita a tristeza e imundice.

Com a criação do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, poderemos dar coerência a alguns dos pontos indicados, garantindo o desenvolvimento económico, o melhor ordenamento do território e a mobilidade urbana. Mas, então, qual o papel da Lei do Ordenamento do Território em todo este contexto?

O ordenamento do território é o sistema integrado das normas, princípios, instrumentos e acções da Administração Pública, que tem por função a organização e gestão do espaço biofísico territorial, urbano e rural, em termos de enquadramento, disciplina, defesa e valorização da sua ocupação e utilização pelas pessoas singulares e colectivas, privadas e públicas.

Nesta definição, existem três elementos chave:

Normas princípios e acções administrativas - conjunto de critérios que disciplina o ordenamento;

- Organização e gestão do espaço biofísico territorial, urbano e rural que garante regras específicas de implantação e crescimento urbano;
- Enquadramento, disciplina, defesa e valorização da ocupação territorial e sua utilização pelas pessoas - que garante, com a adequada fiscalização, o cumprimento pelas populações, das regras de ocupação dos solos;

Estamos pois, perante a importância de criar condições favoráveis, que garantam o adequado desenvolvimento social e económico, o bem-estar, a defesa do ambiente e a qualidade de vida. Assim, o ordenamento do território de Luanda pressupõe neste contexto:

- 1) Valorização integrada e racional da ocupação do espaço -descongestionar as zonas de tensão actual, criando novas zonas de descompressão / novas centralidade;
- 2) Garantir a igualdade de oportunidades de acesso dos cidadãos aos equipamentos colectivos - desenvolver zonas habitacionais alternativas às actuais sob pressão, para instalação dessa população;
- 3) Recuperar e reconverter as áreas degradadas ou de ocupação ilegal - recriar novos polos urbanos modernos e flexíveis;

4) Criar oportunidades de empregos como forma de fixar populações no meio rural - diminuir os fluxos para o grande centro urbano;

5) Preservar e defender os solos com aptidão natural ou aproveitados para actividades agrícolas, pecuárias ou florestais - garantir a dinamização económica de cada zona;

6) Proteger os recursos hídricos - disponibilizar água a toda a população;

7) Proteger o património natural e cultural - valorizar a componente histórica e turística.

Percebemos, por isso, que quer as tendências de crescimento, quer a legislação em vigor, apontam para a necessidade de criar um novo modelo de visão estratégica sobre o ordenamento do território, baseado na conciliação de todos os interesses tendo como base:

- 1) A conciliação entre os modelos de urbanização e o crescimento económico;
- 2) A implantação integral de zonas económicas de subsistência (aquelas em que os núcleos residenciais estão dimensionados em função do desenvolvimento empresarial).
- 3) A implementação obrigatória de sistemas de saneamento, água e esgotos em todas as novas unidades de descompressão;
- 4) A criação e dimensionamento de unidades sociais, educacionais e de saúde, em função do crescimento populacional e da actividade económica;
- 5) O cumprimento da lei e fiscalização da construção habitacional e implantação empresarial;
- 6) A disponibilização de zonas de crescimento urbano (alargadas em função da necessidade de descongestionamento), com definição de regras chave de implantação e volumetria;
- 7) A educação e motivação das populações para hábitos e comportamentos saudáveis e de acordo com a lei;
- 8) A introdução da normatividade e da punição, necessária à geração de respeito pelo crescimento sustentado urbano;
- 9) A educação ambiental e de hábitos de consumo que garantam o crescimento de populações saudáveis e produtivas

O cenário urbano de Luanda sugere por isso a discussão sobre o ordenamento deste território, bem como a definição de uma "Zona Metropolitana Nucleada" (que faz a descompressão urbana, através do alargamento para zonas circulares envolventes, com espaço para crescimento).

A resposta à nossa pergunta inicial, educar ou disciplinar, dá-se assumindo que, por um lado, é necessária educação e esclarecimento às populações por forma a aceitarem e serem capazes de encontrar a melhor forma de vida, por outro lado, considerando essencial, disciplinar ou mesmo sancionar, consciencializando que se não mudarmos de mentalidade, seremos vítimas da nossa anarquia

Basta pensar que muitas das doenças das grandes cidades resultam da utilização inadequada da terra, do congestionamento e da poluição.

Lembrei-me, agora, daquelas horas de trânsito diário que nos põem os cabelos em pé. Quantas horas nos tiram do convívio com a família e amigos? Vale então a pena reflectir onde, como e porquê viver assim.

Vamos repensar Luanda, dando-lhe a sua verdadeira posição nacional e internacional, através do crescimento de uma cidade moderna, ecológica e centro de convergência da inovação e do desenvolvimento sustentado.

Uma cidade, simultaneamente, inteligente e humanizada.

E, já agora, participe neste desafio, fazendo, por exemplo, a adequada recolha e deposição do seu lixo, poupando água e energia, mantendo a sua zona de vivência limpa e porque não cultivando umas flores, um jardim ou plantando uma árvore, ensinando as crianças, que vale a pena viver numa cidade organizada, limpa e tranquila.

6.12 Áreas verdes de Luanda entre privatizações e o betão

Jornal O PAÍS

15 De Setembro de 2018

Texto: Milton Manaça

Quando chegou a Luanda, em 1986, vinda do interior do país' era no jardim do Mutu-Ya-Kevela que Mugginga Bernardete passava os tempos livres para apanhar a fresquidão do ar da cidade em companhia do seu esposo.

A moradora do Prédio dos Militares, no Maculusso, diz que este foi um espaço de referência, onde boa

parte dos adolescentes e jovens se concentravam para a leitura, prática de ginástica e outras actividades lúdicas.

Actualmente, com 53 anos, Mugginga mostra-se descontente ao ver o local transformado numa enorme estrutura de betão armado, afirmando que para a população a mudança feita não causou - melhorias no espaço público.

"Não gostamos nada desta alteração. As crianças ficaram sem espaço de lazer e isto descaracterizou completamente o largo", disse a moradora.

Alfredo Leitão, de 47 anos de idade, que também frequentou o mesmo jardim, partilha a mesma opinião, acrescentando que a eliminação deste espaço verde foi um golpe duro para os moradores do Maculusso.

Outrora, era neste local que Mugginga e Alfredo iam à busca dos filhos, sempre que estes não estivessem em casa, mas hoje, o que vêem é os petizes a encher as varandas das casas e as ruas (asfalto) para brincar.

"Às vezes vejo-me forçado a sair com as crianças do Maculusso até ao Jardim do Miramar, onde pagamos uma taxa para ter acesso", lamenta Alfredo Leitão.

Parque de estacionamento

O jardim do Mutu ainda chegou a ser reabilitado depois dos anos 2000 onde o verde fazia uma perfeita combinação com as águas que caíam entre pedras em forma de cascata.

Em 2013 vedou-se o espaço e as máquinas que foram colocadas no interior partiram tudo o que lá havia. A única informação disponível no local é que o espaço será transformado num parque de estacionamento e haverá revitalização do largo.

No dia desta reportagem (Quarta - feira, 12) não havia movimento de homens e máquinas e, segundo alguns moradores, há indícios que as obras paralisaram.

Para quem está por baixo da estrutura de betão, não consegue vislumbrar a bela imagem arquitectónica da escola Mutu-Ya-Kevela, um dos monumentos histórico e culturais da cidade.

Privatizações

O rumo que foi dado à Zona Verde do Alvalade e outros parques públicos também preocupa os cidadãos, que se mostram descontentes com a quase inexistência de árvores na cidade de Luanda.

O cidadão Joaquim Adriano, por exemplo, realça que desde que foi privatizado e encerrado para obras, já não sentem o efeito do ar que a Zona Verde do Alvalade transmitia.

Para além da melhoria do jardim, foram arguidos quiosques e outras lojas comerciais e os funcionários envolvidos na sua reabilitação disseram a OPAÍS que a área será inaugurada a II de Novembro do corrente ano.

6.13 Obras em construção deverão ter 20 por cento de espaços verdes

Jornal O PAÍS

16 De Setembro de 2018

Texto: Paulo Sérgio

Paula Francisco Coelho a titular da pasta, fez esta revelação em Luanda, na Sexta- feira, no final do primeiro seminário sobre "Integração e valorização dos espaços verdes em ambientes urbanos para o alcance da sustentabilidade".

Em declaração à imprensa, a governante explicou que cada vez mais se vai tendo noção disso porque, daquilo que são as medidas de mitigação do licenciamento ambiental, já se tem enfatizado a necessidade de se dar apoio às comunidades locais para a criação de estufas ou de áreas verdes.

"Já abordamos com os outros sectores que devemos analisar a possibilidade de termos um Decreto Executivo conjunto sobre essa matéria", frisou.

Para pôr fim ao incumprimento de tal norma, Paula Francisco advoga que ao invés de se punir, deve-se, primeiramente, consciencializar a população. "Vamos, assim, firmar, dentro da obrigatoriedade para que os serviços de fiscalização ambiental, depois, possam actuar. Há pagamentos de coima, só que não queremos enveredar apenas neste sentido, quando o objectivo principal é termos as nossas cidades cada vez mais verdes", declarou.

Para sustentar a sua tese, recorreu à Lei sobre as Transgressões Administrativas, que prevê sanções para estas situações. Entretanto, realçou que um dos objectivos da Convenção da Diversidade Biológica que versa sobre a sustentabilidade, bem como as metas de desenvolvimento sustentável, da qual Angola é signatária, é reconhecer as premissas das comunidades e o trabalho que é desenvolvido.

Estes diplomas, incluindo o protocolo de Negócio, que têm servido de base de trabalho, foram

analisados neste seminário. Os participantes procuraram identificar de forma mais específica que tipo de legislação o país deve ter para acautelar as questões dos espaços verdes, conjugado com a Lei de Terras, as leis do sector do Ordenamento do Território e com as do sector da Construção.

Afastar o betão dos espaços verdes

Por outro lado, o Ministério do Ambiente está a estabelecer contactos com os governos provinciais e administrações no sentido de consciencializar os seus titulares sobre a necessidade de se preservar os espaços verdes, a fim de travar a sua ocupação com "betão".

Paula Francisco explicou que alguns deles foram os principais convidados deste evento, promovido pelo Instituto Nacional de Gestão Ambiental, para melhor compreenderem o conceito de gestão integrada, sob o ponto de vista de sustentabilidade ambiental.

Entretanto, considerou de negativa a ocupação dos espaços públicos reservados para jardins e parques para construção definitiva. "Estes mesmos espaços verdes precisam de ser revisitados. O país passou por vários processos e foi necessário criar um mecanismo de diálogo".

A ministra do Ambiente esclareceu que uma das principais premissas do sector que dirige é a educação ambiental nas suas várias vertentes, quer seja formal ou informal e também, agora, na base da capacitação "aprendendo, fazendo".

O seminário contou com a participação dos directores provinciais do Ambiente, Comunitários e Resíduos assim como administradores de todos os municípios e distritos de Luanda.

Na base da "Lista Vermelha" sobre as espécies em vias de extinção, lançada recentemente, prestaram maior atenção àquelas que precisam de ser replantadas. No seu entender, deste modo ficaram patentes a contribuição de Angola ao Mundo para o mercado de carbono, assim como a valorização das cidades do nosso país.

"Poderão fomentar um dos sectores que é premissa no nosso país: a diversificação económica através do sector do Ambiente", disse a governante, que fundamenta que os espaços verdes atraem visitantes, cora a implementação de áreas de lazer e ecológicas.

6.14 Repudiada substituição de jardins por betão

Jornal De Angola

17 De Setembro de 2018

A ministra do Ambiente, Paula Francisco Coelho, expressou, em Luanda, descontentamento em relação a substituição de alguns espaços verdes e jardins, por pavimentos de betão, uma prática que se vem intensificando, sobretudo na capital do país.

No final do seminário sobre "valorização dos espaços verdes em ambientes urbanos", a governante condenou o gesto, salientando que o seu pelouro está já a , trabalhar no sentido de inverter o quadro.

"Olho para esta realidade de forma muito negativa mas ternos estado a fazer contactos com os Governos Provinciais e as Administrações Municipais para criarmos uma consciencialização diferente daquilo que é a gestão integrada sobre o ponto de vista da sustentabilidade ambiental, disse Paula Francisco Coelho.

Para Paula Francisco Coelho os espaços vão ser revisitados e recuperados, por meio d acções conjuntas que envolvem o recém-criado Instituto Nacional de Gestão Ambiental, em conformidade com um mecanismo de diálogo previamente identificado.

Neste sentido, Paula Francisco Coelho adiantou que este primeiro seminário visou identificar, de forma mais específica, os tipos de legislações para se acautelar a questão dos espaços verdes, conjugados com a Lei de Terra,' do Ordenamento do Território e sobre o sector da construção.

A ministra do Ambiente sublinhou que uma das premissas do sector que dirige é a educação ambiental, nas suas mais variadas vertentes, quer seja informal quer seja formal, assim como a aposta na formação e capacitação, consubstanciada no aprendizado com prática.

" Os espaços verdes contribuem para a melhoria da qualidade de vida das nossas populações, atraem cidades, visitantes, implementação de áreas de lazer e ecológicas e jovens casais que pretendem conviver em ambientes naturais com alegria", disse.

6.15 Plano director geral de Luanda em execução dentro do previsto

Jornal De Angola

21 De Setembro de 2018

Os projectos em curso no corredor de Catete, que liga o centro da cidade de Luanda a Viana e ao novo aeroporto internacional de Luanda, estão a ser executados em conformidade com o Plano Director Geral de Luanda (PDGL).

A informação está num documento do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, que é o órgão de coordenação da implementação do Plano Director Geral de Luanda, por força do Despacho Presidencial n.2 37/18, de 2 de Abril. A ministra do Ordenamento do e Território e Habitação é responsável pela comissão coordenadora de implementação do Plano Director Geral de Luanda, tendo como coadjuvante o governador de Luanda.

A comissão coordenadora é integrada pelos ministros das Finanças: Economia e Planeamento, Administração do Território e Reforma do Estado, Construção e Obras Públicas, Energia e Águas, Ambiente, Transportes, Agricultura e Florestas, Recursos Minerais e Petróleos, Hotelaria e Turismo, Comércio, Indústria e das Telecomunicações e Tecnologias de Informação.

Um grupo de trabalho técnico foi também criado e é integrado por membros do Governo Provincial de Luanda, dos ministérios que compõem a comissão de coordenação e das ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos.

" Os órgãos da entidade coordenadora do PDGL iniciaram o seu trabalho com base no calendário anual de reuniões e visitas de campo, tendo realizado vários encontros e visitas ao corredor de Catete, com o objectivo de aferir o grau de execução e, sobretudo, a conformidade dos projectos em curso com as indicações do plano.

Os membros do grupo técnico visitaram as obras dos projectos da duplicação da via ferroviária entre a estação do Bungo e a de Baía, a construção de quatro passagens superiores entre Bungo e Baía, de cinco estações multi modais no troço ferroviário Bungo/novo aeroporto internacional de Luanda e do ramal ferroviário desde a estação de Baía ao novo aeroporto internacional de Luanda.

Foi também constatado o grau de execução da reabilitação e ampliação da Estrada Nacional 230, no troço Viana/novo aeroporto internacional de Luanda, da construção do novo aeroporto internacional de Luanda, da subestação de energia do aeroporto e do respectivo centro de distribuição de água.

A comissão coordenadora da implementação do PDGL tomou nota, nas visitas efectuadas, dos

diversos constrangimentos constatados, como a existência de casas próximas da vedação da linha férrea, vandalização da vedação, obstrução das valas de drenagem e depósito de lixo no interior do perímetro do caminho-de-ferro.

O documento dá ênfase ao facto de o corredor de Catete ser dos mais importantes na implementação do PDGL, por estar prevista a mobilidade, diariamente, de mais de 30 mil passageiros de comboio, além de cerca de 15 milhões de passageiros e 50 mil toneladas que o novo aeroporto internacional de Luanda pode vir a receber por ano.

A entidade coordenadora da implementação do PDGL vai criar um espaço físico para a divulgação e prestação de informações sobre o PDGL aos investidores e ao público interessado e um programa de divulgação do PDGL, assim como capacitar técnicos do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, do Governo Provincial de Luanda e das administrações municipais, visando a uniformização dos procedimentos para a implementação do PDGL e a avaliação do alinhamento das acções em curso em Luanda com as metas do PDGL.

6.16 Sector imobiliário empobreceu 90 por cento

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2018

Texto: Ana Paulo

O mercado imobiliário do país perdeu 90 por cento dos investimentos, entre os anos 2014 e 2016, informou o secretário da mesa da Associação dos Profissionais Imobiliários (Apíma), Massada Culemba1a.

Antes da crise que o país vive, o ramo imobiliário privado manteve-se forte nos anos 2010-2013, época em que a procura e a oferta foram inevitavelmente maiores, impulsionadas pela produtividade do sector petrolífero, que facilitou mais investimentos entre os profissionais do mercado e seus parceiros e, em particular, entre o Estado e a banca.

Em entrevista ao *Jornal de Angola*, Massada Culembala informou que a decadência do mercado imobiliário reduziu bastante a procura, culminando com a paralisação de muitos projectos habitacionais. No caso particular de Luanda, segundo o especialista, estão paralisadas mais de 300 obras habitacionais no mercado imobiliário privado, resultante do baixo rendimento entre os promotores, mediadores e a banca, sobretudo, no que diz respeito ao crédito

malparado, aumento de juros e cancelamento de financiamento. Massada Culembala contou que outros factores que influenciam o fraco desempenho do "sector imobiliário são o cancelamento de financiamentos por parte dos bancos e a incursão de um número significativo de mediadores do mercado não profissional Segundo o profissional, as obras inacabadas empataram 50 por cento do crédito bancário, o que fez com que o financiador não disponibilizasse mais parcelas para a conclusão das mesmas.

O sector bancário continua a ser o principal elo de ligação entre os promotores e os mediadores do mercado imobiliário público e privado. Porém, o perito Massada Culembala explica que, antes, os bancos disponibilizavam créditos para a construção de residências. "Infelizmente, com o aparecimento da crise económica e financeira' e com um bom número de obras inacabadas, tudo culminou com créditos malparados, o que impede a execução de novos financiamentos", admitiu.

Segundo evidencia, para a execução de projectos residenciais, deve cumprir-se alguns requisitos, como aquisição de terreno, arquitectos para desenhar o esboço, construtora e, por último, a banca como principal financiador. "Logo, sem a participação da banca, o promotor não consegue desenvolver nenhum projecto", assinalou.

Para a melhoria do ambiente de negócio no sector, Massada Culembala disse que o Estado, a banca e a Apíma devem traçar parcerias estratégicas, com o Objectivo de se dar uma nova dinâmica ao sector e encontrar-se soluções para os projectos por terminar, seja públicos seja privados. "Isto porque, com as obras paradas, o promotor e os bancos ficam prejudicados, uma vez que parte do financiamento investido também fica paralisado", alegou.

Estado

O Estado é o principal regulador e mediador no sector imobiliário do país, tendo em conta as suas responsabilidades acrescidas. Nesse quadro, Massada Culembala quer que o Estado intervenha no mercado, definindo quem deve promover os projectos habitacionais e quem deve fazer o papel de mediador e consultor imobiliário.

Especialista em Direito Imobiliário, Massada Culembala é também avaliador em activos vivos e mortos e exerce, actualmente, a função de director - geral das empresas Dikilama e Diakumbo Imobiliária. Numa primeira fase, especialista aconselha que o Estado, enquanto entidade reguladora, atribua a

carteira profissional aos promotores mediadores e exija que os mesmos estejam associados à Apima.

Para Massada Culembala, o processo de atribuição de carteiras profissionais resultaria na diminuição de fraudes, burlas e falsos profissionais no mercado. "Devemos evitar que erros do passado voltem a acontecer entre os mediadores, promotores e clientes, como é o caso específico do Projecto Bem Morar, entre outros de carácter público", relatou ..

O representante da Apima informou que a província de Luanda tem perto de 10 mil promotores não associados, que exercem actividades no sector imobiliário, resultando, muitas vezes, em burla na compra e venda de imóveis.

"E necessário inverter o imediatismo, para se disciplinar os actores do mercado imobiliário angolano, que cresce desordenadamente", aconselhou. Massada Culembala alerta os cidadãos interessados na aquisição de terrenos ou de residências a dirigirem-se à Apima, para lhes serem indicados os verdadeiros profissionais do sector capazes de auxiliar no processo de compra ou venda.

A Associação dos Profissionais Imobiliários dispõe, também, de um departamento jurídico, que permite proteger ou sancionar associados ou clientes que não cumprirem com as regras estabelecidas.

Segundo Massada Culembala, quando o Estado zela pelos bens públicos, os processos correm claramente e sem constrangimentos. Como exemplo, Massada Culembala realçou a imobiliária Imogestin, empresa dedicada ao negócio da promoção, mediação e gestão de empreendimentos imobiliários e fundadora da Apima, a quem o Estado delegou e confiou para promover projectos habitacionais e sociais das novas centralidades implementadas a nível das províncias.

Zonas de maior acesso

O actual gestor das empresas imobiliárias Diakumbi e Dikilama disse que, no período que vai de 2017 ao primeiro semestre de 2018, a procura aumentou de 10 para 15 por cento, mas somente fora do centro da cidade. Massada Culembala disse que as zonas mais procuradas são os municípios de Viana, Belas e Talatona, por oferecerem melhor oferta, em termos de preço.

Actualmente, na zona do Talatona, os preços de uma residência de alto padrão estão em torno de um a cinco milhões de dólares. Já em Viana, em particular na zona do Zango, as casas andam à volta de dois milhões de kwanzas. Nos últimos cinco anos, a parcela de terreno para a implementação de projectos

habitacionais rondou cinco milhões de kwanzas. Hoje, a mesma parcela custa um milhão de kwanzas.

Financiamento

Para melhor esclarecimento sobre o processo de financiamento, o Jornal de Angola, contactou o gestor e representante da Abanc, Amílcar Silva, que afirmou que os bancos continuam disponíveis para financiar projectos, mas somente para indivíduos com capacidade de endividamento. Segundo Amílcar Silva, com o surgimento da crise económica, as condições se deterioraram, incluindo os salários que, na conjuntura, deixaram de ser suficientes, gerando o baixo poder de compra, influenciado pela inflação que ronda os 30 por cento.

"Logo, o financiamento só é disponibilizado a pessoas que têm capacidade de pagar dívidas", sustentou Amílcar

Silva, acrescentando que outra razão do não financiamento é que grande parte dos indivíduos que pretendem adquirir empréstimos bancários para aquisição de um imóvel já beneficiou de créditos ainda não liquidados. "Enquanto a entidade financiadora não tem retorno do financiamento disponibilizado, não tem como voltar a dar, pois, de contrário e se a devolução não se procede num prazo determinado, a entidade financiadora é forçada a confiscar o imóvel, para recuperar a parcela injectada num determinado projecto", frisou.

Amílcar Silva afirma que o sector imobiliário privado não consegue comercializar as residências, porque continua a implementar preços excessivos, o que impossibilita ao cidadão a sua compra. Na sua visão, a paralisação de muitos projectos promove, também e muitas vezes, o crédito mal-parado, que actualmente ronda os 30 por cento.

Renda resolúvel

Amílcar Silva apela aos promotores do sector imobiliário privado para enveredarem pelo sistema de renda resolúvel, aplicando preços mais baixos e acessíveis, para facilitar a população economicamente activa.

Para o gestor bancário, o sistema de renda resolúvel é a forma mais correcta para inverter o quadro no sector, já que esta forma de pagamento oferece como vantagens um valor fixo, sem taxas de juros, que um cidadão pode pagar, com menos pressão, a longo prazo. "Caso os promotores implementem este sistema, vai diminuir-se o número de obras paradas e a possibilidade de se aceder novamente ao financiamento bancário, para a efectivação de mais projectos", sublinhou Amílcar Silva, que apela por

uma maior reflexão sobre o sistema de pagamento aos profissionais do sector privado, já que a concorrência aumentou, com a construção de novas centralidades do Estado, que muito facilitam, hoje, a vida dos cidadãos.

"A renda de casa numa centralidade tem em conta pressupostos que o sector privado não possui, assim como a renda resolúvel é um sistema mais viável para o crédito bancário", esclareceu Amílcar Silva.

6.17 Dívida da Sonangol inviabiliza entrega de condomínio em Malanje

Jornal O País

28 De Setembro de 2018

Texto: Dani Costa

A suposta dívida da petrolífera Sonangol com a construtora angolana Prumo, avaliada em mais de 20 milhões de dólares, estará na base da não entrega de um condomínio habitacional já concluído há cerca de cinco anos na província de Malanje. Composto por dois modelos de habitações, as cercas de 90 residências estão concluídas desde 2013, mas os seus proprietários não têm acesso às mesmas porque a direcção da petrolífera ainda não honrou os compromissos financeiros com a construtora.

Nos últimos dias, segundo apurou OPAÍS, um grupo de cidadãos, agastados com o impasse que se observa e a degradação dos imóveis, tentou forçar a entrada no referido condomínio.

"Nos últimos dias, um grupo de cidadãos tentou entrar à força, mas não permitimos. Levaram inclusive a Televisão Pública de Angola (TPA) para fazer uma reportagem e saber das razões da não entrega do referido condomínio", avançou uma fonte da construtora, que pediu para não ser identificada. Segundo a mesma fonte, que falou na existência de um condomínio com duas tipologias de habitações, sendo 46 na primeira etapa e outras 40 na segunda, os imóveis estão acabados desde 2013. Encontram-se apetrechadas as cozinhas e as casas de banho com as respectivas louças sanitárias, mas os incumprimentos para com a construtora fazem com que os seus proprietários não tenham acesso ao local. "Neste momento, o que vos posso dizer é o seguinte: em algumas residências o tecto falso começa a se deteriorar e os pássaros fizeram os seus ninhos no interior de muitas destas habitações. Uma casa quando não é habitada pode apresentar uma série de problemas também. Penso que é o que se está a passar em relação ao condomínio em Malanje, uma

província que não tem ainda uma centralidade e as pessoas necessitam urgentemente de habitações". "As casas: maiores custavam cerca de meio milhão de dólares na altura, mas hoje podem custar muito mais. Já as económicas estiveram orçadas em 45 mil dólares na fase em que foram construídas", avançou uma fonte da construtora.

SONIP descarta responsabilidade

Fontes deste jornal salientam que os beneficiários das referidas residências seriam os funcionários da própria petrolífera que vivem em Malanje. Eles, segundo apuramos, terão contribuído para a aquisição das mesmas no âmbito da conhecida cooperativa habitacional Cajueiro, adstrita a Sonangol, razão pela qual que defendem que a petrolífera honre os compromissos com a construtora prumo.

Contactado por O País, o presidente da comissão executiva da Sonangol Imobiliária e propriedades (SONIP), Hamilton Cunha, garantiu que as referidas habitações “ não estão sob alçada” desta subsidiária de petrolífera. O responsável recomendou que se constatasse a direcção da Holding.

Através de uma carta por email, este jornal tentou obter a reacção da equipa liderada por Carlos Saturnino, presidente do conselho de Administração da Sonangol, na Terça-feira, 25, não obteve qualquer resposta até ao fecho da presente edição.

6.18 Executivo constrói novas centralidades

Jornal de Angola

29 De Setembro de 2018

Texto: João Dias

O Executivo vai avançar, em breve, com a construção de mais sete centralidades nas províncias do Bengo, Malanje, Cuanza, Cuanza-Sul, Cunene, Zaire e Lunda-Sul que não beneficiaram inicialmente do programa, anunciou ontem, em Luanda, o director nacional da Habitação, Adriano Silva.

O programa deve ser retornado com a construção de 200 fogos habitacionais em 130 municípios, dos 163, e vai ser acompanhado com a edificação de aldeamentos auto-sustentáveis em alguns municípios, segundo Adriano Silva.

O director nacional da Habitação falava numa conferência de imprensa conjunta entre o Escritório da UN-Habitat em Angola, o Centro de Investigação Científica e Arquitectura da Universidade Lusíada, a Development Workshop (DW) e o Centro Cultural

Brasil Angola, realizado por ocasião do projecto "Outubro Urbano", que reflecte sobre temas em torno do desenvolvimento urbano.

Adriano Silva justificou a decisão de construção de mais centralidades com o facto de, nos últimos anos, não obstante o êxodo rural que se deu em Luanda e outras cidades do país, haver uma permanente busca pela satisfação das necessidades em termos de habitação social.

O responsável anunciou que o Executivo vai retomar igualmente o programa de construção de 200 fogos habitacionais em 130 municípios já identificados. O Executivo vai ainda promover a construção de infra-estruturas integradas e edificar aldeamentos auto-sustentáveis através de um projecto-piloto a ser iniciado, em breve, no município do Belize (Cabinda). "Para tornar tudo isso mais efectivo e compacto, o Executivo lançou mão a programas de requalificação urbana e mobilidade urbana", indicou o responsável.

O objectivo, segundo Adriano Silva, é tomar a qualidade de vida dos cidadãos mais estável e tornar as cidades mais funcionais e sustentáveis. "Pretendemos reflectir sobre os novos paradigmas daquilo que é o desenvolvimento urbano sustentável. Daí, estarmos' a realizar esta plataforma", disse.

Para o responsável, todas estas acções levadas a cabo pelo Executivo conferem uma avaliação positiva quanto ao desenvolvimento urbano, na medida em que promovem a melhoria dos níveis de habitabilidade, mobilidade urbana e garantem cidades sustentáveis, resilientes e funcionais.

O "Outubro urbano" enquadra-se nas comemorações do Dia Mundial do Habitat, que na primeira segunda-feira de Outubro abre com o tema "Gestão Municipal de Resíduos Sólidos" e termina com a celebração do Dia Mundial das Cidades, a 31 de Outubro.

O responsável anunciou que o Executivo vai retomar igualmente o programa de construção de 200 fogos habitacionais em 130 municípios já identificados. Segundo a chefe do Escritório da UN -Habitat em Angola, Ana Bragança, o "Outubro urbano" vem na sequência do fórum político de alto nível realizado em Nova Iorque, que assentou na revisão dos objectivos sustentáveis que têm a ver com a construção de cidades resilientes e sustentáveis. Paisagista de formação, Ana Bragança defende que as cidades, com o realce para as de Angola, devem ser construídas com base na equação da resiliência, para fazer face a eventuais situações de calamidade e alterações climáticas.

"Cidades de todos"

A directora adjunta do Centro de Investigação Científica e Arquitectura da Universidade Lusíada, Susana Matos, lembrou que a reflexão sobre o "Outubro urbano" pretende fazer com que as pessoas tenham sentido de pertença e ligação com as cidades, que devem ser vistas como "cidades de todos".

Disse ser intenção do centro oferecer propostas ao Executivo sobre o que deve ser a cidade nos tempos modernos e como debelar situações inesperadas. Para chamar atenção sobre a necessidade de pensar uma cidade, devem ser realizados, este mês, actividades entre-as quais o Fórum de Arquitectura' promovido pela Universidade Lusíada de Angola, "Nova agenda urbana e objectivos do desenvolvimento sustentável", "Cinema urbano", no Centro Cultural Brasil e Angola, bem como "Design african symposium", "Outubro urbano", na rua dos Mercadores, e Gestão fundiária.

Na sequência, a agenda prevê uma exposição sobre "Arquitectura modernista em Angola" , numa parceria com o Instituto Goethe, a "Caminhada urbana - Rota Colonial Campanha Reviver/CEICA", sendo que o ponto alto é o Fórum Urbano Nacional, numa organização do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação com o tema "Nova Agenda Urbana e a Reforma do Estado". Está igualmente previsto, no Dia Mundial das Cidades, uma conferência sobre com o tema "Construindo cidades sustentáveis e resilientes.

7. TERRA

7.1 Autoridades tradicionais ameaçam levar Administração de Viana a tribunal

Novo Jornal

7 De Setembro de 2018

Texto: António Paulo

O Conselho Angolano de Coordenação da Associação das Autoridades Tradicionais (CACAAT) promete dar entrada, nesta sexta-feira, 7, no Tribunal provincial de Luanda uma queixa-crime contra a Administração Municipal de Viana (AMV) por "abuso de poder" e "usurpação de terrenos". O CACAAT queixa-se da demolição, ocorrida na semana passada, das suas cerca de 120 moradias, num leque de 900 que estão a ser erguidas para os seus associados na zona do Zango 3. A administração justificou as demolições, alegando a reposição da legalidade, por se tratar de "construções anárquicas".

A decisão de levar a AMV às barras do tribunal foi comunicada esta semana ao Novo Jornal pelo secretário-geral do CACAAT, Tiago Catumo, que reagiu às declarações do administrador adjunto de Viana para Área Técnica e Infra-estruturas, Fernando Binge, que na semana passada, em declarações a este semanário, considerou ilegais as obras que estão a ser erguidas por aquela associação que acolhe sobas, regedores, rainhas e reis de Angola.

O também conhecido soba Tiago acusou a instituição que vela pelo município de Viana, na pessoa do administrador Fernando Binge, de tudo estar a fazer para se apoderar do espaço "pertencente à linhagem da Rainha Njinga Mbandi".

O representante dos sobas filiados ao CACAAT informou que o desejo de "usurpação" do terreno pela AMV começou no ano passado, na véspera das eleições, após esta ter solicitado um espaço para acolher, na pré-campanha eleitoral, o comício de apresentação do candidato do MPLA e actual Presidente da República, João Lourenço.

Terminado o evento político, segundo o interlocutor, o CACAAT prosseguiu com a construção das 120 moradias, que, na semana passada, foram deitadas abaixo pela AMV, que alegou tratar-se de construções "ilegais". "Na pré-campanha, cedemos o nosso espaço para acolher o comício de apresentação do camarada João Lourenço, não queríamos na época, mas eles insistiram. Na minha estupidez, trouxe aqui cinco mil almas para apoiar João Lourenço. Agora,

partem as nossas casas porque o terreno é do candidato. Este terreno é dos sobas", atirou.

Sobre a legalidade do espaço, o soba Tiago garantiu que cumpriram todos os trâmites legais, por isso considera "infundados" os argumentos da administração de que eram anárquicas as obras regidas e efectuadas pelo CACAAT.

"Como vê, temos o direito de superfície e a licença de construção. Aqui não há ilegalidade nenhuma. Cumprimos todos os pressupostos. O administrador - disse-me que tínhamos alterado o projecto, já que estávamos a fazer casas onde se havia de meter lojas, e eu disse 'ok, então notifiquem-nos', mas ele não o fez. É uma falta de vergonha o administrador adjunto dizer que não temos documentos. Alguém assim não pode ficar à frente do trabalho do Estado, que é uma pessoa de bem. Agora eles vieram aqui, arrancaram a licença, partiram as nossas casas", lamentou.

Abordado na semana passada sobre as demolições efectuadas na zona do Zango 3, o administrador adjunto do município de Viana para a Área Técnica e Infra-estrutura, Fernando Binge, explicou ao Novo Jornal que a operação levada a cabo pela administração visou a "reposição da legalidade e da ordem". "Pessoas não identificadas construíram sem autorização da administração, sem documentação nenhuma e num espaço público. Portanto, os proprietários não acataram as orientações", informou o governante.

Na ocasião, o responsável explicou que, até quarta-feira passada, a Administração Municipal de Viana já havia deitado abaixo um total de 72 moradias "construídas ilegalmente" na zona do Zango 3 B, também conhecida por Zango Intermédio. "As demolições são construções em transgressão. Os proprietários não têm nenhum papel, nem do terreno nem da obra. Até ao momento, já partimos 72 casas construídas em transgressão", aflorou o interlocutor, esclarecendo que as residências demolidas ainda estavam em construção.

"São obras inacabadas ainda. Algumas casas sem tectos, outras nas sete fiadas e oito fiadas. Algumas pessoas recorreram à administração e emitimos as licenças, mas muitas aproveitaram-se das mesmas licenças para fazer obras nos espaços não autorizados e estão reservados para equipamentos sociais. Aqui em Viana esta prática é recorrente. As pessoas pedem licença para o Zango 1 e com a mesma licença vão para os Zangos 2, 3 e 4. É uma questão de oportunismo", desvendou.

Fernando Binge informou que o processo vai continuar. Na passada quarta-feira, 29 de Agosto,

conforme o responsável, a sua equipa realizou trabalhos de campo na zona da Estalagem, onde constataram igualmente construções em transgressão. "Este processo começou em Junho. Embargámos as obras quando ainda estavam nas fundações, ou seja, nos caboucos. Notificámos, mas eles prosseguiram com as obras nos finais de semana, no período nocturno. Isto é o costume aqui em Viana. Temos uma onda elevadíssima de ocupações ilegais de terreno, construções anárquicas. Então, temos estado a trabalhar com a Polícia Nacional e a fiscalização", aclarou o dirigente na edição 549 deste semanário.

Entretanto, em função das denúncias dos sobas do CACAAT, o NJ procurou novamente ouvir a Administração Municipal de Viana, mas sem sucesso.



7.2 EDITAL N. 03/EGTI/2018

Jornal de Angola
12 De Setembro

Tendo, sido criada, a Empresa Gestora de Terrenos infra-estruturados, EGTI-EP, mediante Decreto Presidencial no 58/17, de 5 de Março, com vista a prosseguir as finalidades de gestão e comercialização dos terrenos infra-estruturados do domínio público e privado do Estado, que lhe sejam atribuídos por legislação específica; o Decreto Presidencial n.º 65/17, de 22 de Março, atribuiu à EGTI-EP a gestão comercial dos terrenos urbanos que compreendem a Cidade do Kilamba. Por este facto, a EGTI-EP vem pelo presente solicitar a comparência de todas as pessoas, colectivas ou singulares, abaixo discriminadas, bem como todos aqueles que se julgarem com direitos sobre terrenos na Cidade do Kilamba, a fazer prova documental da sua titularidade na sede da EGTI-EP, sita na Via sa, Condomínio Dolce Vita, Edifício 3D, 4.º Andar, porta A, ou através do e-mail info@egti.gov.ao. No prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste Edital.



7.3 Zonas de risco mapeadas

Jornal de Angola
12 De Setembro de 2018

ASOS Habitat - Acção Solidária realizou, na província de Luanda, nos últimos dois anos, uma campanha de mapeamento, mobilização e sensibilização das famílias que vivem em zonas de riscos.

A campanha, realizada com o apoio da Open Society e da Christian Aid, decorreu de Agosto de 2016 a Agosto de 2018, em cujo período houve encontros comunitários e inter-comunitários de mobilização e sensibilização das famílias de zonas de risco.

A campanha de mapeamento incluiu a realização de fóruns municipais, reuniões com as administrações e o mapeamento, devendo o resultado do trabalho constar de um relatório, que vai ser publicado ainda este ano. A actividade atingiu cerca de 1.889 famílias, sendo 813 residentes no município de Belas e 1.076 em Cacuaco, o que corresponde a 9.448 pessoas beneficiadas, das quais 4.067 são de Belas e 5.381 de Cacuaco. A campanha foi também desenvolvida nos municípios de Viana, Talatona e Icolo e Bengo.

O coordenador da SOS- Habitat, Augusto Rogério, destacou, em conferência de imprensa, as demolições de moradias ocorridas em algumas zonas do país durante o período da campanha de mapeamento.

O activista social deu ênfase às acções desenvolvidas nos últimos anos pela Provedoria de Justiça e pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, sendo alguns desencontros e seminários com organizações da sociedade civil.

7.4 País pode reduzir em 50% de importação de insumos

Jornal O PAÍS
13 De Setembro de 2018
Texto: Brenda Sambo

De acordo com o engenheiro André Buta, que falava ontem, em Luanda, no final do Workshop sobre "O uso do calcário dolomítico para a recuperação e estabilização dos solos em Angola", existe no país uma grande quantidade desse minério que possui inúmeras vantagens não só por ser natural mas também por não precisar de ser utilizado com um outro insumo. Pelo facto, avança que os níveis de importação poderão cair em 50%, nos próximos três anos.

Tudo numa altura em que Angola importou, nos últimos anos, quantidade superior a 140 mil toneladas, que entraram no país desde 2016.

A outra vantagem, mencionou, é que não cria problemas ao solo, ao contrário da maior parte dos produtos fertilizantes que contêm produtos químicos e que pode causar danos às terras de cultivo durante a sua utilização.

Segundo o responsável, apesar da existência do calcário dolomítico, os níveis de produção do insumo ainda são muito baixos, uma vez que ainda não há o hábito de fazer o uso do referido minério na agricultura.

"Temos o calcário dolomítico a nível de toda a região do litoral, mas os níveis de produção ainda são muito baixos", disse.

Referiu ainda que, apesar de existirem outras empresas que produzem minérios, dados do Ministério dos Recursos Naturais e Petróleo indicam que apenas uma empresa é que está registada e se dedica inteiramente à produção do mineiro dolomítico.

André Buta sublinhou ainda que grande parte das empresas que comercializam o pó de calcário são direccionadas ao sector da construção civil.

O responsável classifica o calcário dolomítico como um minério de extrema importância que poderá ser muito utilizado nos próximos anos, augurando que, deste modo, o país poderá atingir as metas previstas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PND).

Segundo ele, o calcário dolo mítico escasseia nas províncias do leste, com realce para o Cuan-do-Cubango, região que necessita deste produto, por ser muito arenosa.

"Devido à sua posição geográfica, as províncias situadas na região tem mais necessidade do minério. Todavia, é possível que esse mineiro chegue até lá desde que as vias de comunicação estejam em condições", admitiu.

Três laboratórios poderão surgir

Na sequência da sua intervenção, André Buta avançou que, actualmente, o país conta apenas com dois laboratórios de análises, um da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN), e o laboratório da Geoangol onde são feitos alguns, insuficientes para o tratamento do minério.

Apesar disso, avançou que dentro do Plano de Geologia estão previstas a construção de três laboratórios de análises nos próximos tempos, sendo um na província de Luanda, na Centralidade do Kilamba, outro na província do Lunda-Sul, propriamente na sua capital Saurimo, o terceiro na província da Huíla, concretamente no município de Quilengues.

"Com esses laboratórios em funcionamento, o país não terá problemas em fazer análises deste pó futuramente", realçou.

7.5 Cavuquila acusado de assinar documento de esbulho de terreno

Jornal A República
14 De Setembro de 2018
Por Redacção

Jornal AR: O que se passa de concreto com os terrenos dos quais o senhor diz ser o legítimo proprietário?

SC: Eu sou o proprietário dos terrenos, visto que estão inscritos na Conservatória do Registo Predial da

Comarca de Luanda e que estão a ser invadidos com o conhecimento e talvez cumplicidade do senhor administrador Carlos Cavuquila.

Jornal AR: Na altura, o senhor Cavuquila era o administrador?

SC: Sim, era o administrador, mas este caso ainda continua, ontem fiquei completamente surpreendido, quando chamei a fiscalização para fazer o embargo de uma obra que começaram, mas em contrapartida, o proprietário da obra que está a ser construída no meu terreno exibiu-me uma licença da obra, passada pelo então administrador de Cacuaco, Carlos Cavuquila, ao passar essa licença em terrenos que ele conhece muito bem. Pois, já em tempo, Sua Excelência o ex-governador para a área técnica do governo provincial de Luanda (...) mandou-me uma recomendação que tenho em minha mão para alertar o senhor Carlos Cavuquila que o proprietário deste terreno é Araújo Irmãos Limitada, empresa da qual sou sócio e gerente.

Jornal AR: Como é que

Jornal AR: Como é que tudo isso começou?

SC: Os terrenos começaram a ser ocupados há muito tempo e quando fui interceder fiquei espantado, já que estavam a ocupar com o conhecimento do senhor Cavuquila e a fiscalização também nada estava a fazer. Eu tenho o meu representante em Cacuaco para actuar nesta situação, mas quando ele se apercebeu da ocupação foi junto da fiscalização, no entanto, a fiscalização disse que iria mandar uma brigada ao local, de modo que o meu representante se sentisse sossegado, mas isso não aconteceu, porque a fiscalização não apareceu e os indivíduos continuaram a construir. Há lá uma senhora no local e um contentor. Eu chamei a fiscalização para tirar lá, mas ainda não tiraram ... e a senhora disse, na presença de testemunhas que deu dois milhões de kwanzas para adquirir esse espaço, enquanto eu sou o legítimo proprietário.

Jornal AR: Por que motivo esse problema até ao momento não foi resolvido?

SC: Porque talvez haja conivência das autoridades, da parte da fiscalização e da administração de Cacuaco, julgo que eles não estão a fazer isto e, por outra, julgo que aqui há interesses económicos para eles tomarem essas posições.

Jornal AR: Já remeteu essa situação aos vários órgãos de justiça do nosso país?

SC: já remeti ao tribunal, mas não é esse caso em que eu ganhei no tribunal, conforme está na cópia que acabei de lhe entregar agora sobre uma sentença.

Jornal AR: Quais para si, os protagonistas dessa situação que fazem com que a mesma não seja resolvida?

SC: o que se está a passar é que a administração de Cacuco, de quem a fiscalização depende do senhor administrador, não está a actuar! Isso é muito grave!

Porque eu até julgo que Sua Excelência Senhor Presidente da República se chegar a ter conhecimento desse caso vai mandar agir, de forma que seja reposta a lei.

Jornal AR: Há quanto tempo existem esses terrenos?

SC: Estes terrenos já os comprei há muitos anos (...) eu tenho também as certidões de compra os quais acabei agora de lhe entregar, que testificam que sou o legítimo proprietário, tenho toda a documentação.

Jornal AR: Sente-se bastante lesado?

SC: Ah! Sim, e até digo-lhe uma coisa, tenho a certeza absoluta de que, com o comportamento que Sua Excelência Senhor Presidente da República está a ter neste momento, penso que vai mandar repor a legalidade, no sentido de que sejam tomadas medidas contra os prevaricadores, assim como contra o senhor Doutor Carlos Cavuquila. Irá, obviamente, puni-los pelos crimes que estão a cometer.

Jornal AR: Este é o único caso ou existem outros casos que o senhor tem estado a enfrentar?

SC: Este caso é bastante antigo, particularmente comigo ... e com a passividade do senhor Carlos Cavuquila isto é muito grave!... Onde aparecem reclamações e não manda repor a legalidade, é um caso muito grave.

Jornal AR: Qual tem sido a reacção do senhor Cavuquila perante essa situação?

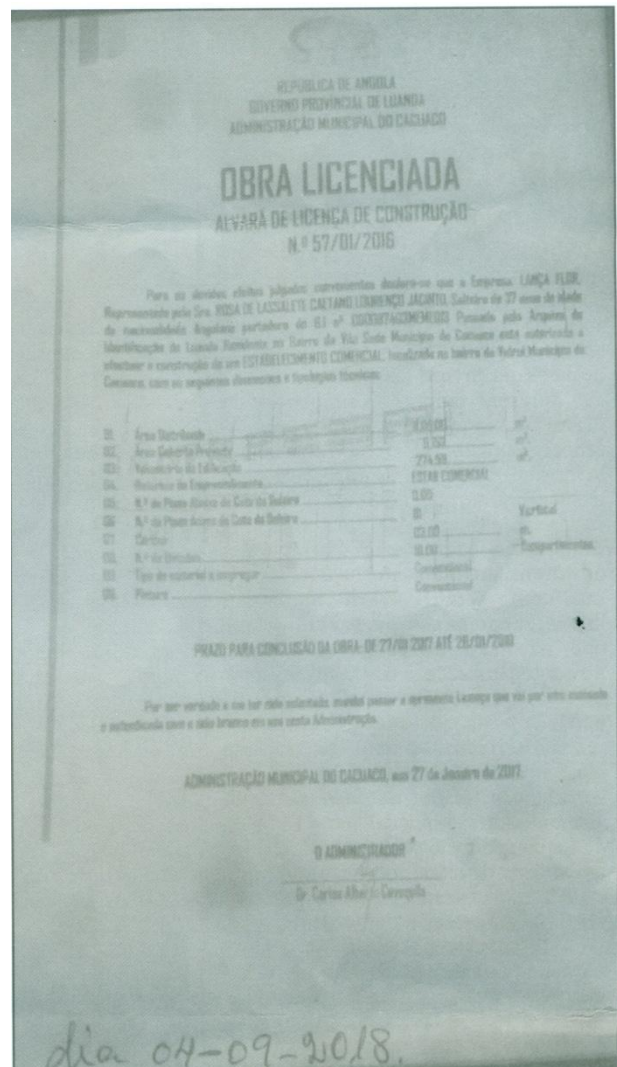
SC: Dirige-me, diversas vezes, à administração para falar com ele, mas, infelizmente, nunca me recebeu.

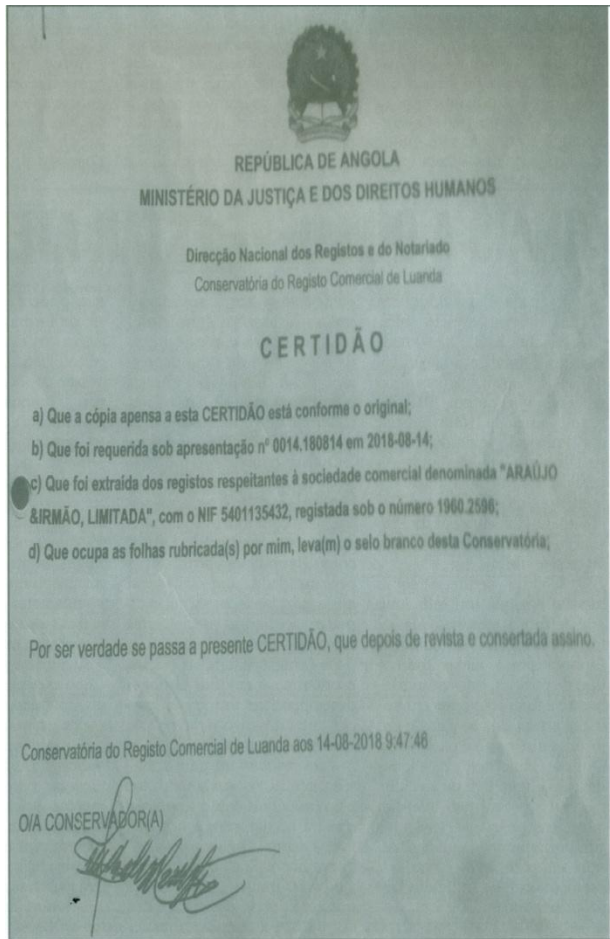
Jornal AR: Pretende acrescentar alguma coisa ao assunto?

SC: Bem, eu só faço apelo' à Comunicação Social para trazer essa situação a público, para a opinião pública apreciar e condenar o comportamento do senhor Carlos Cavuquila, que a mim me prejudicou imenso.

Em face desta situação o Jornal A REPÚBLICA, na tentativa de ouvir a opinião da personalidade visada, contactou na tarde de Segunda-feira, 10 deste mês, o senhor Carlos Cavuquila pelo número telefónico: 943 14 02 98, tendo o mesmo dito o seguinte: "Vocês, já me contactaram na semana passada, escrevam o que vocês quiserem». Por fim, o cidadão em menção desligou o telemóvel, demonstrando uma postura pouco abonatória no que diz respeito à ética social.

Eis, a seguir, os anexos que sustentam a tese do nosso interlocutor:





7.6 Polícia acusada de deter e espancar moradores do «Bênção de Deus»

Novo Jornal

14 De Setembro de 2018

Texto: Isabel João

Abuso de poder e detenção arbitrária são os crimes de -que efectivos da Polícia Nacional (PN) destacados na esquadra do Sequele estão a ser acusados por moradores do bairro Bênção de Deus, localizado na circunvizinhança da Centralidade do Sequele, município de Cacucaco, em Luanda.

Os lesados queixam-se de terem sido detidos durante dez dias e de terem pagado mais de 40 mil kwanzas de caução ao Ministério Público (MP) para verem restituída a liberdade que lhes havia sido retirada durante uma acção de protestos contra as demolições de suas moradias. A Polícia confirma as detenções, justificando-as com o crime de desacato a autoridades policiais, os quais sofreram igualmente agressões por parte dos munícipes. A soltura, segundo a polícia, ocorreu após serem apresentados os detidos ao MP,

que ordenou o pagamento de uma caução de 40 mil kwanzas cada.

A responsável da comissão de moradores do bairro Bênção de Deus, Massane Massungo Jorge, de 51 anos, contou à reportagem do NJ que, no passado dia 28 de Agosto, pelas 6 horas da manhã, foram surpreendidos por agentes da fiscalização do distrito urbano do Sequele, acompanhados por mais de 20 agentes da PN fortemente armados que demoliram oito residências em construção, incluindo a que albergaria a comissão de moradores.

A camponesa disse que, apesar de estar na qualidade de responsável da zona, também não foi notificada sobre as demolições. "Perguntei por que razão estavam a demolir, só me disseram que estávamos aqui ilegalmente. Destruíram oito residências, incluindo a comissão dos moradores, e 12 pessoas foram detidas. A polícia recorreu a balas reais e bastões para dispersar os revoltados", informou, acusando que a administração do Sequele de estar a obrigar os moradores a abandonar o bairro onde habitam há mais de 40 anos.

Madalena Anselmo, de 64 anos, moradora da zona, foi uma dos 12 cidadãos detidos por agentes da PN no Sequele. A mulher disse ter sofrido maus-tratos dentro da cela e solta no dia seguinte, alegadamente devido à idade. "Fui maltratada pelos policiais e até insultada, com nomes que não dão para citar. Mas afirmo que não vou sair daqui do bairro. Nasci e cresci aqui e vou morrer aqui. A administração pode fazer o que quiser, mas daqui não saio. Esta cidade do Sequele já nos encontrou, fazíamos agricultura aqui e, hoje, tratam-nos como se fôssemos animais? Isso eu não aceito", resmungou.

A mulher denunciou que, muito antes da existência da cidade do Sequele, a administração local reservou um espaço que serviria para a construção de escolas, hospitais, hotéis e restaurantes, porém, para a surpresa dos munícipes, "os terrenos foram vendidos". E "isso ninguém questiona", criticou.

"Isto é mesmo justo, há camponeses que perderam a vida nessas terras. É necessário que o Executivo também trabalhe nestes casos. Os administradores estão nos cargos porque foram eleitos pelo povo e por isso devem trabalhar para o povo", desabafou.

O morador Luís Luanda, de 28 anos, conta que ficou detido durante dez dias, por se opor à demolição da sua residência de chapa, que esteve na iminência de ser destruída pelos agentes da fiscalização do distrito do Sequele.

"Os meus companheiros não permitiram e começaram a jogar pedras contra os fiscais e polícias. Fizemos um cordão e foi daí que começou a confusão. A polícia local chamou mais agentes e fomos detidas 12 pessoas", disse.

Na cadeia, Luís conta ter sido espancado por agentes da PN e foi solto após ter pagado uma caução de mais de 40 mil Kz.

"O grupo todo foi apresentado ao Ministério Público oito dias depois. Na cadeia chamaram-nos todos os nomes possíveis, inclusive de sermos da UNITA, e que queremos desestabilizar o país. A administração de Cacuaco só se lembra dos munícipes - quando há actividade do partido e isso deixa-nos muito triste".

Outro morador, Domingos António, 82 anos, acusa uma cidadã de nacionalidade angolana, identificada por Rosa, de ser a responsável pela "perseguição" que os residentes do bairro Bênção de Deus estão a viver. A "caçada", segundo o interlocutor, está a ser realizada em conluio com o pessoal da fiscalização do distrito urbano do Sequele.

"Essa senhora diz ser mulher do irmão do Presidente da República, identificado como Bento. Ela diz ser a dona dos terrenos. É ela que nos está a criar essas situações todas", acentuou.

Outros entrevistados revelaram ainda que, depois das detenções, os moradores decidiram manifestar-se a poucos metros da Administração do Sequele, porém foram travados por um forte dispositivo policial.

Um bairro habitado por gente humilde o bairro Bênção de Deus está localizado no município de Cacuaco, cerca de 18 quilómetros a norte de Luanda. O subúrbio cresce em extensão, em paralelo com o aumento do índice de pobreza. A população carece de quase tudo: água potável, energia eléctrica, hospitais, escolas e outros equipamentos sociais.

Nos últimos dois anos, a população diz estar a viver dias de "terror" devido às constantes ondas de demolições de que o bairro é vítima. À entrada, é possível observar-se uma área extensa onde está montado um quartel militar ocupado por soldados das Forças Armadas Angolanas (FAA), que protegem o espaço em construção.

Camponeses revelaram que a zona protegida hoje pelos militares já foi pertença dos agricultores que se encontram no local desde 1979, mas que viram o espaço "usurpado" por esses militares.

"Já perdemos aquele espaço. Os militares expulsaram-nos de lá a tiros. Estamos aqui há muitos anos. Conseguimos constituir a Associação de

Camponeses, a qual está reconhecida pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Florestal. Aqui não tinha caminho, tudo isso era mata. Limpámos a zona e o Governo quer novamente tirar-nos daqui? Eu não saio. Eles vão ter que nos matar", desafiou o ancião Domingos António, de 82 anos, morador do bairro Bênção de Deus há mais de 40 anos.

7.7 **Quadrilha de mafiosos de terrenos volta a atacar no Kikuxi**

Jornal Visão

14 De Setembro de 2018

Texto: João Salvador

De acordo com o queixoso, Mateus Francisco, foi-lhe expressamente proibido de colocar os pés nas suas duas quintas, localizadas no perímetro agrícola do Kikuxi, porque há um tempo atrás, decidiu vender uma delas.

"Foi nesta altura que falei com o procurador-adjunto militar, Adão Adriano António, pela consideração e amizade que tenho por ele, porque na altura havia uma ordem que nenhum cidadão poderia passar ou vender uma parcela de terra, já que a terra é propriedade do Estado" comentou por esclarecer o problema em que se meteu depois de ter procurado o procurador-adjunto militar, Adão Adriano António, a quem via como um tio.

Ao que disse, viveu com o referido procurador militar chegando mesmo a atribuir o nome da esposa do procurador a uma filha sua. "Depositei toda confiança nele no sentido de poder me assegurar caso surgisse algum problema ao vender uma das minhas quintas": sustentou Mateus Francisco, para depois dizer que foi a partir dali que começou o seu problema.

"Foi quando o General Adão Adriano António me assegurou que não haveria nenhum problema e que poderia ir negociar a quinta e quem se metesse comigo poderia parar à cadeia", argumentou para dizer que colocou duas placas sobre a venda de uma das quintas com o seu terminal telefónico.

Para o seu espanto, no quarto dia apareceu um indivíduo identificado por Baptista Canga Mateus, um suposto empresário, dizendo-se interessado não na compra da quinta, mas numa parceria, que se consubstanciaria na construção de algumas residências a serem repartidas entre, o suposto empresário e ele, o proprietário do espaço.

A burla

Mateus Francisco António João, disse que depois da conversa com o suposto empresário' voltou a contactar o General dando-lhe a conhecer o interesse do pretense empresário e condições da possível negociação. "Ele concordou e disse que era um bom negócio", sublinha Mateus Francisco que, segundo disse, acabava de cair como um patinho no conto dos vigários".

7.8 “Direitos humanos sem grandes mudanças” Considera SOS – Habitat

Jornal O PAÍS

19 De Setembro de 2018

Texto: Domingos Bento

Cerca de um ano depois do empossamento do actual Governo, a situação dos direitos humanos no País continua a na mesma, revelou ontem, em Luanda, o coordenador da SOS- Habitat, André Augusto.

Em declarações a OPAÍS, à margem da conferência sobre a situação dos direitos humanos em Angola, disse que não existem grandes mudanças, registando-se ainda a morte de cidadãos nacionais por questões de terras e demolições anárquicas protagonizadas por instituições do Estado.

A título de exemplo, André Augusto apontou a morte de uma cidadã, no passado mês de Julho, por disparo de arma de fogo supostamente protagonizado por um agente da Polícia, aquando de um processo de demolições na zona do km 30, município de Viana, em Luanda, como um dos sinais. Ainda neste mesmo município, o coordenador da SOS- Habitat lembrou o caso das recentes demolições de mais de trinta residências no Zango UI, que deixaram dezenas de famílias sem tecto e forçaram algumas crianças a abandonar a escola.

Dados desta organização dizem que a capital do país, por ser a mais populosa, continua a ser o centro das grandes violações dos direitos humanos. Entretanto, outras províncias, como Benguela, Cunene, Uíge e Cuanza-Sul registaram, nos últimos doze meses, violações e intimidações a cidadãos nacionais pelos mesmos motivos.

As demolições e desapropriações ilegais de cidadãos são dos grandes conflitos registados neste primeiro ano do actual Governo.

De acordo com o defensor social, quando da eleição do actual Governo, houve uma expectativa muito grande por parte da sociedade civil que acreditava no fim das violações dos direitos humanos, sobretudo

no que a habitação e ao direito à terra diz respeito. Porém, passado um ano, André Augusto afirma ser preocupante e lamenta o facto de continuar a haver problemas e violações dos direitos das pessoas, com maior realce para as populações mais desfavorecidas, que são as que mais sofrem com a atitude "musculadas" por parte de certas instituições do Estado.

"O nosso desejo e perspectiva era que essas agressões teriam fim com a saída do antigo Governo. Mas, infelizmente, mesmo depois de estarmos numa nova era, ainda assistimos a casos de violações à dignidade humana, o que é muito triste", lamentou.

Avanços

Por outro lado, apesar desses aspectos negativos, André Augusto reconheceu que no primeiro ano de exercício do actual Governo registaram-se também alguns avanços, tendo apontado "a abertura por parte dos órgãos de comunicação social públicos que passaram a fazer maior cobertura às questões de direitos humanos", assunto que diz que não era abordado com a coragem e a frontalidade com que hoje se discute.

O activista reconheceu ainda haver uma maior abertura por parte da Procuradoria-Geral da Republica na divulgação de processos de investigação que têm a ver com casos de corrupção, peculato e de desvio do erário.

André Augusto fez saber que foi igualmente nesta governação que se deu início à investigação e julgamento dos militares envolvidos na morte do Refino António, de 14 anos, morto, em 2014 por disparo de arma de fogo quando tentava impedir a demolição da residência onde vivia com a família.

"Nesta luta pela defesa do direito à habitação, este caso foi um dos mais mediáticos. Em Agosto deste ano, ditou-se a sentença, com a condenação dos culpados e isso agradou-nos, porque a justiça foi feita. Portanto, neste aspecto queremos felicitar o actual Governo e fazer fé que muitas das suas promessas sejam, de facto, materializadas, para o bem das populações que, sinceramente, estão fartas de sofrer", concluiu.

7.9 Huíla reforça o combate às construções anárquicas

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2018

Texto: *Arão Martins*

A Administração Municipal do Lubango embargou, ontem, várias obras construídas, na calada da noite, sem os parâmetros definidos por lei, em vários bairros da cidade, informou ao Jornal de Angola o administrador local, Francisco Barros.

O responsável, que não especificou o número e o tipo de obras interditadas, limitou-se dizer que "trata-se das construções que não obedeceram as condições técnicas exigidas por lei, quer na sua concepção, quer na execução física", acrescentando que "outras obras foram embargadas por terem sido construídas fora das horas normais de expediente". "Foram embargadas algumas construções por não reunirem as condições técnicas urbanísticas exigidas e outras por estarem próximo à margem do rio, postos de alta tensão e em vias públicas. Portanto, muitas destas obras vão ser demolidas", disse o administrador Francisco Barros.

O administrador do Lubango salientou que a obra que estava a ser feita junto à ponte dos Laureanos, em direcção à escola do ensino primário NQ62, no bairro da Machiqueira, foi embargada porque, além de não reunir condições técnicas aceitáveis, está numa área reservada para a plantação de árvores.

"Embargámos porque os trabalhos estavam a ser feitos à margem das normas estabelecidas. No caso concreto, os proprietários não tinham licença para o efeito", frisou, adiantando que em caso da construção constituir risco à integridade física do trabalhador também é embargada.

Francisco Barros fez saber que qualquer cidadão pode questionar, aos órgãos competentes' a legalidade de uma obra que achar que está a ser feita à margem das normas. "Nestes casos, nós vamos imediatamente ao local e se notarmos irregularidade embargamos a obra", assegurou.

Obras abandonadas

A Administração do Lubango está preocupada com o elevado número de obras abandonadas. Francisco Barros disse que os proprietários serão chamados para dizerem se estão em condições de prosseguirem com os trabalhos.

7.10 Mais de 126 famílias do Zango serão realojadas

Jornal Visão

21 De Outubro de 2018

Texto: *Diniz Kapapelo*

A garantia foi dada pelo Administrador André Soma, a imprensa, depois de orientar a reunião do Conselho de Concertação e Auscultação do município que teve lugar no Complexo Escolar Politécnico de Viana, vulgo 'Camadeirã, sem no entanto, mencionar a área para onde as 126 famílias serão realojadas, tendo apenas dito que tal acto acontece nos próximos dias.

O administrador advertiu que, caso surjam indivíduos infiltrados no processo de realojamento, vão ser detidos. Quanto à situação das pessoas que vivem em casas de chapa no Zango I e III, André Soma disse ser intenção da administração ceder terrenos, no âmbito do programa de auto-construção dirigida, por se tratarem de muitas famílias, "sendo que, não é vocação do Estado construir residências para os cidadãos, mas criar mecanismos para que eles consigam ter uma residência condigna" sublinhou.

De recordar que muito recentemente a administração de Viana destruiu 32 casas no Zango III, por terem sido construídas numa área onde serão erguidos equipamentos sociais. A reunião de sexta-feira, 16 de Setembro, analisou vários assuntos da vida do município, como a reabilitação da rua Brasileira, a vedação da vala do Zango e a construção de salas de aulas.

7.11 Quadrilha de mafiosos de terrenos volta a atacar no Kikuxi (fim)

Jornal Visão

21 De Setembro de 2018

Texto: *João Salvador*

O General e eu fomos no seu V8, de cor branca e o suposto empresário no seu Rav4, de cor vermelha. Depois de alguma conversa entre o General e o empresário, os dois levaram-me a um espaço onde se encontrava algumas obras inacabadas para parecer que o negócio era credível, mas afinal tudo não passava de uma burla" denunciou, o cidadão, salientando que aquela acção, visava pura e simplesmente a leva-lo a assinar os documentos de cedência da sua quinta.

Na sequência, conforme disse, Mateus Francisco António João, a vítima, o suposto empresário disse

que a construção das residências teriam uma duração de seis meses, tendo acrescentado mais dois meses para a entrega das residências, o que perfariam oito meses. "Então o General

Adão Adriano António sugeriu-me a dar um ano para a entrega das residências".

O dividendo do General Mateus

Francisco, o lesado garante que foi no gabinete do próprio procurador militar adjunto que o General questionou-o quanto ganharia com o negócio ora celebrado e que acabara de presenciar.

"Então fiz questão de oferecê-lo duas residências, tendo ele ficado ainda com a responsabilidade de elaborar os documentos contratuais da parceria de construção entre as partes': denunciou, para depois dizer que foi no gabinete desta alta patente das Forças Armadas Angolanas onde tais documentos foram elaborados, com todos os dizeres e cláusulas possíveis.

Ingénua e a pensar que estava dizente de uma pessoa de bem, Mateus recebeu os documentos de parceria, avaliou e assinou-os tendo, prontamente entregado ao suposto empresário no sentido deste avaliar se concordava com as referidas cláusulas.

"Passado uma semana, recebi a ligação do suposto empresário a dizer que estava pronto para assinar. Fomos ao notário e reconhecemos as assinaturas': salientou, dizendo que daí em diante o suposto empresário teve a permissão de entrar na quinta para começar com as obras.

O trespasse indevido

Tão logo acertaram tudo, começaram as obras na quinta de Mateus Francisco, com o derrube de algumas árvores e as duas residências que ali se encontravam. "Removeram as viaturas que tinha na quinta, já que sou mecânico-auto e usava a quinta como oficina e estaleiro, mas três meses depois o suposto empresário Baptista Canga e a sua equipa de trabalho desapareceram': denunciou.

É nessa altura que entra o procurador-adjunto militar das Forças Armadas Angolanas (FAA) , Adão Adriano António entra efetivamente na burla, já que, segundo queixou-se Mateus Francisco, o dono da quinta, no documento redigido pelo general, ele aparece como tio de Mateus Francisco e proprietário da referida quinta.

"Mas era para parecer que ele supostamente não conhecia o Baptista Canga. Só agora me apercebi que foi o general quem enviou aquele suposto empresário

para negociar comigo como testa de ferro, numa jogada bem estudada como alguém sério que queria fazer uma pareceria, mas no fundo é o general que está por detrás de tudo", afirmou Mateus Francisco António João.

Este cidadão pensa assim porque findo o prazo acordado (um ano) para a conclusão das obras, que seria em 2014, o suposto empresário já não atendia o telefone, tendo dado mais dois meses de benefício de dúvida.

"Antes de voltar ao espaço, liguei ao Anderson, um amigo seu, que lhe disse que o empresário encontrava-se em tratamento na Namíbia. Então, mesmo assim vou à quinta e um dos funcionários que ali se encontrava me confidenciou que as casas que estavam a ser construídas já estavam todas vendidas e que eu tinha sido burlado", concluiu.

Ao passar a informação ao general, disse visivelmente transtornado, de forma levi 'a o general disse-lhe que esperassem o empresário que estava na Namíbia em consulta. "Senti-me bastante desconfortável ao ver a reacção calma demais do general, enquanto tinha assinado como meu testemunha e protector caso acontecesse alguma coisa com a minha quinta" lamentou, sublinhando que desde aquele dia foi à quinta e lá permaneceu.

A detenção do lesado

Por volta das 15 horas, acusou, o suposto amigo do referido empresário, aparece com três agentes do SIC, fortemente armados, mesmo sabendo que era o proprietário da quinta, pegaram-no com a intenção de detê-lo.

"Comecei a gritar e a suplicar que ligassem ao meu tio, o general Adão Adriano António, foi assim que eles me soltaram. Liguei ao general e contei -lhe o que se tinha passado': explicou, para depois dizer que recebeu a garantia deste que estava a ir ao seu encontro, depois de ver frustrada a intenção de 'baixar' orientações aos agentes do SIC, identificados por Carlos Gomes e o outro apenas por Caetano. "Algum tempo depois o general e os seus guardas apareceram. Mas acabei por descobrir que aquilo foi uma encenação, disse Mateus Francisco, acusando o general, Adão Adriano António de lhe estar a retirar as suas quintas.

Ajuda fictícia

Das várias acusações feitas pelo cidadão Mateus Francisco sobre o alegado envolvimento do General Adão Adriano António, procurador-adjunto militar, neste negócio, bem como as alegadas ameaças de morte de que são alvos ele e a sua família, foi-lhe

indicado pelo próprio general, alguns advogados de defesa para resolverem a sua situação, já que, no final no nunca chegou a honrar os compromissos assumidos mesmo com documentos assinado. Pior ainda, mesmo sabendo que o terreno era supostamente de um general, título que coloca medo em qualquer cidadão que tenha segundas, terceiras ou quartas intenções de burla.

"Esses advogados não conseguiram fazer nada e também sei que não passou de uma fachada', sustentou o lesado, realçando que isso só aconteceu porque o general conhece a fragilidade da vítima.

A desculpa do general

Contactado à respeito, o general Adão Adriano António, para apresenta a sua versão dos factos, numa primeira ocasião disse não ter mais nada a tecer sobre o assunto, obrigando o jornalista deste órgão a procurar o Jornal O CRIME, pois foi naquele órgão onde já teria se pronunciado.

Entretanto, por ser um órgão de informação sério, o Jornal Visão não deve recorrer de terceiros para ter o contraditório, mas dos visados num determinado assunto. Por este facto, encetamos novo contacto com o próprio general, aliás, um Procurador-adjunto militar que se defendeu dizendo que não tinha nada a ver com o caso.

Outrossim, o suposto empresário 'desapareceu' do mapa, sem no entanto, atender as ligações do contacto que nos foi fornecido.

Ainda assim, este jornal garante que vai continuar no encaço para apurar a veracidade dos factos, até ao desfecho deste assunto.

7.12 Indícios de falsificação

Jornal O Crime

22 De Setembro de 2018

Texto: Dumilde Fuxi

Porém, nas certidões a que tivemos acesso, de Arlete Simões de Abreu Pereira Neto e seu irmão, que aparece registado apenas como Manuel, o nome da avó materna surge diferente em cada um dos documentos. Na certidão de Arlete, o nome da avó é Maria Eduarda de Almeida Campos e, na de Manuel, Maria Eduarda Gurgel Simões de Abreu, tratando-se da mesma pessoa, mas com nomes diferentes.

O que também inquieta a família de Leonardo, em relação aos herdeiros do imóvel, é o facto de um tempo depois da sua morte ser acrescentado a Manuel os nomes de Simões de Abreu Faúlho

Rasoilo, passando, desta forma, a chamar-se Manuel Simões de Abreu Faúlho Rasoilo, em função de um pedido feito em 2002 ao então Arcebispo de Luanda, Dom Damião Franklim, em nome de Manuel, embora tenha já falecido em Novembro de 1985, de acordo com um documento que também menciona Adolfo Arubal Pinho Faúlho Rasoilo, Nadyne Maria D'Almeida Teixeira Rasoilo, António Francisco Pinho Faúlho Rasoilo e Luis Manuel dos Santos Faúlho Rasoilo, como os únicos herdeiros de seu pai.

De acordo com uma Procuração emitida em 1994 pelo Décimo Sexto Cartório Notarial de Lisboa, Arlete Simões de Abreu Pereira Neto constituiu Adolfo Arubal Pinho Faúlho Rasoilo como o seu procurador, conferindo-lhe, entre outras responsabilidades, a de celebrar contrato sobre o imóvel e representá-la em qualquer repartição pública e administrativa.

Após a morte de seu pai, em 2008, Leonardo Constantino Abrão, que residia na França até alguns anos antes do infausto acontecimento, decidiu continuar a lutar pelo desfecho do caso, avançando, em 2016, com uma queixa na DIAP, que constituiu o processo de Instrução Preparatória n.º 24/2015, em que Adolfo Arubal Faúlho Rasoilo é acusado de falsificação de documentos autênticos e usurpação de imóvel, previstos e puníveis pelos artigos 216.º e 445.º, ambos do Código Penal. No ano seguinte, Leonardo Abrão foi notificado pelo arquivamento do referido processo-crime.

Na mesma altura, a Paróquia da Nossa Senhora da Conceição, da Arquidiocese de Luanda, informou à DNIAP, em função de um pedido desta, o desaparecimento do livro em que consta a cópia integral de assento e registo de baptismo de Manuel, alegadamente pela antiguidade do mesmo e por razões de obras de manutenção do edifício em que está localizada a paróquia.

7.13 Justiça coloca suspeição

Jornal O Crime

22 De Setembro de 2018

Texto: Dumilde Fuxi

Em 2015, pelo facto de verificar a presença da empresa Plantão no imóvel, com finalidade de garantir a segurança, Leonardo informou o estado em que o mesmo se encontra e apelou à referida empresa para a sua retirada, pelo facto de o contratante não possuir qualquer direito sobre aquele bem.

Em Dezembro de 2016, Leonardo Abrão solicitou ao Instituto Nacional de Habitação a conclusão do

processo de legalização do imóvel. No início do ano passado, o processo foi concluído com o Termo de Quitação n.º 72/017, passado em seu nome, em substituição do anterior, passado em nome de seu pai, Nguna Constantino Abrão, resultante do depósito com os talões n.º 1682 e 061741, de AKZ 157.616,00 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e dezasseis kwanzas).

Alguns meses depois, quando Leonardo pretendia pagar o imposto de SISA, apercebeu-se que o imóvel estava registado em nome da empresa LUNENDURG- INVESTIMENTOS, Lda., com o NIF 5417040266, sem algum registo de transmissão da posse do imóvel, impedindo, assim, o pagamento do imposto.

Um ofício do Gabinete Provincial do Comércio e Indústria dirigido ao advogado Manuel da Conceição denuncia a falta de dados da empresa no Sistema Integrado de Licenciamento Comercial. A mesma confirmação foi dada pelo INE, onde está registada com o n.º RGE 00053266, sem actualizar os dados desde 2008, data da sua fundação.

Aproximadamente em Julho deste ano, o imóvel n.º 54/56 estava vedado pelo Banco Millennium Atlântico, dois meses depois de este solicitar a licença à Administração da Ingombota, que através do seu Gabinete Jurídico, uma vez que já existia um pedido com o mesmo objectivo, procurou juntar as partes para devido esclarecimento. No encontro, nenhum representante do banco apareceu e as cartas enviadas por Leonardo não tiveram qualquer deferimento.

Num dos seus pronunciamentos em sede de tribunal, Adolfo Rasoilo afirmou que em 2<306 cedeu o imóvel à Sociedade de Bloco e Representações Lda. e, em 2009, à Sociedade LUNENDURG, Lda.

No dia 02 de Maio de 2013, quando caso já estava em tribunal e o imóvel em posse de Adolfo Rasoilo, foi emitida uma sentença de providência cautelar pela Lª Secção da Sala do Cível e Administrativo, em que Leonardo Abrão é requerente e Adolfo Rasoilo requerido. No mesmo afigura-se como decisão do tribunal a caducidade do prazo (um ano) para o exercício dos direitos do requerente, que o fez apenas em Novembro de 2011, resultando na sua extinção e absolvição do requerido.

Esta decisão levou Leonardo e seu advogado a apresentarem as suas alegações de recurso de agravo ao Tribunal Supremo e muitas outras acções de reivindicação de propriedade pelos filhos de Nguna Constantino Abrão aos órgãos de justiça.

De acordo com denúncias da família, o general Adolfo Rasoilo usou as FAA para receber o imóvel. Porém, ainda em entrevista a este jornal, o acusado desmente e garante nunca proceder de tal forma.

Por causa dos trâmites em que decorria o processo sem qualquer resposta satisfatória, Leonardo Abrão sentiu a obrigação de denunciar à Presidência da República e demais órgãos de justiça.

As duas partes têm em sua posse documentos que os indicam como proprietários do imóvel, apontou como herança familiar.

7.14 Vários documentos com indício de falsificação na luta por imóvel

Jornal O Crime

22 De Setembro de 2018

Texto: Dumilde Fuxi

O imóvel, em 1975, foi deixado pela cidadã Maria da Conceição Simões de Abreu Vieira da Fonseca à sua empregada, Maria Fernanda, falecida em 2005; e foi, inicialmente, objecto de um contrato de arrendamento entre a Secretaria de Estado da Habitação (representada pelo Dr. Gabriel Kaumba) e Nguna Constantino Abrão, celebrado naquela instituição no dia 27 de Fevereiro de 1996, para um período de dois anos, com renda mensal de AKZ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil kwanzas).

Cinco anos mais tarde, em 2001, Nguna Abrão solicitou ao Ministro das Finanças a compra do imóvel, tendo obtido êxito no ano seguinte, aos 25 de Junho, diante da Comissão Provincial Para Venda do Património Habitacional do Estado, com a aprovação do então secretário executivo interino, Rui Gonzaga Guimarães.

No dia 01 de Julho do mesmo ano, em duas etapas, Nguna depositou, primeiro, 152.920,00 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte kwanzas) e, depois, 4.696,00 (quatro mil, seiscentos e noventa e seis kwanzas) na conta n.º 000/010861/001 do Banco de Poupança e Crédito (BPC), totalizando 157.616,00 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e dezasseis kwanzas) a favor da Comissão Nacional Para Venda do Património Habitacional do Estado, correspondente à aquisição do imóvel n.º 54/56, descrito no Termo de Quitação assinado por Rui Guimarães.

A Primeira Repartição Fiscal de Luanda, em Abril de 2005, confirmou que o prédio n.º 54/56 está inscrito na matriz predial n.º 819, em nome de Maria da Conceição Simões A. V Fonseca, com a situação tributária regularizada mas sem registo de algum processo sucessório por morte da mesma. O ofício n.º 11/GAB.S.E/2005, emitido pela Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, exprime, também, a inexistência de dados que indiquem potenciais herdeiros de Maria da Fonseca.

Em 2006, Nguna Abrão foi notificado pelo Ministério da Justiça, em função de uma queixa que dava conta de que o mesmo tenha falsificado vários documentos para se tornar o proprietário do imóvel. Assim, o seu advogado, Dr. Alberto Sérgio Raimundo, solicitou à Comissão Provincial Para Venda do Património Habitacional do Estado devido esclarecimento sobre a situação judicial do imóvel em litígio, tendo a entidade confirmado que o cidadão Nguna Constantino Abrão ocupa o imóvel à luz da Lei 19/91 de 25 de Maio, Lei sobre a Venda do Património Habitacional do Estado.

A CPVPHE recorreu ainda à Conservatória de Registo Predial e à Primeira Repartição Fiscal de Luanda, onde não obteve nenhum esclarecimento, ao contrário do documento emitido pelo Ministério das Finanças, através do Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda, que esclarece que "Pela presente escritura declaram e afirmam, para os devidos efeitos que: EDJANE, ARLETE e MANUEL são os únicos e universais herdeiros de sua mãe, a referida MARIA DA CONCEIÇÃO SIMÕES DE ABREU VIEIRA DA FONSECA e que não existem outras pessoas que, segundo a lei, preferam ou com elas concorram à sucessão de cuja herança não fazem parte bens de natureza imobiliária".

De acordo ainda com o documento datado de 2005, não obstante Nguna ser o único proprietário legal do imóvel, passados 30 anos, nenhum cidadão alguma vez reclamou qualquer direito sobre o mesmo, acrescentando que os litígios à sua volta não passam de meras manobras. Nguna é ainda mencionado como proprietário num documento da Direcção Provincial da Habitação, enviado à Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIQ, em 2003.

7.15 Entregas de casas gera polémica no Zango

Jornal de Angola

28 De Setembro de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

Setenta e duas famílias que viviam em situação de risco, na chamada Ilha Seca, no distrito urbano do Zango 3, em Viana, começaram a ser realojadas desde a madrugada de terça - feira, 25, para o projecto Kangamba, no Zango 4, num processo de distribuição que está a ser contestado pelos antigos ocupantes, por falta de transparência.

A coordenadora da comissão de moradores da Ilha Seca, Catarina João Francisco, apontou algumas irregularidades, alegando que a lista apresentada à administração, na altura em que foi feito o cadastramento no ano passado, continha 126 famílias, mas apenas 72 foram contempladas no processo.

"O processo de realojamento não está a cumprir com o acordo feito anteriormente. Esperávamos ser mais respeitados e tratados com dignidade, porque, apesar de termos vivido em casas de chapa, não merecemos ser tratados desta forma. Temos aqui pessoas idosas e algumas com deficiência física", disse agastada, Catarina Francisco.

Uma casa está a ser partilhada por duas famílias, o que está a gerar polémica, uma situação que segundo a coordenadora da comissão de moradores "não corresponde com o acordo feito", na medida em que existem pessoas com mais de seis filhos e "não é possível estarem acomodados nestes compartimentos de um quarto e sala."

A reportagem do Jornal de Angola constatou no local, que as casas do projecto Kangamba foram concebidas para T3, mas a Administração do Distrito Urbano do Zango fez a entrega das residências às famílias sem as mínimas condições. Há falta de energia eléctrica, de água e de casas de banho. As portas, janelas e paredes não estão rebocadas, as ruas não foram asfaltadas, denotando-se também a falta de saneamento básico.

Catarina Francisco disse que a falta de transparência no processo de distribuição das casas tem -lhe tirado o sono e a paz de espírito, por estar a ser acusada de facilitar pessoas que não estavam na lista de cadastramento.

Disse que a Administração do Distrito Urbano do Zango distribuiu casas para 80 famílias, quando na verdade só 72 fazem parte da lista em que constam 126 no total.

"Tenho recebido ameaças de agressão por parte das famílias que não receberam casa. Infelizmente, surgiram pessoas infiltradas que não estão na lista e receberam, por isso peço à administração para conferir a lista das 126 famílias, para dar solução a este caso", salientou.

Devido a esta situação, ainda há famílias a dormirem ao relento na Ilha Seca, porque já foram destruídos todos os casebres de chapa erguidos no local, uma situação que está a causar revolta àqueles que não foram beneficiados e que estão à espera de uma solução, há mais de seis anos.

Muitos dos ocupantes da Ilha Seca viviam em tendas, em 2012, nos arredores do cemitério de Viana e na antiga Escola Comandante Jika, na Maianga, num total de 450 famílias, mas, destes, apenas 230 foram beneficiados com casas no Zango 4. A senhora Quintas José, 41 anos, tem oito filhos. Apesar de ter recebido uma casa, diz não saber "como vai conseguir sobreviver num quarto e sala."

Durante quase sete anos, ela viveu na Ilha Seca e está desempregada, os filhos tiveram que abandonar a escola.

"Sou mãe e pai ao mesmo tempo, já não aguento viver nesta condição, até para conseguir alguma coisa para comer tem sido difícil, dependo de alguns biscatos para sobreviver", lamentou.

Francisca João Diogo, 58 anos, uma das beneficiárias, lamenta as condições precárias da casa que recebeu, argumentando que apenas trocou as chapas pelas paredes de blocos. "Não acredito que neste tempo ainda dão casas sem as mínimas condições possíveis, temos de fazer necessidades no saco e baldes para depois ir depositar no lixo."

Oportunistas

O administrador-adjunto para a área Técnica Infra-estruturas e Serviços Comunitários do município de Viana, Fernando Binge, confirmou que foram entregues casas a 80 famílias que estavam na Ilha Seca.

Fernando Binge confirmou que a administração fez o cadastramento de 126 famílias, em 2017, mas o número foi aumentando por pessoas que construíram de forma ilícita as casas de chapa na Ilha Seca, no meio de estradas e passeios.

"Esta prática tem sido uma constante no município de Viana, existem vários grupos identificados que fazem ocupação ilegal de espaços, esperando que a administração ofereça casas, mas estes já se encontram as contas com a justiça.

Esta situação tem de acabar, porque este número de pessoas só aumentou depois de termos feito o cadastramento", explicou o administrador-adjunto.

O dirigente salientou que a administração descobriu ainda que muitas famílias com nome na lista nem sequer viviam na Ilha Seca, eram simples aproveitadores que ocuparam espaços para serem beneficiados.

O processo de realojamento começou na madrugada de terça-feira, às 2h00, tendo a Polícia Nacional feito um cerco à zona e, como muitos estavam ausentes, foram contabilizadas as 80 que estavam presentes. Fernando Binge garantiu que todas as famílias retiradas da Escola Comandante Gika receberam casas, tendo reconhecido a posterior ter havido falhas no processo relativo ao realojamento dos moradores da Ilha, Seca.

O dirigente justificou que foram entregues casas evolutivas, atendendo a urgência em alojar as famílias devido às chuvas que se aproximam, "pelo número elevado, achamos por bem fazer divisão de uma casa para duas famílias.

"As condições sanitárias e outros acabamentos vão ser criados, consoante as possibilidades. Mas para quem morava num compartimento de dois metros quadrados' pensamos que ali têm melhores condições de habitabilidade. "

O mais importante era tirar as pessoas da zona de risco, sujeitas a serem atropeladas e arrastadas pelas inundações em tempo de chuva, argumentando que "a vida humana é o bem maior, por isso deve ser preservada".

7.16 Fiscais da Barra do Cuanza acusados de passarem muitas aleatórias

Jornal O PAÍS

23 De Setembro de 2018

Texto: Alberto Bambi

A maior parte dos relatos colhidos de cidadãos cuja residência ou parte da mesma se encontravam em construção, sobretudo no Bairro Novo, apontam para uma postura exagerada por parte dos fiscais que, segundo contaram, chegaram mesmo a notificar os

proprietários das obras, obrigando-os a irem à administração do distrito para adquirir a licença de construção.

"Mas, postos aí, não se fala do tratamento de nenhum documento, pedem-te apenas um dinheiro, de 40 a 60 mil Kwanzas, que, em função das tuas súplicas, pode ficar em 25 ou 30 mil", revelaram os moradores ouvidos por O PAÍS, que pediram o anonimato, para não verem condicionada a continuidade das suas respectivas construções.

De acordo com os mesmos, tal situação acontece com alguma frequência, porque os fiscais que se deslocam ao bairro adentro para realizar este tipo de trabalho não são assalariados pelo Governo.

"Primeiro viamos mais de 20 agentes da fiscalização a andarem pela sede da comuna e a maior parte deles sem uniforme completo, apenas vestindo a camisa. Depois, verificamos a redução para apenas 12 e, agora, só vemos cinco", detalhou um dos queixosos, tendo informado, logo a seguir, que alguns deles tinham desistido por falta de salários e outros dispensados, mais tarde, pelas mesmas razões.

Embora reconheçam que o procedimento legal seria tratar uma licença antes de erguerem as suas casas, os interlocutores deste jornal consideraram que a administração local não agiu de forma diferente, ao destacar para o trabalho de fiscalização agentes que não faziam parte do quadro efectivo do

Governo.

Aliás, disseram não se espantarem muito com a atitude dos fiscalizadores que impunham as cobranças de maneira aleatória, porque terão percebido que desta actividade dependia o sustento diário dos fiscais, que, segundo as fontes, às vezes, deixavam escapar desabafos do género na hora das suas actuações.

Outra situação bastante reclamada tem a ver com a entrada em cena de um suposto topógrafo da administração, a quem os moradores têm de pagar 35 mil Kwanzas, no caso de as suas obras serem embargadas ou suspensas.

Descontentes, os queixosos apelam ao bom senso da Administração local e de quem de direito para pôr fim a essas práticas, de modo a evitarem uma série de problemas que podem afectar directamente o grau de convivência entre os habitantes do distrito em causa, já que parte desses trabalhadores reside na Barra do Cuanza.

"É problema antigo"

Benjamin Celestino informou que se trata de um problema que se regista na área desde 2016, quando as tendências de construção começaram a contemplar a parte mais a Norte da comuna-sede.

"Isto de os fiscais cobrarem dinheiro da forma que querem é um problema antigo, até porque, antes de 2016, não ouvíamos falar muito desses agentes, eles começaram a aumentar à medida que o povo foi decidindo construir na área.

O residente contou que a 27 de Julho do ano antepassado os fiscais apareceram na sua casa, embargaram a obra e notificaram-no a comparecer na Administração local, tendo sido, ilegalmente, impedido de continuar com a construção.

"Na verdade eu não tinha licença e fui lá, para ver se me ajudavam a tratar os documentos, porque nem sabia como fazê-lo, mas quando lá cheguei, exigiram que eu pagasse 70 mil Kwanzas e eu disse que só conseguia 50. Então, eles me pediram este dinheiro e autorizaram-me a construir", revelou Benjamin

Celestino, tendo adiantado que esperava receber um documento que atestasse o pagamento e a consequente autorização, para não ter outros incómodos, mas nada disso foi feito.

Ainda assim, contentou-se, já que depois dessa negociação se sentiu livre das empreitadas da fiscalização, pois via os fiscais a notificarem as obras dos vizinhos do Bairro Novo deixando a sua fora da mão pesada da lei.

O entrevistado arrependeu-se pelo facto de não ter concluído a construção da sua residência em dois anos, porque, no dia 14 de Setembro do ano em curso, assistiu novamente as paredes da sua propriedade a serem pintadas com a vermelha usada pelos agentes da administração que, desta vez, quebraram a suspensão da obra. Na Terça-feira passada, fui à administração e pediram-me, claramente, 55 mil Kwanzas. Eu fui e discuti o preço e ficou por 30 ou 35, assim mesmo tenho de arranjar este dinheiro para lhes dar, no prazo de oito dias", disse Benjamin Celestino. O notificado pede aos órgãos competentes para ajudar a Administração da Barra do Cuanza a cumprir a lei e ajudar os moradores a tratarem o documento, para não estarem toda a hora a pagar.

"Só recebemos cinco mil"

Alguns moradores recrutados pela Administração local para exercer o trabalho de fiscalização, mas que estão dispensados do anterior encargo, disseram que, durante mais de um ano que estiveram ao serviço do distrito não receberam nenhum salário, razão pela

qual apelaram aos responsáveis do município de Belas e da província de Luanda para velarem pela sua causa”.

Quando entrou por via da Administração Distrital da Barra do Cuanza, em 2015, Luís Chaia Binda já encontrou um contingente em formação, mas foi aceite porque reunia condições para tal e lhe foi dado, logo a seguir, um uniforme.

"Passado um ano, fomos reclamar os nossos direitos, mas só recebemos cinco mil Kwanzas do administrador do distrito, segundo ele, para não passarmos a quadra festiva sem nada", lembrou Binda.

Questionado sobre a actuação bastante reclamada pela população que ele e os colegas faziam aos construtores, o antigo fiscal assegurou que a sua equipa não dava notificação nenhuma, mas limitava-se a passar uma convocatória para o convocado marcar presença na secção fiscal, onde, sob a orientação dos seus superiores, se negociava o preço da penalização, que, uma vez concordado pelo autuado, ditava a libertação do material de construção e a respectiva autorização para a continuidade da edificação.

Jorge Luís Binda detalhou dizendo que ao proprietário da obra não se atribuía nenhum talão de pagamento' muito menos licença de construção.

"Levavam a mesma convocatória que era assinada pela fiscalização' para ele mostrar a outros funcionários que o notificassem novamente".

Relativamente aos preços cobrados, os ex-fiscais foram unânimes em referir um preçário estabelecido entre 30 e 150 mil Kwanzas, em função da dimensão da obra.

Ele confessou que os próprios agentes da fiscalização serviam de intermediários para negociar a redução das multas com os seus superiores hierárquicos, quando de familiares, amigos e conhecidos se tratasse.

"Caso o chefe não quisesse entender-nos, cobrava o preço que ele bem entendesse", realçaram.

Até aos ex -fiscais também se cobraram 50 mil Kwanzas para darem prosseguimento da suas empreitadas que projectaram ainda no activo, um valor que os mesmos se recusam a pagar, alegando que ficará na conta das dívidas que a Administração tem com eles.

Jorge Fernando recordou que trabalhava numa equipa composta por 12 funcionários que foram

aleadamente dispensados, há mais de três meses, por ordem dos dirigentes municipais, porque não viram as suas dispensas formalizadas em documento algum.

7.17 Ocupação ilegal de terrenos atingiu contornos de máfia

Jornal de Angola

29 De Setembro de 2018

Texto: Rodrigues Cambala

O administrador municipal de Viana revelou, ontem, em Luanda, que a ocupação ilegal de terrenos atingiu no município "contornos de máfia e crime organizado", devido ao envolvimento de pessoas de vários escalões sociais que utilizam esquemas refinados para ludibriar a população.

André Soma, que falava na abertura de um seminário sobre a "Ocupação ilegal de terrenos", dirigido a funcionários da Administração Municipal de Viana, comissão de moradores e autoridades tradicionais, admitiu que os vendedores de terrenos utilizam mecanismos de falsificação de documentos e a prepotência para se apropriarem dos espaços, que constituem reservas do Estado ou mesmo pertencente a cidadãos honestos.

O administrador anunciou' publicamente, que, desde a exoneração, há uma semana, do chefe da Fiscalização do Zango, está a receber mensagens de ameaças de morte. "Todos os funcionários da administração que não trabalharem com zelo vão ser exonerados e que não temo ameaças", avisou André Soma.

O administrador justificou que a realização do seminário serviu para dar "ferramentas pertinentes" aos agentes administrativos locais, para se estancar as ocupações ilegais de terrenos. Responsabilização criminal "Os prevaricadores estão sujeitos a serem responsabilizados civil, criminal e disciplinarmente, fazendo jus ao princípio de observância da lei e do combate à impunidade", advertiu André Soma.

Citando a Lei de Terras, André Soma afirmou que a terra é pertença do Estado e que a ocupação ilegal resulta do não aproveitamento útil e efectivo, durante um longo período, pelas autoridades a quem são concedidas espaço, dando sinais de aparente abandono. Diante desta situação, explicou que alguns populares não se coíbem em enveredar nestas práticas criminosas, ocupando terrenos em reservas fundiárias do Estado, de forma ilegal, abusiva e desafiadora à autoridade do Estado.

Segundo o administrador, seminário foi realizado com o objectivo de consciencializar os agentes públicos, sobretudo os funcionários da Administração Municipal de Viana, por ser recorrente a acusação de envolvimento de alguns técnicos da instituição.

O procurador da República junto da esquadra da Policia no Zango, em Viana, que dissertou sobre as ocupações ilegais de terrenos, disse que, além do desconhecimento da população sobre a Lei de Terras, há indícios de corrupção de agentes do Serviço de Fiscalização e oportunismo daqueles que usam terrenos como meio de enriquecimento ilícito. O procurador Afonso Comidando avançou, ainda, que "a terra é uma presa, sobretudo as que estão localizadas próximo das zonas urbanas, fazendo com que o Estado fique sem um pedaço para usar em benefício da comunidade".

"Os órgãos e serviços competentes do Estado não devem permitir ocupação de terrenos, pois o cidadão que vende terreno não adquirido ao Estado vende coisa alheia, incorrendo no crime de burla", apontou o magistrado do Ministério Público.

Administração do Estado

Na aquisição de terrenos, cidadãos produzem documentos sem valor jurídico, designadamente um termo de cedência, declarações da comissão de moradores e da associação de camponeses. O procurador avisou que os referidos documentos não confirmam que são os verdadeiros donos do terreno, uma vez que a comissão de moradores não tem poder equiparado à administração do Estado.

"A organização da comissão de moradores não tem competência para reconhecer ou validar a ocupação de terreno", disse Afonso Comidando, que sublinhou que, nos termos da Lei, a ocupação de terreno deve obedecer a um processo de concessão com um contrato celebrado com a autoridade local do Estado. O magistrado do Ministério Público acrescentou que a associação de camponeses também não tem poderes para negociar a venda de terrenos, por não ser sua vocação.

7.18 ONG'S defendem debate no confisco de fazendas improdutivas

Jornal O País

30 De Setembro de 2018

Texto: Norberto Sateco

O Governo de Angola, com vista a garantir uma maior produtividade no domínio da agricultura e para a produção de alimentos, criou uma comissão sob égide do ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER) com vista a confiscar 'fazendas improdutivas' de media e grande dimensão em todo o país.

O titular da pasta, Marcos Nhunga, afirmou recentemente à imprensa que o processo de identificação já teve início em algumas províncias, mas que outras medidas quer no âmbito técnico e administrativo devem ser adoptadas para que o processo evolua.

"Todas as fazendas cujos proprietários nada fazem, ou melhor, improdutivas, vamos recebê-las para serem entregues a outros potenciais produtores", referiu o ministro, para quem a medida será extensiva a empresas de produção agrícola do Estado e as privadas.

Nhunga esclareceu que os projectos do Estado que continuam apresentar um nível de produção e produtividade aceitável não serão privatizados.

O ministro da Agricultura acredita que a realização do censo agrário prevista para o ano de 2019 irá facilitar este processo e reorganizar a cadeia de valores desde a produção, escoamento, comercialização e a política de preços.

ONG's defende abordagem global A organização não-governamental Development Workshop (DW), que se dedica à abordagem da gestão de conflitos de terra, entende ser necessário medidas técnicas e não somente políticas.

Amílcar Salocombo considera a questão de posse de terra ou mesmo da gestão de projectos agrícola do Estado no sector da agricultura serem muito complexas.

O especialista defende uma análise técnica profunda sobre esta questão que considera vital para o desenvolvimento nacional.

"Angola tem uma disponibilidade grande de terra e que tem sido alvo de cobiça por investidores internacionais", disse o também activista de desenvolvimento, que adverte para uma maior ponderação, por considerar uma questão de soberania.

Quanto a não produtividade, Amílcar Salocombo disse ser necessário considerar as dificuldades que os produtores enfrentam, os custos de produção e a dificuldade de acesso ao financiamento.

Outra questão, acrescentou, é a titularidade de vastas parcelas de terra passadas a favor de altas individualidades do Estado que mantém as terras sem produzir por furtarem-se do pagamento de impostos. Já o Observatório Político e Social de Angola (OPSA), apesar de aplaudir a medida do Governo, alerta para um debate profundo sobre o caso. Fernando Pacheco, activista social do OPSA, refere que as empresas agrícolas do Estado "falidas" poderão não ser recuperadas devido ao seu avançado estado de degradação.

Acrescentou, por outro lado, a existência de muitas outras que aparentam estar a funcionar bem, por conta de um alegado tipo de injeções financeiras do Estado.

"Há uma grande quantidade de terra entregues aos agricultores privados que deveriam estar a cultivar mas não o fazem, daí a necessidade de devolver ao Estado e disponibilizá-las para potenciais investidores.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Apenas 22% da população da Lunda-Sul tem acesso a electricidade

Jornal O PAÍS

12 De Setembro de 2018

A província da Lunda-Sul acolhe mais de 600 mil habitantes e para fornecer de forma estável electricidade a esta população precisa, no mínimo, de ISO MW de potência, mas actualmente tem disponíveis apenas 17 Mega watts.

No dizer do director do Gabinete do Ambiente e Gestão dos Resíduos Sólidos, (departamento local que acomoda o sector de Energia e Águas), engenheiro Agostinho Piedade João, "graças à engenharia local ainda se pode ter na cidade o pouco que existe".

"O senhor jornalista não passou a noite às escuras e teve água na torneira para tomar banho, porque localmente há um esforço enorme e temos contado com o apoio do Governo central", atirou meio a brincar aquele responsável. Mesmo sem querer dramatizar, o responsável pinta um quadro "negro" e culpa o facto de os projectos do sector serem de iniciativa e gestão do Governo central e a insustentabilidade da matriz energética local como as principais causas para o estágio que a província atingiu.

Justificou que a subordinação central da maior parte dos projectos locais constitui-se num constrangimento, porquanto o Governo central tem de pensar para o país e com a diminuição da disponibilidade financeira

Soluções térmicas"

Compreende-se a complexidade da gestão do dossier. Sobre a outra razão apontada, Piedade João argumenta que "a matriz energética actual na província está baseada nas soluções térmicas. Sabe-se que temos enormes dificuldades de fazer chegar os combustíveis a partir da capital do país. Saurimo dista 1010 quilómetros de Luanda. Acresce-se o mau estado das estradas e logo compreende-se os calvários que passamos".

O responsável referiu que para a inversão da situação é preciso ter em conta o crescimento demográfico, a perspectiva do incremento da industrialização com a

multiplicação de pólos de produção mineira e pensar-se no potencial agrícola que a região ostenta.

O Leste é detentor de um potencial hídrico invejável que é desperdiçado. Dona de múltiplos rápidos e quedas de água, o Leste é, hipoteticamente, a região com o segundo maior potencial energético depois do Médio Cuanza.

Especialistas admitem que as hidroeléctricas passíveis de serem construídas na região podem não se aproximar aos números de iguais infra-estruturas erguidas no maior rio do país, o Cuanza, mas, tendo em atenção a multiplicidade de oportunidades, o somatório poderia funcionar como pedra de toque para se dar início ao processo de redução do fosso existente entre "procura e oferta" de energia nas três províncias.

Continua a ser uma necessidade ingente a interligação da rede local com o sistema Norte, para que, no âmbito da projectada entre ajuda entre os sistemas, o Leste possa beneficiar dos investimentos nacionais que estão a ser feitos pelo Governo central.

Com a água idem

No que toca ao abastecimento do precioso líquido, o responsável revelou que o quadro lastimável se repete. Apenas 13% da população tem acesso a água tratada e processada.

Saurimo está a ser alimentada por um sistema de fornecimento de águas construído para uma população estimada em 35 mil consumidores, mas actualmente acolhe mais de 400 mil habitantes. O responsável refere que são necessários projectos locais para solucionar os problemas locais.

Ultimo dia do evento

O Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, que foi aberto ontem por um dos secretários de Estado, encerra hoje e espera-se que seja com a presença do titular da pasta, que tem estado ausente do encontro.

Segundo fonte da organização, "trabalhos de última hora" terão feito com que João Baptista Borges estivesse ausente no primeiro dia do evento, que, dentre várias acções, está a fazer o balanço das acções planeadas no ano passado.

Várias províncias e empresas do sector fazem o balanço e apresentam a realidade local de cada uma delas. Na hora do balanço sabe-se que o programa e recomendações deixadas pelo conselho consultivo anterior' realizado no ano passado na província do Namibe, não foram cumpridos nem em 50 %. O grau

de cumprimento foi de 43% e a questão que fica, e esperamos que seja respondida hoje, é: qual terá sido a principal razão para tão baixo grau de cumprimento?

8.2 Vila do Dande regista vários focos de lixo

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2018

Texto: Alfredo Ferreira

Várias localidades do município do Dande, província do Bengo, têm registado, nos últimos dias, amontoados de lixo, por falta de recolhas das operadoras mobilizadas para o efeito, disse ontem a administradora municipal, Anastácia Vasconcelos.

Para contrapor este cenário, Anastácia Vasconcelos referiu que o município vai adoptar um programa denominado "Sábado Vermelho", de âmbito nacional, consubstanciado em trabalhos voluntários por parte da população, igrejas e entidades da sociedade civil. Segundo a administrador, o programa, que é coordenado pelo Ministério do Território, será submetido à aprovação da Administração Municipal, para a sua implementação.

"Vamos apresentar o programa "Sábado Vermelho" no próximo conselho extraordinário da Administração Municipal do Dande, para ser analisado e implementado", adiantou.

Anastácia Vasconcelos disse que em algumas localidades' por falta de educação sanitária' os munícipes deitam o lixo no chão, apesar de haver contentores.

8.3 Benguela está há 3 meses a cuidar do seu próprio lixo

Jornal: O PAÍS

21 De Setembro De 2018

Texto: Zuleida de Carvalho

Somando-se ontem, 20 de Setembro, três meses desde que as administrações municipais do litoral foram incumbidas, pelo Governo provincial, de acomodar, recolher, transportar e desfazer-se do lixo em Benguela, os resultados deixam muito a desejar. Ao longo desse período, as mais altas patentes do Estado em Benguela disseram repetidas vezes em público que houve muita gente que enriqueceu com o "negócio do lixo", que reinou durante mais de uma década.

Contudo, novos "negócios do lixo" vigoram no Quióche, Liro e em dezenas de bairros, pois, há grupos que recolhem o lixo porta à porta cobrando cerca de Kz 200 semanais em cada residência, sem pagarem impostos. Segundo dados do Governo, na zona costeira, envolvendo 4 municípios, produzem-se diariamente 550 toneladas de lixo. Dividindo-se pelas milhares de habitações em cada bairro, infere-se que, actualmente, ainda haja alguém a enriquecer com o lixo.

Nos tempos menos gloriosos, quando a crise se a vizinhava, o Governo provincial acumulou, mais de USD 40 milhões de dívida para o com a sua maior parceira na prestação de serviços, a empresa "Vista". Durante os últimos anos, no litoral, Baía Farta, Benguela, Catumbela e Lobito, supostamente operavam quatro empresas privadas na recolha do lixo, porém, a dívida total não foi declarada à imprensa nos encontros com o Governo.

Para averiguar estas e outras questões, relacionadas com as estatísticas do desempenho das administrações municipais desde 20 de Junho, OPAÍS remeteu uma carta ao vice-governador para a área, Leopoldo Muhongo, a 20 de Julho. Todavia, os dados solicitados, fazendo menção ao balanço do primeiro mês de actividade, não foram passados a este jornal, apesar do grande interesse público da temática, tendo ontem sido já o marco do terceiro mês.

Assim, não é possível transmitir ao cidadão quanto é que o Governo gastou em três meses com as novas metodologias de recolha dos resíduos, nem quantas pessoas trabalham, nem que meios concretos estão em falta. É fundamental mostrar ao cidadão se houve redução na produção do lixo diário, aproximadamente 0,5Kg por pessoa, para medir se as sensibilizações feitas têm surtido efeito, mas este dado também não foi facultado pelo Governo. Em três meses, as administrações não estão habilitadas para tal tarefa, facto verificável na incapacidade de recolha diária, atempada, nos pontos designados, que acumulam, por dias, lixo nos passeios e mau cheiro nas ruas. A cobrança porta à porta está em uso nas periferias, mas não nas zonas urbanas, tendo o director do gabinete do Urbanismo, Elmano Inácio, dito, recentemente, que a prática desses pequenos colectores tem ajudado.

Num encontro com a sociedade, convocado pelo Governo Provincial de Benguela, ocorrido há três semanas, o vice-governador Leopoldo Muhongo revelou satisfação com o desempenho das administrações, reconhecendo que muito mais há para se fazer.

8.4 Qualidade de águas consumida em Gambo preocupa sobas

Jornal O PAÍS

6 De Setembro de 2018

Texto: Alberto Bambi, Nicodemos

Pedro e Pascoal Manuel

Os líderes tradicionais da comuna de Gombe, município de Muaxíluando, em Nambwangongo, província do Bengo, Carlos Sebastião e Bernardo Sebastião Macongo, manifestaram a OPAÍS a sua preocupação pelo facto de a população ainda estar a utilizar água dos rios e de outras fontes naturais para o consumo.

"Não achamos justo, até hoje, os habitantes dessa comuna, com dois rios aqui próximos, estarem a beber água de rios, nascentes e de cacimbas escavadas pelos moradores, quando, há quatro anos, o Governo prometeu colocar aqui um sistema de captação, para minimizar a situação dos habitantes", desabafou o soba Carlos.

Receando que as pessoas venham a interpretar a reclamação das autoridades tradicionais como usurpação da responsabilidade dos dirigentes administrativos, Carlos Sebastião ironizou dizendo que, nas zonas rurais, quando o cidadão tem qualquer problema, primeiro bate a porta do soba, depois é que vai procurar o administrador ou a Polícia.

Por outro lado, o líder tradicional fez questão de realçar que mais do que ninguém, o soba é quem conhece os verdadeiros problemas da comunidade, porque o seu trabalho consiste em andar pela mesma, informando-se e vivendo a realidade da população.

Voltando ao problema da água, aldeão referiu que nunca mais lhe foi dada qualquer satisfação sobre um projecto que devia proporcionar água captada do rio, cuja autoria da empreitada atribuiu a empresa que denominou por "Metrelie".

"Esta empresa montou as electro-bombas lá no rio Wembia, no bairro Kifama, a quatro quilómetros da sede da comuna de Gombe, mas, infelizmente, a água não jorrou nas torneiras dos tanques aqui montados por mais de três meses, porque disseram que o contracto terminou", contou o Tio Carlos, como é carinhosamente tratado na sua povoação.

Na ocasião, o soba ainda tentou saber sobre a razão que motivou a empresa a privar os moradores de um bem de que tanto se esperou, tendo obtido como resposta a garantia de reabertura no caso de os responsáveis da referida firma verem a sua situação atendida.

Outro projecto do género beneficiaria o bairro Onzo, segundo contou o soba Bernardo Makongo, responsável do mesmo subúrbio, mas ficou pelas promessas dos dirigentes.

"A água que consumimos aqui é precária, falta água canalizada. Já houve promessas da parte dos nossos superiores, mas nada se viu", lamentou o século, para quem o único projecto que chegou a funcionar por pouco tempo na comuna-sede dependia de motores com funcionamento muito condicionado.

A Bernardo Makongo custa acreditar que um projecto de empresas de Caxito ou Luanda contemple a vila com maquinaria nova.

Para dar sustentabilidade à sua afirmação, referiu -se ao exemplo dos empreiteiros que instalaram a canalização e os cinco chafarizes na sede de Gombe, tendo revelado que os mesmos fizeram a captação de água depender de electro-bombas que, em menos de 15 dias, foram incapazes de continuar a trabalhar.

Aliás, sobre isso, o soba Carlos deixou escapar que além do sistema de motores instalados nas proximidades do rio Wembia, havia outros na circunscrição da sede comunal para bombear para os cinco chafarizes construídos nessa localidade do município de Muaxilundo, em Nambwangongo.

Mau-cheiro no líquido

As moradoras da comuna sede e do bairro Onzo entrevistadas por este jornal revelaram que a água que captam do rio para o consumo das famílias está mal-cheirosa, porque, nessa altura do ano, não há muita corrente, dificultando, desse jeito, a suposta purificação natural.

"Se a água do rio não corre, fica difícil a gente encontrar um líquido minimamente bom para beber e cozinhar", disse a jovem Eva Sebastião, que se apressou a mostrar a qualidade da mesma captada a partir de algumas fontes que distam mais de quatro quilómetros da sua moradia.

Ela informou que a água que consomem está a causar alguns transtornos ao nível da saúde dos cidadãos, com destaque para doenças respiratórias e digestivas de difícil diagnóstico nos postos de saúde locais.

A degradação da pele e o surgimento de algumas manchas é outro problema notado por Vani, como é conhecida por familiares e vizinhos.

Por causa disso, a jovem de 25 anos de idade traçou voluntariamente uma medida preventiva que consiste na colocação regular de pó infantil sobre a sua e a

pele do seu filho, que, infelizmente, segundo lamentou, já está parcialmente afectado por este mal.

Apercebendo-se do assunto em causa, a sua avó, Helena Moniz Pascoal, reclamou sobre o sacrifício novamente imposto aos moradores de Gombe, que têm de acordar na calada da noite para obter água minimamente limpa.

"Agora as pessoas têm de andar tanto para ir às cacimbas onde há boa água para cozinhar e beber", disse na língua Kimbundu, prontamente traduzida pelas netas Vani e Minga, tendo a velha deixado observar a má qualidade da água que usava para confeccionar o jantar do dia.

A anciã questionou ainda o porquê de os governantes não fazerem coisas que duram, quando se trata de um bem que vai beneficiar famílias pobres.

"Ela está a dizer isso porque viu a água canalizada a jorrar nas torneiras dos chafarizes aqui do bairro por pouco tempo", explicou Minga, para reforçar a frustração manifestada pela idosa.

Rio Onzo, lavagem colectiva

Eva Domingos João exibiu o líquido vital do rio Onzo que ela e os vizinhos consomem, tendo acrescentado que, às vezes, é aconselhável tomar o líquido de olhos fechados para não pensar no pior.

"Conforme vêm, parece sumo de limão ou kissângua, é o que nós bebemos todos os dias, principalmente do fim do mês de Maio a princípio de Agosto que não chove quase nada", declarou a senhora.

Relativamente aos banhos e à lavagem de roupa, bem como de outros utensílios, Eva Domingos, informou que os habitantes da vila criaram a tendência de ir, em grupo, ao rio Onzo, preferencialmente no final de semana.

Esta dinâmica não evita as jornadas individuais que ocorrem noutros dias, entretanto, de acordo com ela, em menor escala.

8.5 Falta de água dificulta cultivo em localidades dos Gambos

Jornal De Angla
9 De Setembro de 2018

A insuficiência de água para o regadio, a falta de transporte para escoar os produtos e a irregularidade na distribuição de inputs agrícolas estão a dificultar a massificação da produção de hortícolas nas

cooperativas agrícolas da "Tunda I e II", no município dos Gambos, na Huíla.

A preocupação foi manifestada, naquele localidade, pelos responsáveis da associação, durante uma visita efectuada ao local por uma delegação integrada por quadros da secretaria para os Assuntos sociais da casa civil da Presidência da República, chefiada por Viegas Bernardo, no quadro do programa Luta contra a fome e combate à proza.

Segundo o coordenador do campo agrícola Tunda I João Alfredo, o projecto existe há oito anos, numa área de três hectares e meio, envolvendo 140 famílias.

Acrescentou que o furo de água feito pelo governo, para o regadio das plantações, não é suficiente para produzir. Já a responsabilidade da associação da Tunda II, Isabel Margarida, existente há quatro anos, que explora uma área de dois hectares, envolvendo 36 famílias, queixou-se igualmente da insuficiência de água para abastecer o plantio, bem como o falta de sementes e transportes para vender os produtos no mercado local.

"Temos pouca água, as plantas estão a secar, temos de acarretar água com bacias a partir de uma Chimpaca. Precisamos de mais sementes de hortícolas e não temos transporte para levar os nossos produtos à praça da Vila municipal, onde são vendidos," explicou.

Por sua vez a administradora adjunta do município, Victória Kassessa, disse que a administração está a conceber projectos de abertura de alguns pontos de água e de Chimpacas, para acudir a situação de insuficiência de água na região.

Realçou que a escassez de água que se verificou nos campos visitados deve-se ao baixo nível do lençol freático e por alguns pontos de água terem as placas solares danificadas, o que fés diminuir o caudal. A par da situação, a gestora salientou estar salvaguardado o Programa de Luta contra a fome e combate a pobreza no município. Disse que têm em carteira projectos de aquisição de inputs agrícolas e de fomentar a criação de caprinos, para poder acudir as populações em situações vulneráveis.

A administração adjunta frisou que a visita da delegação da secretaria para os Assuntos Sociais da Casa Civil da Presidência da República vai servir, para em conjunto, traçarem estratégia para minimizar as dificuldades que as comunidades atravessam no município de Gambos.

Durante a visita, o coordenador da delegação explicou aos associados que vai levar as preocupações dos agricultores às instâncias superiores, para que

num trabalho conjunto com a administração e o governo local se possam encontrar soluções para minimizar a situação.

8.6 Subsídio para a energia e água vão emagrecer

Jornal O País

13 De Setembro de 2018

Texto: André Mussamo

O titular da pasta chamou a atenção para escassez de recursos e a necessidade de uma melhor preparação dos projectos do sector como caminho para alavancar as acções que afectam directamente a vida dos cidadãos, ou seja, o fornecimento de energia e de água potável.

João Baptista Borges advertiu que a chave para o sucesso "não é apenas ter dinheiro". Agora, em período de "sérias restrições financeiras" o lema é fazer muito com pouco.

O ministro avisou ainda que a subsidiação dos serviços prestados pelo sector vai diminuir à medida que a água e a luz chegarem a mais cidadãos, porquanto o Orçamento Geral do Estado não é capaz de acompanhar esta dinâmica.

A pretensão do sector é aumentar a capacidade actual de 3334 MW para 7500 mega watts até 2025, incorporando energias renováveis e procurando satisfazer mais consumidores' esperando-se que a rede seja estendida proximamente a pelo menos um milhões de novos clientes.

Segundo o ministro, as energias renováveis são não só convenientes para a redução do custo de produção e distribuição de energia eléctrica, mas também na óptica da electrificação do país, principalmente as áreas rurais, onde as redes por interligações são por enquanto impossíveis por falta de viabilidade económica.

João Baptista Borges "pisou" o olho aos sindicalistas das empresas do sector no sentido de "compreenderem o contexto que o país atravessa e evitar fazer exigências inalcançáveis". A satisfação das necessidades dos trabalhadores está na linha das preocupações, mas a realidade não permite que todas sejam respondidas, por enquanto.

Organização interna e eficiência de todos os agentes do sector é outra premissa que o titular da pasta destacou no seu discurso de encerramento do evento, incentivando os colaboradores a procurarem superar-se e não regredirem no exercício das suas funções.

Valorizar os quadros e fazer que cada um maximize as suas habilidades dando o melhor na sua função, é outras das missões que o ministro deixou como directriz a todos os quadros do sector.

O ministro "desculpou-se" por não ter conseguido acompanhar o encontro do principio ao fim, mas recomendou que sejam assacadas decisões que reflectam a profundidade do debate havido para que as mesmas possam guiar a actividade do sector nos próximos tempos.

Em 2019, o ministro quer dois encontros do género. Um no primeiro semestre, para elaborar o plano de actividades, e outro no segundo, para fazer o balanço.

Teve ainda tempo de prestar uma singela homenagem a dois quadros do sector que faleceram recentemente. Simão Paulo, que faleceu esta semana na cidade de Benguela, e Pedro Silva, outro quadro do sector das águas que perdeu a vida recentemente. "São pessoas que "farão falta ao sector". Ambos foram quadros seniores com longos anos de experiencia e deixam uma grata recordação", pelo que em sua homenagem, e a pedido de João Baptista Borges, os participantes observaram um minuto de silêncio.

8.7 “Água para todos atinge 85 por cento”

Jornal Economia & Finanças

14 De Setembro de 2018

Cerca de 85 por cento da população rural da província do Huambo deixou de consumir água imprópria com o alargamento da rede de distribuição, construída no âmbito do programa "Água para Todos"

O programa assegura o fornecimento de água tratada e, canalizada para as populações residentes nas zonas distantes dos centros urbanos, Balanço

O PCA da empresa pública das águas no Huambo, Adolfo Gomes Elias, revelou que estão em funcionamento em toda a extensão da província 167 pequenos sistemas, bem como 63 captações em rios e nascentes, 379 chafarizes, 428 cacimbas, equipadas com bombas manuais e 565 furos de água.

Até ao momento, pelo menos 971.068 consumidores estão abrangidos no programa, numa cobertura de 39,3 por cento num universo demais de 2,5 milhões de habitantes.

A nível de toda a província foram consignadas em 2017, pelo Ministério da Energia e Águas, obras para a construção de sistemas de águas no município da

Chicala, Choloanga e dos lotes 1 e 2 da segunda fase do abastecimento de água no município do Huambo.

Depois de concluído, o primeiro lote do novo sistema de abastecimento de água do Huambo, a partir do rio Cunhomua, vai bombear 1.900 metros cúbicos de água por hora para beneficiar 532-459 habitantes.

Para o lote 2, que prevê beneficiar o mesmo número de habitantes, inclui, entre outros, a construção de três centros de distribuição, reservatórios com 5 mil metros cúbicos de capacidade.

Decorre também a promoção e o acompanhamento do modelo de gestão comunitário para assegurar a continuidade da funcionalidade dos sistemas montados em todos os municípios.

8.8 Zonas rurais no Huambo podem ter mais água potável

Jornal Economia & Finanças

14 De Setembro de 2018

Texto: Justino Victorino

Modelo de Gestão Comunitária de Águas (MOGECA), cujo objectivo é melhorar a manutenção dos pequenos sistemas de abastecimento nas zonas rurais e periurbanas em toda província do Huambo, vai ser implementado ainda este ano.

- Segundo o presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento da província do Huambo, Adolfo Gomes Elias, o projecto visa igualmente permitir descentralizar e atribuir responsabilidades de autonomia às administrações municipais para aumentar a eficiência dos sistemas de água a serem construídos.

O projecto, que prevê abranger todas as comunidades rurais a nível da província do Huambo, engloba a construção de chafarizes, fontenários, sistemas gravíticos, munidos de painéis solares e de gravidade.

A implementação do programa de gestão comunitária de água conta com a parceria do sector dos Serviços Técnicos e Infra-estruturas do governo da província do Huambo e da empresa Vista Water.

Adolfo Gomes Elias salientou que o projecto é "bem-vindo", já que trata directamente da gestão comunitária. "É um projecto que faz com que a população tenha mais cuidados e saiba a necessidade, assim como a importância de ter um ponto de água na comunidade", afirmou".

Mais abastecimento

Por outro lado, a fonte disse que com o lançamento deste projecto pretende-se que os pontos de água que foram construídos nos anos anteriores e que se encontram vandalizados voltem a o PCA da empresa pública de águas no Huambo, apontou que a empresa de águas vai colocar recursos humanos que possa fazer parte da gestão destes pontos do nível das comunidades

8.9 68% da população rural será abastecida com água este ano

Jornal Economia & Finanças

14 De Setembro de 2018

Texto: Kamuanga Júlia

A taxa de cobertura de acesso à água potável nas áreas urbanas em todo o território nacional pode vir a atingir até ao final do ano, cerca de 67,5 por cento, contra os 68 das zonas rurais (66 % registados no ano passado).

Segundo um documento apresentado durante o oitavo conselho consultivo pelo Lucrecio Costa, director Nacional das Águas, órgão afecto ao Ministério da Energia e Águas, em 2019, se prevê que haja um aumento de 15 por cento na taxa de cobertura, nas zonas urbanas, com a conclusão das obras que estão a ser financiadas através da linha de crédito da China.

No quadro do Plano Nacional das Águas estão em execução várias acções, como por exemplo, a conclusão do projecto de água do município do Golungo Alto, na província do Cuanza Norte, onde se prevê uma capacidade de 80 metros cúbicos de água por hora (mg/h), beneficiando 16.935 pessoas. Já no município do Gonguembo está concluída a empreitada de 25 m³/h, para servir 4.927 pessoas.

Quanto às empreitadas em fase de conclusão, destaca-se a de Caculama (Malanje), Cahama (Cunene) e Rivungo (Cuando-Cubango), que depois de concluídas, poderão beneficiar um total de 30 mil pessoas.

Estão também em curso obras em cinco sedes provinciais, nomeadamente Cabinda, M'banza-Congo, Malanje, Huambo e Cuito, e outras em 26 sedes municipais, que poderão facilitar o acesso à água de 2,5 milhões de pessoas.

Saneamento

A fonte indica que a nível do saneamento foram desenvolvidas acções que já estão concluídas, sendo o

sistema de drenagem e tratamento de águas residuais da cidade

Ainda neste domínio, está em concurso os estudos para saneamento das cidades costeiras para o Soyo (Zaire), Porto Amboim (Cuanza Sul), Benguela, Lobito e Moçâmedes.

Está também em forja a expansão da rede de drenagem para Lândana (Cabinda), Cabinda, N'Zeto (Zaire), Ambriz (Bengo), Baía Farta (Benguela) e Tômbua (Namibe).

A fonte sustenta que como constrangimentos, cerca de 60 contratos de obras para as sedes municipais celebrados em 2014 e 2015 encontram-se sem recursos financeiros.

Qualidade de Água

A Direcção Nacional das Águas indica que os laboratórios construídos estão nas províncias de Benguela, Cuanza Norte, Huíla, Lunda Sul e Uíje e, sendo que em construção (Bié, Huambo, Malanje, Lunda- Norte, Cabinda, Namibe) e os do Cuando-Cubango e Zaire aguardam o enquadramento.

Quanto aos laboratórios enquadrados no projecto do Banco Africano de Desenvolvimento, o seu concurso para a construção será lançado ainda este ano, e serão erguidos nas províncias' do Bengo, Cuanza Sul e Cunene.

Mais receitas

No quadro do desenvolvimento institucional está em forja um projecto que visa a: criação de empresas públicas de água e saneamento.

Neste domínio, a empresa para a província do Zaire aguarda a formalização para a sua criação, numa altura em que para o Cuando-Cubango, os documentos para a criação foram remetidos para aprovação.

As empresas públicas para as províncias do Cuanza Sul, Móxico, Lunda Norte e Sul, já foram criadas, aguardando apenas o empossamento dos "quadros gerentes". As províncias de Luanda, Bengo, Cuanza Norte, Uíje, Malanje, Bié, Huambo, Benguela, Huíla, Namibe e Cunene.

8.10 Consumidores devem 2 mil milhões de Kwanzas

Jornal Economia & Finanças

14 De Setembro de 2018

A dívida geral que os consumidores têm para com a Empresa de Águas e Saneamento de Benguela, de acordo com Jaime Alberto, atinge actualmente mais de 2 mil milhões de kwanzas (201.282.573.664).

Com 730 trabalhadores, um número considerado de excessivo pelo PCA da EASB, a empresa mantém a sua contribuição para com segurança social dos seus trabalhadores regular.

Face ao actual quadro económico e financeiro, a empresa pública de águas de Benguela foi forçada a investir no sistema para garantir o normal funcionamento do equipamento e fornecer água com regularidade aos bairros emergentes de Benguela e a Baía Farta.

Foram implementadas algumas condutas que estavam previstas na etapa complementar como é o caso da conduta de 300 metros cúbicos, que liga até a R-4 e construída outra para o reforço do abastecimento afito de água nó sistema da ETA-Benguela, onde havia um défice de água.

Esta medida permitiu que a água proveniente da ETA-Luongo e a do Campo de furos de Benguela atingisse a capacidade de distribuir 100 por cento da produção da empresa e a colocação de todo o sistema a trabalhar 24 horas ao dia.

O sistema de produção e distribuição do projecto de "Águas de Benguela" está num estado avançado de degradação.

O projecto integra seis electrobombas que distribuem água para toda zona alta da cidade de Benguela e Baía Farta, depois de 20 anos se degradou.

8.11 Crescimento demográfico trava distribuição de água na cidade de Benguela

Jornal Economia & Finanças

14 De Setembro de 2018

Texto: António Gonsalves

O crescimento demográfico que a cidade de Benguela assiste nos últimos tempos, o que originou o surgimento de novos aglomerados populacionais, está a condicionar o normal abastecimento de água potável por parte da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela (EASB).

Criada pelo Executivo para produzir e distribuir água potável para as cidades do litoral da província, a EASB, cujo projecto foi implementado em três fases, iniciado em 2007 e concluído em 2012, orçado em cerca de 260 milhões de dólares, proporciona o fornecimento de apenas um metro cúbico de água por segundo.

Em entrevista ao JE, o presidente do Conselho de Administração da EASB, Jaime Alberto, revelou que o facto de já se terem passado seis anos 'desde que a empresa foi concluída e não terem sido feitos quaisquer investimentos no sector, está na base da existência de um défice.

"A cidade cresceu com novos bairros que surgiram nos últimos anos, o que obrigou a empresa a registar um défice no abastecimento de água", sublinhou.

Ainda assim, o PCA da empresa pública disse que a qualidade da água produzida, distribuída e consumida a nível da província de Benguela é a recomendada pela Organização Mundial da Saúde.

Sistema de distribuição Actualmente está a funcionar dois sistemas de produção e distribuição, um instalado no rio Catumbela denominado Estação de Tratamento de Água de Benguela (ETA-Benguela); com a capacidade de quatro mil metros cúbicos/hora.

Esta capacidade é distribuída para o município de Benguela e a variante associada ao Campo de Furos de Benguela, onde são tratados 630 metros cúbicos/hora, o sistema trabalha 24 horas ao dia, na sua capacidade máxima.

"Relativamente ao casco urbano da cidade de Benguela, que vai da vala do rio Coringe até a parte litoral da cidade e alguns bairros) temos o abastecimento de água durante as 24 horas do dia", informou.

O PCA da EASB informou em áreas com défice na distribuição de água, existem consumidores que são abastecidos só no período nocturno e como possuem tanques com maior capacidade, distribuem ou vendem para aqueles que não possuem.

Revelou que nas "áreas remotas" e que não possuem sequer ligações domiciliárias, os moradores são abastecidos por camiões cisternas, recorrendo neste caso, a um fornecedor privado, uma vez que a distribuição da água é um sector liberalizado.

Acrescentou o facto dos distribuidores "liberais" cobrarem um valor pecuniário por esse fornecimento, a EASB está a cadastrar todos os clientes possuidores de tanques em suas residências, bem como os utilizadores dos camiões cisternas.

Por serem considerados revendedores, a empresa está a cobrá-los pela quantidade de água que consomem.

8.12 Easb controla 51 mil clientes

Jornal Economia e Finanças

14 De Setembro de 2018

A Empresa de Águas e Saneamento de Benguela (EASB) tem cadastrados cerca de 51 mil clientes:

Segundo o PCA da Easb, Jaime Alberto, o projecto das ligações domiciliárias em Benguela está suspenso, tudo por causa da insuficiência na distribuição de água.

"Não estamos a fazer ligações nos bairros emergentes; porque não temos água para distribuir", afirmou.

Ligações ilegais

De acordo com Jaime Alberto, o que existe em Benguela são ligações' ilegais, em detrimento dos desvios em condutas.'

Como justificação, de acordo o PCA da EASB, está o facto de num período recente, a tarefa das ligações domiciliárias terem sido adjudicadas a várias empresas privadas que rubricavam contrato com a empresa de Águas de Benguela.

Este procedimento permitiu uma falta de controlo da força de trabalho dessas empresas privadas, que não conheciam perfeitamente a rede de distribuição da Easb.

"O facto de não haver água em alguns bairros ou na periferia, está relacionado com a falta de

investimentos adicionais", justificou igualmente o PCA da Easb, Jaime Alberto.

8.13 Fornecimento normal marca vida nas centralidades

Jornal de Economia e Finanças
14 De Setembro de 2018

Nas centralidades erguidas em Luanda, fruto da construção e apetrechamento de centrais de tratamento de água (ETA) próprias, os moradores raramente são afectados pelo constrangimento que é a falta do líquido precioso. Radiantes os consumidores ouvidos pela reportagem do JE, na centralidade do Kilamba, elogiam o trabalho realizado pela EPAL em parceria com a administração da centralidade, embora reclamem dos custos implícitos do consumo. Com fornecimento ininterrupto, a água atinge os andares cimeiros mesmo nos edifícios mais altos. Os poucos cortes até agora registados na centralidade mereceram sempre aviso prévio, o que para os moradores representa o comprometimento e profissionalismo de parte da equipa de gestão do empreendimento.

Vida Pacífica

A mesma sorte não faz morada na centralidade (Vida Pacífica) vulgarmente conhecida por "Zango". Aqui, o fornecimento acontece em períodos estipulados, sendo que de manhã a sorte acontece entre as 05 e as 12 horas enquanto de noite vai das 18 às 22 horas. Os moradores apelam no sentido de maior esforço e investimentos para colocar cobro à situação e melhorar a qualidade de vida de quantos alimentaram durante anos o sonho da casa própria num ambiente de conforto.

Centralidade do Sequele

Os moradores da Centralidade do "Sequele" ouvidos pelo JE disseram igualmente não terem grandes motivos para reclamações, apelando apenas para um esforço maior no sentido de garantir o fornecimento de forma ininterrupta. O abastecimento é garantido apenas no período diurno sendo que em algumas ocasiões a água precisa de ser acarretada a partir dos andares térreos por conta da falta de pressão no bombeamento. Repudiam algum desperdício provocado pelos profissionais de jardinagem que prestam serviço na centralidade, visto inúmeras vezes em acto de pura negligência deixarem torneiras abertas provocando dessa forma desperdício e inundações no pátio. CC

8.14 Sob três rodas ou mais

Jornal Economia & Finanças
14 De Setembro de 2018
Texto: Carlos Cardoso

O abastecimento de água: nos diferentes bairros da capital angolana continua a constituir motivo de insatisfação dos moradores. Habitantes da província de Luanda manifestam total descontentamento em relação à qualidade dos serviços prestados pela empresa pública de águas da capital do país. A reportagem do TE foi à rua para constatar "in-loco" as razões de tal descontentamento.

Aos detalhes São seis horas da manhã. A rua de Macau, no bairro da Terra Nova, regista um movimento tranquilo, próprio das primeiras horas do dia, não fosse o frenético vai e vêm das motos de três rodas "Vulgo Kupapa" que trafegam de várias proveniências e para variados destinos logo ao nascer do sol. Dois ocupantes por triciclo, acrobaticamente esmeram-se por merecer a preferência das pessoas à porta de casa.

"Afinal é preciso garantir o sustento do dia e ganhar espaço sobre a desproporcional concorrência dos operadores em camiões cisterna". Vemos donas de casa desde as primeiras horas do dia à espera pelos hábeis "vendedores da vida". Bem gostariam que o precioso líquido desse um ar de graça às sedentas torneiras das suas casas. A realidade, porém, remete a um quadro diferente.

Cerca de trinta bidões por cada motorizada vão matando a sede dos moradores da comuna. Os preços uniformes exigem o desembolso de 500 kwanzas por cada 4 bidões de 20 litros. O recurso à calculadora faz moda entre os moradores da urbe luandina. "É preciso ginástica rija", dizem em referência às matemáticas para gerir os poucos recursos de formas a atender a família (muitas vezes numerosa).

Dona Ruth Iúlia tem um desembolso médio mensal de 15 mil kwanzas para abastecer o tanque de três mil e quinhentos litros duas vezes no período, Tal como outros moradores, confessou, entretanto, à nossa reportagem registar-se uma certa melhoria nos últimos dois meses, fruto de intensas reclamações dos moradores. "Actualmente, já sentimos algum esforço de aliviar o nosso sofrimento. A água já sai com regularidade em algumas ruas e de forma intermitente noutras. Mas já é bom termos alguma água nas torneiras", rematou.

Verificou a nossa reportagem que por conta do retomado fornecimento, a EPAL, a empresa

distribuidora avançou para um processo de notificação de cortes por falta de pagamento. Os moradores da urbe estão notificados para a celebração de novos contratos que "um valor estipulado em 20 mil kwanzas e um pagamento mensal por estimativa na ordem dos 5.25° kwanzas contra os 4°31 cuja cobrança é feita anteriormente.

Morro Bento

No bairro do "Morro Bento", o quadro chega a ser pior. A imponência, beleza e qualidade das moradias erguidas em alguns pontos da localidade, chocam literalmente com a gritante falta do precioso líquido. Ao que apuramos, a canalização está feita já "lá vai algum tempo, sem que, contudo, a água marcasse presença.

As nossas tentativas para ouvir fontes ligadas à empresa distribuidora foram goradas, pelo que ficamos com os depoimentos dos pseudo consumidores. António Julião mostra-se revoltado com a falta de preocupação ou competência de quem está indicado para atender a população. "Não consigo compreender como é que as nossas empresas públicas são geridas. Matam o povo e não rentabilizam os investimentos que o Governo faz", desabafou, saturado pelos constrangimentos experimentados. O silêncio sepulcral das administrações e da empresa responsável e a inoperância dos serviços de fiscalização são outros motivos geradores de descontentamento da população que se quer sentir consumidora e incentivo ao surgimento de oportunistas que elegem a venda expectativa do precioso líquido como forma de enriquecimento.

Tunga Ngó

A nossa ronda foi dar ao chamado "Bairro dos Matumbos", na zona do Tunga Ngó. Aqui, o quadro é bem diferente. Ruas encharcadas por conta da água que jorra das torneiras avariadas e do garimpo que se tornou visitante frequente. A alegria estampada no rosto de dois petizes que na rua tomavam banho regados por urna mangueira, lembrou-nos a aflição e clamor de outros cidadãos que sendo igualmente angolanos não são brindados com a mesma sorte. Ao que apuramos, a água é consumida em muitos casos contra nenhum pagamento uma vez ser inoperante os meios e serviços de fiscalização. A ilegalidade faz morada ante o olhar impávido e sereno de quem devia ter intervenção activa. O quadro, ao que apuramos não é único na rejuvenescida mas seca capital angolana e os apelos para pôr fim aos desperdícios para que outros possam igualmente beneficiar, se repetem e difundem por Luanda.

8.15 Angola: Banco Mundial aprova USD 150 milhões para melhorar os serviços de água

Jornal O País

16 De Setembro de 2018

O banco Mundial aprovou em Junho um empréstimo de USD 150 milhões para apoiar as iniciativas em curso do Governo de Angola na área de provimento de serviços de água e saneamento no país.

O financiamento adicional do Segundo Projecto de Desenvolvimento institucional do Sector da Água (PDISA2) irá beneficiar cerca de 1,2 milhões de pessoas em nove cidades do país, com serviços públicos de ligação de água domiciliária.

"É fundamental manter os ganhos relevantes da melhoria dos serviços de água que a população alcançou com a primeira instalação do projecto. A má qualidade da água pode causar doenças e pobreza. Este financiamento adicional vai contribuir para levar água às áreas urbanas de uma forma mais consistente", disse Olivier Lambert, Gestor de País do Banco Mundial para Angola. "Contudo, o projecto não se centra apenas em construir melhores infra-estruturas. Vai continuar a reforçar as instituições do sector da água e dar ao Governo as ferramentas para reformar e melhorar o sector da água e saneamento em Angola".

Este financiamento adicional contribuirá para aumentar a cobertura do serviço de abastecimento de água nas cidades alvo e reforçar a capacidade institucional das empresas provinciais de Água e Saneamento, Direcção Nacional de Água, Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Água e do Instituto Nacional de Recursos Hídricos de Angola. O projecto vai alargar as actividades de apoio e reforço institucional ao subsector do saneamento através da implementação de um projecto-piloto em uma ou mais províncias.

A Agência Francesa de Desenvolvimento (Agence Française e de Development) irá co-financiar este projecto com um empréstimo denominado em Euros no equivalente a USD 150 milhões.

Importa lembrar o FMI assegurou, recente, uma linha de financiamento ao Governo angolano na ordem de USD 4,5 mil milhões que servirá para alavancar o sector económico, sobretudo o produtivo.

Da China também chegam notícias de uma nova abertura que vai garantir um "encaixe" de mais de USD 10 mil milhões. E João Lourenço e a sua equipa económica prosseguem na busca de mais crédito para

movimentar a economia angolana, ainda muito dependente das receitas provenientes da exploração e comercialização de petróleo.

8.16 Dispersão da população dificulta os investimentos

Jornal De Angola
16 De Setembro de 2018
Texto: Kamuanga Júlia

A dispersão da população em pequenos núcleos nas zonas rurais dificulta o Ministério da Energia e Águas a investir naquelas localidades, para garantir o acesso às fontes de água, disse o secretário de Estado Luís Felipe da Silva.

Segundo o governante, a província de Luanda continua a registar um crescimento desordenado, o que dificulta o normal funcionamento dos sistemas de distribuição de água.

Luís Filipe da Silva reconheceu que, apesar da crise e financeira que assola o país, alguns projectos importantes ligados à produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e o aumento da capacidade de captação, tratamento, e distribuição de água foram implementados nos últimos anos.

Ao intervir no Conselho Consultivo, realizado em Saurimo, Lunda- Sul, o secretário de Estado disse que o MINEA vai reforçar a cooperação com diferentes países no domínio das Águas, por constituir um dos principais elementos para a redução de doenças e dos níveis de pobreza.

Luís Filipe da Silva referiu que o sector aposta na parceria público- privada para a gestão delegada, captação de investimentos e na concessão de licenças de construção e exploração de pequenos sistemas de abastecimento de água no meio rural, incluindo apoio técnico, no domínio da formação de quadros.

O dirigente indicou que no último quinquénio, a acção do subsector Eléctrico foi orientada por um plano de desenvolvimento que teve como suporte a Estratégia de Segurança Energética elaborada pelo Governo, para a uniformização do acesso à energia, a fim de permitir o uso eficiente e garantir a sustentabilidade do sector.

O secretário de Estado pediu a colaboração efectiva dos governos provinciais na conservação dos equipamentos existentes, contando com o apoio da população na denúncia de actos de vandalismo de cabos eléctricos.

8.17 População da Catepa consome água imprópria

Jornal De Angola
16 De Setembro de 2018
Texto: Luísa Victoriano

Moradores do bairro da Catepa, arredores da cidade de Malanje, consomem água imprópria, o que tem estado na base de várias patologias, como infecções urinárias e doenças diarreicas.

Madalena Afonso, uma das moradoras entrevistadas pelo (OMS) de Angola, disse que por falta de água potável na zona é obrigada a recorrer a cacimbas, reconhecendo o risco a que está exposta.

Segundo Madalena Afonso, a única manivela que abastecia os habitantes da mesma zona se encontra avariada, há mais de 12 meses, "Estamos a sofrer muito por falta de água potável nesta área. O bairro tinha uma única manivela, que acabou por avariar há mais de um ano", lamentou.

Maria Francisco, ou na munição, disse à nossa reportagem que a falta de água no bairro preocupa os moradores, que são forçados a percorrer grandes distâncias para adquirir -lá.

De acordo com a cidadã, devido à falta de água, teve de instalar um tanque na sua residência, que é abastecido mensalmente por camiões cisterna, mesmo sem saber o local de onde é retirada a água.

O coordenador da comissão de moradores do bairro da Catepa, zona Sete, André Joaquim Manuel "Cassule", disse que estão a aguardar pela resposta dos contactos feitos na Administração Municipal de Malanje e da Direcção Provincial da Energia e Águas,

8.18 Bairros com canalização continuam sem água

Jornal De Angola
17 De Setembro de 2018
Texto: Rodrigues Cambala

Os moradores dos bairros Wenji Maka, Mbondo Chapé, Dangereux, Fubú e Simeone estão agastados com a EPAL, por não fornecer água potável há mais de sete anos, às residências desde a altura em que foram feitas canalizações domiciliárias.

João Rodrigues, morador há mais de dez anos no Wenji Maka, disse que, em 2012, uma empresa chinesa fez escavações no bairro com o objectivo de

pôr água potável em todas as casas, no âmbito do projecto "700 mil ligações".

No quintal de João e dos demais moradores está montado um contador e uma torneira que nunca jorrou água, estando, nesta altura, a ganhar ferrugem. Em algumas residências este equipamento foi roubado por marginais e noutros casos passou a ser brinquedo de crianças.

"Estas torneiras e contadores foram adquiridas com dinheiro do Estado, mas, até agora, ninguém está a resolver o problema da população, que se vê obrigada a consumir água de cisternas", disse.

O morador da Fubú, Enesto Manuel, sublinhou que, das vezes que contactou a direcção da EPAL, recebeu a informação para aguardar até que o Governo disponibilize mais verbas para a finalização dos trabalhos.

A semelhança dos demais, no bairro da Fubú é visível observar várias mangueiras em deterioração, com cortes e já fora das escavações, servindo de brinquedo para as crianças.

"No dia em que a EPAL retomar o serviço, o trabalho de canalização vai ter de começar de novo", disse Ernesto Manuel, que asseverou que as mangueiras já não apresentam condições para transportar água, por estarem em mau estado morador do bairro Mbondo Chapé, Paulo António, explicou que alguns moradores tinham feito, inclusive, contrato com a EPAL, mas a falta de abastecimento de água nas residências, cancelaram meses depois de forma unilateral.

"Os moradores registavam cobranças sem água em casa o que era absurdo", indo admitindo que os responsáveis da EPAL devem ser responsabilizados pela elevada perda de dinheiro por parte do Estado, no projecto das 700 mil ligações.

O projecto das 700 ligações começou em 2012 com o propósito de beneficiar as zonas que careciam de redes de distribuição e ligações domiciliárias e, por outro lado, garantir a substituição da rede de distribuição zona urbana, que se encontrava em estado obsoleta

Na fase de concepção, seleccionado um conjunto bairros e definidas as ligações que em muitos bairros e definidas as ligações que em muitos bairros não foram concluídas por não avançadas pela EPAL

O Jornal de Angola contactou a direcção de Comunicação Institucional EPAL que solicitou o envio de uma carta para o presidente do conselho de administrativo. Há dois meses, este diário endereçou

o documento para aquela entidade, mas até agora não teve qualquer resposta.

8.19 Sobe número de casas com água canalizada

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2018

Texto: Venâncio Victor

As obras para o fornecimento de água a 129 residências, no município de Kwaba-Nzoje, província de Malanje, que arrancaram em Maio, vão terminar em Novembro.

Os trabalhos consistem na construção de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição, com capacidade para bombear 50 mil metros cúbicos de água por hora.

As obras que foram adjudicadas à empresa "China Petroleum" estão orçadas em sete milhões de dólares e fazem parte do sistema de reforço de abastecimento de água ao Kwaba-Nzoje.

O referido sistema de captação, tratamento e distribuição concebido pela Direcção Nacional de Energia e Águas, vai contar com um reservatório de 175 metros cúbicos, 50 torneiras, reabilitação de cinco chafarizes e a abertura de seis furos para beneficiar três mil 310 habitantes.

O fiscal da obra, Laurindo Quiama, garantiu à nossa reportagem a entrega da referida empreitada "dentro dos prazos contratualmente estipulados".

Exposição de produtos

Um total de 20 associações de camponeses e seis de agricultores independentes expuseram as potencialidades agrícolas da região, durante uma feira do produtor, inserida nas festividades do 17 de Setembro, data consagrada ao fundador da Nação.

O evento, organizado pela Estação de Desenvolvimento Agrário (EDA) de Kwaba-Nzoje visou a promoção da agricultura do município.

Durante a feira, foram comercializados vários produtos, como mandioca, feijão, hortícolas, mamão, farinha torrada, ginguba, inhame, batata doce, cana-de-açúcar, entre outros.

Os camponeses locais encontram dificuldades para comercializar os produtos, devido ao estado degradado das vias de acesso e à falta de Um mercado na região. .

8.20 A palavra à EPAL- EP

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2018

A Empresa Pública de Águas, EPAL-EP, tomou conhecimento de uma notícia publica da no Jornal de Angola, no dia 23 de Julho do ano corrente, na página 24 da secção Sociedade, com o título "Altas tarifas de água deixam consumidores agastados".

Perante o exposto, vimos junto de V Exas. esclarecer o seguinte:

1- O novo tarifário plasmado no Decreto Executivo Conjunto nº 230/18 de 12 de Junho de 2018 será aplicado na facturação do consumo do mês Julho, cujo processamento está previsto para os primeiros dias do mês de Agosto. Nesta perspectiva, são injustificadas as informações publicadas no vosso jornal sobre a incidência do novo tarifário nas facturas da EPAL- EP.

2- Os moradores da Centralidade do Kilamba têm uma facturação com base na leitura de contador. Na ausência de leituras, por falta de acesso ao edifício ou aos armários de contadores, recorre-se à média de consumo, que é ajustada logo que se consiga efectuar a leitura. Nestes casos o acerto pode resultar em débito, "se o consumo registado no contador for superior aos valores facturados" , ou crédito, "se o consumo registado no contador for inferior aos valores facturados."

3 - A facturação da Centralidade do Kilamba diferencia-se das outras zonas, devido à cobrança da Taxa de Saneamento, resultante dos serviços prestados na Estação de Tratamento de Águas Residuais existente' na Centralidade.

4- Para o tratamento de reclamações e eventuais esclarecimentos, a Centralidade do Kilamba dispõe de uma Agência Comercial na rua Amílcar Cabral nº 198 B, quarteirão L, um posto de cobrança no Xyami Centro Comercial e um.posto móvel no quarteirão W, junto ao edifício nº 11.

5- O jornalismo pauta-se pelo princípio do contraditório, motivo que nos leva a convidar a imprensa a fazer o seu papel de clarificar e manter rigorosa a informação que prestamos com verdade, porque tal nos é exigido.

O Conselho de Administração da EPAL-EP, ciente do compromisso que tem, continuará a trabalhar para melhorar o abastecimento de água à província de Luanda.

Direcção de Comunicação e Marketing, em Luanda, 14 de Setembro de 2018.

O director

Domingos Paciência

8.21 Água potável é prioridade dos investimentos públicos

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

O Governo Provincial de Luanda incluiu a melhoria do saneamento básico, do tratamento dos resíduos sólidos, da distribuição de energia e água e da mobilidade urbana na lista das prioridades para 2019.

A informação foi divulgada ontem pelo vice-governador de Luanda para a área Económica, Júlio Bessa, que presidiu a uma reunião do Conselho de Auscultação da Comunidade.

. No discurso de abertura, Júlio Bessa deu ênfase à necessidade de melhoria da distribuição de água potável por ser um bem essencial à vida humana, podendo, quando o abastecimento é irregular, criar sérios problemas sociais e de saúde.

O vice-governador de Luanda acrescentou que constam das prioridades a reparação das vias secundárias e terciárias, a requalificação de alguns bairros e a reabilitação da rede de iluminação pública e espaços verdes.

No rol de prioridades estão também a execução de projectos de macro-drenagem, a reorganização do trânsito' a formalização da venda ambulante e a construção de mercados.

"Precisamos de melhorar os sistemas de saúde e de ensino", acentuou Júlio Bessa, lembrando que o programa de saúde de Luanda para até 2022 define a reestruturação do sector.

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Governo Provincial de Luanda, Francisco José, revelou que a previsão do orçamento do governo provincial para o próximo ano é de 193 mil milhões de kwanzas, um valor que está aquém do montante desejável, estimado em cerca de 206 mil milhões de kwanzas.

O porta-voz do Governo Provincial de Luanda informou ainda que, do valor previsto, vão ser gastos, no próximo ano, cerca de 34 mil milhões de kwanzas

na conclusão de cerca de 250 projectos, incluindo os do PIP - Programa de Investimentos Públicos.

Distribuição de energia

A distribuição de energia eléctrica à provinda de Luanda vai chegar, até ao primeiro semestre do próximo ano, a 70 por cento de cobertura, contra os actuais 62 por cento, informou, ontem, o director regional da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE).

Sérgio Dinganda anunciou a criação, até ao primeiro semestre de 2019, de nove subestações e 100 postos de transformação de energia, um investimento resultante da linha de crédito da China, com a qual são desenvolvidos desde 2017 vários projectos no sector da Energia. Com o projecto em curso, adiantou Sérgio Dinganda, mais de 300 mil ligações domiciliárias vão ser feitas em todos os municípios de Luanda.

8.22 EPAL produz 50 mil metros cúbicos/dia

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2018

Texto: Kamuanqa Júlia

Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) produz, actualmente, uma média diária de 50 mil metros cúbicos (m³) de água potável, para a província de Luanda, a partir dos rios Kwanza, Kifangondo e Bengo, garantiu, recentemente, em Saurimo (Lunda Sul), o presidente do Conselho de Administração da empresa pública, Diógenes Diogo.

Em termos de extensão da rede, acrescentou que, a EPAL tem disponível cerca de 600 quilómetros (km) e adutoras com 70 km, distribuídos em 410 mil clientes inscritos.

O projecto de ligação domiciliar, denominado "700 mil ligações" que previa a renovação da rede para garantir uma nova estabilidade no fornecimento de água em Luanda, está paralisado, por falta de financiamento.

Ressaltou que o Executivo angolano está a trabalhar para a execução dos projectos "Bita" e "Quilonga", que prevê uma capacidade para um milhão de metros cúbicos de água por dia, a fim de melhorar o fornecimento de água.

Reconheceu a insuficiência - no abastecimento do "líquido precioso" às populações, o que obriga os técnicos da empresa a realizarem diariamente

"manobras" na rede para garantir o fornecimento de forma faseada.

Com a recuperação de alguns equipamentos, segundo o PCA, foi possível ultrapassar os 460 mil m³ de produção para 550 mil e pretende aumentar a capacidade instalada para satisfazer as necessidades da população.

Vandalização das condutas

Nos últimos tempos, ocorreu a vandalização ao longo das condutas, o que tem criado embaraços e insatisfação por parte do sector que conta com 14 Estações de Tratamento de Água (ETA), 27 centros de distribuição de água, nos diferentes bairros da cidade de Luanda.

Admitiu existirem dívidas elevadas por parte dos clientes, incluindo de algumas Instituições Públicas e Industriais, o que cria um "certo constrangimento" em termos de gestão.

Para contrapor a situação, Diógenes Diogo apontou a criação de uma "mini-Epal", em cada município para atender as preocupações dos cidadãos.

O projecto está inserido no novo modelo de gestão que passa pelo agenciamento dos seus serviços a terceiros, respondendo aos "desafios da municipalização".

A partir deste ano, a EPAL prevê implementar um sistema de telemetria e telegestão para detectar rupturas e avarias na sua rede de distribuição.

8.23 Executivo defende mais rigor na utilização

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2018

Texto: António Eugénio

O ministro de Energia e Água, João Baptista Borges, apelou aos agentes industriais que exploram água na efectivação da sua actividade à pagarem os valores monetários pela quantidade consumida, conforme o regulamento de utilização geral dos recursos hídricos aprovado pelo Decreto Presidencial.

O governante que falava durante a assinatura do protocolo quinta-feira, em Luanda, entre o seu Ministério e o da Indústria que visa a partilha de dados, sobre a utilização geral dos recursos hídricos alertou para a necessidade de se cumprir com às medidas da preservação do ambiente e honrar os seus compromissos conforme os acordos contratuais.

O documento rubricado entre João Baptista e a ministra da Indústria, Bernarda Martins tem como um dos objectivos a partilha de informações referentes às unidades industriais, com vista o apoio à fiscalização e implementação do regulamento de utilização geral dos recursos por força do Decreto Presidencial.

Protocolo

O protocolo tem ainda como mote estabelecer mecanismos para a definição de locais adequados à implementação de pólos industriais, tendo em conta as directrizes e toda a informação relevante, incluída nos Planos de Gestão e Desenvolvimento e utilização Geral dos Recursos Hídricos das bacias Hidrográficas nacionais e no Plano Nacional da Água.

Fomentar a utilização de novas ferramentas que permitam uma gestão eficiente dos recursos hídricos e das actividades industriais, para tornar mais eficaz o relacionamento institucional existente entre o Ministério da Indústria e o Instituto Nacional de Recursos Hídricos, consta do programa.

Segundo o ministro, o protocolo entre os dois ministérios vai também coordenar as actividades de fiscalização de forma a assegurar o cumprimento da legislação aplicável às actividades industriais e à gestão, preservação e utilização dos recursos em causa.

Para João Baptista, com a assinatura dos acordos as partes têm a obrigação de estabelecer mecanismos de controlo das descargas de efluentes nos corpos de água proveniente da actividade industrial, bem como disseminar a informação e transferência de tecnologia aplicável ao sector industrial e à gestão, preservação e utilização dos recursos hídricos.

Cooperação

Os dois Ministérios vão promover a partilha de informação no que toca às actividades industriais, nomeadamente licenças emitidas, e solicitações de títulos de utilização dos recursos hídricos.

O reforço da cooperação entre esses organismos, numa perspectiva de protecção e valorização dos recursos hídricos e desenvolvimento da indústria, e definir estratégias para a utilização racional e sustentável das actividades industriais faz parte do protocolo assinado.

Por sua vez, a ministra da indústria, Bernarda Martins instou aos industriais a licenciarem-se para o consumo da Água em grandes quantidades e pagar as suas obrigações, conforme o regulamento estabelecido:

"Grande parte das indústrias instaladas em todo o país usam água para o exercício da sua actividade, como por exemplo as empresas de engarrafamento da água, daí ser necessário regular a actividade, bem como a água consumida", disse.

8.24 Plano estratégico quer reduzir perdas

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2018

Texto: Adérito Veloso

O controlo e redução de perdas nos sistemas públicos de abastecimento de água para melhorar o fornecimento a nível da cidade de Saurimo, capital da Lunda Sul, é o grande desafio da Empresa Pública de Águas de Saurimo (EPAS).

Segundo um documento da empresa, está em forja um conjunto de acções através de um plano estratégico de redução de perdas de água.

A fonte indica que o município de Saurimo possui aproximadamente 400 mil habitantes e em termos de abastecimento de água, conta com uma Estação de Tratamento sobre o rio Chicapa, inaugurada em 2010, e com uma capacidade de produção de 290 metros cúbicos por hora, o que para as nossas necessidades representa apenas 12 por cento.

A cidade, antes era servida por Estação de bombagem localizada na nascente do rio Luavur e que actualmente serve para abastecer os camiões cisternas que revendem na periferia onde a nossa acção não se faz sentir.

Are de hidráulica é mista entre aço galvanizado, PVC e PPR com uma extensão de 72 quilómetros. A malha de aço galvanizado por ser colonial e a de PVC devido à fraca qualidade do material, têm apresentado muitas rupturas na rede hidráulica, daí derivando enormes perdas de água.

Plano estratégico

A empresa conclui que a maior percentagem de perdas reais é devida a fugas, sendo que na larga maioria dos casos estas devem-se a falhas que ocorrem durante as várias fases do sistema de abastecimento.

"Torna-se necessário um controlo efectivo das perdas devido a fugas nas várias condições operacionais, que implicam não só encargos financeiros como o desperdício da água", frisa a fonte.

O projecto prevê a criação de zona de medição e controlo, gestão de pressões (modelação da rede), localização de fugas (equipamentos, campanhas nocturnas, visíveis) bem como intervenções na rede (localizadas e planeadas).

A Lunda Sul, localizada no Nordeste de Angola, tem uma extensão de 77 mil quilómetros quadrados, com uma população estimada em mais de 500 mil habitantes, maioritariamente a viver no município de Saurimo.

A província tem um enorme potencial hídrico, estando cercada pelos rios Chiumbué, Caso sai, Luachimo, Chicapa e outros de menor dimensão.

As acções para a redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água resultam no incremento da performance, levando tarifas mais baixas à população.

Do ponto de vista ambiental, destaca a fonte, o controlo das perdas reais em rede é fundamental para a preservação das fontes, já que a água (adequada ao uso humano) é um bem escasso nas regiões de maior consumo.

8.25 Restabelecido abastecimento de água a Mbanza Kongo

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2018

Texto: Kayila Silvina

O abastecimento de água a cidade de Mbanza Kongo, sede capital da província do Zaire, foi restabelecido ontem, depois de duas semanas de interrupção, ocasionada por uma avaria no dispositivo eléctrico do motor que bombeia a água a partir do Rio Lueji para os ramais domiciliários.

O coordenador adjunto da Empresa de Água e Saneamento no Zaire, Unsongi Mvovi, que anunciou o facto ao Jornal de Angola disse que a avaria foi solucionada dentro dos prazos previstos.

" Substituímos em tempo oportuno os equipamentos avariados por novos e restabelecemos o funcionamento do sistema de fornecimento de água a sede do município de Mbanza Kongo.

Estão em curso obras na Estação de Captação de Água local, que visam a construção de um novo reservatório de água para armazenar três mil metros cúbicos por hora.

Segundo Unsongi Mvovi, o actual sistema de abastecimento de água em Mbanza Kongo tem capacidade apenas de 60 metros cúbicos e possui um

reservatório semi-apoiado por um outro já antigo, de 300 metros cúbicos.

O responsável fez saber que estão a decorrer trabalhos de instalação de 11 mil ligações domiciliárias, 722 chafarizes em toda a extensão territorial do Zaire, para garantir o abastecimento a mais de 200 mil habitantes.

Unsongi Mvovi assegurou que as obras de reabilitação e ampliação da Estação de Captação e Tratamento de Água "decorrem a bom ritmo".

8.26 Milhares de habitantes com mais água potável

Jornal de Angola

22 De Setembro de 2018

Texto: Isidoro Samutula

Mais de quatro mil habitantes das localidades de Calumbia, Canzololo e Candjamba, arredores da cidade do Dundo, no município do Chitato, província da Lunda-Norte, contam com mais água potável, no âmbito do programa de expansão da rede de captação e abastecimento às comunidades rurais.

O referidos equipamentos sociais foram inaugurados pelo administrador municipal do Chitato, Alberto Muquendi, que revelou que as obras custaram aos cofres do Estado 36 milhões de kwanzas e foram executados num período de três meses, pela empresa angolana Muco a Trading.

A empreiteira, acrescentou o administrador, garantiu que o projectos podem durar mais de 25 anos. Segundo Alberto Muquendi, a empresa construtora tem ainda a responsabilidade de garantir a manutenção dos três sistemas durante um ano, antes de passar para a responsabilidade da administração municipal, que deve dar continuidade à manutenção dos sistemas, de modo que a população possa contar sempre com o fornecimento de água potável.

A ideia de criar esses investimentos sociais, de acordo com o responsável, resulta de um conjunto de preocupações manifestadas pela população, durante o período de auscultação que a Administração Municipal do Chitato realizou a nível das diferentes comunidades, tendo a questão da água sido apontada como o principal problema, que devia ser imediatamente resolvido.

"A água é um bem essencial para a vida humana e a constatação que fizemos é que a população, principalmente as comunidades rurais, há muito reclamava pelo débil abastecimento", disse Alberto

Muquendi, que realçou a necessidade de dar-se continuidade ao programa de expansão da rede de captação e distribuição de água às comunidades rurais.

O administrador anunciou que, de acordo com a disponibilidade financeira, serão implementados, ainda este ano, projectos similares nas localidades do Txamba Mendes' Txamba Centro, Txinguvo e Caita, que também enfrentam dificuldades no abastecimento de água potável.

Fez saber, por outro lado, que o processo para essas empreitadas está muito avançado e que os contratos já estão assinados, aguardando-se apenas o início dos trabalhos' ainda este mês. Os três sistemas de abastecimento de água, implantados nas comunidades de Calumbia, Canzololo e Candjamba são consistentes e contemplam tanques de 78 metros de profundidade cada, com 35 metros de lençol freático, com um caudal aquífero de 43 metros no tempo seco e com tendência de aumentar na época chuvosa, declarou Alberto Muquendi.

O responsável destacou ainda a capacidade de bombagem de 2.5 metros cúbicos de água por hora e um sistema eléctrico alimentado por painéis solares, de 1.5 quilowatts.

Os reservatórios de água, esclareceu o administrador, têm capacidade para armazenar dez metros cúbicos. Cada comunidade contará também com dois chafarizes.

Nas localidades do Calumbia e Candjamba, de acordo com o administrador municipal do Chitato, o sistema contempla também ligações domiciliárias e a infra-estruturas sociais, como centro médico e escolas.

O regedor Comboio enalteceu o esforço da Administração Municipal do Chitato, em garantir o fornecimento de água potável às comunidades e marcar uma nova etapa de convivência e bem-estar social.

"A situação da água está agora resolvida, esperamos pela resolução de outros problemas que as comunidades enfrentam", disse o soba Comboio, que prometeu, em nome da população, cuidar do bem público, de modo que não falte água potável nas comunidades da região.

8.27 Vai acabar quando a maka da água?

Jornal O PAÍS

24 De Setembro de 2018

Texto: Mariano Menha da Silva

Caro director do jornal O PAÍS, muito obrigado. Desejo-lhe saúde e boa disposição nos seus afazeres diários.

Sou morador do distrito da Samba, em Luanda, bairro da Corimba, há 14 anos anos.

Água é vida, diz o velho adágio, mas no meu bairro quase nunca correu água. Aqui ao lado há tempos vieram canalizar, mas agora também já não há água. Cortaram. É verdade, estamos à rasca. Os kupapatas, motos, inflacionaram o mercado. Um "bidon" custa 100 Kwanzas.

Isto tem pesado muito nas nossas despesas, por isso queria que houvesse uma explicação mais plausível. Senhores, o problema da água já não é do Executivo, porque este tem traçado políticas para acabar com as assimetrias.

Repito. É verdade que a água foi ligada aqui ao lado e ainda não se paga o consumo, mas a verdade é que a culpa é dos senhores.

Muitos estão em condições de pagar a água, mas, como não educaram os cidadãos pensam que é tudo de borla.

Senhores da EPAL pensem nisso e organizem melhor os vossos serviços, porque só assim é que poderão reclamar e fazer os cortes que se impõem á luz dos regulamentos e das normas.

Repito. Senhores da EPAL estou sem água e estou à rasca, porque já não tenho dinheiro para pagar nos kupapatas, aliás sou agente da Polícia Nacional, da ordem pública.

A água é mesmo vida 'Ti' Paciência, porque sem ela não fazemos nada. Tenho dito.

8.28 Detectados casos de cólera

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2018

Nove casos suspeitos de cólera e quatro positivos de malária foram detectados durante a Feira da Saúde realizada de 21 a 23 do mês em curso, no município de Viana, em Luanda, de acordo com o balanço feito ontem.

O director municipal da Saúde de Viana, Mateus Neto, que prestou esta informação à imprensa, referiu que estes resultados foram apurados na localidade do Kitocoloca, Distrito Urbano da Baía, entre os 650 pacientes observados.

Mateus Neto precisou que entre os utentes destaca-se 250 na área de pediatria que foram vacinados e desparasitados, 25 mulheres grávidas e em idade fértil e mais de 60 em medicina. Foram também diagnosticados alguns casos de sarna (doença de pele), frente à existência nos arredores de duas lagoas que têm causado certas doenças à população.

. Mateus Neto avançou também que outros testes realizados na mesma localidade, como a hipertensão arterial. Mateus Neto informou que foram entregues alguns materiais para prevenção da malária, designadamente cortinados e mosquiteiros com insecticidas de longa duração. O director da Saúde de Viana disse também que faltam apurar os resultados registados na Feira realizada este domingo no Distrito Urbano do Kicuxi.

A próxima actividade acontece no Distrito da Vila Flor, onde o objectivo é de levar à comunidade serviços preventivos de saúde e assistência às crianças.

8.29 População do Dungo com mais água potável

Jornal De Angola

27 De Setembro de 2018

Texto: Alfredo Ferreira

Um chafariz, com dez torneiras, sendo cinco para a parte da lavandaria e outras para o acarretamento de água" para que consumo da população, foi Inaugurado na localidade do Dungo, município de Pango Aluquem, na província do Bengo.

"Hoje há motivos para alegria, pois terminou o fim de longas caminhadas em busca de água", disse a muniçipe Eva Mendes, acrescentando que desde o

tempo colonial que a população recorria aos rios e cacimbas.

O soba João Gomes disse que é uma alegria ter à disposição água potável, faltando agora resolver a situação da energia eléctrica, saúde e da educação.

A governadora do Bengo, Mara Quiosa, disse tratar-se de um sistema de captação e distribuição de água, por gravidade, que deverá beneficiar mais de mil habitantes do Dungo, onde a população pede também a reabilitação das vias de acesso, para facilitar as trocas comerciais e o escoamento dos produtos do campo para os principais centros de consumo.

8.30 Luanda produz diariamente mais de 60 toneladas de lixo

Jornal O País

18 De Setembro de 2018

Texto: Maria Teixeira

Em entrevista a OPAÍS, por ocasião das comemorações do Dia Mundial da Limpeza, celebrado a 15 de Setembro, o ambientalista declarou que essa quantidade de lixo pode ser reduzida se todos os cidadãos participarem em campanhas de limpeza.

O representante africano da Leste do interior em Angola, Cornélio Tchhipipa, explicou que esta é uma associação que fundada há mais de 10 anos, na Europa, precisamente na Estónia, e Angola só aderiu em Novembro do ano passado. Actualmente fazem parte dela 34 voluntários.

Salientou que a escolha da limpeza da praia Amélia teve muito a ver com o lixo que a ela apresenta e com o número de pessoas que a utilizam, porque com a quantidade de sujidade acumulada pode propiciar a proliferação de doenças, como a cólera. Depois dessa limpeza, os ambientalistas predispõem-se a limpar bairros da capital do país.

"Já realizamos uma actividade semelhante em Viana, no ano passado, com menos de 50 pessoas, em que recolhemos mais de seis toneladas de lixo, em menos de uma hora. Nós sabemos que Luanda está a produzir diariamente mais de 60 toneladas de lixo. Se éramos menos de 50 e recolhemos tudo aquilo, imagina se todos participarem", afirmou.

A Lets do It é um movimento de cidadania e cuidado com o meio ambiente que já se estendeu por 150 países.

Por sua vez, o ambientalista Marcelino Francisco explicou que a data (Dia Mundial da Limpeza) é

importante porque ajuda a cumprir o calendário ambiental.

Actividade que dura há 10 anos

"É uma actividade que começou há 10 anos, em Estocolmo, na Suécia, por via da Associação não-governamental Lets do It.

Nesta edição, em Angola, temos na comemoração dessa data representantes das empresas, o que para nós é muito bom. Estamos a realizar uma actividade ao mesmo tempo que noutros lugares mundo", disse.

O engenheiro de recursos naturais e ambiente Marcelino Francisco explicou ainda que o foco principal do Dia Mundial da Limpeza foi o acúmulo e aumento dos resíduos flutuantes no mar.

A construtora Queiroz Galvão, a que está ligado a parceira do projecto, ajudou na escolha do local para a acção, a Praia Amélia.

Marcelino Francisco explicou que muitos dos resíduos que chegam à praia são produzidos noutros locais e, por acção de agentes externos, como a chuva e o vento, entre outros acabam por chegar até à praia.

"O cuidado que temos com a nossa casa é o mesmo que devemos ter com o espaço externo ou ambiental, porque, para nós, o mundo não tem lá fora, fazemos parte de um todo. O ambiente funciona como uma caixa -de ressonância", frisou.

Acrescentou de seguida que "o bem que fizermos a ele será retribuído da mesma forma, ou melhor, e o mal que fizermos é retribuído muitas vezes de forma violenta".

A campanha de limpeza realizada no último fim - de semana, em Luanda, contou com a participação da Associação Nação Verde e do Núcleo de Pesquisa NPGA, assim como com a participação da ONG Internacional Lets do It e teve o apoio da empresa Queiroz Galvão.

A acção foi preenchida com uma campanha de sensibilização e recolha de resíduos sólidos na Praia Amélia, sob o lema "Ambiente Sadio e não Poluído", com o objectivo de diminuir a enorme quantidade de plásticos depositados no nosso oceano.

Esta data visa promover a mobilização de voluntários para a limpeza de suas cidades, bairros, praias, praças e parques.

A acção simboliza a necessidade de consciencialização da sociedade para o problema maior do descarte irregular de resíduos

8.31 Vila do Dande regista vários focos de lixo

Jornal de Angola

20 De Setembro de 2018

Texto: Alfredo Ferreira

Várias localidades do município do Dande, província do Bengo, têm registado, nos últimos dias, amontoados de lixo, por falta de recolhas das operadoras mobilizadas para o efeito, disse ontem a administradora municipal, Anastácia Vasconcelos.

Para contrapor este cenário, Anastácia Vasconcelos referiu que o município vai adoptar um programa denominado "Sábado Vermelho", de âmbito nacional, consubstanciado em trabalhos voluntários por parte da população, igrejas e entidades da sociedade civil. Segundo a administrador, o programa, que é coordenado pelo Ministério do Território, será submetido à aprovação da Administração Municipal, para a sua implementação.

"Vamos apresentar o programa "Sábado Vermelho" no próximo conselho extraordinário da Administração Municipal do Dande, para ser analisado e implementado", adiantou.

Anastácia Vasconcelos disse que em algumas localidades' por falta de educação sanitária' os munícipes deitam o lixo no chão, apesar de haver contentores.

8.32 Benguela está a três meses a cuidar do seu próprio lixo

Jornal O País

21 De Setembro de 2018

Texto: Zuleide de Carvalho

Somando-se ontem, 20 de Setembro, três meses desde que as admiistrações municipais do litoral foram incumbidas' pelo Governo provincial, de acomodar, recolher, transportar e desfazer-se do lixo em Benguela, os resultados deixam muito a desejar. Ao longo desse período, as mais altas patentes do Estado em Benguela disseram repetidas vezes em público que houve muita gente que enriqueceu com o "negócio do lixo", que reinou durante mais de uma década.

Contudo, novos "negócios do lixo" vigoram no Quióche, Liro e em dezenas de bairros, pois, há grupos que recolhem o lixo porta à porta cobrando cerca de Kz 200 semanais em cada residência, sem pagarem impostos.

Segundo dados do Governo, na zona costeira, envolvendo 4 municípios, produzem-se diariamente 550 toneladas de lixo. Dividindo-se pelas milhares de habitações em cada bairro, infere-se que, actualmente, ainda haja alguém a enriquecer com o lixo.

Nos tempos menos gloriosos, quando a crise se avizinhava, o Governo provincial acumulou mais de USD 40 milhões de dívida para o com a sua maior parceira na prestação de serviços, a empresa "Vista".

Durante os últimos anos, no litoral, Baía Farta, Benguela, Catumbela e Lobito, supostamente operavam quatro empresas privadas na recolha do lixo, porém, a dívida total não foi declarada à imprensa nos encontros com o Governo.

Para averiguar estas e outras questões, relacionadas com as estatísticas do desempenho das administrações municipais desde 20 de Junho, OPAÍS remeteu uma carta ao vice-governador para a área, Leopoldo Muhongo, a 20 de Julho.

Todavia, os dados solicitados, fazendo menção ao balanço do primeiro mês de actividade, não foram passados a este jornal, apesar do grande interesse público da temática, tendo ontem sido já o marco do terceiro mês.

Assim, não é possível transmitir ao cidadão quanto é que o Governo gastou em 3 meses com as novas metodologias de recolha dos resíduos, nem quantas pessoas trabalham, nem que meios concretos estão em falta.

É fundamental mostrar ao cidadão se houve redução na produção do lixo diário, aproximadamente 0,5 Kg por pessoa, para medir se as sensibilizações feitas têm surtido efeito, mas este dado também não foi facultado pelo Governo.

Em três meses, as administrações não estão habilitadas para tal tarefa, facto verificável na incapacidade de recolha diária, atempada, nos pontos designados, que acumulam, por dias, lixo nos passeios e mau cheiro nas ruas.

A cobrança porta à porta está em uso nas periferias, mas não nas zonas urbanas, tendo o director do gabinete do Urbanismo, Elmano Inácio, dito, recentemente, que a prática desses pequenos colectores tem ajudado.

Num encontro com a sociedade, convocado pelo Governo Provincial de Benguela, ocorrido há três semanas, o vice-governador Leopoldo Muhongo revelou satisfação com o desempenho das administrações, reconhecendo que muito mais há para se fazer.

8.33 Benguela está há 3 meses a cuidar do seu próprio lixo

Jornal: O País

21 De Setembro De 2018

Texto: Zuleida de Carvalho

Somando-se ontem, 20 de Setembro, três meses desde que as administrações municipais do litoral foram incumbidas, pelo Governo provincial, de acomodar, recolher, transportar e desfazer-se do lixo em Benguela, os resultados deixam muito a desejar. Ao longo desse período, as mais altas patentes do Estado em Benguela disseram repetidas vezes em público que houve muita gente que enriqueceu com o "negócio do lixo", que reinou durante mais de uma década.

Contudo, novos "negócios do lixo" vigoram no Quioche, Liro e em dezenas de bairros, pois, há grupos que recolhem o lixo porta à porta cobrando cerca de Kz 200 semanais em cada residência, sem pagarem impostos. Segundo dados do Governo, na zona costeira, envolvendo 4 municípios, produzem-se diariamente 550 toneladas de lixo. Dividindo-se pelas milhares de habitações em cada bairro, infere-se que, actualmente, ainda haja alguém a enriquecer com o lixo.

Nos tempos menos gloriosos, quando a crise se a vizinhava, o Governo provincial acumulou, mais de USD 40 milhões de dívida para o com a sua maior parceira na prestação de serviços, a empresa "Vista". Durante os últimos anos, no litoral, Baía Farta, Benguela, Catumbela e Lobito, supostamente operavam quatro empresas privadas na recolha do lixo, porém, a dívida total não foi declarada à imprensa nos encontros com o Governo.

Para averiguar estas e outras questões, relacionadas com as estatísticas do desempenho das administrações municipais desde 20 de Junho, OPAÍS remeteu uma carta ao vice-governador para a área, Leopoldo Muhongo, a 20 de Julho. Todavia, os dados solicitados, fazendo menção ao balanço do primeiro mês de actividade, não foram passados a este jornal, apesar do grande interesse público da temática, tendo ontem sido já o marco do terceiro mês.

Assim, não é possível transmitir ao cidadão quanto é que o Governo gastou em três meses com as novas metodologias de recolha dos resíduos, nem quantas pessoas trabalham, nem que meios concretos estão em falta. É fundamental mostrar ao cidadão se houve redução na produção do lixo diário, aproximadamente 0,5Kg por pessoa, para medir se as sensibilizações feitas têm surtido efeito, mas este

dado também não foi facultado pelo Governo. Em três meses, as administrações não estão habilitadas para tal tarefa, facto verificável na incapacidade de recolha diária, atempada, nos pontos designados, que acumulam, por dias, lixo nos passeios e mau cheiro nas ruas. A cobrança porta à porta está em uso nas periferias, mas não nas zonas urbanas, tendo o director do gabinete do Urbanismo, Elmano Inácio, dito, recentemente, que a prática desses pequenos colectores tem ajudado.

Num encontro com a sociedade, convocado pelo Governo Provincial de Benguela, ocorrido há três semanas, o vice-governador Leopoldo Muhongo revelou satisfação com o desempenho das administrações, reconhecendo que muito mais há para se fazer.

8.34 Apenas 22% da população da Lunda-Sul tem acesso a electricidade

Jornal O PAÍS

12 De Setembro de 2018

A província da Lunda-Sul acolhe mais de 600 mil habitantes e para fornecer de forma estável electricidade a esta população precisa, no mínimo, de ISO MW de potência, mas actualmente tem disponíveis apenas 17 Mega watts.

No dizer do director do Gabinete do Ambiente e Gestão dos Resíduos Sólidos, (departamento local que acomoda o sector de Energia e Águas), engenheiro Agostinho Piedade João, "graças à engenharia local ainda se pode ter na cidade o pouco que existe".

"O senhor jornalista não passou a noite às escuras e teve água na torneira para tomar banho, porque localmente há um esforço enorme e temos contado com o apoio do Governo central", atirou meio a brincar aquele responsável. Mesmo sem querer dramatizar, o responsável pinta um quadro "negro" e culpa o facto de os projectos do sector serem de iniciativa e gestão do Governo central e a insustentabilidade da matriz energética local como as principais causas para o estágio que a província atingiu.

Justificou que a subordinação central da maior parte dos projectos locais constitui-se num constrangimento, porquanto o Governo central tem de pensar para o país e com a diminuição da disponibilidade financeira

Soluções térmicas"

Compreende-se a complexidade da gestão do dossier. Sobre a outra razão apontada, Piedade João argumenta que "a matriz energética actual na província está baseada nas soluções térmicas. Sabe-se que temos enormes dificuldades de fazer chegar os combustíveis a partir da capital do país. Saurimo dista 1010 quilómetros de Luanda. Acresce-se o mau estado das estradas e logo compreende-se os calvários que passamos".

O responsável referiu que para a inversão da situação é preciso ter em conta o crescimento demográfico, a perspectiva do incremento da industrialização com a multiplicação de pólos de produção mineira e pensar-se no potencial agrícola que a região ostenta.

O Leste é detentor de um potencial hídrico invejável que é desperdiçado. Dona de múltiplos rápidos e quedas de água, o Leste é, hipoteticamente, a região com o segundo maior potencial energético depois do Médio Cuanza.

Especialistas admitem que as hidroeléctricas passíveis de serem construídas na região podem não se aproximar aos números de iguais infra-estruturas erguidas no maior rio do país, o Cuanza, mas, tendo em atenção a multiplicidade de oportunidades, o somatório poderia funcionar como pedra de toque para se dar início ao processo de redução do fosso existente entre "procura e oferta" de energia nas três províncias.

Continua a ser uma necessidade ingente a interligação da rede local com o sistema Norte, para que, no âmbito da projectada entre ajuda entre os sistemas, o Leste possa beneficiar dos investimentos nacionais que estão a ser feitos pelo Governo central.

Com a água idem

No que toca ao abastecimento do precioso líquido, o responsável revelou que o quadro lastimável se repete. Apenas 13% da população tem acesso a água tratada e processada.

Saurimo está a ser alimentada por um sistema de fornecimento de águas construído para uma população estimada em 35 mil consumidores, mas actualmente acolhe mais de 400 mil habitantes. O responsável refere que são necessários projectos locais para solucionar os problemas locais.

Último dia do evento

O Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, que foi aberto ontem por um dos secretários de Estado, encerra hoje e espera-se que seja com a presença do titular da pasta, que tem estado ausente do encontro.

Segundo fonte da organização, "trabalhos de última hora" terão feito com que João Baptista Borges estivesse ausente no primeiro dia do evento, que, dentre várias acções, está a fazer o balanço das acções planeadas no ano passado.

Várias províncias e empresas do sector fazem o balanço e apresentam a realidade local de cada uma delas. Na hora do balanço sabe-se que o programa e recomendações deixadas pelo conselho consultivo anterior' realizado no ano passado na província do Namibe, não foram cumpridos nem em 50 %. O grau de cumprimento foi de 43% e a questão que fica, e esperamos que seja respondida hoje, é: qual terá sido a principal razão para tão baixo grau de cumprimento?

8.35 Facturação da ENDE aumentou 16% para 20,3 mil milhões Kz no primeiro semestre de 2018

Jornal Expansão

14 De Setembro de 2018

Texto: Martins Chambassuco

As receitas da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), decorrente da cobrança de facturas, aumentaram 16%, para os 20,3 mil milhões Kz, face a igual período de 2017, quando a empresa encaixou 18 mil milhões Kw.

O incremento de 16%, em termos homólogos, resultou da facturação, no I Semestre de 2018, que representou 52,7% de toda a facturação de 2017.

Os dados foram revelados no 8.º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, que decorreu nos dias 11 e 12 na cidade de Saurimo, província da Lunda Sul, sob o lema: "O nosso desafio é melhorar os serviços de fornecimento de energia e águas."

A ENDE adquiriu, no primeiro semestre deste ano, 6,3 milhões de KW /hora, contrastando com 5,2 milhões KW /hora dos primeiros seis meses do ano passado, um incremento de 17% resultante do reforço de Cambambe e da entrada em funcionamento da terceira turbina do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca, responsável por 40% do total da energia distribuída no sistema energético do País.

Relativamente à energia adquirida, em 2017, a ENDE registou uma quebra de 0,9% comparativamente ao ano de 2016. A quebra, segundo a ENDE, foi motivada pelos trabalhos de enchimento da albufeira da barragem de Laúca, originando restrições

significativas nas barragens de Cambambe e Capanda, com maior enfoque para os primeiros meses do ano passado, resultando num decréscimo da energia distribuída em 1,0%.

A energia distribuída no primeiro Semestre de 2018 no País para a ENDE, representou 58,1% do total da energia distribuída no ano passado e reflectiu um aumento de 21%, face ao mesmo período do ano passado. Em termos de distribuição geográfica, Luanda foi a região que maior recebeu, contribuindo com cerca de 74%, do total de energia distribuída em todo o País, seguidas das regiões do centro com 10% e a zona norte com 9,1%.

Este percentual coloca Luanda com o maior centro de consumo, tendo registado em termos homólogos, no primeiro semestre deste ano, um aumento de 28% da energia, distribuída pela ENDE que contrasta com o decréscimo de 17% e 4%, respectivamente, nas regiões Leste e Norte.

Quanto ao défice energético que ainda se registou no país, o ministro da energia e água, João Baptista Borges, disse que é preciso estimular as parcerias público-privadas e reduzir os subsídios aos combustíveis.

O ministro, que falava no encerramento do conselho consultivo, reconheceu que a falta de disponibilidade financeira que o País vive nos últimos três anos, tem vindo a contribuir para que algumas regiões estejam marginalizadas no que se refere ao consumo de energia.

8.36 Projectos de água têm fim previsto para 2019

Jornal Economia & Finanças

14 De Setembro de 2018

Texto: Mateus Cavumbo

Owini é uma empresa subsidiária do Grupo Mitrelli, especializada em projectos de água. Há décadas em Angola, é até à data, responsável pela montagem de sistemas de captação e distribuição de água no âmbito do projecto governamental "Água para Todos". Em entrevista ao Jornal de Economia & Finanças, o director para Angola, Zafirir Vaknin, faz um balanço do projecto, bem como seu impacto aos olhos da Owini, nas vidas das populações até aqui atingidas. Disse que 2019 é a meta para a conclusão dos projectos lançados o ano passado.

No âmbito do Programa "Água Para Todos, o Grupo Mitrelli foi responsável pela execução de sistemas de abastecimento de água em várias localidades das

províncias de Moxico, Cuanza Sul, Lunda Norte, Uíge e Zaire. Que quadro pode apresentar-nos sobre os trabalhos até aqui realizados em cada uma dessas localidades?

A Owini, empresa subsidiária do Grupo Mitrelli, especializada em projectos de água, tem sido um parceiro estratégico do Governo angolano na implementação do Programa "Água Para Todos", que prevê levar o precioso líquido a zonas remotas do país.

Na primeira fase do programa, a Owini foi responsável pela construção de 152 sistemas e, destes, foram concluídos e entregues ao Ministério da Energia e Águas 139 sistemas. Os restantes encontram-se em estado avançado de conclusão.

Recentemente foi lançada a segunda fase do programa nas províncias de Malanje e Cuando Cubango, onde estão previstas a construção de mais algumas dezenas de sistemas de abastecimento de água. Qual é o âmbito e o calendário desta segunda fase do projecto e quando é concluído?

Na segunda fase do Programa "Água Para Todos", a Owini vai construir 62 novos sistemas, 12 em Malanje e 50 no Cuando Cubango.

Os trabalhos de construção, lançados no mês passado em ambas as províncias, deverão estar concluídos até ao último trimestre de 2019.

Quais são os principais critérios de selecção das áreas onde serão implementados os sistemas?

Essa é uma área da exclusiva competência do Governo de Angola.

A Owini recebe do Ministério da Energia e Águas a lista de localidades que deverão beneficiar de sistemas de abastecimento de água e, para cada uma delas, procura as melhores soluções para implementar os projectos.

Estima-se que a população servida pelos projectos implementados pela Owini seja de cerca de 650.000 habitantes. Quantos, até à data, foram contemplados pelo projecto?

O que lhe posso dizer sobre isso é que os nossos projectos atingem muitas dezenas de milhares de cidadãos angolanos que passam a ter água potável junto às suas casas, melhorando significativamente a sua qualidade de vida.

Quanto aos números que, na realidade, variam com a evolução demográfica do país, esses são,

naturalmente, dados estatísticos que só podem ser compilados pelas autoridades angolanas.

Após a conclusão dos trabalhos de construção está previsto um período de um ano de garantia de operação e manutenção dos sistemas. Como está a decorrer esta experiência? Concorda com a avaliação de que, por vezes, se gasta mais com a manutenção dos projectos do que com a respectiva implementação?

A manutenção é um factor essencial para o sucesso dos projectos. Deixe-me dizer-lhe que, em cada localidade, a Owini assume a responsabilidade pela operação e manutenção durante o primeiro ano de funcionamento. Nesse período, nós promovemos formação e treino a pessoas que ficam aptas a realizar operações de manutenção na localidade, e estamos a falar das populações, de habitantes das localidades beneficiadas.

A partir daqui, podemos dividir esta questão em duas: No primeiro caso, que felizmente corresponde à maioria dos casos, os habitantes compreendem a importância da operação adequada dos sistemas e da respectiva manutenção e estes funcionam sem problemas de maior, mas há também aqueles casos, felizmente, em muito menor número, em que tem havido algumas dificuldades.

Não concordo com a afirmação segundo a qual o que 'se gasta em manutenção é mais do que o que se aplica na implementação, nem tem de ser assim. Os sistemas instalados são avançados, de alta-tecnologia, é verdade, mas, ao mesmo tempo são muito simples de operar e de manter. Se a manutenção for contínua e bem feita a nível de cada localidade, isso resultará em muitos anos de trabalho contínuo a baixo custo.

Ainda no que diz respeito à manutenção e ao facto de alguns desses novos sistemas de abastecimento de água terem deixado de funcionar, quais são, na sua opinião, as principais razões para tal?

Durante os primeiros doze meses de actividade, a empresa garante, o pleno funcionamento dos sistemas, como já referi. Daí em diante, a responsabilidade passa a ser das autoridades locais.

É verdade que há sistemas instalados que, infelizmente, deixaram de funcionar depois do fim do período de garantia, mas isso não se deve a problemas técnicos inerentes aos próprios sistemas, mas sim a falta de cuidado na operação e falta de manutenção.

E tem havido também alguns casos de vandalismo e de roubo de equipamentos que, infelizmente, tornam os sistemas inoperantes. Contudo, temos vindo a

fazer um esforço para, sempre que possível, encontrar soluções para os casos em que surgem dificuldades após o fim do período de garantia e a pedido do Ministério da Energia e Águas (MINEA), vamos começar em breve a verificar os casos em que os sistemas não estão em operação plena, vamos pô-los, de novo, a funcionar e vamos dar treino adicional aos operadores locais de acordo com as necessidades.

Qual é a vida útil dos sistemas de abastecimentos de água instalados pela Owini? Nessa perspectiva, como acha que deveria ser feita a manutenção para além do período de garantia?

Os nossos sistemas são concebidos para um trabalho contínuo de mais de dez anos.

Com boa operação e manutenção adequada, os sistemas podem cumprir a sua missão durante muito tempo.

No que se refere à manutenção no período pós-garantia, existem várias opções, seja a nível da localidade seja a nível do município ou da província.

A meu ver, o mecanismo mais eficaz seria a contratação de empresas de manutenção, recrutadas através de contratos de longo prazo, com a missão de assegurar a operação e a manutenção dos sistemas. Naturalmente, a Owini está disponível para desempenhar essa tarefa e garantir o funcionamento permanente de todos os sistemas instalados.

Quais são as maiores dificuldades que a sua empresa tem encontrado na implementação dos novos sistemas de abastecimento de água?

Em projectos desta magnitude, sobretudo em zonas remotas, algumas delas de muito difícil acesso, são muitas as dificuldades a superar, sobretudo logísticas, técnicas e humanas, mas o mais importante é a forma como nós encaramos a sua participação no programa "Água Para Todos". Ser uma parte activa e central de um projecto nacional tão importante como este é o que mais conta e, nesse sentido, todas as dificuldades são encaradas como desafios a superar.

8.37 “As comunidades locais estão mais envolvidas”

Jornal Economia & Finanças
14 De Setembro de 2018

Sabemos que tem sido feita avaliação de impacto dos projectos. O que pode dizer-nos sobre isso?

De uma forma geral, posso dizer-lhe que, em todas as localidades onde estivemos a trabalhar, as pessoas

apreciaram a nossa iniciativa e o facto de voltarmos para ver e perguntar como estavam as coisas.

E as pessoas enfatizaram a necessidade de serem ouvidas e a sua disposição em participarem em todo o ciclo do projecto.

Em função do tempo que cada sistema tem estado a funcionar sem interrupções, verificámos impactos positivos a nível da saúde e da qualidade de vida das populações, que passaram a ter água potável e uma maior comodidade, segurança e alívio de esforço, sobretudo para as mulheres, por terem como a fonte de abastecimento de água mais perto das suas casas.

Constatámos inclusivamente o surgimento de algumas actividades geradoras de rendimento para mulheres, que, por exemplo, se dedicam à lavagem de roupa ou ao fabrico caseiro de sumos, entre outras actividades. Gostaria de enfatizar que nós garantimos os sistemas de captação, tratamento e transporte de água, chafarizes, unidades combinadas de chuveiro e lavandarias, tanques de lavagem de roupa, chuveiros e torneiras, e ainda ligações a edifícios públicos. Mas acima de tudo é notório um reforço do sentimento comunitário para cuidar de algo que as populações receberam como seu. Isso reforça o compromisso e a disponibilidade que verificámos nas partes interessadas locais para colaborarem no desenvolvimento deste serviço básico para as suas comunidades.

8.38 Métodos para qualidade da água

Jornal Economia & Finanças
14 De Setembro de 2018

No ano passado assistiu-se ao acto de relançamento do projecto, no Moxico, após uma fase em que as obras de implementação dos sistemas estiveram paradas. A que se deve a essa interrupção?

É verdade que houve um atraso na implementação do projecto e isso ficou a dever-se à crise económica e financeira em Angola, mas os trabalhos não estiveram parados. O que se verificou foi uma desaceleração, e num período relativamente curto, de cerca de apenas dez meses, durante o qual foi dada prioridade à conclusão dos projectos que se encontravam mais adiantados, por exemplo em Malanje, com a conclusão dos trabalhos na aldeia de Dor e com o abastecimento de água potável a um orfanato e, no Cuanza Sul, outras 11 aldeias. Em Dezembro de 2016 retomámos os trabalhos no Cuanza Sul e no Moxico e concluímos os trabalhos em mais 41 aldeias. Ainda este ano esperasse terminar os projectos restantes no Cuanza Sul, Moxico e Lunda Norte, e com isso, daremos por concluída a

primeira fase do Programa "Água Para Todos" com os 152 sistemas previstos todos concluídos.

As regiões onde os sistemas estão a ser implementados diferem muito a do nível da topografia, clima, tipos de solos, apresentando características muito diferentes e exigindo, à partida, tecnologias diferentes. O que pode dizer sobre esta matéria e, já agora, sobre a origem dessa tecnologia, os equipamentos utilizados são importados?

Cada projecto é precedido por estudos no terreno e pelo planeamento dos trabalhos de engenharia.

A tecnologia é israelita. Como sabe, Israel teve várias experiências e a melhor tecnologia no sector, e as soluções, são naturalmente, as mais adequadas para cada zona.

Em zonas onde a radiação solar é suficiente recorremos aos painéis solares em áreas onde a perfuração é preferível à captação num rio optamos por furos e, sempre que possível preferimos tirar partido da gravidade em vez de recorrer a energia eléctrica. No que se refere aos equipamentos, os que podem comprados em Angola são adquiridos em localmente, pois damos sempre preferência ao mercado angolano, mas há equipamentos que não podem ser adquiridos no exterior, principalmente em Israel e no mercado europeu.

O Ministério da Saúde tem lançado alertas sobre a qualidade da água em certas zonas do País. Como é que a Owini garante a qualidade da água nos seus sistemas de abastecimento?

Como já tive oportunidade de mencionar, nós fazemos estudos prévios em cada localidade.

No âmbito desses estudos, as fontes de água são sempre alvo de análises para adaptar a resposta e garantir a qualidade da água. Essa é precisamente uma das maiores vantagens para as populações. que passam a ter água potável.

Nós seguimos os padrões de qualidade de água muito rígidos, obedecendo às normas da Organização Mundial de Saúde e, naturalmente, aos padrões em vigor em Angola.

Em relação à questão da sensibilização, procuramos envolver as populações no projecto desde o início, logo na fase de desenvolvimento durante a construção de solos, apresentando características e no primeiro ano de operação, precisamente para que considerem o projecto como seu e sintam a necessidade de garantir uma operação adequada e uma manutenção permanente dos sistemas instalados,

a fim de assegurar um fluxo contínuo de água potável.

Um dos programas promovidos é o "Águita", em que através de um personagem de banda desenhada, se procura passar as populações as regras básicas do uso e da boa conservação dos sistemas de distribuição de água potável em cada localidade.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 “SOS criança” regista 269 casos de violência contra menores

Jornal O PAÍS

25 De Setembro de 2018

Texto: Domingos Bento

Duzentos e 69 casos de violência contra menores foram registados, em Luanda, de Janeiro até ao fim da primeira quinzena de Setembro, do ano em curso, pela organização Cuidados da Infância, por via do seu programa de atendimento aos menores em risco "SOS Criança". Segundo José Caxinda, coordenador do referido programa que trabalha em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância e o Instituto Nacional da Criança, nos casos mais registados constam o abandono familiar, falta de registo, fuga à paternidade, falta de prestação de alimento, maus tratos e abuso sexual.

Neste último tipo, durante o período em referência, foram registados 16 casos, com as meninas dos 5 aos 13 anos de idade a serem as principais vítimas e os autores continuam a ser pessoas próximas a criança e que a ameaçam de morte e torturas de forma a silenciá-la.

De acordo com José Caxinda, que falava ao OPAÍS à margem do acto de apresentação das actividades da sua organização referentes aos primeiros oito meses, apesar de o ano ainda não ter terminado, dados indicam que 2018 vai registar mais casos de agressões aos direitos das crianças em relação a 2017, em que foram registados um total de 388 casos de violência. Destes, destacam-se o abuso sexual, fuga à paternidade, acusação de feitiçaria, não prestação de alimentos, agressões físicas, abandono e outros tipos de violência que puseram em risco a vida de centenas de menores.

"Numa altura que estamos a sensivelmente três meses de o ano terminar e já vamos com 269 casos de violência, o que é preocupante, até Dezembro, caso continuemos a registar esses elevados casos, pensámos que vai haver um aumento. Os números são claros e indicam para esta direcção, infelizmente", lamentou defensor social".

No entanto, de forma a frustrar futuros casos, José Caxinda sugere uma maior actuação das forças de defesa e segurança junto das comunidades, sobretudo ao nível dos bairros e municípios mais periféricos por

se apresentarem como as zonas de maior vulnerabilidade social e onde, devido às dificuldades sociais, as crianças mais facilmente são abusadas.

"É verdade que os crimes podem acontecer em qualquer família e sociedade, mas temos visto que os bairros periféricos são os que mais registam os casos de violência contra a criança. É que nestas zonas, os pais, quando vão às suas actividades diárias, tendem a abandonar as crianças sozinhas, sem o acompanhamento de algum adulto. E é nestas ocasiões que os agressores aproveitam para realizarem os seus intentos", frisou o especialista, que defende a criação de espaços públicos nos bairros mais carenciados de forma a proteger as crianças de famílias vulneráveis.

O responsável fez saber ainda que a sua instituição, após recepção e registo dos casos de violência, os encaminha às autoridades de direito como o Instituto Nacional da Criança (INAC), Polícia Nacional e para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher. Estas organizações, por sua vez, dão o devido tratamento, culminando, em muitos casos, com detenções, multas e seguimento nos tribunais.

9.2 Fórum de Mulheres Jornalistas

Jornal O PAÍS

23 De Setembro de 2018

Texto: Neusa Filipe

A directora do gabinete de gestão de projectos e porta-voz deste fórum, Suzana Mendes, fi entrevista, ontem, a OPAÍS, explicou que o projecto visa retirar as mulheres do mercado informal.

A fonte esclareceu que o principal objectivo do referido projecto é reforçar a presença das mulheres no mundo dos negócios, para que tenham as mesmas oportunidades e retirar as que estão no mercado informal, dando-lhes a oportunidade de fazer um negócio formal.

Para a efectivação deste propósito, a sua instituição está a preparar uma campanha de sensibilização para que o projecto tenha maior adesão das mulheres.

Esta actividade começará em Luanda, onde está a maior concentração populacional de mulheres no mercado informal, e, seguidamente, estender-se-á às outras províncias do país.

A inclusão das mulheres neste projecto, segundo a jornalista Suzana Mendes, visa também conferir -lhes maior comodidade e retirar -lhes dos riscos durante as suas actividades no mercado informal.

Sobre o FMJIG

Sobre as actividades do Fórum das Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género (FMJIG), Suzana Mendes explicou que na sua existência, desde há nove anos, tem desenvolvido várias projectos.

Mas o maior foco desta organização não-governamental angolana está no desenvolvimento de projectos que visem a igualdade de género com e através da comunicação social.

O seu trabalho, segundo ainda Suzana Mendes, envolve muito os órgãos de comunicação social através das novas plataformas de comunicação, entre as quais as redes sociais.

Trata-se de um trabalho de sensibilização e divulgação do conceito de igualdade de género, desenvolvendo actividades e acções de luta que visem o alcance deste objectivo.

Sublinhou que qualquer profissional da comunicação social pode fazer parte do fórum, basta demonstrar o interesse e ter um comprometimento com a causa da igualdade de género.

"A nossa ideia inicial era que o Fórum reunisse apenas mulheres, mas o envolvimento de homens colegas de profissão foi tão grande que agora temos também homens a fazerem parte da associação, inclusive nas direcções de alguns núcleos, e o seu contributo tem sido muito grande", disse.

Explicou que a visão da luta pela igualdade de género não se cinge somente em mulheres "e não será possível alcançá-la só com mulheres", alertou.

Igualdade de género em Angola

A fonte considerou que a luta pela igualdade de género no país ainda é muito longa, salientando que não se deve olhar só para os níveis de topo como os ministérios e o Parlamento, mas também para o nível intermédio e o de base.

"Temos ainda muito poucas mulheres como directoras de escolas, como administradoras e como líderes de empresas. Há muito ainda a ser feito nesse sentido", concluiu a responsável.

Refira-se o FMJIG reúne mais de 100 jornalistas em todo o país, com núcleos instalados nas províncias de Benguela, Cuando Cubango, Bengo e Huambo.

10. AMBIENTE

10.1 Governo lança sub-programa de requalificação dos jardins e espaços verdes

Jornal O PAÍS

1 De Setembro de 2018

O governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, lançou Sexta-feira um sub-programa de requalificação dos jardins e dos espaços verdes, visando promover a arborização dos espaços urbanos e melhorar os equipamentos de utilização colectiva. Enquadrado no programa "Luanda verde 2022", o projecto tem como lema "Dê cor à sua vida, dê cor à sua comunidade" e prevê abranger toda a província. O governador anunciou também o lançamento do projecto de iluminação pública em todo o território da província, começando pelo casco central dos municípios de Luanda e Belas Disse que com o programa espera-se melhorias na saúde dos cidadãos, uma vez que, os espaços verdes revelam-se cada vez mais importantes na melhoria da qualidade de vida, promovendo estilos de vida saudáveis.

"Há, pois, uma relação inequívoca entre a qualidade de vida, bem-estar das populações e a qualidade ambiental, sendo os espaços verdes considerados fundamentais à saúde das pessoas", disse. Anunciou que será iniciada uma campanha massiva que envolverá estudantes, igrejas, ONG e outras organizações da sociedade civil, num programa de plantação de árvores e reabilitação de espaços verdes, com vista a tirar Luanda do topo da cidade menos arborizada na África Austral. Adriano Mendes de Carvalho pretende que cada cidadão tenha a cultura de plantar e cuidar de uma árvore ou do seu espaço verde. O responsável manifestou -se preocupado com a quantidade de lixo produzido diariamente, razão pela qual está a coordenar uma comissão, sob orientação do Presidente da República, João Loureço, objectivando inverter o quadro. Para Venceslau de Almeida, consultor de infra-estruturas eléctricas, o processo de iluminação pública só será viável e funcional se a ENDE dispuser com regularidade a energia necessária para manter acesos os postes no período nocturno. De acordo com o administrador do município de Belas, Mateus da Costa, a sua jurisdição tem um deficit em termos de iluminação pública e de arborização, pelo que este programa revela-se de grande valia.

10.2 Governo lança campanha sobre educação ambiental

Jornal de Angola

3 De Setembro, de 2018

Texto: António Gonçalves

A falta de saneamento básico, água e os comportamentos inadequados de higiene, foram apontados ontem pelo director do Gabinete Provincial da Educação de Benguela, Evaristo Mário, como um dos principais factores que contribuem para a mortalidade infantil.

O responsável que discursava durante a cerimónia de abertura da Campanha de Sensibilização e Educação Ambiental que está a ser promovida pelo Governo Provincial de Benguela, através do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários em parceria com o Gabinete Provincial da Educação, defendeu a implementação de programas educativos nas escolas para a prevenção de epidemias.

O responsável acredita que, com o lançamento da referida campanha, serão reforçados os conhecimentos dos professores sobre o saneamento básico como forma de prevenção de doenças. "Creio que serão identificadas as melhores práticas para a melhoria de qualidade do ensino e a promoção da saúde nas comunidades", admitiu Evaristo Mário, acrescentado que, "deste modo promove se também um processo de consciencialização ambiental, de mudanças de atitudes e de comportamentos face ao ambiente". Para Evaristo Mário, a implantação e início da Campanha de Sensibilização e Educação Ambiental nas escolas da província de Benguela, pode ser considerada como uma das formas mais eficazes para a conquista de uma sociedade sustentada.

"Os debates mundiais e nacionais sobre o meio ambiente que acontecem nos últimos anos, revelam que as escolas podem ser o trampolim para o alcance do desenvolvimento sustentado, desde que se transformem em espaços de consciencialização ambiental, desenvolvendo o senso crítico a mudança de comportamento, incentivando o respeito a vida, e disseminando novas práticas de uso dos recursos naturais", advogou.

Na oportunidade, o vice-governador de Benguela para o Sector Técnico e Infra estruturas, Leopoldo Muhongo, disse que a referida campanha se apresenta como um grande desafio que visa a melhoria do saneamento básico.

"Tomamos essa posição porque entendemos que nos pode conduzir a eficiência para a prestação do serviço.

Mas acima de tudo pode representar um exercício de poupança de fundos públicos que até agora gastávamos de forma excessiva em matéria de saneamento básico", justificou.

O governante que revelou ser a dívida pública da província elevada, em relação aos serviços prestados no domínio do saneamento básico, concretamente na recolha e transportação dos resíduos sólidos, disse que o Governo provincial está a apetrechar as administrações municipais.

Apelo do vice-governador

Durante a sua alocução, o vice-governador apelou às direcções das escolas para voltarem a implementar as campanhas internas de limpeza. "Além de que com as campanhas teremos as escolas sempre limpas, vamos com isso, criar novas mentalidades a classe estudantil", sublinhou.

"Não devemos pensar em viver apenas para nós. Temos que ter cuidado para deixar mos um mundo ainda melhor para os que estão a nascer nos dias correntes. Portanto, temos de deixar um património natural e ambiental de melhor qualidade," alertou Leopoldo Muhongo.

Aterros sanitários

Leopoldo Muhongo anunciou que o Governo Provincial está a trabalhar com alguns órgãos do Governo central para a criação brevemente na província de dois aterros sanitários, que serão instalados na zona Norte, para os resíduos produzidos pelos municípios do Balombo, Bocoio, Lobito e Catumbela e outro na região Sul para atender a Ganda, Cubal, Chongorói, Caimbambo, Baía Farta e Benguela.

Para o vice-governador, os aterros sanitários vão permitir que se faça uma diferenciação no tratamento dos resíduos sólidos, e desta forma, preservar-se á também o meio ambiente. "Estamos a trabalhar com o Ministério do Ambiente e com outros departamentos ministeriais, para que a província tenha brevemente esta infra-estrutura", avançou.

Campanha de arborização

o governador de Luanda afirmou, no último dia de Agosto, que vai ser desenvolvida uma campanha de plantação de árvores para alterar aquilo que até a ele próprio desagrada na capital e na restante província. Na mesma cerimónia, com a presença de jornalistas,

como convém em situações destas em que quem manda precisa que se apregoem as intenções, o governador não se ficou pelas árvores. Também anunciou um "subprograma de requalificação dos jardins e das zonas verdes" bem como a atribuição a "pequenas empresas" a responsabilidade de cuidarem daqueles

espaços, manutenção das vias dos distritos urbanos e da iluminação pública! Tudo isto, releve-se, que é digno disso, para proporcionar um ambiente mais saudável a Luanda e fomentar a criação de oportunidades de emprego. Quanto a prazos para o início da plantação de árvores, manutenção das vias, funcionamento da iluminação, nicles. O que o luandense comum sabe , mesmo o mais distraído, é que o Cacimbo está deabalada e o tempo das chuvas a chegar. Ora, se nem árvores se podaram! A não ser que se esteja a guardar tudo para as "pequenas empresas". Até lá, Luanda continua a ser a cidade menos arborizada da África Austral.

10.3 Populares são recrutados para fiscalização da floresta

Jornal de Angola

7 De Setembro de 2018

Texto: Fernando Neto

O Instituto de Desenvolvimento Florestal na província do Zaire (IDF) está a mobilizar cidadãos residentes em comunidades rurais para trabalhos de fiscalização em florestas locais, por falta de fiscais suficientes para a cobertura da vasta extensão local, informou ao *Jornal de Angola* o responsável do sector, João Domingos.

"Estamos a trabalhar para o relançamento da exploração sustentada dos recursos florestais e da fauna selvagem na nossa província. Como não temos um número suficiente de fiscais, estamos a mobilizar populares das várias comunidades", frisou João Domingos.

O reduzido número de fiscais, segundo João Domingos apresenta-se como o principal factor para a exploração anárquica dos recursos florestais na região. A província tem apenas quatro fiscais, dos quais três estão destacados no município do Soyo e um no controlo policial do Loge, região divisória entre as províncias do Zaire e a do Bengo. "Este número é irrisório para travar a invasão das áreas florestais na nossa região", deplorou.

a tentativa de colmatar este défice, os técnicos do Instituto de Desenvolvimento Florestal da província têm realizado palestras nas comunidades para sensibilizar a população sobre a importância da preservação da floresta e da fauna e, conseqüentemente, recrutado alguns cidadãos para a fiscalização, pois os casos de abate indiscriminado de árvores e de caça furtiva têm aumentado.

Segundo o interlocutor, o Estado angolano reconhece que a sociedade rural necessita dos recursos florestais para a sua sobrevivência, razão pela qual estabeleceu limites no abate de árvores para a produção artesanal de carvão, queima de adobes, construções de casas, assim como o abate de animais para a sua alimentação.

"Quando, por exemplo, se abate mais de dois animais por espécie, ou se queima madeira para mais de dois sacos de carvão, já estamos diante de práticas criminosas, de pessoas que buscam fins comerciais, daí quem incorrer nestas irregularidades deve ser penalizado com a aplicação de multas correspondentes", explicou João Domingos.

O director do IDF disse ainda que a floresta na província Zaire tem muitas espécies de árvores. Entre as 40 catalogadas para produção de madeira, destacam-se o pau-preto, uma das mais valiosas a nível mundial, mas, nesta altura, está proibido o seu abate em todo o país, -assim como o pau-rosa. A província tem ainda rnafumeira, tala branca, loghi, menga - menga, ngulu masa, llimba, lomba, nsinga, moreira, nemba, moabi, mbosa e mposa.

Campanha florestal 2018

Nove empresas do ramo de exploração florestal aguardam por licenças para iniciar a sua actividade, à luz da Campanha de Exploração Florestal de 2018, oficialmente aberta em Agosto último.

Até ao momento, o Instituto Florestal licenciou apenas empresas para a exploração de madeira na província do Zaire, das quais uma já está a explorar touros. A este respeito, João Domingos disse que a província pretende adquirir serrações para facilitar o processo de desenvolvimento de comercialização de madeira.

Zaire vai explorar mel

O responsável do IDF no Zaire informou que o seu pelouro prevê, ainda este ano, implementar cooperativas de colectores de mel e a criação de um polígono florestal, para garantir o repovoamento florestal na região.

10.4 Zonas críticas de Luanda carecem de intervenção

Jornal De Angola

13 De Setembro de 2018

Texto: César Esteves

Moradores dos distritos urbanos da Samba, Sambizanga e Maianga e do município do Cazenga afirmaram que nenhum trabalho de saneamento básico foi feito para impedir a repetição das conseqüências negativas da passada época chuvosa.

O bairro 11 de Novembro, no município do Cazenga, onde em Fevereiro deste ano mais de duas mil famílias abandonaram as residências devido a inundações, não sofreu nenhuma intervenção para melhorar o saneamento básico. Sempre que chove, as casas ficam inundadas, porque na rua do Mambululu há uma bacia de retenção que transborda depois de atingir a capacidade máxima.

Marcela Rodrigues, 62 anos, 33 dos quais a viver naquele bairro, disse que a situação piorou depois de várias famílias construírem casas à volta da bacia de

retenção, obstruindo as linhas de água. A moradora aponta também o dedo à Administração Municipal do Cazenga. "Já reclamamos tanto, mas deu em nada. Apenas nos confortam com as promessas de que vão resolver o problema", frisou.

Em 2007, a Administração do Cazenga recenseou as famílias que vivem à volta da bacia de retenção para serem realojadas em zonas seguras, mas apenas sete receberam casas no bairro da Sapú.

A sexagenária, cuja casa está junto à batia de retenção, não foi realojada. "Quando chove, tenho que improvisar uma cama de blocos, com mais altura, para conseguir dormir", revelou.

Ao contrário de outras famílias que encontram refúgio sempre que as casas ficam inundadas, Marcela Rodrigues é obrigada a ficar na sua moradia inundada, por não ter para onde ir.

Com a chegada do tempo chuvoso, ela pede à Administração para encontrar uma solução para as famílias que vivem naquela zona. "Até já não aceito comprar novas mobílias, porque a água da chuva está sempre a estragar as coisas", salientou. João Marques, 82 anos de idade, dos quais 42 anos a residir na rua do Mabululu, cuja casa em Fevereiro deste ano foi inundada, criticou a Administração por nada ter feito para impedir que aquele cenário se repita este ano. "Só aparecem quando a zona fica inundada. Agora, com o regresso do tempo chuvoso, vamos voltar a sofrer", desabafou. Além de a casa estar a ser permanentemente invadida pela água que sai da bacia de retenção, João Marques tem inoperante desde 2009 uma padaria, que era o único meio de sustento, devido às inundações.

Damião Mussunda, 58 anos, defende que, enquanto não aparece uma solução definitiva para o problema da rua do Mabululu, seja realizado um trabalho igual ao da bacia de retenção do Coelho, que passa pelo aprofundamento do reservatório, no sentido de absorver mais água.

Retido numa cadeira de rodas, devido a um acidente de viação, o morador sustenta que, dessa forma, a água deixará de invadir as casas.

INAMET prevê muita chuva em Novembro

Novembro vai ser o mês com mais chuva em Luanda, podendo as precipitações serem dispersas ou intensas, deu a conhecer o director - geral do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), Domingos do Nascimento.

O responsável explicou que nos últimos três anos, um dos meses mais chuvoso em Luanda tem sido o

de Outubro. Na época passada, disse, previa-se nesse mês uma média de 9 mm de água, mas, surpreendentemente, Novembro acabou por ser o mês com maior quantidade de chuva. A capital recebeu na época chuvosa passada uma média de 9 mm de água no mês de Novembro. "Mas, para o período que se avizinha, estimamos um valor abaixo disso nesse mesmo mês", anunciou. Domingos do Nascimento, director-geral do INAMET, disse que nesta época chuvosa haverá períodos em que determinada região do país vai receber mais carga de água que outras. "Vamos ter precipitações variáveis ao longo de todo o país, mas sempre considerando primeiro as zonas mais frequentes e mais comuns, como o centro e sul do país", frisou.

O director-geral do INAMET acrescentou que essas zonas podem começar a receber já as primeiras chuvas em Setembro. "Depois vai subindo para região Norte", salientou.

O Jornal de Angola contactou várias vezes, sem sucesso, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda no sentido de saber se foi feito algum trabalho de desassoreamento das valas de drenagem da capital alegadamente por indisponibilidade dos seus responsáveis. Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros e o Ministério da Saúde também foram contactados por carta, mas até agora ninguém respondeu.

Arquitecto defende o fim dos bairros desordenados

Claudio Acioly, arquitecto urbanístico da ONU-Habitat, alertou que o problema das inundações no país pode piorar se não acabar "o crescimento de bairros desordenados". Angola faz parte da África Subsaariana, onde se registam as mais altas taxas de urbanização anárquica, que estão a determinar a forma das cidades.

"Os planos e gestão urbana nesta região não estão a ser capazes de absorver o crescimento populacional de uma forma sustentável, reflexo de uma urbanização não planeada", referiu. Com a ocupação anárquica, Angola arrisca-se a criar áreas de inundações, que não deviam ser ocupadas, como, por exemplo, as de preservação do meio ambiente, onde não deve haver estradas nem outras infra-estruturas, alertou o especialista.

Claudio Acioly acrescentou que Luanda perde muito no capítulo da produção e prosperidade, porque várias partes da cidade estão isoladas do resto das infra - estruturas, como as redes de electricidade e drenagem, vias de circulação de pessoas e veículos, importantes para uma urbe do seu tamanho.

"Fazer um plano de urbanização depois da ocupação é muito mais caro e difícil por ter de envolver a população", alertou Claudio Adoly. Segundo o especialista, as cidades que dispõem de uma malha urbana acessível são as que produzem os maiores índices de prosperidade.

10.5 Cidade do Kilamba planta hoje acima de 200 árvores

Jornal De Angola

14 De Setembro de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

Mais de 200 árvores são plantadas hoje, entre os quarteirões F e Q, da Cidade do “Kilamba” município de Belas, em Luanda no âmbito de uma campanha do Ministério do Ambiente, com o lema "Integração e valorização dos espaços verdes em ambiente urbano para o alcance da sustentabilidade"

A iniciativa foi anunciada ontem pelo secretário de Estado do Ambiente, Joaquim Manuel, na abertura do primeiro seminário sobre espaços verdes, realizado na Cidade do Kilamba, pelo Instituto Nacional de Gestão Ambiental, tutelado pelo Ministério do Ambiente.

Joaquim Manuel explicou que o objectivo da campanha é a criação de mais espaços verdes e garantir uma vida mais saudável a toda a população da província de Luanda.

O Ministério do Ambiente realizou o encontro com o objectivo de colher contribuições e experiências de práticas ambientais, para que sejam criadas políticas de promoção de acções de preservação do ambiente.

O seminário termina hoje e debate temas como "Espaços verdes como ferramenta para a educação ambiental", "A integração dos espaços verdes no ordenamento do território", "A gestão de espaços verdes na cidade de Luanda", "Os impactos sócio-ambientais dos espaços verdes na qualidade de vida dos cidadãos", "O fomento de hortas urbanas e comunitárias para o desenvolvimento sustentável" e "Jardins verticais e a sua influência no microclima urbano".

O encontro vai chamar a atenção e a consciência dos cidadãos no sentido de darem, cada vez mais, importância aos espaços verdes. "A preservação dos espaços verdes só é possível com o empenho e envolvimento de todos, através de acções como a plantação e rega de árvores", declarou o secretário de Estado do Ambiente.

No seminário, de acordo com Joaquim Manuel, vão sair matérias de integração e valorização dos espaços verdes, considerados "o pulmão indispensável" à produção do oxigénio necessário, mitigando, deste modo, os efeitos das emissões de gases tóxicos, oriundos de indústrias e de automóveis.

"Esperamos que este encontro não se multiplique apenas em número, mas em acções concretas em todas as províncias, para que, a curto e médio prazos, os espaços verdes urbanos sejam, efectivamente, uma realidade em todo o país", acentuou Joaquim Manuel.

O secretário de Estado lembrou que a Lei de Bases do Ambiente consignou o princípio de que todos os cidadãos têm o direito de viver num ambiente sadio e dos benefícios da utilização racional dos recursos naturais do país.

A Constituição, referiu, preceitua que todos têm o direito de viver num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. "Estamos convencidos de que este seminário vai produzir conclusões, recomendações e linhas estratégicas que, obviamente, vão permitir ao Ministério do Ambiente e às diferentes instituições desenvolverem acções ambientais sem descuidar da componente espaços verdes" acrescentou o secretário de Estado do Ambiente.

A cerimónia de abertura do seminário sobre espaços verdes foi presenciada pelos secretários de Estado dos Transportes, Assistência Social, Família e Promoção da Mulher e parceiros do ambiente.

Gestão ambiental

O Instituto Nacional de Gestão Ambiental (INGA) é um órgão criado por decreto presidencial para assegurar em todo o país a investigação, promoção, formação, disseminação e divulgação da política de gestão ambiental e apoiar as associações de defesa do ambiente.

Do rol de atribuições do INGA constam acções de sensibilização, educação dos cidadãos, promoção da estratégia nacional e asseguramento da integração de matérias relevantes para o sistema de ensino.

O instituto defende também a capacitação e educação ambiental das crianças e jovens, para uma melhor divulgação das boas práticas ambientais.

O INGA acompanha projectos licenciados, na fase de construção e de operação, apelando ao cumprimento das medidas de mitigação.

O instituto realiza também campanhas de sensibilização porta -a - porta, em mercados,

empresas e instituições ambientais e palestras em escolas, centros infantis e igrejas.

10.6 Áreas verdes de Luanda entre privatizações e o betão

Jornal O PAÍS

15 De Setembro de 2018

Texto: Milton Manaça

Quando chegou a Luanda, em 1986, vinda do interior do país era no jardim do Mutu-Ya-Kevela que Muinga Bernardete passava os tempos livres para apanhar a fresquidão do ar da cidade em companhia do seu esposo.

A moradora do Prédio dos Militares, no Maculusso, diz que este foi um espaço de referência, onde boa parte dos adolescentes e jovens se concentravam para a leitura, prática de ginástica e outras actividades lúdicas.

Actualmente, com 53 anos, Muinga mostra-se descontente ao ver o local transformado numa enorme estrutura de betão armado, afirmando que para a população a mudança feita não causou melhorias no espaço público.

"Não gostamos nada desta alteração. As crianças ficaram sem espaço de lazer e isto descaracterizou completamente o largo", disse a moradora.

Alfredo Leitão, de 47 anos de idade, que também frequentou o mesmo jardim, partilha a mesma opinião, acrescentando que a eliminação deste espaço verde foi um golpe duro para os moradores do Maculusso.

O outrora, era neste local que Muinga e Alfredo iam à busca dos filhos, sempre que estes não estivessem em casa, mas hoje, o que vêem é os petizes a encher as varandas das casas e as ruas (asfalto) para brincar.

"Às vezes vejo-me forçado a sair com as crianças do Maculusso até ao Jardim do Miramar, onde pagamos uma taxa para ter acesso", lamenta Alfredo Leitão.

Parque de estacionamento

O jardim do Mutu ainda chegou a ser reabilitado depois dos anos 2000 onde o verde fazia uma perfeita combinação com as águas que caíam entre pedras em forma de cascata.

Em 2013 vedou-se o espaço e as máquinas que foram colocadas no interior partiram tudo o que lá havia. A única informação disponível no local é que o espaço

será transformado num parque de estacionamento e haverá revitalização do largo.

No dia desta reportagem (Quarta - feira, 12) não havia movimento de homens e máquinas e, segundo alguns moradores, há indícios que as obras paralisaram.

Para quem está por baixo da estrutura de betão, não consegue vislumbrar a bela imagem arquitectónica da escola Mutu-Ya-Kevela, um dos monumentos histórico e culturais da cidade.

Privatizações

O rumo que foi dado à Zona Verde do Alvalade e outros parques públicos também preocupa os cidadãos, que se mostram descontentes com a quase inexistência de árvores na cidade de Luanda.

O cidadão Joaquim Adriano, por exemplo, realça que desde que foi privatizado e encerrado para obras, já não sentem o efeito do ar que a Zona Verde do Alvalade transmitia.

Para além da melhoria do jardim, foram arguidos quiosques e outras lojas comerciais e os funcionários envolvidos na sua reabilitação disseram a OPAÍS que a área será inaugurada a 11 de Novembro do corrente ano.

10.7 Luandenses saem à rua para limpar Zona costeira

Jornal O PAÍS

15 De Setembro de 2018

A Vigararia para a Pastoral Social da Arquidiocese de Luanda, da Igreja Católica, realiza, hoje, Sábado, uma campanha de limpeza com foco nalguns pontos da Zona costeira da Ilha de Luanda.

Coincidentemente, um grupo de jovens, em comemoração do Dia Mundial da Limpeza que se assinala hoje, terá uma concentração na Praia Amélia para a recolha de resíduos sólidos e para colocar o nosso país na campanha mundial com o lema "um dia, um planeta e um objectivo". Nesta campanha mundial, milhões de pessoas em 150 países unem-se para limpar "o nosso mundo", na maior acção cívica da história da humanidade.

A primeira actividade, na Ilha de Luanda, realizada pela Vigararia, começa às 8 horas de hoje, em frente ao Hotel Panorama. As comunidades cristãs em outros pontos da capital estão igualmente convidadas a realizar o mesmo gesto, limpando os seus espaços,

com particular relevo para as que vivem próximas do mar ou em zonas atravessadas por valas de drenagem.

"Este gesto simbólico de limpeza das praias surge no âmbito da vivência da época da criação, sob iniciativa de vários líderes cristãos, com forte envolvimento do Papa Francisco, que teve início no dia 1 de Setembro e estende-se até ao dia 4 de Outubro, dia em que se celebra a memória de São Francisco de Assis, Patrono da ecologia", lê-se na nota enviada a OPAÍS.

Para este ano foi escolhido o lema "Caminhando juntos no cuidado pela Criação", o qual. Reflete a necessidade de juntos cuidarmos do ambiente, de acordo com a organização, sem distinção de religião, e dar as mãos por esta causa com a qual nos temos descuidado em demasia pondo em risco a existência de ecosistemas raros e a vida de várias espécies marinhas e outras que dependem do mar.

Já a segunda actividade, que decorre na Praia Amélia, na Samba, tem início previsto para as 7h30 e conta com voluntários e parceiros cuja missão é livrar a referida zona dos resíduos mal administrados. Por ser uma praia muito frequentada, principalmente aos finais de semana, os organizadores desta actividade julgam ter calhado num bom dia.

O ambientalista Marcelino Francisco, em entrevista ao País, exortou à participação dos moradores da zona, bem como de todos os luandenses que se sentem motivados com a causa, uma vez que o Dia Mundial da Limpeza aproveita o poder das pessoas comuns para, por meio desta união, criar uma onda verde. Para o ambientalista, esta acção irá diminuir, de certa maneira, os resíduos que têm contribuído para a morte de muitos animais marinhos, bem como para a degradação do meio ambiente. "Milhares de animais são vítimas dos plásticos deitados ao mar. Temos de mudar de atitude, temos de adoptar comportamentos ambientais aceitáveis", reforça.

10.8 Repudiada substituição de jardins por betão

Jornal De Angola

17 De Setembro de 2018

A ministra do Ambiente, Paula Francisco Coelho, expressou, em Luanda, descontentamento em relação a substituição de alguns espaços verdes e jardins, por pavimentos de betão, urna prática que se vem intensificando, sobretudo na capital do país.

No final do seminário sobre "valorização dos espaços verdes em ambientes urbanos", a governante

condenou o gesto, salientando que o seu pelouro está já a , trabalhar no sentido de inverter o quadro.

"Olho para esta realidade de forma muito negativa mas ternos estado a fazer contactos com os Governos Provinciais e as Administrações Municipais para criarmos uma consciencialização diferente daquilo que é a gestão integrada sobre o ponto de vista da sustentabilidade ambiental, disse Paula Francisco Coelho.

Para Paula Francisco Coelho os espaços vão ser revisitados e recuperados, por meio d acções conjuntas que envolvem o recém-criado Instituto Nacional de Gestão Ambiental, em conformidade com um mecanismo de diálogo previamente identificado.

Neste sentido, Paula Francisco Coelho adiantou que este primeiro seminário visou identificar, de forma mais específica, os tipos de legislações para se acautelar a questão dos espaços verdes, conjugados com a Lei de Terra,' do Ordenamento do Território e sobre o sector da construção.

A ministra do Ambiente sublinhou que uma das premissas do sector que dirige é a educação ambiental, nas suas mais variadas vertentes, quer seja informal quer seja formal, assim como a aposta na formação e capacitação, consubstanciada no aprendizado com prática.

" Os espaços verdes contribuem para a melhoria da qualidade de vida das nossas populações, atraem cidades, visitantes, implementação de áreas de lazer e ecológicas e jovens casais que pretendem conviver em ambientes naturais com alegria", disse.

10.9 Entrepasto inspecciona exploração da madeira

Jornal De Angola

18 De Setembro de 2018

O secretário de Estado para as Florestas anunciou ontem, na cidade do Luena, Moxico, a construção para breve de um entreposto para fiscalizar a exploração de madeira, que tem sido feita de forma ilegal.

André Moda, que falava no final do encontro com o governador do Moxico, Gonçalves Muandumba, disse que o entreposto visa disciplinar a actividade florestal na região.

"A medida vai trazer muitos benefícios para a província, já que toda a madeira explorada no Moxico, antes de sair para outras regiões, deverá

passar pelo entreposto para ser fiscalizada e controlada", explicou André Moda, salientando que o empreendimento vai permitir o pagamento da madeira a ser exportada para o exterior do País.

O secretário de Estado disse que os exploradores de madeira devem possuir maior capacidade de investigação, para descobrir outras espécies de madeira e não se cingirem apenas à exploração.

10.10 Inicia obra do primeiro entreposto florestal

Jornal De Angola

19 De Setembro de 2018

Texto: José Rufino

O primeiro de seis entrepostos a construir em Angola para fiscalizar a exploração de madeira começou a ser edificado segunda - feira no Luena, onde o secretário do Estado para os Recursos Florestais prometeu benefícios para a província e o país em resultado da implantação aqueles serviços.

"Após a construção e entrada em funcionamento dos entrepostos, nenhum produto florestal destinado à exportação poderá sair sem antes passar por uma dessas estruturas para efeitos de fiscalização e certificação junto o instituto de Desenvolvimento florestal, Administração Geral tributária, Comércio e Polícia Fiscal, declarou André Moda.

O secretário de Estado, que falava no acto de lançamento da primeira pedra para construção do entreposto, acrescentou que o serviço também vai fazer com que as empresas de exploração de madeira sigam os trâmites legais impostos ao corte e comercialização da madeira.

Em Agosto, André Moda anunciou a construção de seis entrepostos de produtos florestais para receber toda a produção de madeira proveniente das concessões e das unidades semi - industriais.

Os entrepostos vão ser construídos, além de Luena, em Catete (Luanda) e Caxito (Bengo), que são prioritários devido à proximidade do Porto de Luanda, Menongue (Cuando- Cubango) e nas cidades de Cabinda e de Benguela.

A nova legislação para o sector madeireiro prevê que, nas operações de exportação, passa a ser obrigatória a apresentação de uma carta de crédito ou comprovativo de transferência emitida por um banco no exterior a favor da conta do exportador, em banco domiciliado em Angola.

10.11 Moradores querem acções concretas para evitar inundações de residências

Jornal Liberdade

21 De Setembro de 2018

Moradores dos bairros Kika Kiaku, Kungo-Yenguele, Ki- kudo e Kamy, periferia da cidade do Soyo, província do Zaire, solicitaram recentemente às autoridades competentes a implementação de acções concretas para se evitar o ciclo de inundações de residências que em cada época chuvosa se assiste na região

Abordados pela Angop, avançaram como medidas para se pôr cobro ao alagamento constante de casas, a construção de mais valas de drenagem, manutenção de passagens hidráulicas, tratamento de resíduos sólidos, bem como a reabertura das vias naturais de escoamento de águas pluviais, muitas das quais obstruídas pela acção do homem. Afirmaram que a execução de tais acções contribuiriam para o saneamento básico dessas localidades, assim como evitariam uma vez por todas as inundações, de moradias que a periferia da cidade do Soyo tem vindo a registar todos os anos.

João Mbumba, morador do Paróquia, afirmou que por ser uma acção recorrente as autoridades locais já deveriam encontrar mecanismos para estancar esse mal que em cada época chuvosa cria constrangimentos aos moradores dos bairros afectados.

10.12 Derrube de árvores no Soyo cria desequilíbrio ambiental

Jornal De Angola

28 De Setembro de 2018

Texto: Jaqueline Figueiredo

A devastação de milhares de hectares de florestas, protagonizada por garimpeiros nacionais e estrangeiros, no município do Soyo, província do Zaire, para o fabrico de carvão vegetal, está a provocar um desequilíbrio ambiental assustador na região, segundo a administradora Lúcia Tomás,

Para constatar "in loco" o nível de devastação nas áreas do Lumueno, Finda Nkunku e Cavalos, a administradora municipal do Soyo, à frente de uma comissão multisectorial, integrada pelos comandantes da Região Naval Norte, da Polícia Nacional, do comandante da 71ª Brigada do Nzombo, os chefes do SIC e do SME locais,

deslocou-se terça - feira às zonas afectadas e manifestou preocupação com o derrube desenfreado de árvores,

Como medida inicial, o SIC deteve 22 cidadãos, entre nacionais e estrangeiros. com destaque para os da RDC, apanhados em flagrante a confeccionarem grandes quantidades de carvão vegetal, para fins comerciais, na localidade do Lumueno, a cerca de 20 quilómetros da cidade do Soyo.

Os referidos garimpeiros acusam alguns sobas de os autorizar a explorar a flora em troca de dinheiro e bebidas (gasosa, cerveja e vinho).

Paulo Juliana, cidadão nacional e carvoeiro há dez anos, apanhado em flagrante a devastar a flora do Lumueno, alegou que enveredou na pratica de exploração ilegal da flora para confeccionar carvão por falta de emprego, "Eu sei que o abate indiscriminado de árvores provoca graves problemas à nossa floresta, mas é a forma que encontramos para ganhar a vida,

Se ficarmos na cidade, vamos roubar e para evitar isso achamos por bem desenrascar a vida fazendo carvão, onde num forno podemos conseguir até 50 mil kwanzas", explicou,

De acordo como carvoeiro, as áreas onde fazem os cortes ilegais de árvores têm sido autorizadas pelos sobas, que alegam serem competentes e possuem direitos para o efeito.

"Estou aqui a fazer carvão há dois anos por falta de emprego. Portanto, estamos aqui por termos sido autorizados pelos velhos antes de entrarmos na mata. Só cumprimos a lei dos velhos"

Paulo Juliana fez saber que o processo de desmatamento ilegal que o município do Soyo tem sido vitima beneficia uma série de pessoas, com destaque para os fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal, (IDF), alguns agentes da Policia Nacional e efectivos das Forças Armadas Angolanas destacados em postos de controlo.

"Depois de produzirmos o carvão aqui no Lumueno; ao transportarmos para o mercado, em motas de três rodas, pelo caminho pagamos dois mil kwanzas por carregamento de dez sacos, sendo mil para a Agricultura e outros mil aos efectivos das FAA, que ficam nos controlos, e ao longo do trajecto do motoqueiro paga também aos agentes da Policia Nacional", acusou.

Por seu turno, Celestino Angelina, outro cidadão nacional que enveredou também pela prática de derrube ilegal de árvores na localidade do Lumueno,

pad a confecção de carvão, disse que a falta de emprego estão na base das suas acções afirmando terem pago ao sobas e afectivos de ,diferentes instituições que deveriam fiscalizar o mal.

"Estou aqui há dois anos a fazer carvão, por falta de emprego. Portanto, estamos aqui, por termos sido autorizados pelos velhos antes de entrarmos na mata. Se cumprimos a lei dos velhos damos aos sobas uma grade de gasosa e quatro mil kwanzas em dinheiro, para sermos autorizados a trabalhar Pagamos também à Agricultura e aos tropas, que cobram cada saco kz.200,00 num total de dez que a mota transporta, perfazendo dois mil kwanzas que entregamos", informou.

Os fiscais do IDF, acrescentou, não entram nas zonas de exploração de árvore apenas ficam nos postos de controlo, criados por eles ao longo das vias, onde são pagam valores aos efectivos das instituições acima referidas,

10.13 Famílias desalojadas beneficiam de apoios

Jornal De Angola

28 De Setembro

Texto: Victorino Matias

Mais de 60 pessoas da comuna do Camissombo, município do Lucapa, na província da Lunda - Norte, que perderam as suas casas em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a região, receberam da Endiama, por intermédio da Fundação Brilhante, apoio em material de construção e bens alimentares.

As chuvas das ultimas semanas destruíram na referida comuna 32 residências.

No quadro da sua responsabilidade social e institucional, a Fundação Brilhante, que desenvolve a actividade social da empresa diamantífera, fez a entrega à Administração Municipal do Lucapa de 27 toneladas de vários produtos, tais Como material de construção' em que se destaca chapas de zinco e sacos de cimento, para que os sinistrados possam construir as suas residências.

Foram entregues também bens alimentares constituídos, por sacos de arroz, feijão e tuba de milho, caixas de óleo alimentar, caixas de atum e sardinha, assim como sabão, mantas e roupas. No acto da recepção, o administrador municipal do Lucapa, Rogério Fangana, agradeceu o gesto da empresa diamantífera e ressaltou a necessidade de as pessoas que receberam material de construção

erguerem as suas casas em terrenos indicados pela área de fiscalização da administração local, que oferecem condições de segurança ambiental e sistemas de urbanização.

O administrador municipal do Lucapa apelou à população da comuna do Camissombo no sentido de evitar construir moradias em zonas consideradas de risco, de forma a acautelar os efeitos das calamidades naturais que causam danos no seio das famílias.

As construções desordenadas, segundo o administrador, contribuem também para a destruição de infra-estruturas, porque "as águas das chuvas não encontram caminho por onde passar."

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Embaixada angolana na China regista dezenas de empresários

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2018

Texto: Santos Vilola

O embaixador angolano na República Popular da China, João Salvador Neto, revelou em Pequim, que, num espaço de cinco meses, a representação diplomática já recebeu mais de duas dezenas de empresários chineses que pretendem investir em Angola.

Desde Abril, quando assumiu as funções de embaixador naquele país, João Salvador Neto tem ido também ao encontro de representantes de empresas de grandes dimensões para apresentar a nova Lei do Investimento Privado e a Lei da Concorrência em vigor no país e informar o ambiente de negócios no país.

"Estamos a discutir com os chineses a assinatura de um acordo de protecção recíproca de investimentos e outro para evitar a dupla tributação entre empresários com investimentos no dois países", disse o diplomata angolano, acrescentando que, na perspectiva de um empresário, estes são instrumentos muito importantes para o suporte e protecção dos seus investimentos.

"O nosso desejo é que estas negociações sejam céleres, porque são dispositivos legais que fazem parte daquilo que cria um bom ambiente de negócios e de investimentos entre as partes", salientou. O embaixador indicou que, na cooperação bilateral com a China, o objectivo é evoluir para projectos que podem ajudar na diversificação da economia angolana. "O Executivo definiu os sectores da agricultura, pescas, turismo, indústria e mineralogia como prioritários para atrair investimento privado e é aí onde temos de nos focar", disse.

A solicitação de vistos de chineses para Angola reduziu drasticamente, segundo o diplomata. João Salvador Neto tranquiliza que isso pode representar um exercício positivo, para aquilo que o Executivo defende, que passa por associar o investimento à formação de jovens angolanos, para que, em situações de crise que obriguem os empresários a deixar o país, sejam os jovens formados a assumir o negócio até a situação melhorar.

O embaixador indicou que há empresas chinesas que estão a pagar os estudos de jovens angolanos na China, além daquelas que têm centros de formação em Angola, por ser mais barata a contratação destes.

A Embaixada trabalha com grandes empresas chinesas no sentido de identificar e aproveitar os jovens em fim de formação naquele país para fazerem estágios e, depois, trabalharem em empresas chinesas em Angola.

"São jovens formados aqui. As empresas chinesas, assim, ficam sem dúvidas sobre a qualidade da sua formação, porque estudaram nas suas universidades e dominam a língua, além de conhecerem a cultura deste povo", disse o embaixador de Angola acreditado na China.

13.2 Cimeira China-África poderá renovar esperanças, defende especialista

Jornal O PAÍS

02 De Setembro de 2018

Texto: Rila Berta

João Lourenço encontra-se desde Sexta-feira em Beijing, China, para: pela primeira vez, participar no Fórum China-África desde que foi eleito há um ano. Em entrevista a OPAÍS, o economista Lopes Paulo referiu que o Presidente da República tem efectuado um bom trabalho nas visitas de Estado que até ao momento realizou.

Por isso, acrescentou, nesta visita à China espera-se o melhor da diplomacia económica do Presidente João Lourenço a fim de convencer o Governo chinês para, num curto espaço de tempo, desbloquear o financiamento de que o país precisa. "Esperamos que deste encontro saia, se não for o acordo, a perspectiva do acordo de financiamentos adicionais entre Angola e a China", afirmou.

O especialista referiu que o encontro poderá relançar a cooperação tecnológica da China com Angola, o que deverá requerer acções complementares como a qualificação da mão-de-obra. Desde 2003, a cooperação entre Angola e a China assinalou um significativo incremento, resultante da concessão de linhas de crédito, o que permitiu reconstruir importantes infra-estruturas, no quadro do Programa de Reconstrução Nacional que o Executivo angolano iniciou em 2002.

Segundo Lopes Paulo, após essa concessão houve algum congelamento na disponibilização de mais fundos para Angola, desconhecendo-se as causas.

Admitiu que a China terá feito algum inventário neste período de transição política em Angola, do qual "talvez" tenha resultado insatisfação da parte daquele país do Oriente no que se refere à aplicação de fundos por parte de Angola. O novo Governo liderado por João Lourenço, segundo o entrevistado, tem implementado medidas importantes no âmbito da reforma económica, sobretudo no domínio da transparência e no combate à evasão fiscal e à melhoria no ambiente de negócios, transmitindo, assim, um sinal positivo no mercado internacional e, sobretudo, no mercado chinês. Sublinhou que a China nunca fez exigências como as do mercado europeu, do americano ou das instituições de Bretton Woods, que sempre esperam contrapartidas dos governos na aplicação de recursos.

Apesar disso, o gigante asiático obriga a que as suas práticas se ajustem a estes modelos. Transferência da indústria chinesa para África de volta ao debate Para o economista Lopes Paulo, esta cimeira poderá renovar esperanças na perspectiva política e económica. O especialista entende que a China está a afirmar-se como um dos grandes países do mundo e, sendo a segunda maior economia do mundo, a sua pujança económica precisa de ter um respaldo político.

"A China tem-se lançado, sem mãos a medir, para várias partes do mundo, sobretudo em África, de modo a obter parcerias políticas para os seus objectivos, independentemente da condição económica de cada país", destacou. Afirmou que, do ponto de vista político, a China procura mobilizar os votos de África para garantir a sua hegemonia sempre que for necessário.

Por outro lado, o Fórum China África (FOCAC), segundo o economista deverá estar voltado para a questão da transferência da indústria chinesa para África. Lopes Paulo explicou tratar-se de um processo que tem duas vertentes: transferência do investimento tecnológico chinês para África e regulação da concorrência dos produtos, sendo que os manufacturados que vêm da China são mais baratos.

"Aqui, os Estados africanos precisam de ser mais acutilantes na promoção dos seus interesses", apelou. Para o economista Lopes Paulo, na última cimeira, realizada na África do Sul, em 2016, ficou acordado que a linha moderna de produção da China fosse transferida para África a fim de começar a aumentar o seu processo de industrialização. Entretanto, referiu terem sido dados passos tímidos em Angola, porquanto o país já enfrentava a actual crise económica e financeira que tem um parque industrial e zona económica onde grandes indústrias chinesas

fabricam e exportam para os Estados Unidos. A África do Sul também conheceu avanços nesta perspectiva", disse.

Reunião entre João Lourenço e homólogo chinês acontece hoje O Presidente da República, João Lourenço, deixou Sexta - feira Luanda com destino a Beijing, República Popular da China, onde vai participar nos trabalhos da Cimeira do Fórum China-África, nos dias 3 e 4 de Setembro. Hoje, Domingo, 2, o Chefe de Estado angolano será recebido pelo Presidente chinês, Xi Jinping, num encontro previsto para as 16 horas locais. Acompanham o Chefe de Estado nesta missão, entre outros, os ministros das Relações Exteriores, Manuel Augusto, e das Finanças, Archer Mangureira, além de funcionários do seu gabinete.

De acordo com o programa, Segunda-feira, dia 03, entre as 10 e as 11 horas locais, o ministro das Relações Exteriores vai participar na cerimónia de abertura de "diálogo de alto nível" entre líderes chineses e africanos. Manuel Augusto deverá também assistir à VI Conferência de empresários da China e de África, a ter lugar no Centro Nacional de Convenções daquele país, à margem da cerimónia do FOCAC.

A Cimeira China-África, que acontece pela segunda vez em solo chinês, é uma plataforma de consultas e diálogo colectivo, cujo objectivo é o fortalecimento de consensos, aprofundamento das relações de amizade, bem como a intensificação e promoção da cooperação entre o "gigante asiático" e os países do continente-berço da humanidade. A primeira edição do FOCAC aconteceu em 2006, em Beijing e a segunda em Joanesburgo, em 2016. A República Popular da China é dos credores mais importantes para grande parte dos países africanos. Com Angola mantém uma cooperação privilegiada e excelente.

13.3 Chefe de estado agradece ajuda dada a reconstrução

Jornal de Angola
3 De Setembro de 2018

O presidente da República, João Lourenço, agradeceu ontem, em Pequim (República Popular da China), ao homólogo Xi Jinping a ajuda ao processo de reconstrução nacional em Angola.

O Chefe de Estado, que falava durante a recepção oficial que lhe foi oferecida e à delegação angolana pelo Presidente chinês Xi Jinping, afirmou que Angola encontrou na China um parceiro que está a ajudar a construir um país que foi devastado pela

guerra. a intervenção de circunstância na sala de audiências do Grande Palácio do Povo, João Lourenço afirmou que "foi a China quem estendeu a mão a Angola na fase de reconstrução nacional". "Estamos a reconstruir o nosso país com o financiamento chinês também", afirmou o Presidente da República.

Em relação ao continente em geral, João Lourenço reconheceu que a China tem desempenhado um papel importante no processo de desenvolvimento de África. O Chefe de Estado disse que este processo de reconstrução do continente africano requer uma certa atenção. As nossas parcerias no passado não deram certo, e de umas décadas a China estendeu-nos a mão e os resultados são visíveis em praticamente todo o continente", reconheceu. João Lourenço é um dos Chefes de Estado que participa hoje e amanhã, terça-feira, no Fórum sobre a Cooperação sino-africana (FOCAC), cujo tema é "Construir uma comunidade de destino comum China - África" Criado em 2006, em Pequim, a Cimeira do FOCAC é a maior actividade diplomática que junta dezenas de Chefes de Estado do continente africano. A Cimeira de Pequim é a maior actividade diplomática que a capital chinesa acolhe este ano. Delegações de líderes africanos e de organizações regionais do continente continuam a chegar a Pequim para o encontro que começa às 16 (hora local).

Hoje acontece o "Diálogo entre líderes e representantes de industriais e comerciais chineses e africanos" e a abertura da VI Conferência e empresários chineses e africanos. Na cerimónia de abertura da Cimeira do FOCAC. No Grande Palácio do Povo, o Presidente chinês deve apresentar aos líderes os desafios da cooperação com o continente africano.

Para amanhã, está prevista uma mesa redonda onde os líderes trocam impressões sobre o progresso das relações entre a China e África, questões de políticas regionais e internacionais.

A Cimeira de Pequim deve aprovar dois documentos que vão espelhar as intenções das partes em relação à parceria comum que será conhecida como "Declaração de Pequim para construir uma comunidade de destino comum e uma África mais sólida" e o "Plano de Pequim 2019-2021".

Na capital chinesa acontece à margem da Cimeira reuniões de oficiais seniores entre as partes e uma conferência ministerial para preparar a documentação a ser aprovada pelos Chefes de Estado. Esta é a terceira Cimeira, depois de Pequim, em 2006, e de Joanesburgo (África do Sul), em 2015. O Presidente

João Lourenço, eleito em Agosto do ano passado, participa pela primeira vez no fórum.

Relações são amplas

O embaixador angolano na República Popular da China, Garcia Bires, afirmou que a expectativa sobre a presença da delegação chefiada pelo Presidente da República é grande, "porque há decisões que vão sair do encontro que terão um carácter global. E cada país, num plano bilateral, deve estabelecer os seus acordos de cooperação com a China".

O diplomata lembrou que Angola tem relações muito amplas com a China. A perspectiva, segundo Garcia Bires, é que estas relações sejam ampliadas e diversificadas.

O embaixador esclareceu que a relação de cooperação com a China não se esgota em questões financeiras. "Estamos a trabalhar na perspectiva da ampliação destas relações, com investimentos privados chineses e de empresas chinesas. Esta é a perspectiva que temos e queremos", disse Garcia Bires anunciou que devem chegar à capital chinesa nas próximas horas empresários angolanos para participarem num diálogo de alto nível com parceiros chineses. O embaixador esclareceu que o processo de escolha dos empresários angolanos foi abrangente e sem limitações. Recentemente, o embaixador chinês acreditado em Angola, Cui Aimin, afirmou que a dívida de Angola com aquele pai é sustentável. Em conferência de imprensa, o diplomata afastou qualquer cenário de crise na dívida de Angola àquele país.

"Para haver uma crise da dívida seria preciso avaliar vários factores, como a situação macro-económica do país, as políticas económicas do governo e a dívida do Estado. A dívida de Angola à China é e saudável e estável", disse. O diplomata chinês esclareceu que, nas negociações sobre empréstimos financeiros, o seu país não negocia de forma leonina, ficando com a maior parte no negócio.

Angola e China preparam novo quadro de intercâmbio

o ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, anunciou ontem para meados ou finais do mês em curso novas negociações "para definir um novo quadro geral de cooperação financeira" entre Angola e a China. Manuel Augusto, que falava à imprensa, em Pequim, esclareceu que não devem ser assinados, à margem da Cimeira do FOCAC, acordos no sector financeiro, mas admitiu existirem negociações finais para a conclusão destes acordos em breve a presença pela segunda vez consecutiva na capital chinesa do

ministro das Finanças, Archer Mangureira, em menos de um mês é, segundo Manuel Augusto, prova destas negociações.

"É possível que este acordo (sobre a definição do quadro geral de cooperação financeira) seja assinado na China ainda este ano", disse. O ministro Manuel Augusto disse que a China está disposta a financiar projectos em África, mas uma das contrapartidas, tal como definiu o seu Presidente, é a transparência nos países que queiram concorrer a esse financiamento.

"Quando a China lançou esta Cimeira anunciou que tem mais de 100 mil milhões de dólares para cooperar com África. Tem dinheiro, vontade e capacidade, só que o Presidente Xi Jinping quer que a nova cooperação seja feita de forma rigorosa e transparente", disse o Ministro.

Em relação ao FOCAC, Manuel Augusto considera uma plataforma comum importante que corresponde à evolução das relações entre o continente africano e a China. "Esta Cimeira espelha o estádio de desenvolvimento entre os países africanos e a China. A expectativa cresce à volta deste encontro porque sabemos que a China pretende pôr em prática a doutrina de Xi Jínping, que é recuperar a "Rota da seda".

Em relação à presença de Angolana Cimeira, o ministro lembrou: "somos um dos maiores parceiros da China em África e temos, comisso, interesses particulares".

O ministro lembrou que, além de participar no debate geral da Cimeira, o Presidente João Lourenço discursa numa mesa redonda e participa também no fórum económico que junta o líder chinês e homólogos africanos e homens de negócios. Manuel Augusto indicou que a delegação angolana vai assinar um memorando e um acordo durante a Cimeira. "O memorando vai estabelecer um quadro qualitativo e não necessariamente quantitativo da nossa cooperação", esclareceu. O acordo a ser assinado é sobre uma doação da China de um centro de formação profissional no Huambo

13.4 China anuncia perdão da dívida de África

Jornal de Angola

4 De Setembro de 2018

Texto: Santos Vilola

O Presidente chinês, Xi Jinping, anunciou ontem, sem referência ao valor exacto nem os países beneficiários, que vai perdoar a dívida de

empréstimos financeiros sem juros a países africanos que não 'foi paga até 2018. Xi Jinping, que discursava na cerimónia de abertura da cimeira do Fórum sobre Cooperação Sul-africana (Focac), justificou a decisão do seu governo com o facto de os países beneficiários deste perdão estarem com dificuldades de pagar por se encontrarem endividados.

Outra boa nova para os líderes africanos, que reagiram ao anúncio com palmas efusivas que obrigaram Xi Jinping a fazer uma pausa na sua intervenção' é a disponibilização de mais de 60 mil milhões de dólares, para promover o desenvolvimento em sectores como industrial e infra-estruturas' saúde, paz e segurança e energias renováveis, entre outros.

Num discurso sem recurso ao papel, Xi Jinping criticou o unilateralismo, que considera que ganha cada vez mais força no Mundo. "O Mundo precisa de multilateralismo agora mais do que nunca", disse. Além dos mais de 60 mil milhões de dólares disponibilizados na cimeira (igual montante dado em Ioanes burgo, em 2015), os líderes africanos saem de Pequim com 50 mil bolsas de estudo, 50 mil vagas para pesquisas na China e podem enviar até dois mil jovens africanos para visitar a China.

O líder chinês anunciou ainda a actualização e optimização de 50 projectos no domínio das infra-estruturas, saúde, o reforço dos sectores da indústria, apoio à segurança alimentar e modernização da agricultura, para além de apoios a situações de calamidades.

Xi Jinping propôs um desenvolvimento prático e eficiente com África onde, em primeiro, estejam os interesses dos povos e, depois, fazer com que os resultados beneficiem os dois lados. "A China está a aperfeiçoar os mecanismos e a alargar as ideias para elevar a cooperação para um nível mais alto. Só africanos podem dizer se esta cooperação é boa ou não. Que seja a União Africana a definir as prioridades do continente", disse. O líder chinês afirmou que "a correlação de forças internacionais está cada vez mais equilibrada com o surgimento de novos mercados emergentes." A China, disse, pretende ser um construtor da paz mundial e defensor da ordem internacional.

13.5 China propõe-se investir 60 bilhões em África

Jornal O PAÍS

04 De Setembro de 2018

No discurso de abertura, o Presidente Jinping afirmou que a China vai disponibilizar 60 bilhões de dólares (USD) para financiar o desenvolvimento no continente africano, nos próximos três anos. Esse valor, segundo Xi Jinping, incluirá assistência não reembolsável de 15 bilhões de dólares norte-americanos (USD) em empréstimos sem juros e preferencial.

Está em vista no pacote dos 60 bilhões a criação de uma linha de crédito e a implementação de um fundo especial de desenvolvimento' avaliado em mais de dez bilhões de dólares. Neste quadro da cooperação Sul-Sul, o país asiático predispõe-se incentivar as suas empresas a investir em África não menos de dez bilhões de dólares, nos próximos três anos.

Na mesma esteira, a China vai perdoar a dívida das nações africanas com as quais tem relações diplomáticas e que sejam menos desenvolvidas ou com fraca capacidade económica. No campo da educação, o Governo chinês colocou à disposição dos estados africanos 50 mil bolsas de estudo para jovens.

Na condição de co-presidente da Cimeira do Fórum de Cooperação China-África, o estadista sul-africano, Cyril Ramaphosa, realçou a parceria África-China e rejeitou a ideia de que o "gigante" asiático está a implementar uma nova colonização em África. "Existe uma cooperação mutuamente vantajosa e com ganhos de parte a parte", esclareceu. Uma visão comum sobre o desenvolvimento de África é o que existe entre as partes, na óptica do presidente da União Africana e do Ruanda, Paul Kagame, que falou em nome da organização continental na abertura do FOCAC 2018.

Na sessão de abertura, que decorreu no Palácio do Povo, em Beijing, também discursaram o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, e o presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat.

A cimeira decorre numa altura em que São Tomé e Príncipe, Burkina Faso e a Gâmbia elevaram para 53 o número de nações africanas com relações com a China.

O único país africano sem ligações oficiais à República Popular da China é o Eswatini, antigo Reino da Suazilândia. Entre Janeiro e Junho de

2018, comércio bilateral aumentou 16%, em termos homólogos, para 98.800 milhões de dólares. Desde 2015, a média anual do investimento directo da China no continente africano fixou-se em três bilhões dólares, com destaque aos sectores da indústria, das finanças, do turismo e da aviação.

O primeiro Fórum de Cooperação China-África aconteceu em Pequim, em 2006, e a segunda edição decorreu na África do Sul, em 2015. A necessidade de uma cooperação com ganhos mútuos constitui o pano de fundo da III Cimeira do FOCAC-2018, que decorre até Terça-feira (4). O fórum deste ano junta mais de 50 dignitários de países africanos com relações diplomáticas com a China.

Para tomar parte no evento, o Presidente da República de Angola, João Lourenço, encontra-se desde Sábado em Beijing. Os organizadores do FOCAC 2018 escolheram o lema "China e África, Rumo a uma comunidade cada vez mais forte, com futuro partilhado através da cooperação com ganhos mútuos".

13.6 “As infra-estruturas chinesas não têm impacto no crescimento económico de África”

Jornal O PAÍS

5 De Setembro de 2018

Texto: Mariano Quissola

Vamos aos pontos prévios. Dia 8 de Setembro entra para a história do MPLA, o Presidente João Lourenço assumirá a liderança do partido. Qual é a sua expectativa?

É uma transição esperada, na medida em que a comunidade política e empresarial falava muito sobre a bicefalia e agora, com os dois poderes a mesma velocidade, vamos esperar se, de facto, o presidente atinge os seus objectivos nalguns circuitos económicos, quando essa transferência ocorrer. Estamos a falar de transferência de poder, porque só tem um candidato.

Pensa que o Presidente João Lourenço vai emagrecer o Governo, depois de 8 de Setembro?

Penso que as medidas económicas não têm muito a ver com o partido, mas sim com a filosofia escolástica, a inteligência em explicar aos agentes económicos e ao povo sobre como podem contribuir para uma reforma do Estado virada ao mercado e incutir o espírito empreendedor no povo. A bicefalia não constitui barreira para a tomada de medidas de reforma.

Do ponto de vista económico, o destaque da semana passada foi o Fórum China-África, realizado em Pequim. Que avaliação faz dessa relação económica e comércio com a China quer alterar o poder geo-económico e político, e acha que o financiamento é um instrumento de excelência. O processo de desenvolvimento da China dependeu muito da matéria-prima do continente africano, sem esquecer que essa ligação China-África é histórica, desde o período pré-independência.

A China já investiu 110 mil milhões de dólares em África e pode subir para 170, quando disponibilizar mais 60 mil milhões anunciados no Fórum. Mas alguns críticos do Ocidente entendem que a China coloca os países africanos na armadilha da dívida, na medida em que as infra-estruturas que a China constrói em África têm pouco impacto no crescimento económico e no bem-estar sustentável e estrutural na vida dos africanos. A via de endividar os países através das matérias-primas é uma armadilha enorme, e África não vai conseguir desligar-se da China, por isso poder ter sobre o crescimento económico e demográfico?

A dívida pública, o crescimento económico e o demográfico formam um triângulo muito interessante. Um país que se endivida muito tem pouco espaço de manobra para crescer porque o Estado entra na armadilha do imposto. Terá de aumentar cada vez mais os impostos para estabilizar a dívida em recessão. Mas a questão que se coloca é: quanto mais nascermos, maior será a barreira para o crescimento económico que vai continuar a pagar essa dívida monumental.

Mas não é assim que vê o Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, cuja tese diz que 'é falsa a ideia de que o gigante asiático está a implementar uma nova colonização em África'. O Presidente da África do Sul precisa, naturalmente, da China, é alguém que precisa de dinheiro para fazer infra-estruturas olhando para as próximas eleições, e a China tem ajudado bastante muitos presidentes africanos nesse sentido. A China está a desenvolver a chamada nova rota da seda, para alterar a geografia do comando da economia mundial.

As infra-estruturas, a tecnologia são da China e escritas em chinês, o que pressupõe a permanência efectiva dos chineses em África. A transferência de conhecimento da China para os africanos foi mínima.

Você está numa avenida diferente de muitos presidentes africanos, volto a citar-lhe Cyril Ramaphosa e agora João Lourenço, que garantem haver uma relação mutuamente vantajosa. É o facto

de a China ter sido o único país que ajudou Angola depois da guerra, não colhe?

Os chineses vendem produtos subsidiados à África e os africanos não conseguem alterar a sua estrutura-base de exportação. A China tem dupla vantagem. Os trabalhadores chineses ganham muito mais do que os africanos, os chineses não querem saber de política, não querem saber do índice de liberdade económica, o índice de ambiente de negócio. Para atrair investimento directo estrangeiro global, isso é fundamental. É daí que vem o apetite imediatista do africano. Se quiséssemos crescer de forma estrutural, devíamos alterar a estratégia do conhecimento, enviando estudantes às universidades chinesas, de forma estratégica. Se analisarmos com cautela, notamos que África saiu da crise das matérias-primas e vira-se para a crise da dívida, e só despertaremos mais tarde. As infra-estruturas chinesas não têm impacto no crescimento económico de África.

Preocupa-lhe o aparente silêncio norte-americano perante essa expansão chinesa em África?

Preocupa-me extra-ordinariamente. Mas em parte compreendo, porque o Presidente americano é atípico. Os Estados Unidos continuam a não dar um interesse muito grande a África. Não têm projectos de tecnologia virados para África de forma massificada, por exemplo.

Voltemos ao financiamento solicitado por Angola ao FMI e ao conjunto de dívidas que o país vem acumulando. Que relação e impacto isso poder ter sobre o crescimento económico e demográfico?

LS, a dívida pública, o crescimento económico e o demográfico formam um triângulo muito interessante. Um país que se endivida a de muito tem pouco espaço de manobra para crescer porque o Estado entra na armadilha do imposto. Terá de aumentar cada vez mais os impostos para estabilizar.

13.7 Dívida total do país avaliada em 23 mil milhões de dólares

Jornal de Angola
5 De Setembro de 2018
Texto: Santos Vilola

O ministro das Finanças, Archer Mangureira, revelou ontem, em Pequim, que é o stock da dívida (valor acumulado ao longo dos anos) de Angola à China está avaliado em 23 mil milhões de dólares. Archer Mangureira, que integrou a delegação do Presidente da República, João Lourenço, que visitou Pequim.

afirmou que, como mecanismos para o país ter acesso aos 60 mil milhões de dólares disponibilizados pelo Presidente chinês aos países membros do FOCAC, o Executivo vai usar as boas relações de cooperação política, comercial e financeira.

"É no âmbito desta cooperação que vamos tratar com as autoridades chinesas a melhor forma de conseguir facilidades financeiras", disse à imprensa. O ministro indicou que o Presidente da República vai realizar uma visita de Estado à China e neste âmbito serão celebrados acordos financeiros. Em relação ao financiamento de 60 mil milhões dados aos países africanos pela China em 2015, o ministro das Finanças disse que da parte angolana um conjunto de projectos foram implementados no quadro de diferentes facilidades financeiras estabelecidas. "Este pacote não foi só para financiar e suportar projectos de investimentos públicos como serviu para financiar projectos do sector financeiro", afirmou. Em relação à nova ajuda dada pelos chineses aos países africanos, Archer Mangureira disse que é no âmbito das relações Estado a Estado que serão definidos os mecanismos para a utilização deste pacote financeiro. O ministro das Finanças admitiu que o novo acordo geral de cooperação que Angola negocia com a China também compreende projectos que podem ser financiados pela ajuda milionária dos chineses. Archer Mangureira esclareceu, no entanto, que "os novos projectos a serem implementados com o recurso ao financiamento chinês serão definidos no âmbito de um novo paradigma económico".

13.8 João Lourenço sugere aumento do investimento chinês

Jornal O PAÍS

05 De Setembro de 2018

O Presidente da República, João Lourenço, sugeriu ontem, Terça-feira, em Beijing (China), o aumento do investimento directo de empresas chinesas na produção de bens de consumo em Angola.

João Lourenço, que discursava na Cimeira do Fórum de Cooperação China-África, afirmou que o aumento do investimento deverá ser feito por via de parcerias mutuamente vantajosas com empresários angolanos.

Para o estadista angolano, o entendimento deve incluir a partilha de tecnologia, conhecimento científico e a formação de quadros angolanos. Sublinhou que a nova legislação do país, nesse segmento, tornou-se mais atractiva ao investidor nacional e estrangeiro, criando um melhor ambiente de negócios.

Para assegurar o êxito desses programas bilaterais de cooperação, considerou importantes que se estabeleçam mecanismos práticos.

O chefe de Estado considera que esses mecanismos devem possibilitar o acesso aos recursos financeiros necessários para o sucesso das medidas de políticas estabelecidas pelas nações africanas.

João Lourenço considerou necessário que as instituições bancárias africanas e da China desempenhem um papel importante.

O foco é tornar "real esta vontade política de ambos os lados, em proporcionar os recursos e desenvolver projectos que assegurem um desenvolvimento mutuamente vantajoso".

"A soma dos cidadãos dos países que integram o FOCAC ultrapassa já cerca de um terço da população mundial", alertou.

Na óptica do estadista, esse aspecto constitui razão suficiente para se elevar a novos patamares a cooperação existente.

No primeiro trimestre do ano em curso, as trocas comerciais entre os dois países cresceram 22,4 por cento, tendo atingido USD 6.80 biliões de dólares.

Neste período, a China vendeu a Angola produtos avaliados em USD 481 milhões e comprou mercadorias avaliadas em 6,32 biliões de dólares.

Em 2017, o comércio entre Angola e a China cresceu 43,42% para USD 22 mil milhões, com a China a comprar mercadorias a Angola no valor de USD 20.047 milhões e a ter vendido bens no valor de USD 2.297 mil milhões.

13.9 Perspectivas de cooperação entre chineses e africanos

Jornal de Angola

5 De Setembro de 2018

Texto: Santos Vilola

O Presidente chinês, Xi Jinping, e líderes dos 54 países, falaram ontem no fórum "Diálogo entre líderes e representantes de industriais e comerciais chineses e africanos" e na abertura da "VI Conferência de empresários chineses e africanos sobre perspectivas de cooperação", longe da imprensa e sem projecção em vídeo no centro de imprensa, ao contrário da abertura do encontro.

Ontem, antes do encerramento do encontro, Xi Jinping e Cyril Ramaphosa, que presidem o FOCAC, orientaram, em separado, duas rondas de discussões sobre a cooperação em que o Chefe de Estado angolano esteve presente. Também ontem, o fórum terminou e, para os próximos três anos, seguem - se a implementação das maiores iniciativas entre África e a China, anunciadas pelo Presidente Xi Jinping como uma espécie de guião para a construção de uma comunidade ainda mais forte.

As partes assinaram, na Cimeira, a "Declaração de Pequim para construir uma comunidade de destino comum e uma África mais sólida" e o "Plano de Pequim 2019 2021", que vão espelhar as intenções em relação à parceria comum. Criado em 2006, em Pequim, a Cimeira do FOFA" C é a maior actividade diplomática que junta dezenas de Chefes de Estado do continente africano. Na abertura da cimeira, Xi Jinping indicou o rumo para uma parceria de alto nível China - África e aprofundar o intercâmbio entre os povos. Os líderes africanos apresentaram também os seus desafios, mas sem acesso da imprensa nem registos.

Tal como é tradição em duas cimeiras já realizadas, 2006 em Pequim, e 2015 em Joanesburgo, o país que acolhe o encontro define uma lista de prioridades que são uma espécie de guião para os próximos três anos. A expectativa criada era de qual o Presidente chinês escolheria para implementar até 2021. Xi enumerou oito desafios. O primeiro desafio passa por forjar uma estratégia ampla mais forte. Outro passa pelo princípio chinês de "dar mais e receber menos, dando antes de receber e dar sem pedir retribuição" Um outro ponto é a promessa de honrar cabalmente as promessas feitas aos irmãos africanos. Entre Os oito desafios, inclui ainda a promoção do multilateralismo (entre Estados e organizações) no combate ao unilateralismo.

13.10 Ministério esclarece natureza de empréstimos financeiros

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2018

Texto: Santos Vilola

O ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, esclareceu terça - feira, em Pequim, que não existem incompatibilidades com o facto de Angola estar actualmente a negociar um acordo financeiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao mesmo tempo que busca um acordo geral de cooperação financeira com a China, que deve ser assinado nos próximos meses.

"O acordo com o FMI é específico. No âmbito da nossa estratégia de saída da crise, tem um escopo definido e não pode aparecer como um factor inibidor de outras parcerias", disse o ministro, acrescentando que "estariamos muito mal se isso acontecesse."

Manuel Augusto esclareceu que, com o FMI, o Executivo está a estabelecer contactos específicos. "Mas posso assegurar que em momento algum isso impedirá a nossa parceria ou o desenvolvimento de outras parcerias", disse.

O ministro lembrou que a China é também membro do FMI e isso "é prova bastante de que o Estado angolano não está a fazer nada fora das regras estabelecidas em convenções aplicáveis à matéria. "

"Não é incompatível. Pelo contrário, será complementar e vamos procurar esta e outras parcerias. Nas nossas estratégias - no âmbito da diplomacia económica, estamos a implementar - esperamos que outras parcerias venham ajudar Angola a ter mais fontes de financiamento de modo a encurtar o tempo que o Executivo precisa para reconstruir e desenvolver o país."

Em relação à inclusão ou não de Angola, já com uma dívida à China, nos países que vão beneficiar de um perdão a empréstimos sem juros não pagos até 2018, Manuel Augusto disse que "ainda é cedo" para avaliar isso.

"Critérios serão estabelecidos para ter acesso às modalidades de financiamento anunciadas. Estaremos atentos a todas as possibilidades que se possam abrir. A dívida de Angola à China é considerável, embora consideramos que a sua maior parte corresponde a alguns resultados que esperávamos. Mas podemos dizer que cairia bem beneficiarmos também de algum perdão. Vamos ver se nos qualificamos para este perdão que foi anunciado", disse.

O balanço da participação de Angola na Cimeira do Fórum de Cooperação Sino-África é muito positivo e especial por ter sido a primeira vez que o Presidente João Lourenço esteve como Chefe de Estado, segundo Manuel Augusto.

O chefe da diplomacia, que falava à imprensa, considerou a presença de João Lourenço um momento marcante que a diplomacia angolana explorou ao máximo para encontros ao mais alto nível, entre os quais com o Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres.

O ministro das Relações Exteriores indicou que na cimeira foram adoptados por unanimidade a Declaração de Pequim, que é o compromisso político diplomático dos Chefes de Estado sobre o quadro que deve conformar a cooperação entre a China e África, e o Plano de Acção de Pequim, que já detalha a natureza e o alcance dos projectos que vão ser implementados para cimentar esta parceria.

"Num momento em que se vive um pouco a ascensão do unilateralismo, assistimos essa reacção dos, países membros do FOCAC a favor do multilateralismo, um novo tipo de relações baseadas na confiança mútua, na não ingerência interna nos assuntos políticos de cada país e na busca de resultados que sejam mutuamente vantajosos", disse.

Em relação à possibilidade de Angola, em função da forte parceria bilateral que tem com a China, vier a candidatar-se à co-presidência do Focac, o ministro esclareceu que, pelo tipo de parceria que o Estado tem com a China, não é relevante ser presidente ou co-presidente africano da organização.

"Há critérios livres para o efeito. Senegal assume uma das lideranças a partir de agora, porque, na última cimeira de 2015, em Joanesburgo, já se tinha disponibilizado a ser a contraparte africana na organização", disse, acrescentando que o Presidente Macky Sall vai ser só o porta-voz da parte africana, mas isso não toma aquele país "um parceiro mais importante para a China do que é Angola. "

"A realidade da parceria tem a ver com os sectores em que a cooperação tem lugar. Angola será sempre, pelo que nos é dado a ver, um dos principais parceiros, se não mesmo o principal, da China para as próximas décadas", afirmou.

Críticas do Ocidente

O ministro das Relações Exteriores angolano esbateu receios do Ocidente de que a ajuda chinesa à África seja uma forma de neo-colonização dissimulada em ajuda financeira e parcerias.

"Esta cooperação singular que a China tem com África, é evidente, mexe com outros parceiros, naturalmente, mas isso já vem a acontecer nos últimos 20 anos. Angola é um exemplo disso. Temos repetido que terminamos a guerra em 2002 e nenhum parceiro nosso, mesmo aqueles que eram os principais beneficiários, por exemplo, do nosso petróleo, nenhum deles se disponibilizou em ajudar a reconstrução de Angola", afirmou o ministro Manuel Augusto.

Hoje, acrescentou o diplomata, temos em Angola alguns parceiros destes países que não aceitaram

ajudar que até estão associados a empresas chinesas, só para trabalhar em Angola.

PR já em Luanda

O Presidente da República, João Lourenço, regressou ontem a Luanda, depois de ter participado no III Fórum China-África o Aeroporto 4 de Fevereiro, o Chefe de Estado foi recebido pelo Vice-presidente da República, Bornito de Sousa, e membros do Executivo.

13.11 Relacionamento fraterno com os diferentes países africanos

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2018

Texto: Victor Carvalho

Um aspecto que relevou desta Cimeira é a imagem de irmandade que resulta do relacionamento que a China consegue manter com os diferentes países africanos, no respeito pelas diferenças culturais e com a abertura repetidamente demonstrada para se adaptar às diferentes circunstâncias.

Uma vantagem importante, se comparada com o relacionamento que o continente africano mantém com parceiros de outras latitudes. Uma prova desse envolvimento foi a decisão assumida pela China de abrir em África diferentes centros de pesquisa e desenvolvimento, em áreas como a Energia, Economia Azul, Agricultura, Ciência e Tecnologia, estando ainda previsto abrir no Zimbábue o Instituto Africano de Desenvolvimento de Competências.

A continuação do bom relacionamento que a China mantém com África suscita incómodos, em especial nos Estados Unidos e na União Europeia, uma vez que a dimensão; a expansão do gigante asiático representa o natural fracasso das suas estratégias políticas e económicas em relação ao continente africano.

Alguns países europeus, como o Reino Unido e a França, aqui e ali ainda esboçam algum gesto de interesse em relação à realidade africana, mas cometem o erro estratégico de não conseguirem esconder algum saudosismo colonial, acompanhado de desajustadas imposições políticas. Os Estados Unidos, que sempre olharam para África com olhos de inusitada superioridade, nunca serão capazes de copiar o pragmatismo chinês, que faz da solidariedade um atributo muito caro aos africanos.

A União Europeia, no seu conjunto, já demonstrou, por mais de uma vez, a sua incapacidade de entender

a realidade africana, talvez pelo facto de muitos dos seus países a braços com graves crises financeiras estarem mais interessados em "colher" do que em "semear".

13.12 Uma parceria incontornável que é mutuamente vantajosa

Jornal de Angola

6 De Setembro de 2018

Texto: Victor Carvalho

Aos poucos, a China vai consolidando a posição de principal parceiro económico e comercial de África, através da aplicação de uma estratégia que mistura o financiamento ao desenvolvimento a um pragmatismo político que deixa aos seus parceiros a possibilidade de serem donos dos seus próprios destinos, sem o sentimento de qualquer tipo de inferioridade.

Isto mesmo ficou mais uma vez comprovado no decorrer desta Cimeira, não tendo sido por mero acaso que nela estiveram presentes Chefes de Estado e de Governo de 53 dos 54 países que fazem parte do Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), criado em 2000.

O único país africano ausente foi o antigo reino da Suazilândia, actual eSwatini, que tem resistido à tentativa de cortar os seus laços diplomáticos com Taiwan, contrariamente ao que sucedeu recentemente com São Tomé e Príncipe e o Burkina Faso, os dois últimos a reconhecerem a China como seu parceiro privilegiado.

Desde há nove anos que a China se tomou no principal parceiro comercial de África, sendo de reter que, em 2000, altura em que foi constituída a FOFAC, as trocas comerciais entre a China e África rondavam "apenas" 10 mil milhões de dólares. Agora, o volume de transacções quase alcança os 200 mil milhões, a que se acresce o aumento substancial do investimento directo chinês no conjunto de países africanos. Em diferentes pronunciamentos na Cimeira, tanto responsáveis chineses como africanos sublinharam o facto desta parceria ser mutuamente vantajosa e, por isso mesmo, incontornável para o desenvolvimento de África.

Na antecâmara da Cimeira, existia a garantia de que a China ia avançar com um substancial pacote financeiro para sustentar a sua estratégia de relacionamento com os países africanos, mas poucos eram os que pensavam que o montante global pudesse atingir os números avançados pelo Presidente Xi Jinping logo na abertura do encontro.

Argumentos de peso

Na verdade, 60 mil milhões de dólares disponíveis para investir em África nos próximos três anos, ainda por cima sem contrapartidas políticas, são "argumentos" com o peso suficiente para capitalizar o interesse dos seus interlocutores e também para aguçar as suas estratégias de desenvolvimento.

Se a China já era o maior financiador bilateral de infra-estruturas em África, a verdade é que, a partir de agora, os países beneficiários sabem que têm de se consciencializar para a obrigatoriedade de cumprirem o seu papel na missão de controlar a dívida para com o gigante asiático. O próprio Presidente chinês, no seu discurso de abertura da Cimeira, fez questão de sublinhar a necessidade de ser avaliada a viabilidade comercial de alguns projectos, de modo a que essa cooperação possa ser mais sustentável, tanto no pagamento da dívida, como no aproveitamento do financiamento.

De acordo com o que ficou definido nesta Cimeira, as principais áreas de reforço da cooperação estão nos sectores do Comércio, Saúde, Ambiente, Infra-estruturas e Indústria. Para elas serão canalizados os principais empréstimos e a assistência nos próximos três anos. A isto, há ainda a juntar o pagamento da dívida, total ou parcial, aos países mais pobres.

Trata-se de um assunto cuja análise vai ter continuidade até que sejam encontrados os mecanismos mais ágeis para acudir aos países africanos mais necessitados e aos que melhores planos apresentem para serem merecedores desses financiamentos.

13.13 Angola negocia novos termos de financiamento com a china

Jornal Economia e Finanças

07 de Setembro 2018

Angola e China concordaram em adiar para final do mês em curso as negociações para a definição de um novo quadro geral de cooperação financeira. A participação ao mais alto nível de Angola na FOCAC tem em vista o culminar das negociações para uma nova linha de crédito chinês de 11.000 milhões de euros, destinados ao financiamento de vários projectos.

Entre eles está a negociação dos termos para um empréstimo de 1.282 milhões de dólares (1.098 milhões de euros), montante destinado a pagar até 85% do valor do contrato para a concepção, construção e acabamento do novo Aeroporto

Internacional da capital (Bom Jesus), que está a ser construído a 30 quilómetros de Luanda por várias empresas chinesas.

Através do banco estatal chinês, que apoia a importação e exportação do país (ExirnBank), Angola está também a negociar empréstimos de 690 milhões de dólares (600 milhões de euros) para a construção da marginal da Corimba (Luanda).

Em negociações estão também os empréstimos de 760,4 milhões de dólares (651,7 milhões de euros) para o sistema de transporte de energia eléctrica do Luachimo, e de 1.100 milhões de dólares (942,8 milhões de euros) para a construção de uma academia naval em Kalunga, Porto Amboim, província do Cuanza-Sul.

Globalmente, Angola tenta fechar uma linha de crédito de 11.700 milhões de dólares (10.028 milhões de euros) para projectos de infra-estruturas, segundo indicou uma fonte oficial, através do Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), segundo informação do Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), que cita o sítio de notícias CLBrief (Breves sobre a China e a Lusofonia). O país tornou-se um dos maiores parceiros da China em África, pelo que tem interesses particulares.

O acordo a ser assinado brevemente entre o Governo dos dois países inclui sobre uma doação da China de um centro de formação profissional no Huambo.

13.14 China estendeu-nos a mão

Jornal Economia e Finanças
07 De Setembro de 2018

O Presidente João Lourenço agradeceu, em Pequim, ao homólogo chinês, Xi Jinping, a ajuda ao processo de reconstrução nacional em Angola, país que foi devastado por Uma guerra civil.

João Lourenço falava durante a recepção oficial que lhe foi oferecida por Xi Jinping e afirmou que Angola encontrou na China um parceiro que está a ajudar a construir o país e que foi a China "quem estendeu a mão na fase de reconstrução nacional". "Estamos a reconstruir o nosso país com o financiamento chinês também", afirmou, numa intervenção breve na sala de audiências do Grande Palácio do Povo, após ter sido recebido pelo homólogo chinês, em que foi analisada a cooperação bilateral.

Angola viveu a luta pela independência (guerra colonial contra Portugal) entre 1961 e 1974 e, depois, uma guerra civil de 27 anos, entre 1975 e 2002.

Em relação ao continente em geral, João Lourenço reconheceu que a China tem desempenhado um papel importante no processo de desenvolvimento de África, processo que "requer uma certa atenção".

"As nossas parcerias no passado não deram certo e, em poucas décadas a china estendeu-nos a mão e os resultados são visíveis em praticamente todo o continente", reconheceu.

João Lourenço foi um dos Chefes de Estado que participou na segunda e terça-feira no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), subordinada ao tema "Construir uma Comunidade de Destino Comum China-África". Criado em 2006, em Pequim, a Cimeira é a maior actividade diplomática que junta dezenas de Chefes de Estado do continente africano. A cimeira de Pequim é a maior actividade diplomática que a capital chinesa acolhe este ano. A cimeira aprovou dois documentos que espelhou as intenções das partes em relação à parceria comum que será conhecida como "Declaração de Pequim para Construir uma comunidade de Destino Comum China-África". Criado em 2006, em Pequim, a Cimeira é a maior actividade diplomática que junta dezenas de Chefes de Estado do continente africano. A cimeira de Pequim é a maior actividade diplomática que a capital chinesa acolhe este ano. A cimeira aprovou dois documentos que espelhou as intenções das partes em relação à parceria comum que será conhecida como "Declaração de Pequim para Construir uma Comunidade de Destino Comum e urna África Mais Sólida.

Governo estuda novos investimentos de aplicação do financiamento para a amortização da dívida A aplicação do dinheiro chinês

nos próximos três anos vai obedecer a novos projectos e outra forma de execução, a fim de facilitar a amortização da dívida de Angola com a China estimada em cerca de 23 mil milhões de dólares. Em declarações à RNA, o ministro das Finanças, Archer Manguera, considera que a ideia é facilitar a amortização da dívida com a China.

Archer Manguera, citado pela emissora oficial chinesa, afirmou que Angola e a China aproveitam os acordos financeiros no quadro de novos pacotes disponibilizados pela China em África, avaliado em 60 mil milhões de dólares.

Para o ministro angolano, a Cimeira de Beijing serviu para a delegação chefiada pelo Presidente angolano João Lourenço, negociar com o governo chinês acordos financeiros no âmbito do reforço das relações bilaterais.

Os documentos serão assinados nos próximos tempos no qual contemplam o valor financeiros que Angola vai embolsar em função do novo pacote de 60 mil milhões de dólares, atribuído por Xi Jinping durante a cimeira para os países africanos. "Nós vamos certamente tratar com as autoridades chinesas a melhor forma de estabelecer a facilidades financeiras que vêm de alguma forma dar aproveitamento ao pacote que é para todo o continente africano", disse Archer Mangureira.

Empréstimo

Em relação ao valor disponibilizado na última cimeira em Joanesburgo em 2015, Archer Mangureira esclareceu que o montante serviu para a implementação de vários projectos de investimentos públicos.

"Há um conjunto de projectos que foram implementados no âmbito de diferentes facilidades financeiras estabelecidas pelo Executivo angolano com diferentes instituições financeiras da China. Portanto, este pacote não só foi para financiar e suportar projectos de investimento público, como também para financiar projectos do sector petrolífero", disse.

Por isso, anunciou que está em curso, a negociação de um novo acordo financeiro, e é no âmbito desse acordo que vão se integrar os projectos e também dar nota aos novos que serão definidos no âmbito do actual paradigma económico.

"Os projectos que venham contribuir para o exercício da amortização da dívida a curto prazo serão os prioritários", afirmou o ministro das Finanças, Archer Mangureira, que fez parte da comitiva presidencial liderado pelo chefe de Estado João Manuel Gonçalves Lourenço.

13.15 IDF quer mais rigor

Jornal Económia e Finança
07 De Setembro 2018

O país tem 69 milhões de hectares por explorar. A área de exploração florestal produtiva do país está estimada em 69 milhões de hectares, representando uma vasta cadeia de exploração da flora e fauna nacional, disse, em Luanda, o director Nacional do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) do Ministério da Agricultura e Florestas, Simão Zau,

Em declarações à Angop, o director do Instituto de Desenvolvimento Florestal sublinhou que os 69 milhões de hectares representam aproximadamente 56,3 por cento do território nacional.

13.16 O financiamento chinês deve ser cumprido com o capital fixo

Jornal Económia e Finança
07 De Setembro

As nações ricas que querem ajudar os países em vias de desenvolvimento, como é caso da China, não deviam anunciar as verbas colossais, defende o engenheiro de construção civil, António Venâncio. O também fiscalista de obras, considera que os montantes financeiros a serem disponibilizados não resolver os problemas de combate à pobreza tão pouco desenvolverem as economias.

O engenheiro defende que deviam fornecer máquinas e outros equipamentos, contribuir para a formação de quadros, e mais material para a construção e apetrechamento de escolas e hospitais pré-fabricados.

"O dinheiro excessivo que a China quer espalhar em África apenas vai atizar os cidadãos africanos a enveredar à política e na luta pela conquista do poder", garantiu António Venâncio, na sua página do Facebook.

Défice na balança

O engenheiro acrescentou ainda que estes financiamentos robustos aumentam o défice da balança de pagamentos dos países africanos e criam maior dependência face aos produtos chineses,

Exemplificou que "quando um pai ama de verdade o seu filho, não lhe dá, nem lhe empresta dinheiro, orienta-o para a formação e lhe enche de conhecimentos e experiências", disse.

Para António Venâncio, parte dos 60 mil milhões de dólares que o gigante asiático vai disponibilizar para financiar projectos em África vão parar em mãos de políticos, o que pode transformar-se numa pólvora para incendiar ânimos políticos e gerar ainda mais conflitos nas regiões.

Entende que substituir o anúncio valorativo monetário por material seria mil vezes mais aglutinante e compensador. "Pergunto aos africanos e ao mundo quantos tractores, quantas centrais de betão, fábricas têxteis, médicos, escolas e postos de trabalho a China vai ajudar a criar?"

Prosseguiu que enquanto isso não acontecer, colocará sempre sérias reservas sobre este tipo de empréstimos bilionários concedidos sem prévias condições de transparência.

"Eu não aposto neste modelo de ajuda a pensar no que aconteceu com Angola. Foi um autêntico desastre", finalizou o também professor universitário.

Interesse nacional

Por seu turno, o especialista em Relações Internacionais Frederico Baptista entende que o fórum de cooperação chinês-África é uma acção estratégica na medida em que vem dar resposta à guerra comercial existente entre as grandes potências.

Explica que, embora o mercado africano não seja tão moderno, mas é dinâmico para os interesses chineses. Sublinha que, além dos "envelopes" que a China vai disponibilizar, é preciso olhar para o interesse nacional, porque cada país africano tem os seus problemas e realidades.

"No caso concreto de Angola, o principal destino do financiamento chinês é para pagar dívida pública, pois depender do a GE não está a resultar", aclarou.

Frederico Baptista esclarece ainda que os financiamentos têm ajudado nalguns casos, mas liquidá-los por via do petróleo prejudica a economia angolana. Por isso, acredita que o Presidente João Lourenço já criou novas balizas no âmbito desta cooperação e a China já percebeu o rumo que Angola quer seguir nos próximos tempos.

Mas do que isso, defende, é urgente garantir os financiamentos directos às empresas a fim de se melhorar os níveis de consumo interno e evitar-se a fuga ao fisco.

Já empresário Jorge Baptista insiste que Angola não pode estar refém de uma única potência mundial, pois tem que procurar alternativas óbvias e interessantes.

Por isso, define a China como sendo um bom parceiro "mas é preciso rever os termos da parceria com o gigante asiático". Jorge Baptista afirma que não se pode cometer erros numa fase de virada para o desenvolvimento.

Segundo o responsável, o país que mais investe em África continua a ser os EUA, seguido pelo Reino Unido e a França, e nunca a China. "É preciso ver as coisas que possam trazer o desenvolvimento de que precisamos", disse.

13.17 Especialista defende medidas para mais qualidade aos investimentos

Jornal Economia e Finança
07 De Setembro de 2018

O vice-presidente da Câmara de Comércio Angola - China, Luís Cupenala, defendeu a adopção de medidas que tornem mais qualitativos os investimentos chineses no país. O responsável, que falava esta semana no programa Azimute da Rádio Nacional de Angola (RNA), disse que, apesar dos investimentos chineses terem agregado valores ao desenvolvimento da economia nacional ainda estão longe de serem da qualidade desejada.

"Se Angola metesse as cartas na mesa mesmo com desespero mas sem recursos, talvez isso pudesse ajustar um bocado a fiscalização do próprio. Contrato complainers. As empresas executam 70% do contrato os 30% são para os angolanos, porquê?" interrogou-se na sua opinião a fiscalização serrada é que devia permitir a dinamização da economia por um lado e por outro, criar oportunidade de emprego"mas isso o não aconteceu, não houve Um nível mais adequado da a transferência de tecnologia". Disse que o problema da ausência da qualidade de um investimento nas infra-estruturas não é dos chineses, tão pouco dos contratos, mas sim dos angolanos que não criaram os instrumentos necessários do complainers, sobretudo a fiscalização e o acompanhamento para impedir a qualidade que se pretende.

"Estamos a amortizar essa dívida e quantos anos mais faltam, é muito dinheiro e nós ainda precisamos de dar muito petróleo à China", sustentou.

O também presidente do Conselho de Administração do grupo Gongani Investments enfatizou as linhas de crédito ao dispor do fundo chinês no âmbito do programa para a diversificação económica.

Luís Cupenala acrescentou que a nível do mercado mundial, além do Brasil, Angola ocupa o terceiro lugar no ranking dos países que contribuem para o desenvolvimento da economia chinesa. A câmara de comércio Angola /China (CAC) criou um alto conselho estratégico para aproximar mais os empresários angolanos e chineses aos objectivos dos programas económicos

Câmara de Comércio Angola-China mais motivada O financiamento chinês vai permitir que os empresários angolanos intensifiquem os seus negócios naquele país asiático.

Segundo apurou o TE, a Câmara de Comércio Angola-China (CAC) tem um acordo de parceria com a Agência Sol Turismo, afecta ao Banco Sol, para apoiar os empresários angolanos que pretendam efectuar negócios no país asiático. Os dados apontam que o Banco Sol é associado da CAC e que a parceria pretende facilitar a aquisição de divisas para custear as despesas dos empresários que quiserem deslocar-se à China para negócios.

O objectivo deste acordo, segundo apurou o JE, promover a relações comercial entre os dois países que actualmente se encontram em declínio n10, em resultado da actual crise económico-financeira. No entanto, a queda que se tem verificada na troca comercial entre os dois países afecta particularmente os agentes económicos que operam no comércio e que pretendem trazer mercadorias da China para Angola.

A Câmara de Comércio Angola-China tem inscrito 800 empresários angolanos e 200 chineses, sendo intenção da direcção da câmara aumentar esse número para cinco mil associados nos próximos anos.

Em 2017, o comércio entre Angola e a China cresceu 43,42 por cento, para 22,34 mil milhões de dólares (5.302 milhões de kwanzas), com a China a ter comprado mercadorias no valor de 20.047 milhões de dólares norte-americano (4.757 milhões de kwanzas mais 49,08 por cento e a vender bens 110 valor de 2.297 milhões de dólares (545 milhões de kwanzas, mais de 30,45 por cento. Angola figura entre 14 países de varias regiões de África que em Fevereiro último reunirão num fórum no Zimbabwe, para estudar a possibilidade de usar o yuan, como divisa de reserva.

13.18 China reforça posição de maior credor do país

Novo Jornal

7 De Setembro de 2018

Texto: Faustino Diogo

Desmistificado o valor da dívida de Angola com a China - que, segundo o ministro das Finanças, Archer Manguerra, é de 23 mil milhões de dólares -, as atenções viram-se agora para o novo acordo financeiro entre os dois países, que deverá ser assinado em Outubro quando o presidente João

Lourenço se deslocar em visita de Estado ao gigante asiático.

Numa altura em que o país procura financiamentos para tapar os buracos do Orçamento Geral do Estado, economistas ouvidos por este jornal alertam para a necessidade de um maior controlo do serviço da dívida pública assim como a sua concentração.

"O peso da China no stock geral da dívida pública é preocupante já que assume mais de 50 por cento. E, tendo em conta as negociações em cima da mesa para o novo empréstimo, poderá ainda aumentar", disse o economista e docente universitário Precioso Domingos.

O interlocutor entende que o previsto crescimento económico do país para este ano coloca sérias preocupações em relação ao serviço da dívida.

"Se em 2018 o país se depara com um problema do serviço da dívida já extremamente pesado como nunca antes, quer dizer que esta questão fica distante de uma solução a médio prazo porque o stock da dívida está a dar indicações de que o serviço da dívida nos próximos anos vai continuar a ser extremamente pesado", considerou.

Por isso, o investigador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica defende a necessidade de os novos empréstimos, para este ano, serem autorizados pela Assembleia Nacional, para não «furar» défice orçamental.

"Se tivermos em conta os 3 mil milhões de euros vindos dos eurobonds, a nova linha de crédito de 500 milhões vindos da Alemanha, 150 milhões de dólares vindos de França, estamos a falar de um cenário que o próprio governo, sob pena de estar a violar a lei orçamental, vai ter que ir ao parlamento pedir autorização. Porque qualquer desembolso com a China ao longo deste ano estaremos perante uma situação de sobre financiamento muito além do que o plano anual de endividamento prevê", concluiu Domingos.

Pessimismo partilhado por Nelson Santos, que olha para o possível financiamento vindo da China como evitável.

"Estamos numa nova, era e o país deveria virar-se para outros pontos para garantir que os dinheiros vindos se traduzam de facto em ganhos para Angola", avançou o economista.

O especialista defende que o endividamento contínuo, apesar da necessidade, deve ser feito com

países europeus e instituições que garantam de facto a aplicação certa de todo o dinheiro cedido.

"Os europeus não emprestam apenas, acompanham a utilização dos dinheiros, à semelhança do que acontece com instituições como o FMI e outras. É com estes que devemos contar nesta nova cruzada", disse Nelson Santos.

No entanto, agências internacionais avançam que Angola está a negociar a nova linha de crédito com a China no valor global de 11.700.000 para a construção de infra-estruturas. Entre eles está a negociação dos termos para um empréstimo de 1.282.000 USD, montante destinado a pagar até 85% do valor do contrato para a concepção, construção e acabamento do novo aeroporto internacional de Luanda.

Através do banco estatal chinês Exim Bank, Angola está também a negociar empréstimos de 690 milhões de dólares para a construção da marginal da Corimba.

Em negociações estão também os empréstimos de 760,4 milhões de dólares para o sistema de transporte de energia eléctrica do Luachimo, e de 1.100.000 USD para a construção de uma academia naval em Kalunga, Porto Amboim, no Kwanza-Sul.

13.19 Governo usou linha de crédito da China para pagar salários e dívida interna

Jornal Expansão

7 De Setembro de 2018

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

O Governo utilizou 760 milhões USD da linha de crédito do Banco de Desenvolvimento da China (BDC) para pagar salários de Março e serviço da dívida interna, o que levou os chineses a ameaçarem suspender a linha de crédito caso a situação se repetisse, de acordo com um Memorando do Ministério das Finanças (MinFin) a que o Expansão teve acesso.

Datado de 28 de Abril e assinado pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, o documento intitulado "Pagamento da Folha Salarial de Abril e Serviço da Dívida Interna de Maio" justifica o recurso à linha de crédito do BDC com o impacto "severo" nas finanças públicas das alterações "dramáticas e abruptas" nas receitas petrolíferas na sequência do choque petrolífero. Como referido mais abaixo neste texto, no ponto 13, na página 10 do Memorando, o inquilino da Mutamba chega mesmo a classificar a actual posição do Estado como de "insolvência".

Desde a segunda metade de 2014 as receitas petrolíferas passaram a servir apenas como o "garante do serviço da dívida externa" enquanto as receitas não petrolíferas tem desempenhado um "papel cimeiro no que respeita as obrigações internas do País", explica o MinFin.

E desde o início de 2018 que as receitas não petrolíferas não têm chegado para pagar as despesas correntes e a dívida titulada, o que obrigou o Governo a "socorrer-se das reservas do País em moeda externa" para colmatar as insuficiências, admite o Memorando.

Foi o que aconteceu "em Março do ano corrente [quando] foram utilizados 760.100.000 USD [da conta 94045 - China Development Bank] para fazer face ao serviço da dívida interna e para fazer face a folha salarial de Março ainda que parcial", precisa o documento.

"O China Development Bank tem mostrado a sua preocupação face à utilização que Angola tem dado aos fundos nessa conta", reconhece Archer Mangureira adiantando que "a advertência vai na eminência da suspensão da linha de crédito caso acções semelhantes voltem a acontecer". A ameaça chinesa surtiu efeito. O Governo descartou a utilização da conta do BDC para o pagamento dos salários de Abril, bem como do serviço da dívida interna de Maio, mas ao fazê-lo ficou sem dinheiro para as necessidades imediatas.

A dois dias do fim do mês de Abril, Archer Mangureira dispunha apenas de 26,7 mil milhões Kz ou 118,9 milhões USD na Conta Única do Tesouro (CUT) para necessidades imediatas de 185,6 mil milhões Kz ou 826,1 milhões USD. Deste montante 138,4 mil milhões Kz ou 616 milhões USD eram para pagar salários e os restantes 47,2 mil milhões Kz ou 210,1 milhões USD diziam de Maio a 11 de Maio. Para o serviço da dívida interna da semana de 30 de Abril a 3 de Maio existia uma reserva de 39,4 mil milhões Kz.

Para ultrapassar o aperto de tesouraria em que se encontrava o MinFin propôs o recurso a dois fundos: o Fundo Petrolífero (FP) Reserva de Segurança (RS) que no final de Abril de 2018 apresentavam um saldo global de 1,95 biliões Kz.

Com um saldo de 970,7 milhões USD, a conta do FP é alimentada pelas receitas resultantes do diferencial do preço petróleo, preço médio de venda das ramas angolanas no mercado internacional menos preço de referência do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Com um saldo de 980,5 milhões USD, a RS "é uma conta criada e movimentada mediante orientação superior". O MinFin apresentou duas alternativas para cobrir o buraco de tesouraria a primeira passava pela utilização de 57% do FP e de 27% da RS para a cobertura de 100% das necessidades imediatas. A segunda previa a utilização de 30% do FP e 13% da RS o que assegurava a totalidade do serviço da dívida mas apenas 32% dos salários, permanecendo a pressão sobre o remanescente da folha de remunerações.

O Expansão desconhece qual das propostas vingou. Mas qualquer que tenha sido, a verdade é que "as alternativas conjunturais disponíveis ao nosso alcance são cada vez mais escassas", alertou Archer Manguiera ao mesmo tempo que sugeriu "a adopção de um pacote de medidas (...) para reverter o actual quadro".

Quadro que o memorando das Finanças chegou a classificar de insolvente. "As propostas colocadas [de recurso à Reserva de Segurança e ao Fundo Petrolífero] pouco alteram a actual posição de insolvência do Estado", reconhece o MinFin no memorando datado de 28 de Abril de 2018. Entretanto, a "posição de insolvência" terá melhorado face à recuperação do preço do petróleo. De acordo com o relatório de inflação do II trimestre do BNA, as receitas fiscais totalizaram 1,2 biliões Kz, um aumento de 17,54% e 67,08% em termos trimestrais e homólogos, respectivamente. As receitas petrolíferas aumentaram pela mesma ordem 9,4% e 90,8%, para 752 mil milhões Kz o equivalente a 61,4% das receitas fiscais.

As receitas não petrolíferas ascenderam a 472,8 mil milhões Kz, registando aumentos trimestrais e homólogos de 33,4 e 39,5%, respectivamente.

13.20 A "Mão Invisível da China" em África

Jornal O PAÍS

10 De Setembro de 2018

Texto: Bernardino Neto

No fim do Séc. XX, China foi eufemisticamente rotulada, um "tigre de papel", dada a onda dos quatro tigres asiáticos: Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura, países que atingiram o "boom económico", a alta tecnologia. Em tempo de recordo Ora, o tigre que era de papel, hoje "urra" deixando o mundo estonteante. Para além de ela promover os princípios da não ingerência, como inteligentemente argumenta, por também ter sofrido muito com as relações internacionais injustas, eis agora, com a

fórmula da abolição da dívida de muitos países Africanos. Como se não bastasse, alguns líderes africanos ergueram-se em delírio. Em todas as situações, o africano com poder ou sem poder, com estudo ou sem estudos, facilmente é arrastado em delírio. Estando o poder nas relações internacionais assente sobre três pilares: autoridade, domínio e influência, tenho dificuldade em entender o "delírio de Beijing".

O poder africano e os seus poderosos padecem de delírios, isto sei. Até quando alguém é nomeado, considera-se que subiu e quando é exonerado, desceu. Essa maneira delirante de ver as coisas tem como vítima o africano em si, incluindo os intelectuais que se bombardeiam de uma explosão de opiniões, emoções e ruídos, por coisas óbvias.

No fundo, a primeira vítima do delírio é alienação do próprio poder africano. E aqui até o poder das instituições tradicionais, o poder dos governos, dos partidos, presidentes da República, juizes de tribunal médicos, comandantes da polícia, os mais velhos em casa, os pais, os padres nas igrejas, os professores nas escolas, todos estão alienados, originando repercussões negativas profundas. O problema é tão sério, que as famílias apesar de serem as células primárias de poder, também foram alienadas, atravessando um estado terminal, aliás, ninguém confia em ninguém, incluindo os chamados "amigos de confiança" já não existem e, paralelamente, reconhece-se mais vale só, que mal acompanhado. Assim, a alienação se instalou em todo o lado e vamos vendo, manifestações de gente indignada, por um lado, a exigir a reorientação da bússola do poder e dos poderosos africanos e por outro, destilam uma raiva incubada porque esse delírio não lhes dá futuro. O que significa essa "boa muxima" perdão da dívida? Diz o provérbio africano: "Quando a esmola é demais, o pobre desconfia". Os Líderes africanos foram a Beijing e trocaram várias cartas de amor com Xi Jinping.

A China é uma viúva-alegre do comunismo, pois, na prática é um mercado capitalista agressivo com uma safra de 200 mil empresários bilionários e 500 mil milionários. Quer dizer, lidar com ela é lidar com uma rota da riqueza mundial. De outro modo, a China tem o projecto Seda do Séc. XXI, uma doutrina que prevê um caminho-de-ferro e estradas intercontinentais que conectem a África, a Ásia e parte da Europa. Como se pode ver, há aqui o "poder suave", mas na base de rebuçados diplomáticos, dinheiro, mandarim e filosofia. Sun Tzun, o pai da geoestratégia militar dizia: "A Vitória não é fazer 100 combates e vencer todos. A vitória é vencer sem combater." Uma frase dita no Séc. V, mas sempre actual porque quando se combate cria sempre danos,

quer sejamos vencedores ou perdedores. Claro, uma economia movida a carvão como a chinesa, receberá em troca, matérias-primas africanas. Agora como fica o "lobo mau" do Sistema Internacional. A dormir? Pode ser que sim, pode ser que não. A verdade é que o Ocidente parecia querer recolonizar a África com medidas nocivas, ora conjunturais, ora estruturais, levando alguns Estados a delírios e xinguilamentos. É nesse contexto que a China lançou o anzol. Angola que o diga! Em quase duas décadas foram realizadas já três Cimeiras Sino-africanas. As permutas mercantis ampliaram-se, as infra-estruturas (muitas delas embora precárias como foi a estrada Luanda-Benguela, por exemplo) ampliaram-se. o investimento explodiu, à meio uma carteira com 60 mil milhões de dólares americanos, somados ao perdão da dívida. É caso para delírio! Não se trata de negar a oferta, na verdade, essa boa muxima, não é ingénua, há dentro dela uma "mão invisível", pois como soe dizer -se: "Não há almoços grátis". Por que razão a China tinha de servir aos Chefes de Estados africanos banquetes a custo zero? No lugar do delírio, os líderes deveriam apresentar o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas de África, que prevê estradas da Cape-Town passando pela Namíbia, Angola, os dois Congos, Ndjamena, Trípoli, outra estrada, Capetown, Gaborone, Harare, Lusaka, Nairobi, Cartun, Cairo, com as perpendiculares da Baira, Lumbubaxi, Lobito e de Mombaça, Kampala, Kissangani, Lagos, Cotonou, Abidjan e de igual modo, modernização dos caminhos-de-ferro, como os de Dakar ao Níger, do Lobito a RDC e serem ousados, tornar real o sonho de Cecil Rhodes, o traçado ferroviário Cabo-Cairo.

Assim, responderiam a questão da falta de recursos, a falta de capacidade técnica para absorver em 3 anos, 60 mil milhões de usd (em 2015 a proposta foi a mesma) e finalmente, a falta de infra-estruturas leva o continente a perder quase 45% do seu PIE calculado em 3 triliões de usd. Mesmo assim, o Eng.º agrónomo Fernando Pacheco reconhece que de entre os vários acordos que a África firma nas relações internacionais injustas, a cooperação com a China é uma das poucas que beneficia os africanos pobres, citando três recursos: 1. As motorizadas; 2. Os telemóveis e 3. Os geradores. É coisa para dizer: "Não valpena"! Yaka-lelyoooh! kiakiakia! Se isto é bom ou mau, só tempo dirá.

13.21 China e países da CPLP fazem negócio de mais de USD 82 milhões

Jornal: O PAÍS

21 De Setembro De 2018

Nos primeiros sete meses do ano a China vendeu aos oito és de língua portuguesa bens no valor de USD 24.616 milhões (+24,19%) e adquiriu produtos no montante de USD 57.533 milhões (+20,38%), assumindo um défice comercial de USD 32.917 milhões. Ao terem efectuado compras e vendas de mercadorias no valor de USD 77.137 milhões, Angola e o Brasil foram responsáveis por 93,8% do comércio da China com os oito países de língua portuguesa

O Brasil, o maior parceiro comercial da China em termos mundiais, adquiriu bens no valor de USD 20.063 milhões, (+28,14%) e vendeu produtos no montante de USD 41.248 milhões, (+20,45%). De acordo ainda com o Fórum Macau, as trocas comerciais sino-angolanas ascenderam a USD 15.825 milhões, (+18,28%), com Angola a comprar menos 0,6% ou USD 1241 milhões e a vender produtos no valor de USD 14 582 milhões , (+20,23%).

Portugal surge num já distante terceiro lugar em termos de valor com trocas comerciais no montante de USD 3.393 milhões, (+6,81%), com as empresas portuguesas a terem comprado bens no montante de USD 2.099 milhões, (+4,3%) e a terem vendido mercadorias cujo valor se situou em USD 1.294 milhões (+16,87%). O comércio entre a China e Moçambique situou-se de Janeiro a Julho em USD 1.492 milhões (+45,13%), com a China a ter vendido bens no valor de USD 1.092 milhões de (+51,93%) e a ter comprado mercadorias no montante de USD 400 milhões (+29,32%). As trocas comerciais entre a China e os restantes países de língua portuguesa - Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-leste - ascenderam no período em análise a USD 125,7 milhões.

13.22 A China em de ajudar a extrair os recursos e participar da sua transformação no País"

Jornal Mercado

14 De Setembro de 2018

O investimento chinês em Angola, mas que tragam valor acrescentado, ou seja, que tire partido de bens produzidos no País, ou que contribua para a sua produção, Que tipo de investimentos reprodutivos a China tem feito em Angola'?

Nós exportamos o petróleo, e a China oficialmente não produz nada internamente, apenas alguns artigos de forma tímida. Neste fórum falou-se bastante da industrialização do continente, para evitar que os nossos países africanos sejam reféns da China, com empréstimos contínuos e entrega de recursos naturais como matéria-prima, e a África ser dos maiores importadores dos bens acabados da China. Portanto, eles têm de ajudar a extrair os recursos naturais e também participar na transformação deles no País em bens acabados e intermediários que podem ser enviados para o mercado da China. Fazendo isso, acredito que teremos uma cooperação justa e harmoniosa, Esse é um trabalho que temos feito na Câmara.

Mais da metade do empréstimo da China serviu o sector da construção. Como empresário, quais são as outras áreas que devem ser alavancadas'?

Há muitas áreas, mas o grande problema aqui são as infra-estruturas rodoviárias que estão degradadas. Vá ao Sumbe, a Benguela, Dondo, Huambo ou Uíge para ver como as estradas estão todas esburacadas, sem a mínima qualidade para se fazer uma viagem tranquila. Por isso é que o nível da sinistralidade rodoviária aumentou drasticamente e muitas pessoas morrem pelas estradas. Portanto, esta é para mim a prioridade. Quando falamos do ambiente de negócio, falamos também das comunicações, da circulação rodoviária. Estamos a falar de todos os instrumentos que permitam que o homem de negócios não encontre barreiras na execução do seu negócio, que são as estradas. Além da China, há outros países que podem emprestar a sua experiência em termos de infra-estruturas rodoviárias. Temos muito próximo de nós a Namíbia e a África do Sul, por exemplo, que talvez precisem de petróleo ou outros recursos que temos. São países irmãos e parceiros que poderiam desenhar estratégias comuns a nível da África subsariana.

Em relação a novas parcerias, o PR tem vindo a passar a mensagem, sobretudo na Europa, de que

Angola quer atrair investimento. Há uma perda potencial da importância da China'?

Penso que a nova administração do Presidente João Lourenço redesenha o estabelecimento de aliados e parceiros fortes, sejam europeus, americanos ou asiáticos, desde que tragam valor acrescentado e a sua experiência para Angola, a fim de construirmos um país nobre e à altura, onde cada um possa fazer o seu trabalho à luz da lei. E acredito que a China vai continuar sendo parceira de Angola por muito tempo.

Como encara a vinda do FMI a Angola, na medida em que este financiamento pode trazer outras consequências, sobretudo a nível da política de austeridade e cortes que impõe aos países'?

O próprio Presidente da República recentemente tocou neste aspecto, de que nem todos os acordos com o FMI têm o mesmo paradigma. Uma das grandes dificuldades que acontecem nestes financiamentos é a questão da transparência e da boa governação em relação aos relatórios financeiros e contas correntes do País. Por outro lado, temos governos demasiado gordos. A primeira coisa para que o FMI olha são os gastos. O emagrecimento das despesas públicas obriga a que algumas pessoas tenham de ir para casa, aumentando consequentemente o desemprego. Mas, se aumenta o desemprego a nível do Estado, é necessário encorajar as empresas privadas para que se tornem no maior empregador do País. O sector privado dinamiza a economia, uma vez que o Governo obtém as suas receitas dos impostos cobrados às empresas. Então é necessário criar robustez a nível do sector produtivo para apoiar o Estado. Por outro lado, tem de haver o redimensionamento de algumas empresas menos competitivas, porque o Governo não pode ter muitas empresas e fazer negócios, ser árbitro e ao mesmo tempo jogador.

Muitos críticos e académicos internacionais questionam a relação China-África com argumentos de ser uma potência neocolonialista, apenas interessada em explorar o continente africano em proveito próprio. O que pensa disto'?

O mundo é livre em construir as suas próprias opiniões, mas cabe aos africanos mudar o actual quadro, e não podem ir à China desprovidos de meios. Somos hoje um continente destino, porque temos inúmeros recursos e riquezas. Somos 54 países com uma população de 1,2 mil milhões de habitantes, e a China como país tem uma população maior que a África. A Índia tem quase a população africana. Esses dois países estão num nível de desenvolvimento exponencial e precisam de alimentar a sua indústria,

cuja matéria-prima vem de África. Os africanos, por sua vez, devem fazer o contrário para evitar esse pensamento neocolonialista, porque o presidente Xi Jinping não é o rei africano como sói dizer-se. É necessário construir aquilo que nós chamamos de vantagens comparativas, para que os chineses, ao invés de sugarem a matéria-prima.

13.23 Em Pequim, o socialismo “marcha” em Ferrari’s

Jornal De Angola

15 De Setembro de 2018

Não é Hong Kong (Syan gan, para ser mais original nem Shangai (Shang hai), ambas cidades conhecidas entre nós pelo seu potencial elitista, modernista e comercial, na República Popular da China, onde o sistema político é assumidamente socialista, desde 1949, com Mao Zedong, sob a liderança do Partido Comunista Chinês (PCC).

É só na capital da República, que normalmente devia ser mais conservadora por ser o símbolo do poder político conservador. A encantadora e cosmopolita cidade de Pequim tem uns contrastes acentuados que chamam logo à atenção de quem vem à China.

Estes contrastes, muitas vezes, colocam um visitante intrigado, se está num lugar qualquer do Mundo Ocidental capitalista, com todos os seus luxos, ostentações e requintes em excesso ou se está mesmo numa República Popular socialista, com um poder político inabalável há décadas, bem perto de uma Praça de Tian'Amen e seus mistérios e da "Cidade" que continua "Proibida", mas há poucos anos está aberta a turistas,

A capital da China socialista do PCC, país com mais milionários no Mundo, mantém o sistema político de partido "quase" único - já explico o "quase" -, mas importou muitos "vícios e hábitos" de consumo promovidos por marcas comerciais do Ocidente capitalista, com todos os seus luxos, imponência e arrogância. E o inédito nisso é que essas "brands" estão expostas em lojas de hotéis de elevado luxo onde muitos estrangeiros são metodicamente alojados quando visitam a cidade. Num espaço comercial de um hotel, por exemplo, é possível encontrar, desde carros de luxo como Mazeratti, Aston Martin, Lamborghini e Ferrari a lojas como Louis Vuitton, Chanel, Christiese cafetaria como a Starbucks, que em Angola, com regime aberto de 1991.

Uma coincidência, é que todas estas lojas, com produtos e marcas feitos para gente chique, estão em

hotéis de alto luxo. Outra, é que estão pertos uns hotéis dos outros numa competição saudável entre os vendedores. Só que o tempo que medeia entre ver um barulhento, luxuoso e poderoso Ferrari e um "Avô veio" (motorizada de três rodas), uma bicicleta ou um trlicclo a motor silencioso é bastante curto. Aliás, não fossem as ciclovias, estavam todos nas mesmas faixas de rodagem, com o risco de acidentes, porque juntá-los na estrada é, em si, sinistro.

Tudo isso parece uma estratégia bem montada, do tipo "somos acusados de sermos fechados politicamente, ok, mas venham cá ver se não temos o que vocês têm aí". E os automóveis quase todos têm linhas de montagem local.

Durante a Cimeira do Fórum de Cooperação Sino-África, que deixou o país "aberto", por dias, com algumas "limitações inegociáveis", como as comunicações que recorrem às TIC's, os carros que transportavam os Chefes de Estado' eram turismos pretos, largos, estranhos, uma espécie da "Besta" (Bentley) que tradicionalmente é a viatura oficial dos presidentes norte-americanos, mas a do chinês tem uma palhinha vermelha sobre o capô e rodas com a cor vermelha que deve indicar a marcha do socialismo. Estou intrigado porque, até agora, não sei que carro é aquele e ninguém conseguiu dizer-me.

Na China, o que parece uma unanimidade e/ou unidade é quase todos serem do PCC, desde Yao Ming - estrela do basquetebol com passagem pela NBA onde foi "exportado" como modelo chinês para mostrar que o país também produz biótipos apreciados no Ocidente e absorvido pelos americanos para vender a marca deste desporto - ao multimilionário criador do site de vendas online Alibaba, o Jack Ma.

Cerrar fileiras ao PCC é quase uma religião apesar de existirem outros oito "partidos não-comunistas" - Lembra-se do "quase" lá de cima - como fazem questão de escrever nos livros de apresentação do país. Pois, a China não tem um partido único, o PCC. O país tem oito partidos políticos, entre eles o Comité Revolucionário do Kuomintang, a Uga Democrática da China, a Sociedade Jiusan e a Associação da China para a Promoção da Democracia. Mas um detalhe pode alterar a percepção de qualquer um: juntos, estes oito partidos, apoiam a liderança do Partido Comunista Chinês.

E o PCC lidera uma estrutura, conhecida como Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CPPCC, sigla inglesa), uma frente patriótica unida para o povo chinês concebida como uma importante instituição para a cooperação multilateral e consultas. Esta estrutura pesada tem representantes do PCC, de

"partidos não comunistas", democratas sem filiação partidária – isso mesmo democratas -, organizações de massas, representantes de todos os grupos étnicos e comerciantes. Essa instituição tem a função máxima de fazer consultas políticas e a supervisão democrática. Pronto, só mesmo na China! Mas o país está lá, moderno, imponente, luxuoso, fechado, disciplinado e potência mundial.

13.24 Quando a China mandar no mundo

Jornal De Angola

15 De Setembro de 2018

A última cimeira China - África, no quadro da parceria estratégica, entre os dois signatários demonstrou que este exercício inaugurado em 2000, em Joanesburgo, vai tornando sólida a cooperação entre o país asiático e o continente africano. O próximo encontro está agendado para o Senegal, em 2021.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, classificou tal parceria como "um modelo de desenvolvimento onde ninguém é esquecido, uma globalização justa, multilateral e baseada no sistema de regras de Relações Internacionais". Entretanto, não faltam críticas vindas daqueles que não vêem com bons olhos aquilo que designam a "expansão chinesa". Sobretudo, a participação da China na luta pelo desenvolvimento de África.

Argumentam que a China está a exercer, realmente, o poder "colonialista" em diversos países, incluindo os africanos através do dinheiro em forma de empréstimos de médio e longo prazo que, muitas vezes, não são cumpridos pelos países devedores. Neste caso, a dívida não é perdoadada, mas, sim, reconfigurada. Aumenta-se os anos para o pagamento da dívida e reduz-se a taxa de juros. Alguns países, diz-se, já começaram a desconfiar da "bondade" dos chineses, tais como a Austrália, o Perú, entre outros;

Para além das contrapartidas normais dos serviços da dívida (pagamento de juros e de capital) são normalmente anexados aos contratos a viabilidade e a introdução de empresas chinesas em diferentes áreas de negócio, nos respectivos países, privilegiando as mesmas em detrimento de concursos abertos a todos. Sendo esse um factor que faz aumentar a desconfiança.

Segundo um estudo de 2017 da PriceWater Coopers, a China poderá ultrapassar os Estados Unidos da América em 2030. Contudo, o que víamos na era Obama - com uma política realista, mais pragmática

que ideológica, selectiva no uso da força, promotora de acordos económicos - comerciais verificou-se um declínio do dólar, ao contrário da era Trump, em que estamos perante um aumento substancial. Isso fez com que as dívidas dos EUA (expressa, obviamente em dólares) reduzissem brutalmente (juros). O capital, agora, pode ser convertido em outra moeda de reserva e trocada por dólares a um valor mais alto o que, também, reduz a dívida em capital. O que faz correr a China, para a África?

"A atracção da China por África é óbvia: precisa de uma vasta série de matérias-primas, para alimentar o seu vasto crescimento económico. Em 2010, a China representava 10 por cento do consumo mundial de petróleo bruto, 43 por cento do zinco, 42 por cento do aço, 44 por cento do minério de ferro e 39 por cento do cobre" diz Martin Jacques, na sua obra Quando a China Manda no Mundo.

A China é pobre em recursos naturais, sendo a notável excepção os minerais raros e, em resultado disso, não tem outra opção se não procurar no estrangeiro. A África, pelo contrário, é "extremamente dotada de matérias-primas, particularmente em petróleo e gás, tão necessárias para a economia da Republica Popular da China. Por exemplo, cerca de 30 por cento do petróleo da China vem de África. Em 2009 a África do Sul tornou-se no maior parceiro comercial da China e também no seu maior mercado de exportação.

Finalmente, o que é preciso reter é o grande avanço e a pujança da economia chinesa, com base na revitalização constante da Rota da Seda, como "plataforma logística Intercontinental, uma histórica zona de contacto, e de combinação cultural.

Não menos importante é a tentativa da conquista chinesa, em duas áreas até agora inexploradas em profundidade: a hegemonia do pacífico e do espaço. Em maior grau, desde algum tempo, que a China tem-se destacado na conquista do ciberespaço.

Entretanto, o desejo da China de aceder ao estatuto de grande potência, na cena internacional reflectir-se-á na crescente influência económica, nos países limítrofes, ou mais longínquos (evidentemente, África, aí, incluída), ao mesmo tempo que nas iniciativas para reforçar o seu exército. Avança Alexandre Adler, em 2005, para O Relatório da CIA.

Veremos, então, o que sucederá quando a China mandar no mundo. Quando isso acontecerá?

"A China não aspira governar o mundo, porque crê estar no centro do mundo, sendo este o seu papel e posição naturais. E esta atitude irá provavelmente ser

reforçada à medida que se tornar uma importante potência global." A convicção é de Martin Jacques, o autor da obra que dá título a este texto!

13.25 Infra-estrutura recebe menos financiamento

Jornal De Angola

17 De Setembro de 2018

Os investimentos em infra-estruturas registaram uma desaceleração recorde em Agosto na China, um sinal alarmante para o país em plena guerra comercial com os Estados Unidos, por envolver o sector que é o principal impulsionador de crescimento daquele país.

Dados do Serviço Nacional e Estatísticas (BNS) da China confirmam a sombria conjuntura na segunda maior economia mundial, embora o consumo e a produção industrial apresentem bons resultados.

No período de Janeiro a gosto, os investimentos em capital fixo cresceram 5,3 por cento em ritmo anual, resultado inferior aos sete primeiros meses do ano (+5,5 por cento) e o menor ritmo registado até hoje.

Tudo isto acontece em um contexto de guerra comercial com os Estados Unidos, iniciada em Julho e que envolve a adopção de tarifas de importação mútuas. "O conflito comercial tem um impacto e ensombra a recuperação mundial", declarou Mao Shengyong, porta-voz do BNS.

A conjuntura chinesa já estava fragilizada pelos esforços do Governo para conter o endividamento colossal do país.

O trabalho incluiu uma acção contra as "finanças obscuras" (não regularizadas), bem como + restringir o endividamento de grupos locais, com o endurecimento das condições de crédito, o que vai refrear os investimentos públicos.

Assim, os investimentos específicos em infra-estrutura cresceram apenas 4,2 por cento nos oito primeiros meses do ano, o menor resultado desde que o índice passou a ser publicado.

13.26 China 'aperta' nos financiamentos a Angola e exige maior rigor na elaboração dos projectos

Jornal Expansão

21 De Setembro de 2018

Texto: Joaquim José Reis

As negociações para uma nova linha de crédito chinesa para financiamento de projectos de infra-estruturas em Angola, que rondará os 11,7 mil milhões USD, foram adiadas no início do mês porque a China está a exigir maior rigor e informação mais detalhada sobre os projectos a financiar.

De acordo com fontes diplomáticas chinesas, que não revelaram as razões, há cerca de um ano que as autoridades chinesas têm sido mais rigorosas na abordagem aos projectos a financiar em Angola.

Entre 3 e 4 de Setembro, decorreu naquele país asiático o Fórum de Cooperação China África, que contou com a presença de uma comitiva liderada pelo Presidente João Lourenço. Um dos objectivos era a assinatura de acordos para uma nova linha de crédito chinesa, mas as negociações acabaram por ser adiadas para o final deste mês, conforme anunciou o ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto. Como refere uma das fontes diplomáticas, antigamente quando Angola solicitava financiamento à China bastava entregar uma "folha pouco detalhada" (com nome dos projectos e quanto seria necessário, por exemplo), mas hoje em dia é necessário avançar com informação mais rigorosa.

Fonte do Governo confirmou ao Expansão que se trata de uma postura nova de exigência por parte da China "na metodologia de elaboração dos projectos" que "coincide também com a postura do Governo" que, assim como o gigante asiático, pretende "projectos que ajudem a melhorar o ambiente de negócios e que acabem por fomentar a iniciativa do próprio sector privado".

Angola pretendia fechar um financiamento de 11,7 mil milhões para projectos de infra-estruturas. Entre eles está a negociação dos termos para um empréstimo de 1,3 mil milhões USD destinado a pagar até 85% do valor do contrato para a concepção, construção e acabamento do novo aeroporto internacional que está a ser construído a 30 quilómetros de Luanda por várias empresas chinesas. Através do banco estatal chinês, que apoia a importação e exportação do país (Exim Bank), está também a negociar empréstimos de 690 milhões USD para a construção da marginal da Corimba. Em negociações estão também os empréstimos de 760,4 milhões USD para o sistema de transporte de energia eléctrica do Luachimo, e de 1,1 milhões para a construção de uma academia naval em Kalunga, Porto Amboim. De acordo com o Plano Anual de Endividamento do Governo, a dívida à China ronda os 21,4 mil milhões USD, compreendendo a dívida bilateral, através do Exim Bank, que, no final de 2017, ascendia a 5,2 mil milhões USD, e os restantes 16,2 mil milhões USD a bancos comerciais chineses.

13.27 Analistas alertam para riscos da dependência de Angola do financiamento chinês

Jornal A República

28 De Setembro de 2018

Texto: DW África

A consultora Fitch Solutions considerou este domingo (23.09) que o modelo de empréstimos pagos com petróleo, muito usado pela China no financiamento a África, nomeadamente a Angola, vai aumentar no continente, mas alerta para os riscos para ambos.

"Enquanto os empréstimos pagos em petróleos reduzem os riscos de pagamento para os financiadores chineses evitando confiarem na capacidade do Governo angolano para cumprir as obrigações de pagar a dívida, salientamos que os altos níveis de endividamento em Angola, representando uns estimados 71,4% do PIB em 2018, vão limitar a capacidade para apoiar projectos de infra-estruturas e restringir o crescimento da indústria da construção nos próximos anos", escrevem os analistas.

Numa nota sobre a crescente dependência de Angola do financiamento chinês, que vai chegar a mais de 40% da dívida total no seguimento de um acordo de financiamento de 11 mil milhões de dólares para 78 projectos de infra-estruturas acordados em Setembro, em Pequim, a Fitch Solutions escreve que "os custos de servir a dívida vão aumentar e, com o declínio das

receitas petrolíferas, o orçamento deverá manter-se em défice até 2027".

Apesar dos riscos deste modelo, a Fitch Solutions reconhece que o apoio chinês a África, em geral, e a Angola, em particular, deverá acentuar-se devido às dificuldades de financiamento que os países africanos enfrentam devido aos altos níveis de dívida pública a que se sujeitaram no seguimento da descida dos preços das matérias-primas desde 2014, e ao consequente impacto nas contas públicas e no crescimento económico, que chegou a atirar Angola para uma recessão desde 2016 e que se prolongou ainda no primeiro trimestre deste ano.

"Este acordo reflecte, ainda assim, o considerável empenho da China no desenvolvimento das infra-estruturas em Angola, que tem sido um dos maiores beneficiários do financiamento chinês na África subsariana, lê-se na nota enviada aos investidores.

Papel da China

"A China é o maior financiador estrangeiro de infra-estruturas em Angola, num total de 22,4 mil milhões de dólares, segundo a nossa base de dados, e o financiamento chinês foi fundamental para o progresso dos maiores projectos de infra-estruturas - incluindo os 6,4 mil milhões de dólares para o novo Aeroporto de Luanda, os 4,5 mil milhões para o projecto da central hidroeléctrico de Caculo Cabaça e a reconstrução dos caminhos de ferro de Benguela, orçados em 1,8 mil milhões de dólares", acrescentam os analistas.

Estes e outros financiamentos fizeram o sector da construção crescer quase 17,5% ao ano entre 2008 e 2017, segundo a consultora Fitch Solutions, mas o ritmo deverá abrandar para quase um terço (6,4%) até 2027.

"O pacote de ajuda financeira de 11 mil milhões de dólares, que vale um sexto do total prometido para a África subsariana no Fórum de Cooperação China África, é prova deste empenho chinês, mas os altos níveis de dívida pública, as decrescentes receitas petrolíferas e o limitado espaço orçamental para apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas vai manter o crescimento económico abaixo do potencial", concluem os analistas.

Endividamento sensato

Também este domingo, a consultora Economist Intelligence Unit (EIU) alertou para a necessidade de Angola "endividar-se de forma sensata" sob perigo de entrar em situação de incumprimento financeiro, ou 'default', devido ao alto nível de endividamento.

"O pagamento da dívida já é a maior rubrica de despesa em Angola e o país tem de equilibrar a sua necessidade de investimento com o endividamento sensato, se quiser evitar uma situação de "default", escrevem os peritos da unidade de análise económica da revista britânica *The Economist*.

Segundo uma nota enviada aos investidores sobre a relação entre China e Angola, os analistas advertem sobre o novo pacote de financiamento de 11 mil milhões de dólares, acordado entre as autoridades dos dois países no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), que decorreu no princípio do mês em Pequim, e no qual o Presidente de Angola, João Lourenço, participou pessoalmente.

"O novo pacote de crédito da China é significativo; no entanto, apesar de ajudar a desbloquear financiamento para pagar os tão necessários investimentos, também vai aumentar o fardo da dívida nacional", vinca a EIU, notando que o acordo é alcançado numa altura em que Angola já garantiu 4,5 mil milhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em Dezembro do ano passado, segundo os números oficiais citados pela unidade de análise económica da *Economist*, Angola devia à China mais de 21 mil milhões de dólares, "dos quais 5,2 mil milhões de dólares para o Banco de Importações e Exportações da China, e o restante a bancos públicos".

Este método, nota a EIU, "tem atraído críticas dentro e fora de Angola, principalmente em relação a importação de materiais e mão de obra chineses, que faz pouco pela criação de empregos locais e pelo desenvolvimento do sector nacional da manufactura".

O mesmo acontece, concluem os analistas, com os termos dos pagamentos dos empréstimos, "que levantam preocupações sobre se os empréstimos são realmente benéficos para Angola".

Mais transparência e responsabilidade nos investimentos Angola precisa de mais transparência e responsabilidade no investimento em infra-estruturas, onde gastou 87,5 mil milhões de dólares nos últimos 15 anos sem grandes resultados, sugere um estudo do Instituto de Relações Internacionais britânico.

Estas são algumas das reformas sugeridas para corrigir as principais falhas apontadas, como a fraca supervisão do investimento público, excesso de ambição e orçamentos irrealistas, além de erros no planeamento ao nível da viabilidade ou dos riscos de corrupção.

"Os projectos privilegiaram em excesso o transporte em detrimento de outras áreas de infra-estruturas.

Além disso, o financiamento pró-cí-dico resultou na acumulação de dívida pública e acentuou uma vulnerabilidade estrutural à flutuação do preço do petróleo", escreve o autor, Seren Kirk Jensen,

Intitulado "Angolas Infrastructure Ambitions Through Booms and Busts - Policy, Governance and Reform" ("As Ambições de Infra-estrutura de Angola ao Longo dos Altos e Baixos - Políticas, Governação e Reformas, " na tradução literal para o português), a análise do Chatham House centra-se no período entre 2003 e 2016.

Este coincide com o pós-guerra civil, quando o Governo angolano avançou com um programa de reparação, expansão e modernização das suas infra-estruturas para promover o desenvolvimento social e económico.

O regime de José Eduardo dos Santos foi ajudado pelo impulso económico dado não só pelas receitas da exploração do petróleo, mas também pela disponibilidade de crédito para financiamento destas obras, sobretudo oferecido pela China.

Altos custos da corrupção

Mas Jensen analisou em detalhe o investimento feito nas redes de electricidade e de estradas e concluiu que a relação custo-benefício relativamente ao investimento de 87,5 mil milhões de dólares entre 2002 e 2015 é reduzida.

O serviço de electricidade continua sem chegar a mais de metade da população e sofre de falhas frequentes e a rede viária foi reparada ou ampliada a um ritmo inconsistente.

Numa estimativa aproximada, o especialista em assuntos africanos estima que cada quilómetro de estrada construído ou reabilitado terá custado, no pico do investimento, entre 2006 e 2008, perto de 682.762 dólares.

Segundo Soren, estudos do Banco Mundial e da organização não-governamental Transparência Internacional encontraram sinais de que os custos de construção e manutenção de estradas são maiores em países com níveis mais altos de corrupção.

"Esta constatação parece sustentar a noção de que os custos unitários são mais elevados em Angola do que no resto do continente, porque Angola tem sofrido ao longo do tempo de altos níveis de corrupção", acrescenta.

Avanços e novas perspectivas

O autor do relatório entende que as reformas introduzidas pelo Presidente angolano, João Lourenço, desde a sua entrada em função em 2017, vão no sentido de melhorar a governação e combater a corrupção.

"As reformas anunciadas incluem algumas que abordam direta e indiretamente a governação de infra-estrutura, embora estas ainda devam ser desenvolvidas em detalhe e implementadas", como a criação de um novo Ministério da Economia e do Planeamento, exemplifica.

Seren Kirk Jensen enumera algumas medidas necessárias, como tornar operacional o Portal Nacional de Contratação Pública e inventariar todos os processos de licitação em andamento, além de divulgar o registo das construtoras envolvidas em projectos de obras públicas.

Defende também que Angola deve adotar normas internacionais de transparência, como divulgar elementos como o âmbito do projecto, o custo e a data de conclusão e os investimentos devem ser acompanhados de estudos de impacto social e viabilidade económica.

13.28 Angola deve rever acordos de cooperação com a China

Jornal 24 Horas

21 De Setembro de 2018

Francisco da Cruz (FC) - Para já, penso que é positivo. É um cenário novo. Os críticos do Presidente João Lourenço dizem que "quem tudo quer tudo perde": Mas penso que não, porque o Presidente, no seu discurso inaugural, sempre disse que estava aberto a relações com todos os países do mundo. Mas essa vontade deve ser mútua. A Commonwealth, por exemplo, sabemos que é composta por 54 Estados. Se esta organização iniciou no plano da cooperação entre aquelas que eram as ex-colónias britânicas, hoje, além de se conceder a estes países vantagens comerciais, melhorias a nível da integração, estas relações passam, actualmente pela democracia, direitos humanos, boa governação e a paz mundial, que é fundamental aos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas. Um Estado que tenha isso, para nós, é, absolutamente, essencial cooperar com o mesmo. Também porque temos muitos vizinhos que são membros da Commonwealth. Estamos praticamente numa zona em que só nós é que falamos português. É importante interagirmos, no quotidiano, com países de expressão inglesa.

PER - Fazer parte de todas essas organizações provoca (ciúmes' entre potências que regem os conjuntos?

FC - É evidente que cria ciúmes. "O amigo do meu inimigo meu inimigo é:" Mas temos de ver que isso não é uma união política. A mensagem de João Lourenço vai no sentido de dizer que estamos dispostos a colaborar e manter relações estáveis com todos os países do mundo, explorando as nossas valências e aquilo que tais países nos podem ceder. O Presidente quer vencer um certo isolacionismo, porque estávamos a ficar de alguma forma isolados. Éramos considerados um país que não tinha uma boa governação. Tinha uma governação de longa data, aliás, não é por acaso que, a nível da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Guiné Equatorial não consegue ascender à presidência. É porque os outros países entendem que este país africano ainda não aboliu a pena de morte.

PER - Mas Angola teria embaraços?

PC - É verdade que, em termos de objectivos, o país poderá criar alguns embaraços, quando se atingir um processo de integração mais acentuado. Volto a criar uma analogia, a nível da CPLP, em que Portugal subscreveu o tratado de Schengen com a União Europeia, mas também de alguma liberdade de mobilidade com países da CPLP, designadamente Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Isso faz com que essa liberdade não seja integral, porque, no plano do direito internacional, a norma internacional sobrepõe-se ao ordenamento jurídico interno. Quer dizer que a norma da União Europeia deve ser incorporada no direito interno de Portugal e isso faz com que determinados pressupostos com os seus pares africanos não possam ser observados se eventualmente chocarem com as normas da União Europeia.

PER - Entre a Commonwealth, Francofonia e o BRICS, qual seria a melhor opção para Angola se tivesse de escolher apenas uma?

FC- Para mim, o BRICS seria a opção mais acertada, porque esta organização já define em si mesmo economias emergentes. Isto quer dizer que nós, se já lá estivéssemos, teríamos já melhorado o nosso PIB per capita e a economia mais sustentável.

PER - Em termos estratégicos, como olha para a política externa angolana?

FC - A nossa política externa está em fase de reforma, no plano financeiro e de recursos humanos. Muitos diplomatas vão passar à reforma, por limite de idade, enquanto outros que não se adaptam

também vão regressar ao país. Neste momento, a nossa política externa está realinhada na diplomacia económica. Hoje, precisamos cada vez mais de atrair o investimento estrangeiro. Não nos podemos isolar, vivemos num mundo que é global, mas, sobretudo, interdependente. Quem produz quer vender, quem não produz quer adquirir, mas adquirir sempre a um preço que se adapte à sua capacidade financeira. Então, em determinado momento, vamos comprar, mas naquilo que podemos produzir vamos vender, então, acabamos por nos especializar. Não precisamos de ser aquele país que faz e é bom em tudo, não precisamos. Vamos especializar-nos em determinadas matérias. Por exemplo, a China é hoje o principal centro manufactureiro do mundo

PER - Angola explora bem o petróleo como uma arma político-diplomática?

FC - Exactamente. Devemos explorar o petróleo como uma arma diplomática, como os russos fazem, por exemplo, com o gás. Sabe que a Rússia abastece a Europa com o gás, principalmente, no período do inverno. Quando não estão bem, os russos aumentam os preços ou simplesmente fecham as torneiras. Penso que Angola devia explorar melhor o petróleo no plano diplomático. Para isso, temos que definir que objectivos queremos atingir e em que período de tempo, porque não há nada eterno.

PER - A relação Angola-China sempre foi muito criticada por falta de transparência. Hoje qual é o quadro?

FC - Também acho que não está devidamente explicada a relação entre Angola e a China. Em termos de dívida, por exemplo, é preocupante, porque Angola já passou dos 50% do Produto Interno Bruto, ou seja, já ultrapassou os limites. Sabemos que a maior parte desta dívida é para com a China. Penso que temos de começar a pensar nas novas formas de financiar o Estado. A relação entre Angola e a China não é transparente, porque os chineses não são como os angolanos que olham para o futuro numa perspectiva egocêntrica e a curto prazo. Os chineses têm o forte problema de excesso de população e, como também têm excesso de liquidez, aproveitam emprestar este dinheiro, mas com exigência de que têm de ser as suas empresas e mão-de-obra a desenvolver os projectos que eles financiam, no caso, em Angola. Isto não facilita a nossa economia, porque não cria empregos para os angolanos nem sequer passam o 'know-how' aos nacionais.

PER - Estando Angola em desvantagem, o Presidente João Lourenço pode rever esses acordos com a China?

FC - Não consigo falar com propriedade, porque os termos em que foram celebrados os contratos não são públicos. Mas o que me parece é que nós, hoje, não estamos em condições de poder rejeitar seja o que for da China. Se os chineses nos cobrassem, hoje, tudo o que devemos, não teríamos capacidade de pagar. Ainda assim, entendo que há determinados acordos que não serviram o interesse nacional e deviam sim ser revistos. Há uma série de obras públicas desenvolvidas, nos âmbitos desses acordos, que não têm nenhuma qualidade. Mas temos culpas, porque nem sequer fizemos uma fiscalização cerrada às empreitadas feitas por chineses. Por exemplo, as obras do novo aeroporto internacional, o Hospital Geral de Luanda e até mesmo as centralidades têm qualidade duvidosa. Então, é necessário rever esses projectos de cooperação para que Angola tenha mais vantagens.

PER - O Fundo Monetário Internacional (FMI) também é criticado em países em que faz assistência financeira. Como é que Angola se deve posicionar diante desta instituição?

FC - Onde o FMI passa impõe um conjunto de medidas estruturais que os Estados que beneficiam dos fundos da instituição são obrigados a cumprir. Estas medidas estruturais, normalmente, criam desemprego, aumentam os impostos, retiram subvenções e levam a determinados pressupostos que tornam essas medidas, no plano político, o que pode provocar convulsões sociais, porque as pessoas protestam. Vimos isso em Portugal, Grécia, Espanha e em outros países. Penso que Angola aprendeu com esses erros. A demonstração de que Angola aprendeu foi ao não pedir ao FMI um resgate financeiro, ficando apenas pela assistência técnica. Os técnicos do FMI dizem aos ministérios de tutela que têm de fazer isto ou aquilo, mas é o Governo que define, no âmbito da sua soberania, os 'timings' para a implementação dos conselhos da assistência técnica. Se Angola pedisse a assistência financeira, seria o FMI a decidir os 'timings' Por exemplo, diria até ao mês x tem que se despedir um milhão de pessoas. Isto traria uma forte contestação popular. PER - Que leitura faz da relação Angola e Portugal?

FC - Quando Angola crescia na ordem dos dois dígitos, Portugal soube aproveitar este 'boom' e foi precisamente a fase em que a troika esteve em Portugal. Portanto, foi Angola que, naquela altura, acolheu grande parte dos desempregados portugueses e aí a relação era boa. Depois, quando Angola começou a cair, passou a investir seriamente em Portugal, o que criou alguns ciúmes de portugueses. Alguns angolanos também foram exacerbando as suas capacidades, até que houve a fase do 'caso Manuel Vicente, em que as relações dos dois Estados

desceram mesmo a pico. Mas agora retornaram à normalidade' porque Angola também fez valer que é um Estado soberano e não mais uma colónia.

PER - O novo Governo completa um ano Setembro. Qual é balanço que faz?

FC - É positivo, na medida em que o Presidente João Lourenço encontrou o país numa situação relativamente caótica. No plano económico, praticamente, tinha os cofres vazios e hoje não se faz diplomacia com os bolsos vazios. Tínhamos perdido aquela imagem positiva no plano externo e isso não é bom nem para quem é governo nem para quem é governado. Portanto, o que se está a notar é que o Governo, de João Lourenço está a bater-se com as armas de que dispõe. Primeiro, fazer relançar o país no plano económico e conjugar tudo isso numa diplomacia bastante actuante. Definiu, tivemos a oportunidade de ver isso, quando o Presidente, no seu discurso inaugural, defendeu praticamente aquilo que seriam as balizas para o que seria a diplomacia angolana. E ficou decidido que seria uma diplomacia no plano económico, esforçando, cada vez mais o investimento estrangeiro para que internamente se pudesse catalisar o processo de diversificação da economia. Fazer com que Angola não seja um país que viva apenas do sector terciário da economia. Por isso é que o Presidente da República esteve no parlamento europeu, falou com as grandes potências, falou com o presidente francês. Tem prevista uma passagem pela Alemanha e por Portugal. Acabou por renegociar determinadas matérias, tomou medidas a nível interno, quer no plano económico, quer no plano financeiro que ainda não têm os resultados esperados, mas, pelo menos, já se nota uma certa inversão daquilo que era o quadro que ele encontrou.

PER - A Lei de Repatriamento de capitais está a cumprir os objectivos?

FC - Haverá algumas dificuldades na aplicação dessa lei. Na verdade, essas dificuldades já se fazem sentir. É que, até agora, não são nomeados os detentores das fortunas ilícitas no exterior. Ainda não temos conhecimento de quem já se tenha disponibilizado. Sabemos pela imprensa internacional e tribunais que há muitos angolanos que são detentores de riquezas lá fora.

PER - Estas pessoas ainda estão dentro do tempo estabelecido pela lei...

FC - Sim, ainda estão dentro do tempo. Mas também já não falta muito tempo para terminar o ano. Eu acho que essa lei é a possível e bem - intencionada' apesar de o mundo não viver só de boas intenções. Agora, o que se sabe é que as pessoas, que [se

aperaltaram] dos valores públicos, não demonstram disponibilidade de cumprir a lei, nos termos em que se faz cingir. Porque a intenção do legislador era não criar uma caça às bruxas, resolver um problema, evitando o outro. Não perseguir o cidadão' principalmente, aqueles que se manifestarem como detentor de fortunas ilícitas no exterior.

PER - O facto de entre essas pessoas estarem membros do MPLA dificulta o processo?

FC - Penso que não. Isto já não é só uma intenção do Presidente João Lourenço. Isto já é um desiderato do próprio partido MPLA. Porque é uma promessa eleitoral e é uma promessa que acolheu a confiança dos eleitores. Se o MPLA venceu com maioria, naturalmente, que essa maioria quer ver as promessas cumpridas. O repatriamento de capitais seria um problema se não tivesse o apoio do partido. As pessoas conhecem-se, naturalmente, os bancos têm mais ou menos noção de quem teve uma gestão danosa e quem teve uma gestão parcimoniosa. A nossa sociedade é praticamente pequena, é circunscrita e não houve muita gente que foi gestor público de topo. Facilmente, estas pessoas são identificáveis.

PER - Vê melhorias no ambiente de negócios?

FC - Deram-se passos significativos para melhorar o ambiente de negócios, designadamente a própria lei de concorrência. O Presidente da República fez referência e tomou determinadas medidas, neste sentido, para acabar, principalmente, com os monopólios. Numa economia de mercado, o Estado tem três funções essenciais: regular o mercado, criando leis controlar a sua efectivação da: mesmas leis, punindo os prevaricadores, e, por outro lado cobrar os impostos. O nosso Estado ainda é um Estado operador económico. Há muita: empresas que são operada pelo próprio Estado. O que se nota é que essas empresas são na sua maioria, deficitárias. Não aproveitaram o tempo do superavit, quando o preço de barril de petróleo esteve acima dos cem dólares. Angola não aproveitou essa fase para reinvestir na sua economia, agora estamos nessa fase difícil. Ainda assim, parece bastante positivo, porque é um percurso que não está acabado. A frontalidade e coragem política do Presidente João Lourenço em manter e inverter o quadro é positiva.

PER - Os monopólios são todos maus?

FC - Segundo as teorias de Adam Smith, numa economia de mercado há uma mão invisível em que o mercado se deve auto-regular. Isto é, a procura e a oferta que definem os preços e por via dos preços e do volume de vendas se vai definir as quotas de

mercado. O que se passava é que determinados operadores económicos tinham quotas de mercados feitas administrativamente. Fazia entender que uns podiam ser privilegiados relativamente a outros. Por outro lado, a nossa economia é fortemente subvencionada. Ainda hoje, o Fundo Monetário Internacional é contrário que em Angola os combustíveis continuem a ser subvencionados. É evidente que, em termos de política interna, não interessa já terminar efectivamente com todos os subsídios, a nível dos combustíveis, porque a massa salarial e a estrutura da nossa economia ainda não está suficientemente forte para o impacto da retirada total dos subsídios. Por exemplo, os produtos da cesta básica teriam um preço bastante acrescidos e os salários não acompanhando a inflação, podiam fazer com, que se excitasse algumas convulsões no plano social. Isto é tudo que o actual Governo não tem pretensão de provocar.

PER - Quanto ao cimento, os preços não recuaram ao mil e 1.200 kwanzas, mesmo depois de o problema dos combustíveis ter sido resolvido. O que terá falhado?

FC - O que tem falhado é a fiscalização. As medidas são muito boas, temos bons pacotes legislativos, mas depois o exercício desta mesma legislação não é fiscalizado. O empresário visa o lucro e, quando há esse vazio de fiscalização, ele tem um lucro fácil. É isso que incentiva as pessoas a permanecerem na senda da burocracia e corrupção. Combate-se isso com uma maior fiscalização. As questões dos preços, do cimento por exemplo, já deviam estar mais ou menos aliviadas.

Perfil

Nascido no Kwanza-Norte, Francisco Ramos da Cruz é doutorado em História, tendo feito também formação em Estudos de Defesa e Segurança pela Academia Militar Portuguesa. Fez ainda mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais. O professor universitário foi adido de Defesa adjunto da Embaixada de Angola em Portugal, onde foi condecorado com a medalha Cruz Naval de Segunda classe da marinha Portuguesa. Tenente-coronel, Ramos da Cruz tem já distinções com medalha do combate na defesa do Kuito Kuanavale (1987), assalto à Mavinga na "Operação Zebra" (1989), Andulo e Bailundo e na defesa do Uíge. Conta ainda com distinções no quadro da cooperação a nível da SADC.

13.29 Sector imobiliário empobreceu 90 por cento

Jornal de Angola

21 De Setembro de 2018

Texto: Ana Paulo

O mercado imobiliário do país perdeu 90 por cento dos investimentos, entre os anos 2014 e 2016, informou o secretário da mesa da Associação dos Profissionais Imobiliários (Apíma), Massada Culemba1a.

Antes da crise que o país vive, o ramo imobiliário privado manteve-se forte nos anos 2010-2013, época em que a procura e a oferta foram inevitavelmente maiores, impulsionadas pela produtividade do sector petrolífero, que facilitou mais investimentos entre os profissionais do mercado e seus parceiros e, em particular, entre o Estado e a banca.

Em entrevista ao *Jornal de Angola*, Massada Culembala informou que a decadência do mercado imobiliário reduziu bastante a procura, culminando com a paralisação de muitos projectos habitacionais. No caso particular de Luanda, segundo o especialista, estão paralisadas mais de 300 obras habitacionais no mercado imobiliário privado, resultante do baixo rendimento entre os promotores, mediadores e a banca, sobretudo, no que diz respeito ao crédito malparado, aumento de juros e cancelamento de financiamento. Massada Culembala contou que outros factores que influenciam o fraco desempenho do sector imobiliário são o cancelamento de financiamentos por parte dos bancos e a incursão de um número significativo de mediadores do mercado não profissional. Segundo o profissional, as obras inacabadas empataram 50 por cento do crédito bancário, o que fez com que o financiador não disponibilizasse mais parcelas para a conclusão das mesmas.

O sector bancário continua a ser o principal elo de ligação entre os promotores e os mediadores do mercado imobiliário público e privado. Porém, o perito Massada Culembala explica que, antes, os bancos disponibilizavam créditos para a construção de residências. "Infelizmente, com o aparecimento da crise económica e financeira e com um bom número de obras inacabadas, tudo culminou com créditos malparados, o que impede a execução de novos financiamentos", admitiu.

Segundo evidencia, para a execução de projectos residenciais, deve cumprir-se alguns requisitos, como aquisição de terreno, arquitectos para desenhar o esboço, construtora e, por último, a banca como principal financiador. "Logo, sem a participação da banca, o promotor não consegue desenvolver nenhum projecto", assinalou.

Para a melhoria do ambiente de negócio no sector, Massada Culembala disse que o Estado, a banca e a Apima devem traçar parcerias estratégicas, com o Objectivo de se dar uma nova dinâmica ao sector e encontrar-se soluções para os projectos por terminar, seja públicos seja privados. "Isto porque, com as obras paradas, o promotor e os bancos ficam prejudicados, uma vez que parte do financiamento investido também fica paralisado", alegou.

Estado

O Estado é o principal regulador e mediador no sector imobiliário do país, tendo em conta as suas responsabilidades acrescidas. Nesse quadro, Massada Culembala quer que o Estado intervenha no mercado, definindo quem deve promover os projectos habitacionais e quem deve fazer o papel de mediador e consultor imobiliário.

Especialista em Direito Imobiliário, Massada Culembala é também avaliador em activos vivos e mortos e exerce, actualmente, a função de director - geral das empresas Dikilama e Diakumbo Imobiliária. Numa primeira fase, especialista aconselha que o Estado, enquanto entidade reguladora, atribua a carteira profissional aos promotores mediadores e exija que os mesmos estejam associados à Apima.

Para Massada Culembala, o processo de atribuição de carteiras profissionais resultaria na diminuição de fraudes, burlas e falsos profissionais no mercado. "Devemos evitar que erros do passado voltem a acontecer entre os mediadores, promotores e clientes, como é o caso específico do Projecto Bem Morar, entre outros de carácter público", relatou ..

O representante da Apima informou que a província de Luanda tem perto de 10 mil promotores não associados, que exercem actividades no sector imobiliário, resultando, muitas vezes, em burla na compra e venda de imóveis.

"É necessário inverter o imediatismo, para se disciplinar os actores do mercado imobiliário angolano, que cresce desordenadamente", aconselhou. Massada Culembala alerta os cidadãos interessados na aquisição de terrenos ou de residências a dirigirem-se à Apima, para lhes serem

indicados os verdadeiros profissionais do sector capazes de auxiliar no processo de compra ou venda.

A Associação dos Profissionais Imobiliários dispõe, também, de um departamento jurídico, que permite proteger ou sancionar associados ou clientes que não cumprirem com as regras estabelecidas.

Segundo Massada Culembala, quando o Estado zela pelos bens públicos, os processos correm claramente e sem constrangimentos. Como exemplo, Massada Culembala realçou a imobiliária Imogestín, empresa dedicada ao negócio da promoção, mediação e gestão de empreendimentos imobiliários e fundadora da Apima, a quem o Estado delegou e confiou para promover projectos habitacionais e sociais das novas centralidades implementadas a nível das províncias.

Zonas de maior acesso

O actual gestor das empresas imobiliárias Diakumbi e Dikilama disse que, no período que vai de 2017 ao primeiro semestre de 2018, a procura aumentou de 10 para 15 por cento, mas somente fora do centro da cidade. Massada Culembala disse que as zonas mais procuradas são os municípios de Viana, Belas e Talatona, por oferecerem melhor oferta, em termos de preço.

Actualmente, na zona do Talatona, os preços de uma residência de alto padrão estão em torno de um a cinco milhões de dólares. Já em Viana, em particular na zona do Zango, as casas andam à volta de dois milhões de kwanzas. Nos últimos cinco anos, a parcela de terreno para a implementação de projectos habitacionais rondou cinco milhões de kwanzas. Hoje, a mesma parcela custa um milhão de kwanzas.

Financiamento

Para melhor esclarecimento sobre o processo de financiamento, o Jornal de Angola, contactou o gestor e representante da Abanc, Amílcar Silva, que afirmou que os bancos continuam disponíveis para financiar projectos, mas somente para indivíduos com capacidade de endividamento. Segundo Amílcar Silva, com o surgimento da crise económica, as condições se deterioraram, incluindo os salários que, na conjuntura, deixaram de ser suficientes, gerando o baixo poder de compra, influenciado pela inflação que ronda os 30 por cento.

"Logo, o financiamento só é disponibilizado a pessoas que têm capacidade de pagar dívidas", sustentou Amílcar

Silva, acrescentando que outra razão do não financiamento é que grande parte dos indivíduos que pretendem adquirir empréstimos bancários para

aquisição de um imóvel já beneficiou de créditos ainda não liquidados. "Enquanto a entidade financiadora não tem retorno do financiamento disponibilizado, não tem como voltar a dar, pois, de contrário e se a devolução não se procede num prazo determinado, a entidade financiadora é forçada a confiscar o imóvel, para recuperar a parcela injectada num determinado projecto", frisou.

Amílcar Silva afirma que o sector imobiliário privado não consegue comercializar as residências, porque continua a implementar preços excessivos, o que impossibilita ao cidadão a sua compra. Na sua visão, a paralisação de muitos projectos promove, também e muitas vezes, o crédito mal-parado, que actualmente ronda os 30 por cento.

Renda resolúvel

Amílcar Silva apela aos promotores do sector imobiliário privado para enveredarem pelo sistema de renda resolúvel, aplicando preços mais baixos e acessíveis, para facilitar a população economicamente activa.

Para o gestor bancário, o sistema de renda resolúvel é a forma mais correcta para inverter o quadro no sector, já que esta forma de pagamento oferece como vantagens um valor fixo, sem taxas de juros, que um cidadão pode pagar, com menos pressão, a longo prazo. "Caso os promotores implementem este sistema, vai diminuir-se o número de obras paradas e a possibilidade de se aceder novamente ao financiamento bancário, para a efectivação de mais projectos", sublinhou Amílcar Silva, que apela por uma maior reflexão sobre o sistema de pagamento aos profissionais do sector privado, já que a concorrência aumentou, com a construção de novas centralidades do Estado, que muito facilitam, hoje, a vida dos cidadãos.

"A renda de casa numa centralidade tem em conta pressupostos que o sector privado não possui, assim como a renda resolúvel é um sistema mais viável para o crédito bancário", esclareceu Amílcar Silva.

13.30 Implementar Fruto da Cimeira e Abrir Nova Pagina de Cooperação

Jornal O PAÍS

26 De Setembro de 2018

Texto: Cuin Aimin

No início de Setembro, na qualidade de Embaixador da China em Angola, tinha a honra de acompanhar o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço a

participar na Cimeira de Pequim do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Tratou-se de, após a Cimeira de Joanesburgo, mais um encontro histórico da família China-África, que contou com a presença de 40 presidentes, 10 primeiros-ministros, 1 vice-presidente e o presidente da Comissão da União Africana, assim como do secretário geral da ONU e 26 representantes das organizações regionais e internacionais, demonstrando uma força magnífica da unidade, colaboração e desenvolvimento comum entre China e África.

A essência das relações China-África consiste na sinceridade, amizade, tratamento igual e desenvolvimento comum. Como países em desenvolvimento, a China e os países africanos criaram uma amizade profunda ao longo da luta anti-imperialista e anti-colonial e compartilham as sensações quanto aos tratamentos injustos na história. Por isso, conquistou a ressonância e os aplausos tempestuosos dos representantes africanos, o Princípio de Não Fazer Cinco Coisas levantado pelo presidente Xi Jinping no seu discurso na Cerimónia de Abertura da Cimeira. Isto é, não interferir na exploração dos países africanos do caminho de desenvolvimento que corresponde às suas próprias realidades, não interferir nos assuntos internos da África, não impor a vontade própria a terceiros, não impor qualquer pré-condição política nas assistências à África, não tirar proveitos políticos egoístas nos investimentos e financiamentos na África. Este princípio mostra o carácter das relações China-África essencialmente diferente daquelas dos outros países com a África, e constitui uma garantia importante para a prosperidade e durabilidade da Cooperação China-África. Um líder africano comentou assim: "A China tem colocado sempre a amizade em primeiro lugar e apoiado sinceramente o desenvolvimento da África, contrastando com o tratamento desigual duns países grandes para com a África."

As relações China-África conseguiram muitos êxitos benéficos aos povos. Nos anos recentes, as duas partes têm aumentado os intercâmbios a alto nível e a confiança mútua, colaborado intimamente nos assuntos tais como a mudança climática e a Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável, salvaguardado os interesses comuns e a igualdade e justiça na comunidade internacional. Vários países africanos fizeram doações valiosas à China após o terramoto de Wenchuan, e levantaram a voz em prol da justiça para apoiar a China na questão de Mar do Sul da China. A China tornou-se o maior parceiro comercial da África pelo nono ano consecutivo, tem feito diversos investimentos mais de USD 100 bilhões na África com mais de 3200 empresas chinesas a cooperarem. A parte chinesa enviou à

África mais de 25 mil médicos que fizeram consultas gratuitas a mais de 300 milhões pacientes. A China tem enviado as forças de manutenção da paz à RDC, Mali, Libéria e Sudão do Sul, e 30 frotas para as águas do Golfo de Áden e águas somalis para escoltar mais de 6000 navios chineses e estrangeiros, contribuindo para a paz e o desenvolvimento da África. A amizade sino-africana passou pelo teste da história e será herdada de geração em geração.

O rumo das relações China- África é construir uma comunidade de destino comum. A Cimeira aprovou os dois documentos-fruto, a Declaração de Pequim e o Plano das Acções de Pequim 2019-2021, definiu a missão conjunta da China e África para construir uma comunidade de responsabilidades partilhadas, benefícios mútuos, felicidade partilhada, prosperidade comum das culturas, segurança comum, e convivência harmoniosa. Além disso, o presidente Xi Jinping propôs a iniciativa das Oito Acções, isto é, a promoção das indústrias, a conexão das infra-estruturas, a facilitação comercial, o desenvolvimento verde, a construção das capacidades, a melhoria da saúde, o intercâmbio cultural e entre os povos, e a manutenção da paz e segurança, e anunciou o apoio financeiro da China no valor de US\$ 60 bilhões, esboçando um caminho concreto para atingir o objectivo de construção desta comunidade. De mãos dadas, a China e África andarão nesta senda e contribuirão mais para a paz e desenvolvimento da humanidade.

Compete à China e Angola implementar juntos os frutos da Cimeira de Pequim e criar um paradigma para a cooperação mutuamente benéfica e desenvolvimento comum entre a China e África. À margem da Cimeira, o Presidente Xi Jinping manteve um encontro bilateral com o Presidente João Lourenço, avaliando positivamente a parceria estratégica e abordando a conexão da cooperação bilateral com a cooperação China-África. As duas partes assinaram o Memorando de Entendimento de Construção Conjunta de Uma Faixa e Uma Rota, ligando a Iniciativa de Uma Faixa e Uma Rota à estratégia de diversificação económica. Ao desempenhar a função mais construtiva, Angola beneficiará mais deste Fórum. Num período próximo, o Presidente João Lourenço efectuará ainda uma visita de estado à China na qualidade do primeiro chefe de estado africano que visita a China após a Cimeira de Pequim. Estou confiante de que o reencontro entre os dois líderes num curto tempo consolidará ainda mais a confiança política mútua, desenhará o plano geral de cooperação, indicando a direcção do desenvolvimento das relações entre os dois países na próxima etapa numa perspectiva

estratégica, abrindo uma nova página de cooperação mutuamente benéfica.